

PROCESSOS DE ENVELHECIMENTO EM PORTUGAL



Usos do tempo, redes sociais e condições de vida

Coordenador

Manuel Villaverde Cabral

Investigador principal

Pedro Moura Ferreira

Pedro Alcântara da Silva

Paula Jerónimo

Tatiana Marques



Largo Monterroio Mascarenhas, n.º1, 8.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

© Fundação Francisco Manuel dos Santos
Junho de 2013

Director de Publicações: António Araújo

Título: Processos de Envelhecimento em Portugal

Autores: Manuel Villaverde Cabral (coordenador)
Pedro Moura Ferreira (inv. principal)
Pedro Alcântara da Silva
Paula Jerónimo
Tatiana Marques

Revisão do texto: João Pedro George

Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign

Impressão e acabamentos: Guide – Artes Gráficas, Lda.

ISBN: 978-989-8662-00-2
Dep. Legal: 360 418/13

Estudo encomendado pela Associação Comercial de Lisboa
à Fundação Francisco Manuel dos Santos.

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada ao autor e editor.

PROCESSOS DE ENVELHECIMENTO EM PORTUGAL

Usos do tempo, redes sociais e condições de vida

coordenador

Manuel Villaverde Cabral

investigador principal

Pedro Moura Ferreira

Pedro Alcântara da Silva

Paula Jerónimo

Tatiana Marques

PROCESSOS DE ENVELHECIMENTO EM PORTUGAL

Usos do tempo, redes sociais e condições de vida

ÍNDICE

Processos de Envelhecimento em Portugal

11	Introdução
	Capítulo 1
25	Envelhecimento e curso de vida
25	1.1 Família, conjugalidade e vida a sós
34	1.2 Isolamento social, solidão e viuvez
41	1.3 Trabalho, reforma e inactividade
44	1.3.1 Trajectos profissionais: início, interrupções e actual ocupação
49	1.3.2 Da actividade à reforma: duração, trabalho e satisfação
60	1.3.3 Trabalho, reforma e incapacidade
64	1.3.4 Os activos empregados perante o trabalho, o desemprego e a reforma
65	A duração da trajectória profissional
69	Satisfação, risco de desemprego e expectativas profissionais
74	Reforma, trabalho e expectativas em relação ao futuro
79	1.3.5 Os activos desempregados perante o trabalho, o desemprego e a reforma
84	Desemprego, reforma e expectativas em relação ao futuro
88	1.4 Síntese conclusiva
	Capítulo 2
91	Redes interpessoais, relações de apoio e de vizinhança
92	2.1 Redes interpessoais
95	2.1.1 Dimensão das redes interpessoais
99	2.1.2 Composição das redes interpessoais
104	2.1.3 Frequência de contacto nas redes interpessoais
108	2.1.4 Densidade das redes interpessoais
113	2.1.5 Tipologia das redes interpessoais
118	2.2 Relações de apoio emocional, instrumental e de aconselhamento
119	2.2.1 Relações de apoio emocional
127	2.2.2 Relações de apoio instrumental
132	2.2.3 Relações de apoio de aconselhamento
138	2.3 Relações de vizinhança
141	2.4 Síntese conclusiva

	Capítulo 3
147	Envelhecimento e Participação Social
148	3.1 Pertença associativa
163	3.2 Participação em actividades orientadas para a terceira idade
169	3.3 Participação informal em actividades de convívio
174	3.4 Prestação de cuidados
183	3.5 Síntese conclusiva
	Capítulo 4
187	Ocupações e Actividades de Tempos Livres
188	4.1 Prática de actividades de tempos livres
216	4.2 Actividades dentro e fora de casa
224	4.3 Prática de actividades individuais e colectivas diversificadas
236	4.4 Síntese conclusiva
	Capítulo 5
239	Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento
242	5.1 Estado de saúde
242	5.1.1 Estado de saúde subjectivo
243	5.1.2 Doença crónica e incapacidades
247	5.1.3 Pró-morbilidade
251	5.1.4 Preditores da avaliação subjectiva do estado de saúde
256	5.2 Felicidade e bem-estar
257	5.2.1 Sentimento de felicidade
257	5.2.2 Relações interpessoais
262	5.2.3 Importância e prática da sexualidade
266	5.2.4 Condições de habitação
268	5.2.5 Representações do envelhecimento
270	5.2.6 Preditores do sentimento de felicidade
277	5.3 Síntese conclusiva
	Conclusão
281	Envelhecimento activo e curso de vida: pragmática, ideologia e biopolítica
293	Referências bibliográficas
303	Anexos

Introdução

O envelhecimento apresenta-se como um dos problemas centrais do século XXI. As últimas décadas do século passado registaram um aumento ininterrupto do número de idosos que transformou as sociedades mais desenvolvidas em sociedades envelhecidas. A conjugação da queda da fecundidade com o aumento da esperança média de vida, bem como a fortíssima emigração portuguesa das décadas de 1960 e 1970, estão na base desse envelhecimento e da importância absoluta e relativa que a população idosa tem hoje na sociedade portuguesa, seja qual for a forma de a medir. As projecções demográficas não vaticinam para breves mudanças do actual padrão demográfico do envelhecimento. Segundo os dados do EUROSTAT, três em cada dez pessoas terão 65 ou mais anos em 2050. O cenário demográfico acentuará por consequência o envelhecimento, comumente medido pelo rácio entre idosos (65+) e jovens (até 15 anos).

As sociedades actuais são sociedades envelhecidas mas também sociedades em que os indivíduos vivem mais tempo. O aumento da esperança de vida à nascença, embora tenha tendência para abrandar, impulsionou a idade média das mulheres e dos homens para um patamar historicamente inédito (Oliveira e Mendes, 2010). O envelhecimento é, em princípio, um fenómeno positivo, quer para os indivíduos, quer para as sociedades, sendo testemunha dos progressos realizados pela humanidade em termos económicos, sociais e biomédicos, na base dos quais se desenvolveram as políticas públicas de acesso generalizado da população aos cuidados de saúde. No entanto, não é possível ignorar aquilo a que se poderia chamar o paradoxo do envelhecimento. Reside este, conflitualmente, no facto de um factor socialmente assumido como positivo – conforme acontece com o aumento generalizado da esperança de vida –, ao combinar-se com a diminuição da fecundidade, gerar em contrapartida uma série de consequências complexas e mesmo gravosas para o nosso tipo de sociedade.

No plano individual, uma maior longevidade traz mudanças radicais do quadro de vida no que respeita, em particular, ao estado de saúde e à participação na vida social. Com efeito, viver mais significa também estar mais exposto a doenças crónicas não transmissíveis, assim como a um declínio das redes pessoais e sociais. As condições sociais afectam, evidentemente, o estado de saúde individual em qualquer fase do curso de vida, mas o risco

de desenvolver doenças aumenta consideravelmente com a idade. À medida que esta aumenta, um crescente número de idosos confrontar-se-á com problemas acrescidos de autonomia e dependerá cada vez mais dos outros, bem como dos apoios sociais e familiares. Apesar de acompanhar o envelhecimento, a redução da capacidade funcional não deve definir o envelhecimento e muito menos justificar a exclusão dos idosos da vida social, que tende a remetê-los para uma limitada sociabilidade familiar ou de vizinhança, senão mesmo e não raramente, para situações de completa solidão social ou, então, para instituições de acolhimento desligadas dos processos de participação colectiva. Em suma, o envelhecimento acentua riscos, correlativos da idade e da vulnerabilidade do estado de saúde; do isolamento social e da solidão propriamente dita; da dependência não só física e mental, como também económica, em muitos casos; e, finalmente, da estigmatização, seja a discriminação excludente ou o preconceito paternalista, condescendente e menorizante em relação aos chamados “velhos”.

No plano colectivo, o envelhecimento traz enormes exigências em termos das relações intergeracionais. Estas relações afectam as transferências económicas entre os diversos grupos etários, em particular através do desequilíbrio crescente entre, por um lado, activos e não activos e, por outro, entre jovens e idosos. O envelhecimento acentua os riscos inerentes à sustentabilidade dos sistemas de saúde e, sobretudo, da segurança social, desde as reformas e pensões aos cuidados pessoais à velhice dependente, o que torna inevitável a revisão dos alicerces sociais e económicos em que esses sistemas assentam, tendo em conta a necessária equidade das relações intergeracionais, em termos de transferências financeiras, da competição nos mercados de trabalho e do apoio mútuo de todas as ordens que devem supostamente existir entre as diferentes gerações.

Todavia, o problema colocado pelo envelhecimento ao conjunto da sociedade não se resume ao seu custo. O problema, porventura maior, é o do lugar da velhice na sociedade. É contrário aos valores democráticos aceitar a exclusão ou a marginalização dos idosos, ou ainda definir a velhice como uma condição social de dependência. Aos grupos idosos assiste o direito efectivo de representação e de participação social e política. Reposicionar o idoso no conjunto do sistema de relações intergeracionais constitui um imperativo democrático e um desafio político que as sociedades envelhecidas enfrentam.

O envelhecimento activo: uma nova reformulação da “condição idosa”?

O tema do envelhecimento está claramente inscrito na agenda internacional. Desde a ONU, através da Organização Mundial de Saúde (OMS), até

à Comissão Europeia (CE), passando pela OCDE, todas estas organizações promovem iniciativas que visam alertar as sociedades para os problemas do envelhecimento e definir medidas susceptíveis de dar corpo às políticas públicas vocacionadas para a resolução desses problemas. A última dessas iniciativas, actualmente a decorrer nos países membros da União Europeia, é a celebração do Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre Gerações em 2012.

O quadro dos princípios e orientações elaborado por estas organizações é conhecido por envelhecimento activo e constitui, presentemente, um paradigma necessário para entender as questões que o envelhecimento coloca às sociedades e as soluções que devem ser desenvolvidas. Se a adopção do paradigma do envelhecimento activo é comum a todas as organizações internacionais, a abordagem que elas desenvolvem nem sempre é coincidente, reflectindo preocupações e soluções distintas, que resultam, em parte pelo menos, dos objectivos e do âmbito de intervenção que caracterizam essas organizações.

A definição avançada pela OCDE é talvez a que tem um espectro mais amplo. Segundo esta organização, o envelhecimento activo deve ser entendido como “a capacidade de as pessoas que avançam em idade levarem uma vida produtiva na sociedade e na economia. Isto significa que as pessoas podem elas próprias determinar a forma como repartem o tempo de vida entre as actividades de aprendizagem, de trabalho, de lazer e de cuidados aos outros” (OCDE, 1998: 92). Esta definição realça a necessidade de prolongar a condição de activo, desde que as condições de exercício profissional possam acompanhar os condicionalismos resultantes do processo de envelhecimento. A repartição do tempo entre actividades produtivas e não produtivas, segundo as preferências e as necessidades do indivíduo, aponta portanto para uma desvinculação gradual do mundo do trabalho.

Sem propriamente colidir com esta definição, aquela que é dada pela OMS coloca a ênfase noutros aspectos. O envelhecimento activo refere-se ao processo de “optimização das possibilidades de saúde, de participação e de segurança, a fim de aumentar a qualidade de vida durante a velhice” (OMS, 2002: 12). A qualidade de vida é, claramente, a tónica dominante da definição e, ainda que as condições de saúde sejam realçadas, estão longe de contemplar apenas os aspectos médicos. O envelhecimento activo não se restringe ao âmbito dos comportamentos promotores da saúde; leva também em consideração os factores ambientais e pessoais que interagem com as condições de saúde. As envolventes que enquadram o envelhecimento, como a família, a comunidade e a sociedade em que o processo ocorre, exercem um impacto enorme na forma como se envelhece.

Por seu turno, a CE entende o envelhecimento activo como “uma estratégia coerente visando permitir um envelhecer saudável nas sociedades envelhecidas”, sendo para isso necessário desenvolver um conjunto de práticas que englobam “a educação e a formação ao longo da vida; o prolongamento da vida activa; o adiamento da entrada na reforma e, mais progressivamente, por conseguir que as pessoas idosas se tornem activas durante a reforma e realizem actividades que reforcem as suas capacidades e preservem a saúde” (CE, 2002: 6). A definição destaca acima de tudo a actividade, seja ela produtiva ou não, embora exista claramente uma referência ao prolongamento da vida profissional na relação que estabelece com o estado de saúde. Segundo a CE, é através da actividade que o envelhecimento se torna saudável.

Na perspectiva destas organizações internacionais, o envelhecimento activo sublinha principalmente duas dimensões às quais não são alheias as finalidades que estão na base da respectiva constituição. Atendendo ao seu âmbito de intervenção, não estranha que a tónica no envelhecimento saudável seja colocada pela OMS, mas isto não significa que ela não dê também importância à participação na vida activa. Com efeito, para a OMS, “o termo *activo* refere-se à participação contínua nas questões sociais, económicas, culturais, espirituais e cívicas, e não só à capacidade de estar fisicamente activo ou de fazer parte da força de trabalho”.

O objectivo do envelhecimento activo é, assim, bastante mais amplo e visa aumentar a expectativa de uma vida saudável, que mantenha a autonomia e a independência, bem como “a qualidade de vida de todas as pessoas que estão a envelhecer, inclusive as que são frágeis, fisicamente incapacitadas e que requerem cuidados de saúde”. Numa palavra, a preocupação da OMS é responder aos problemas que resultam do facto de as pessoas viverem mais tempo e da importância crucial de preservarem a saúde, sem a qual não é possível garantir a qualidade de vida. Longe de circunscrever a saúde ao perímetro do indivíduo e a pressupostos biomédicos, a saúde engloba “o bem-estar físico, mental e social”, pelo que as políticas e os programas que promovem a saúde e as relações sociais são tão importantes como aqueles que melhoram as condições físicas de saúde.

Neste contexto, não se pode deixar de sublinhar que a expressão envelhecimento activo remete para a noção biomédica, seguramente positiva, da manutenção da actividade motora e cognitiva por parte das pessoas mais velhas, nomeadamente quando passam da vida *activa* à reforma/aposentação, ou seja, quando entram na zona de risco – não tanto ou não só do envelhecimento – mas sim da *inactividade*. Deste ponto de vista, a epítome do envelhecimento activo são os “estilos de vida saudáveis” e os “bons hábitos de saúde”, cujas recomendações são bem conhecidas nas sociedades ocidentais

e deveriam, desejavelmente, ser adoptadas por todos de forma a prevenir as doenças e a promover a saúde, assim como a qualidade de vida em geral, em particular na velhice. A crítica da dimensão ideológica desta noção de envelhecimento activo é assim equivalente, do ponto de vista da teoria sociológica, à crítica dos “hábitos saudáveis”, cujo carácter socialmente diferenciado faz com que eles já tenham sido identificados, tanto em Portugal quanto na literatura internacional (Cabral & Silva, 2010), como introdutores de um efeito perverso de iniquidade suplementar ante a saúde e a doença.

Por outras palavras, os “hábitos saudáveis” funcionam como uma espécie de reposição das bem conhecidas desigualdades sociais em saúde, pois o facto de esses “hábitos” serem ou não adoptados pelos indivíduos está associado de perto, exactamente, aos mesmos determinantes sociais que contribuem para as iniquidades perante a doença e a morte. A superação deste novo paradoxo dos “hábitos saudáveis” passa pelas condutas de todos nós, certamente, mas também, sobretudo, pelo papel preventivo que as políticas públicas e os profissionais de saúde devem desempenhar, neste domínio, junto das pessoas com maiores carências e, em especial, os mais velhos. Ora, não é certo – há mesmo alguma evidência em contrário – que esse papel esteja a ser desempenhado eficazmente (Cabral & Silva, 2010). Seja como for, independentemente da bondade pragmática das práticas associadas ao chamado envelhecimento activo, o seu carácter vincadamente social só pode conduzir, *ceteris paribus*, à reprodução das desigualdades sociais ante a saúde e a doença.

Por outro lado, a segunda dimensão do envelhecimento activo que ressalta das definições propostas pelas organizações internacionais é a necessidade de prolongar a carreira activa. Atendendo a que os indivíduos vivem mais e usufruem de melhores condições de saúde, podem em princípio manter uma actividade profissional por mais tempo. A vantagem de se manter activo consiste em integrar-se de forma mais ampla na sociedade, evitando ou, pelo menos, adiando a diminuição dos contactos sociais e institucionais que resulta, habitualmente, da passagem à reforma. Na óptica do envelhecimento activo, é desejável que a inactividade surja o mais tarde possível.

Este adiamento não passa, necessariamente, por um aumento da idade da reforma; antes implica a criação de condições para que o indivíduo se sinta estimulado a continuar activo. O pressuposto básico é introduzir parâmetros de geometria variável entre a carreira profissional e a inactividade. O fim daquela não tem que ser necessariamente o início desta. É possível introduzir uma transição gradual entre uma e outra. A actividade profissional pode começar a diminuir a partir dos últimos anos da carreira e prolongar-se para além da idade de reforma, dependendo das condições de saúde

e da vontade da pessoa em querer continuar a sua vida profissional. Como sublinha a definição da OCDE, os indivíduos adquirem a possibilidade de escolher a melhor forma de repartir “o tempo de vida entre as actividades de aprendizagem, de trabalho e de lazer e de cuidados aos outros”.

Apesar da preocupação em manter as pessoas ligadas por mais tempo à esfera do trabalho, cujo papel enquanto instituição de integração na sociedade se mantém válido, os princípios do envelhecimento activo têm sido usados para justificar o adiamento da idade da reforma, ditado sobretudo pela necessidade de assegurar a sustentabilidade financeira da segurança social, o que obriga, no actual quadro da política de transferência intergeracional e de baixa taxa de fecundidade, ao prolongamento das carreiras contributivas. Neste quadro, o prolongamento da vida activa estaria a ser impulsionado mais pela necessidade de estender os percursos contributivos do que pela necessidade de manter a actividade e a integração social das pessoas à medida que envelhecem. O discurso do envelhecimento activo tem assim um carácter, simultaneamente, pragmático e ideológico, onde recomendações indiscutivelmente vantajosas para os indivíduos, independentemente da sua condição social, se misturam com recomendações ditadas por considerações e interesses económicos alheios aos da maioria dos idosos.

O adiamento da idade de reforma para limiares próximos dos 70 anos pode, no entanto, minar a desejável transição gradual entre a actividade e a inactividade, fazendo com que ela ocorra, como acontece hoje, de uma forma abrupta. Até há bastante pouco tempo, as pessoas entravam na reforma bem mais cedo e podiam contar com um razoável tempo de vida à sua frente em boas ou razoáveis condições de saúde. Os esquemas de antecipação da reforma eram não só permitidos como frequentemente estimulados, a fim de facilitar reconversões económicas ou permitir uma entrada mais rápida dos jovens no mundo de trabalho. Nestas condições, a passagem da actividade à inactividade podia ser equacionada em termos distintos dos que actualmente se colocam.

O aumento da esperança de vida e a melhoria das condições de saúde dos indivíduos da metade superior da pirâmide etária não parecem compensar a tendência de agravamento da idade de reforma. Se esta for elevada para perto dos 70 anos, quando no início deste século andava em torno dos 60 anos, os indivíduos, pelo menos em determinados grupos sociais, terão períodos de reforma menos longos, mesmo que vivam mais tempo e, se nada for feito em contrário, dificilmente terão condições motivacionais e de saúde favoráveis para prologar a vida activa. Perante a necessidade de contornar as pressões que se colocam em termos da sustentabilidade do sistema da segurança social devido às condicionantes demográficas, os princípios do envelhecimento

activo têm sido usados para adiar a entrada na inactividade e, sobretudo, para justificar o alongamento das carreiras contributivas.

A este respeito, são esclarecedoras algumas das metas estabelecidas no âmbito da Estratégia Europeia para o Emprego, como seja a de aumentar em cerca de cinco anos a idade média efectiva de saída do mercado de trabalho na União Europeia ou de elevar para 50 por cento a taxa média de emprego de homens e mulheres entre os 55 e os 64 anos. A ideia subjacente a estas medidas é eliminar os incentivos à reforma antecipada e, através de formação adequada, prolongar as carreiras profissionais e contributivas. À luz destes desenvolvimentos, o envelhecimento activo aparece definido como “o conjunto de orientações e acções de natureza política que visa assegurar uma maior participação económica dos grupos etários mais velhos ainda em idade activa” (Pestana, 2003, p. 13).

A perspectiva de envelhecimento activo que resulta das preocupações em torno da sustentabilidade do sistema de segurança social acaba por centrar-se apenas nos aspectos económicos, na medida em que se limita a considerar a necessidade de repor certos equilíbrios no mercado de trabalho e de conter a despesa com a segurança social, ignorando, ou pelo menos secundarizando, outras dimensões relevantes, que devem ser levadas em conta quando se pretende adequar as condições de trabalho ao aumento da longevidade da população. Com efeito, segundo a perspectiva de alguns teóricos (Naegele, 1999; Walker, 2002), o envelhecimento activo não pode reduzir-se a uma única vertente, seja a financeira, a escassez de mão-de-obra ou as (des)vantagens competitivas, deve também ter em consideração o curso de vida dos indivíduos e a condição social de cada idoso. O estudo do envelhecimento deve assentar numa abordagem global que contemple as relações entre os múltiplos aspectos que o integram, como a vida familiar, o emprego, a educação, a integração sociocultural, a saúde e a qualidade de vida, sem esquecer os preconceitos associados à idade (idadismo) que acentuam o seu estatuto marginal.

O paradigma do envelhecimento activo surge, assim, como um programa de intervenção na sociedade voltado para a mudança da condição do idoso, procurando ao mesmo tempo responder aos problemas do aumento da longevidade. Não é meramente uma justificação para o aumento das carreiras activas e contributivas em virtude do desequilíbrio entre activos e inactivos, assim como da pressão social e económica que esse desequilíbrio coloca ao sistema de segurança social. Com efeito, o envelhecimento activo convida a reformular a articulação entre a actividade e a reforma, entre o trabalho e a saúde, entre a participação e a exclusão, enfim, convida a que se caminhe para uma sociedade sem discriminações em torno da idade.

Envelhecimento activo, curso de vida e transição para a inactividade

Esta incursão pelo conceito de envelhecimento activo pretende chamar a atenção para a necessidade de o envelhecimento ser visto à luz de duas perspectivas: a do curso de vida e a da transição da actividade para a inactividade. A perspectiva do curso de vida convida a analisar o envelhecimento como um processo e não como um grupo etário específico, cuja constituição resultaria da transição para a reforma e do conseqüente abandono da vida activa. Desde logo, porque o envelhecimento, do ponto de vista biológico, é mais contínuo do que descontínuo, não havendo uma transição fixa para a velhice. A descontinuidade teria origem, sim, nas divisões sociais da idade, especialmente aquela que resulta da institucionalização da reforma. A passagem à inactividade marcaria a entrada noutra idade social: a da velhice. Ora, conforme indicámos, as mudanças em curso tendem a introduzir transições graduais, tornando cada vez mais arbitrária a definição de uma idade de entrada na velhice. A falta de um marcador que introduza uma descontinuidade na experiência social dificulta, sem dúvida, o reconhecimento de uma fase de vida homogénea, bem como de um grupo etário com atributos ou interesses comuns além da idade, e contribui para a representação do envelhecimento como processo.

A adopção da perspectiva do curso de vida permite ainda analisar o envelhecimento como resultante de trajectórias anteriores, especialmente as que relevam do campo profissional. A ocupação do tempo durante a inactividade, a partilha de sociabilidades, o envolvimento em actividades colectivas ou a prossecução de interesses pessoais dependem, em grande parte, dos condicionalismos cognitivos, motivacionais, sociais e de saúde, que se desenvolveram ao longo das biografias pessoais, tendo como pano de fundo enquadramentos geracionais e históricos precisos. Estes enquadramentos delimitam o campo do processo de envelhecimento, estabelecendo determinações e condicionando opções. Conforme a preciosa anotação sociológica de Norbert Elias, segundo a qual do mesmo modo que o sentido que cada um de nós atribui à vida é socialmente diferenciado, também existe uma óbvia “conexão entre a maneira como uma pessoa vive e a maneira como morre” (Elias, 2001: 71).

Ora bem, é esta decisiva conexão social entre a forma de viver e a forma de envelhecer e morrer, concomitante às ameaças da fragilidade da saúde física e mental, do estigma e da quebra dos laços sociais, bem como às múltiplas formas de dependência que pesam sobre os mais velhos, é isto que nos compete documentar e analisar enquanto investigadores. Por sua vez, compete às políticas públicas assumirem essa conexão e corrigi-la em tempo útil ou compensá-la se já não forem a tempo de a corrigir. É na conjugação entre

as determinações que resultam das trajectórias anteriores e as respostas da política pública, no que respeita à oferta de serviços e de apoios, que a actual condição “idosa” deve ser entendida.

A segunda perspectiva assenta na transição da actividade para a inactividade. Conforme dissemos, o envelhecimento da população tem chamado a atenção para a inevitabilidade do prolongamento da vida activa, não só devido à necessidade de compensar financeiramente o desequilíbrio entre activos e inactivos, mas também à necessidade de garantir a inclusão social dos idosos num horizonte de longevidade acrescida. Para que não se produza a marginalização dos idosos é necessário criar condições que permitam às pessoas sentirem-se motivadas para prolongar a vida activa, desde que tenham condições de saúde para o fazer e que as condições de trabalho o possibilitem. É por isso que a política de envelhecimento activo aspira a flexibilizar a separação rígida entre actividade e inactividade, ao mesmo tempo que pretende alterar as condições sociais do trabalho de forma a garantir o prolongamento saudável da actividade profissional.

Apesar de estarem a ser fortemente impulsionadas pelas pressões financeiras sobre o sistema de segurança social, as reformas em torno do prolongamento da idade activa visam também adaptar os indivíduos e a sociedade a um cenário em que as pessoas vivem mais e se mantêm saudáveis por mais tempo. Atendendo a que esta adaptação demorará tempo, é importante desde já problematizar a aceitação destas mudanças por parte dos indivíduos, visto que, sem a sua aceitação, a preparação para o seu próprio envelhecimento poderá ficar comprometida, tornando ainda mais difícil a implementação de medidas que visem criar as condições necessárias ao prolongamento da vida activa.

Redes sociais, ocupações do tempo e saúde – roteiro e temas da investigação

É importante sublinhar que o principal argumento a favor do envelhecimento activo assenta na necessidade de assegurar a inclusão social das pessoas que envelhecem e de garantir a sua presença na vida colectiva, apesar de as justificações actuais sublinharem sobretudo a necessidade de se restabelecer o equilíbrio financeiro do sistema de segurança social. Sem a participação na vida activa, dificilmente se conseguirá evitar a secundarização das pessoas idosas. Tipicamente, no estudo do Instituto do Envelhecimento sobre o idadismo em Portugal numa perspectiva europeia comparada, o alegado facto de “os velhos não trabalharem” é o principal factor de discriminação assumido pelos inquiridos portugueses (Lima, 2011).

De facto, é a ligação aos outros que permite uma participação colectiva sem a qual não há afirmação de cidadania. Defender a inclusão social

significa defender a possibilidade de se continuar a participar nos processos de decisão colectiva e para esse fim é importante poder manter-se na vida activa durante mais tempo. Contudo, para que tal seja possível, é necessário rever os aspectos motivacionais e de saúde intrínsecos ao trabalho. Sem essa análise, dificilmente se poderá falar em prolongamento voluntário da vida activa e de transição gradual para a inactividade. O trabalho não pode causar danos à saúde; tem de ser capaz de adaptar-se aos condicionalismos da idade e ser uma fonte de auto-satisfação.

A instituição do trabalho proporciona, assim, um elo mais forte à sociedade através da participação em vários tipos de redes, de múltiplos contactos sociais e do acesso a informação diversificada. É a partir dela, possivelmente, que se reforçam também a participação e os laços sociais mais amplos, designados na literatura por capital social (Cabral, 2008). Sem o investimento permanente nas redes, o capital social, como aliás qualquer outro, tenderá a escassear, pelo que a intensidade dessas redes ao longo da vida activa deixam antever, até certo ponto, a sua continuidade após o abandono da actividade. Quer por razões de inclusão, quer por razões de saúde, é fundamental que a envolvente humana consubstanciada nas redes sociais acompanhe o indivíduo à medida que ele vai envelhecendo.

O sentido de actividade não pode, contudo, ser tomado exclusivamente na acepção de actividade profissional. Manter-se activo pode igualmente significar ocupar-se em actividades individuais e colectivas que contribuam para manter o indivíduo saudável e independente. O envelhecimento activo corresponderia, assim, a um envelhecimento em boas condições de saúde física, mental e emocional, que implicam autonomia, relacionamento com os outros e participação social. Nesta perspectiva, actividades que envolvam o exercício físico ou intelectual, o relacionamento com os outros e o sentido da utilidade e reconhecimento sociais são consideradas benéficas.

É por isso que a investigação realizada, em contraponto às grandes linhas de investigação mais desenvolvidas no grande inquérito europeu sobre o envelhecimento – SHARE (Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe) – dedicado sobretudo à saúde, trabalho e reforma, pretendeu reconstituir o curso de vida socialmente diferenciado dos portugueses com 50 ou mais anos, colhendo ao longo do processo eventuais “crises existenciais”, como podem ser a viuvez e a aposentação, e com o foco em duas dimensões principais:

- a) modalidades de ocupação efectiva dos tempos livres para além das actividades profissionais e domésticas, maxime as actividades exteriores à casa, ou seja, a efectiva pró-actividade das pessoas, segundo a sua idade e atributos sociais.

Deste modo, investigou-se o impacto das redes nas actividades e nos usos do tempo ao longo do processo de envelhecimento, dando particular atenção aos processos de transição, designadamente na passagem para a reforma, a viuvez ou ainda para situações de dependência provocadas por razões de saúde. As redes sociais mudam ao longo desse processo e isso reflecte-se também no uso dos tempos e na identidade dos indivíduos. Sustentámos a hipótese de que o empobrecimento das relações sociais e a falta de suportes relacionais, em resultado de redes precárias, estão associados a uma vida social pouco intensa, a qual, além de não contribuir para a sociedade, conduz a um isolamento que se reflecte também no estado de saúde física e mental dos indivíduos. Os usos do tempo ao longo da idade reflectem não só a mudança da actividade ocupacional mas também a capacidade de manter redes relacionais que contribuam para estruturar um quadro de vida autónomo e saudável.

b) envolvimento em redes de sociabilidade e mútuo apoio, seja a nível familiar e de vizinhança, seja sobretudo a nível colectivo, associado ou não, voluntário ou mesmo remunerado, susceptível de gerar um “capital social” capaz de suprir a tendência para o “arrefecimento das relações” (Elias, 2001) que marca a maioria dos processos de envelhecimento.

Evidentemente que as mudanças nas redes sociais ao longo da idade são formatadas por múltiplos factores. Desde logo, pelas condicionantes estruturais como o género ou a classe social, que exercem um efeito diferenciador na diversificação, extensão e intensidade das redes sociais. Contudo, factores de natureza individual, como o estado de saúde, podem explicar o declínio das redes. Inversamente, factores como a participação associativa e cívica ou a promoção de actividades e de espaços de sociabilidade destinados à terceira idade surgem como catalisadores e impulsionadores das redes sociais. A função destas redes está intimamente ligada às actividades que as sustentam, pelo que se analisou não só a natureza, a frequência e a envolvente institucional dessas actividades, mas também as motivações individuais de quem as exerce, como a busca de sociabilidade, apoio recíproco, influência ou altruísmo. É importante sublinhar que os factores em causa contribuem claramente para colocar a terceira idade no espaço público, sendo, por isso, potenciais instrumentos das políticas públicas que visam promover não apenas um envelhecimento activo e saudável, como também a participação da população idosa na sociedade.

Estas duas dimensões são cruciais para saber até que ponto é exacto dizer que, assim como se vive, assim se envelhece e assim se morre. Envelhecer de

uma forma saudável implica, naturalmente, a existência de boas condições de saúde que são correlativas do modo de viver dos indivíduos, das actividades com que estes ocupam o tempo e das relações que estabelecem com os outros. Se bem que estes aspectos não sejam substitutos do efectivo estado de saúde, são em muitos casos requisitos imprescindíveis a um envelhecimento saudável e uma condição determinante do estado subjectivo de saúde e de bem-estar. O conhecimento aprofundado destas relações constitui uma condição necessária para dotar as políticas públicas com instrumentos susceptíveis de contrariar essa conexão entre o modo de viver e o de envelhecer identificada pelos autores que maior empatia, mas também maior realismo, revelaram ter na abordagem da condição idosa.

O presente relatório está organizado em cinco capítulos: envelhecimento e curso de vida; redes interpessoais, relações de apoio e de vizinhança; participação social; ocupações e actividades de tempos livres; saúde e bem-estar.

No que respeita ao primeiro capítulo, que se segue a esta Introdução, convém começar por referir que a adopção da perspectiva de processo na abordagem do envelhecimento tem como corolário afastar, desde logo, a ideia de que estamos perante um grupo de fronteiras etárias bem delimitadas ou definido a partir de um critério de entrada, como a reforma. O importante é dar conta das mudanças que ocorrem nos indivíduos à medida que se aproxima o fim da actividade ou se observam alterações em consequência do próprio envelhecimento ou a ele associadas, como por exemplo a viuvez. Neste sentido, o limiar dos 50 anos, situado ainda longe da representação social da velhice, permitiu estabelecer uma fronteira a partir da qual se registaram as trajectórias e as mudanças sociais concomitantes ao envelhecimento. A investigação pretendeu descrever, precisamente, os traços que as trajectórias temporais deixam no terreno social.

O arco etário contemplado (50 anos ou mais) é pois amplo, abrangendo indivíduos com localizações sociais bastante diferenciadas. Por exemplo, uns poderão estar sem actividade profissional há bastante tempo, enquanto outros ainda estão longe da reforma. A idade é, evidentemente, a primeira razão para as diferentes localizações, mas outros factores, como a reforma antecipada ou, pelo contrário, o adiamento da idade da mesma e o prolongamento da vida activa, que constitui uma temática importante à luz do envelhecimento activo, podem condicionar significativamente as trajectórias de indivíduos da mesma coorte ou de coortes contíguas. Todavia, a consequência que importa sublinhar a respeito das localizações sociais foi a necessidade de

integrar duas perspectivas temporais na análise do envelhecimento: a prospectiva e a retrospectiva. No primeiro caso, tratou-se de reconstruir as trajectórias passadas como causas da situação presente; no outro, tratou-se de projectar as trajectórias dos indivíduos no futuro, por exemplo, assinalando as expectativas e os projectos que os inquiridos possuem aquando da entrada na reforma. A consideração desta perspectiva bidireccional do tempo é particularmente relevante em domínios como a saúde ou a actividade, seja profissional ou não, mas também no domínio das redes familiares e sociais estabelecidas ao longo da vida.

O segundo capítulo corresponde ao estudo das redes sociais. O objectivo foi reunir um conjunto de indicadores que pudessem caracterizar as situações relacionais dos indivíduos, desde as situações de isolamento até aquelas que envolvem a participação em vastas redes que se revelam críticas à luz dos estudos sobre o capital social. Do ponto de vista do envelhecimento, é essencial inventariar a participação em diferentes tipos de redes sociais, designadamente as redes de ajuda e de solidariedade, bem como as redes familiares e de amizade.

As funções e objectivos que assistem às várias redes não são estanques, havendo pelo contrário sobreposições, ainda que cada uma delas tenha uma vocação específica ou privilegie determinadas funções em vez de outras. As redes de ajuda e solidariedade são mais críticas em estados de semidependência ou dependência total; são redes praticamente unidireccionais que contemplam sobretudo o aspecto funcional. As redes familiares acentuam a proximidade das pessoas envolvidas e implicam trocas de vária ordem e de sentido variável. As redes de amizade podem envolver relacionamentos muito diversos, como vizinhos ou amigos, e implicar também interacções muito diversas, desde a conversa ocasional ditada pela proximidade até ao apoio emocional ou de outra natureza prestado no âmbito de uma relação de amizade.

A envolvente social que as redes implicam tem também impacto na saúde. O isolamento social provocado por falta de contactos e de reconhecimento social está associado à solidão, à depressão e até a doenças do foro mental. O prolongamento das redes sociais proporcionado pela vida activa ajudaria a combater o isolamento à medida que o indivíduo envelhece e, possivelmente, graças a uma maior estimulação humana, contribuiria também para contrariar ou retardar os estados de dependência ou mesmo de demência que uma parte significativa dos indivíduos acabará mais cedo ou mais tarde por atingir. Nesta perspectiva, as redes sociais afiguram-se como uma espécie de “profilaxia” do próprio processo de envelhecimento.

Depois desse capítulo segue-se o da participação social, onde se estabelece uma diferenciação entre a participação formal e informal. Na primeira,

consideramos a pertença associativa e a participação em actividades orientadas para a terceira idade, que podem assumir estatutos variáveis, como o de dirigente ou de participante, e que se apresentam como o elo mais significativo para assegurar a inclusão social no sentido da participação na vida colectiva, de que nos falam as teorias do capital social. A participação informal contempla as actividades de convívio e a prestação de cuidados.

No capítulo seguinte, debruçamo-nos sobre as ocupações e actividades de tempos livres e de lazer. Evidentemente, a importância de cada uma destas ocupações altera-se ao longo da vida e varia de indivíduo para indivíduo, em função da sua localização social, a qual depende de vários factores como o sexo, a idade, a escolaridade, o estado civil e a situação profissional. Da articulação das diferentes ocupações resultou um perfil de envelhecimento activo, cujos preditores sociodemográficos confirmam a hipótese da pesquisa, segundo a qual estas práticas são predominantemente adoptadas pelos indivíduos mais escolarizados e com rendimento mais elevado. O envelhecimento activo implica, pois, um conjunto de orientações pragmáticas das quais seria difícil alguém discordar, mas exactamente porque essas orientações estão longe de ser seguidas pela maioria da população, é indispensável identificar as condicionantes sociais que favorecem a adopção dos comportamentos activos e saudáveis e as que, pelo contrário, dificultam ou impedem mesmo a prática desses comportamentos

O estado de saúde e de bem-estar constituem o último capítulo deste relatório. Naturalmente, o envelhecimento activo e saudável depende em grande parte das trajectórias passadas, enquanto condicionantes inevitáveis não só do estado de saúde actual como também das disposições cognitivas em relação à saúde. É importante sublinhar esta dimensão social e cognitiva da saúde, porquanto, como aliás em relação à promoção dos comportamentos saudáveis em todas as idades, existe um enviesamento ideológico no sentido de apresentar o envelhecimento saudável como uma decisão volitiva meramente individual, desde que uma oferta mínima de condições favoráveis de ocupação do tempo se encontre reunida.

A adopção desses comportamentos saudáveis, juntamente com o envolvimento em determinadas ocupações e a participação em redes sociais de diferentes amplitudes e funções, traduzem, na prática, aquilo que se designa por envelhecimento activo e que constituiu, na hipótese de partida da investigação, um dos principais factores diferenciadores dos processos de envelhecimento observados no curso de vida dos indivíduos da amostra que esteve na base dos resultados agora apresentados.

Capítulo 1

Envelhecimento e curso de vida

O envelhecimento consiste num processo contínuo que se consubstancia numa trajectória através de diferentes instituições que estão sequencialmente organizadas e ajustadas por critérios etários ao curso de vida (Morgan *et al.*, 2007). Simplificando, a família, a escola, o trabalho e a reforma constituem poderosas instituições que formatam a sequência do curso de vida nas sociedades ocidentais. A passagem do tempo pelo indivíduo reflecte-se tanto nas mudanças de papéis sociais que desempenha, como na auto-identidade e no corpo do qual não se dissocia. As marcas corporais constituem, porventura, a mais indisfarçável presença do envelhecimento, mas as mudanças em torno da identidade e do entrelaçamento de papéis sociais que o sustenta, se bem que menos visíveis, não são menos importantes. Nesta perspectiva da identidade, o envelhecimento surge como um processo contínuo sem transições que estabeleçam fronteiras nítidas entre um antes e um depois para mudanças que ocorrem, não raras vezes, imperceptivelmente, ao longo do curso de vida. Porém, do ponto de vista institucional, o envelhecimento surge marcado por transições entre diferentes instituições e fases do ciclo de vida que representam descontinuidades e determinam outros lugares sociais. São essas transições que serão analisadas neste capítulo, designadamente as mudanças no quadro de vida, particularmente no âmbito familiar: a viuvez como principal causa do isolamento social e da solidão; e, por, último, a diversidade dos trajectos para a reforma.

1.1 Família, conjugalidade e vida a sós

Ao longo do processo de envelhecimento, o curso de vida conhece mudanças profundas. Na maior parte das situações, passa-se de uma vida familiar para uma vida a dois e, após a viuvez, a uma vida a sós — uma tendência que tem vindo a acentuar-se desde há uma ou duas gerações (Aboim, 2003). Noutros casos, mais raros, observa-se a continuidade de percursos solitários, iniciados há bastante tempo, ou reconfigurações dos quadros de vida no âmbito de

outras soluções familiares (coabitação com outro familiar, por exemplo), que não a vida conjugal. A observação dos dados recolhidos revela que a maior parte dos inquiridos vive com outras pessoas, com as quais tem quase sempre uma relação de parentesco, num quadro que admite diferentes arranjos. O facto de a situação familiar ser maioritária não impede que o número de pessoas a viver sozinhas seja bastante significativo, representando um quinto (20,1%) do universo inquirido, ao contrário do que se verifica com as situações não familiares, ou seja, situações de coabitação com pessoas não aparentadas, que não têm partidamente peso no universo inquirido (Quadro 1).

O número de pessoas que vivem sozinhas justifica que se preste uma atenção especial às transições que conduzem a este quadro de vida, na medida em que decorrem maioritariamente de situações familiares que se desfazem ao longo do tempo, como as ocasionadas pela partida dos filhos de casa, por uma separação ou pela morte do cônjuge. Admite-se assim que as pessoas que vivem sozinhas, pelo menos a maior parte delas, viveram em família durante um determinado período do curso de vida, com extensões muito variadas, do mesmo modo daquelas que vivem, presentemente, em família. Embora viver sozinho seja frequentemente equiparado a isolamento social ou mesmo a solidão, importa, antes de se presumir essa equivalência, identificar os eventos decisivos que conduzem a essa situação e investigar o modo como ela é vivenciada.

Apesar de a maior parte dos inquiridos viver em família, isso não significa que todas as situações sejam idênticas, pois os arranjos familiares são variados. A dimensão e a composição da família, ou seja, o número de pessoas e a natureza da relação de parentesco são dois elementos a considerar. Em relação a este último aspecto, convém referir, desde já, a clivagem mais importante, ou seja, a que estabelece uma distinção entre as famílias constituídas por um núcleo conjugal e agregando ou não outros elementos; e as que não possuem esse núcleo, embora possam incluir outros familiares. As primeiras estão bastante mais representadas na população inquirida (66,2%) do que as segundas (13,7%). Estas últimas, embora possam incluir pessoas não-familiares, na prática, referimo-nos a relações de parentesco, pois, como especificaremos mais à frente, as famílias constituídas por pessoas não aparentadas, como pessoal doméstico, não se encontram representadas na amostra. Deste modo, em termos de quadros de vida, distinguimos três situações: as pessoas que vivem sozinhas; as que vivem em famílias organizadas em torno de um núcleo conjugal; e as outras situações familiares. Como estas duas últimas envolvem diferentes relações de parentesco, será necessário especificar as diferenças mais relevantes para a sua caracterização.

Nas famílias constituídas por um núcleo conjugal, importa distinguir entre as famílias formadas exclusivamente pelo casal e as que são constituídas,

para além dele, por outros familiares, especialmente os filhos. A diferença numérica entre elas é significativa: quer no que respeita à dimensão média, porquanto as primeiras têm duas pessoas e as últimas pelo menos três; quer no que se refere à sua importância relativa. Em relação a este último aspecto, as famílias exclusivamente formadas pelo casal são mais numerosas (38,0%) relativamente às outras (28,2%), sugerindo que, entre os casais que tiveram filhos, estes já saíram de casa, pelo que os membros do casal se encontram numa fase mais avançada do curso de vida e mais perto da transição provável de um deles para uma vida a sós (Quadro 1.1). Apesar de esta transição não ser necessariamente linear, na medida em que existe sempre a possibilidade de reconfigurar novas relações, familiares ou não, sugere-se que, para uma boa parte das trajetórias, há uma continuidade entre a vida em casal e a vida a sós, atendendo ao declínio das redes e sociabilidades sociais ao longo da idade que torna essas reconfigurações mais difíceis de ocorrer após rupturas conjugais, como a viuvez ou a separação.

Quadro 1.1 Com quem vive

	n	%
Em casal:	(662)	(66,2)
Exclusivamente em casal	380	38,0
Com outras pessoas, além do casal	282	28,2
Sozinho	201	20,1
Outras situações familiares	137	13,7
Total	1000	100,0

Esta continuidade é sustentada pelo facto de o peso das pessoas que vivem sozinhas (20,1%) estar bem acima da percentagem de situações familiares em que o inquirido não vive em casal (13,7%). No entanto, estas últimas revelam também a existência de outras transições alternativas à vida a sós, porventura menos comuns, que ocorrem, por exemplo, quando o cônjuge que enviuvou vive com um dos filhos. Deste ponto de vista, interessa estabelecer uma comparação entre as famílias conjugais e as não-conjugais no que respeita à dimensão e às pessoas com quem se vive. Enquanto as primeiras estão mais bem representadas na categoria de duas pessoas, ou seja, o casal, as segundas aparecem com valores mais expressivos nas famílias de três e quatro ou mais pessoas. As diferenças de dimensão das famílias em que o inquirido não vive conjugalmente sugerem que, nuns casos, especialmente nas famílias formadas por duas pessoas, se possa estar perante famílias monoparentais; e noutros, nas de maiores dimensões, perante situações familiares

em que o inquirido vive com outros familiares, possivelmente organizadas em torno de um núcleo conjugal. A referência apenas a familiares, quando se poderia supor a existência de famílias, ou de agregados domésticos, constituídos também por pessoas não-familiares, resulta do facto de estas últimas representarem valores residuais nas famílias conjugais (Quadro 1.2) e pouco expressivos nas outras (2,8%).

Deste modo, os dois tipos de famílias envolvem quase exclusivamente relações de parentesco, com predomínio claro dos filhos (Quadro 1.2). Mesmo assim, há uma certa diferença entre eles, com os filhos a terem uma presença mais importante nas famílias conjugais (80,1%) e as outras relações familiares nas famílias não-conjugais (56,5%). Por outras palavras, as famílias conjugais constituídas por outros elementos além do casal agregam sobretudo os filhos, enquanto as famílias em que o inquirido não vive em casal tendem a convocar outros elementos além dos filhos, reforçando a ideia de que estas famílias se organizam com base em relações de parentesco mais alargadas, podendo, inclusivamente, constituir-se em torno do núcleo conjugal de um descendente. As famílias não-conjugais podem assim constituir uma alternativa à vida a sós após a viuvez.

^{1.} Não foram considerados os indivíduos a viver exclusivamente com o cônjuge.

^{2.} Resposta múltipla.

Quadro 1.2 Composição e dimensão familiares

	Em casal ¹		Sozinho		Outras situações familiares		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Composição familiar²								
Filhos	255	80,1	-	-	100	56,5	355	71,7
Outros familiares	61	19,2	-	-	72	40,7	133	26,9
Não familiares	2	0,7	-	-	5	2,8	7	1,4
Total	318	100,0	-	-	177	100,0	495	100,0
<i>(Total absoluto)</i>								
Dimensão familiar								
Com 1 pessoa (vive sozinho)	-	-	201	100,0	-	-	201	20,1
Com 2 pessoas	380	57,4	-	-	73	53,3	453	45,3
Com 3 pessoas	158	23,9	-	-	38	27,7	196	19,6
Com 4 ou mais pessoas	124	18,7	-	-	26	19,0	150	15,0
Total								
<i>(Total absoluto)</i>	662	100,0	201	100,0	137	100,0	1000	100,0

A ideia de que o tipo de família corresponde, embora não exclusivamente, a transições e reconfigurações familiares que ocorrem ao longo do

curso de vida (Morgan *et al.*, 2007) pode também ser corroborada com base em indicadores sociodemográficos. A idade é sem dúvida o mais evidente.

Em traços gerais, o processo de envelhecimento conduz à existência de mais pessoas a viverem sozinhas e, por conseguinte, implica uma diminuição das que vivem nas famílias conjugais e nas outras situações familiares. No entanto, isso não significa que as pessoas mais velhas vivam maioritariamente sozinhas, mas sim que aquelas que vivem sós tendem a aumentar em função da idade, tornando inevitável uma relação entre a vida a sós e o processo de envelhecimento.

Os dados relativos à idade sugerem também uma redução mais drástica das famílias conjugais do que das outras situações familiares, que representam, no grupo de 75 ou mais anos, respectivamente, 13,1 por cento e 24,1 por cento (Quadro 1.3). Esta redução está relacionada com o facto de os casais estarem expostos à ocorrência da viuvez, que constitui o principal catalisador da transição para a vida a sós, especialmente no caso das famílias formadas exclusivamente pelo casal. Nas situações em que o inquirido vive com outros familiares, designadamente com a família de um seu descendente, será menos provável que venha a viver involuntariamente sozinho, constituindo, assim, uma protecção em relação à vida a sós. No entanto, essa protecção é relativa, atendendo a que a maior parte destas famílias é, como referido, constituída por duas pessoas (o inquirido e um filho), pelo que a transição para a vida a sós pode ocorrer com a partida do(a) filho(a) ou por morte dos outros familiares com os quais se vivia. Seja como for, os dados revelam a natureza fundamentalmente nuclear da família, que tende a restringir-se ao casal com o aumento da idade dos seus membros, e a dimensão reduzida das outras famílias, que as tornam vulneráveis à vida a sós, particularmente quando não se observam tendências de reconfigurações familiares nas fases avançadas do curso de vida, em especial após a viuvez (Aboim, 2003).

A viuvez é, assim, a principal causa para a vida a sós. A prová-lo está o facto de mais de metade das pessoas que vivem sozinhas serem viúvas (56,8%), bem acima da percentagem de solteiros e de separados/divorciados, e muito superior ao peso que representam no conjunto da população (20,2%). É verdade que estas três situações do estado civil têm também pesos percentuais semelhantes na categoria *outras situações familiares*, pelo que não se pode dizer que os viúvos tendam mais a viver a sós do que com outros familiares. Atendendo, porém, a que esta última situação tem menos peso no universo inquirido do que a vida a sós, a reconfiguração do quadro de vida após a viuvez passa, em primeiro lugar, pela vida a sós e, seguidamente, pela vida com outros familiares.

As reconfigurações familiares ao longo do curso de vida estão fortemente sujeitas ao impacto das relações de género. As trajectórias de homens

e mulheres não são as mesmas. Estas últimas tendem, proporcionalmente, a viver a sós ou com outros familiares mais do que aqueles: dois terços das pessoas que vivem sozinhas são mulheres (Quadro 1.3); e a propensão para viver com outros familiares é quase exclusivamente feminina (85,5%). Estas diferenças são em grande parte explicadas pela maior longevidade feminina que faz com que, nas fases mais avançadas do curso de vida, haja bastantes mais mulheres do que homens. Porém, a elevada conjugalização das pessoas dos grupos etários inquiridos também ajuda a acentuar as diferenças entre homens e mulheres nos outros dois grupos, especialmente nas que vivem sós, tornando-as mais sujeitas ao efeito da longevidade. A vida a sós e, possivelmente, também a vida com outros familiares, embora neste caso haja mais indeterminação das trajectórias, são principalmente efeitos da longevidade; não uma escolha ou um modo de vida. É possível que a redução da diferença entre a longevidade masculina e a feminina nas gerações mais novas, a par de mudanças no padrão de conjugalização e das estruturas familiares, venha a corrigir o desequilíbrio entre homens e mulheres que vivem sozinhos. No entanto, qualquer que seja a evolução da longevidade, o envelhecimento é hoje um processo predominantemente conjugal, no caso masculino, e parcialmente não conjugal e a sós no feminino.

Além da desigual longevidade e da mudança das estruturas familiares, outras influências sociais mais amplas devem ser consideradas nas transições familiares e no quadro de vida nesta fase mais avançada do curso de vida. Que impactos poderão advir da situação perante o trabalho, do nível de rendimento ou da escolaridade? Uma primeira observação, talvez a que mais depressa ocorre, considerando a faixa etária que nos ocupa, diz respeito à distinção entre a actividade e a inactividade, que se traduz na presença maioritária da situação de reformado ou, num sentido um pouco mais lato, de inactivo (67,3%). Apesar desta percentagem, os activos representam ainda um terço dos inquiridos, devido à idade inferior do intervalo etário da amostra ser os 50 anos, uma idade em que as pessoas se encontram maioritariamente na vida activa (Quadro 1.3). Obviamente, quanto maior a idade, menor a actividade.

Outro resultado que importa evidenciar é a relação com o quadro de vida. Em termos gerais, a percentagem de activos diminui quando se passa da vida em casal para a vida com outros familiares e desta para a vida a sós. Em relação a esta última, a explicação está relacionada com o facto de a estrutura etária das pessoas que vivem sozinhas ser a mais envelhecida, pelo que é natural apresentarem níveis mais elevados de inactividade (82,5%). No que respeita às pessoas que vivem com outros familiares, a estrutura etária está mais próxima das que vivem em casal, pelo que a explicação para a diferença

de actividade não residirá tanto na idade como na mais forte representação da categoria *outras situações*, constituída essencialmente por domésticas. Excluindo estas situações, as repercussões da transição da actividade para a inactividade no quadro de vida acompanham, em grande medida, as que se observam ao longo da idade.

Esta correlação entre a actividade e a estrutura etária decorre da existência de uma idade de reforma, que marca o início da inactividade, pelo menos para a maior parte das pessoas. Embora a reforma introduza uma descontinuidade ocupacional muito importante, não tem efeitos socialmente diferenciadores, na medida em que constitui um direito social a que se acede genericamente a partir de determinada idade. Contrariamente à actividade, o grau de escolaridade, além de desigualmente distribuído, tem influência no modo de vida. Observando globalmente os resultados, sobressai uma clivagem educacional entre a vida em casal e os outros dois quadros de vida, que associa a estes últimos os níveis mais baixos de escolaridade e aquela o mais elevado. No entanto, é necessário prestar a atenção para diferenças mais subtis, como as relativas ao nível de ensino superior, porquanto evidenciam outras influências da escolaridade nos quadros de vida. Atendendo à conhecida associação entre escolaridade e individualização da vida privada, o facto do ensino superior estar mais representado nas pessoas que vivem sós do que em situações familiares sugere que, pelo menos em alguns casos, poderá tratar-se de opções de vida mais do que de transições involuntárias, embora estas últimas pareçam predominar na maior parte dos casos, como mostram os indicadores antes analisados. Apesar desta possível excepção, a escolaridade aparece, em termos gerais, associada à conjugalidade, a que, possivelmente, não é alheia a relação que aquela estabelece com a longevidade.

A este respeito, a consideração da classe social subjectiva através da qual o inquirido se posiciona em termos de estatuto social proporciona alguns elementos que tendem a validar a relação entre conjugalidade, escolaridade e *status* social. A relação não pode ser, contudo, muito forte devido ao facto de que poucos indivíduos se autoclassificam na classe alta/média alta (4,2%), posicionando-se maioritariamente na classe baixa/média baixa (55,3%). A comparação tem de incidir nas diferenças relativas. Estas evidenciam uma clivagem, que até agora não tinha surgido, entre, por um lado, os que vivem em casal e a sós e, por outro, os que vivem com outros familiares. Como referido, a proximidade percentual da classe alta nas duas primeiras situações sugere que, pelo menos numa pequena percentagem de casos, os percursos para a vida a sós não são ditados por condições materiais desfavoráveis ou economicamente insuficientes, podendo corresponder a escolhas voluntárias. Essas condições parecem ter um papel mais condicionante quando se vive com outros familiares, que se

traduz no elevado posicionamento dos inquiridos na classe mais baixa (66,2%) e a quase completa auto-exclusão da classe alta.

À luz desta classificação subjectiva, o quadro de vida com outros familiares pode ocorrer mais por razões de sustentabilidade económica do que pelos possíveis benefícios, designadamente em relação ao isolamento social, que decorrem da protecção e das redes sociais mais amplas que este quadro de vida proporciona. Neste sentido, a situação social de uma parte minoritária das pessoas que vivem sós destaca-se claramente das que vivem com outros familiares, embora para as restantes pessoas que vivem sozinhas a situação social seja certamente mais precária em virtude de não poderem contar com a protecção económica e social que a vida com outros familiares proporciona.

O peso das condições económicas nas transições familiares e nas reconfigurações do quadro de vida pode também ser avaliado a partir dos rendimentos individuais declarados, apesar de estes não reflectirem completamente a estrutura dos rendimentos dos agregados familiares. O nível de rendimento é mais débil nas pessoas que vivem com outros familiares, seguindo-se as que vivem a sós e, por último, as que vivem em casal. A distribuição coincide largamente com o autopoicionamento social dos inquiridos e aponta para as mesmas tendências. Em termos gerais, as pessoas que vivem com outros familiares têm rendimentos mais baixos do que as que vivem sós, embora muitas destas padeçam das mesmas dificuldades económicas, ou mesmo piores, tendo em conta que não podem contar com o apoio do rendimento colectivo. No sentido económico, viver com outros é sem dúvida mais protector do que viver sozinho, a menos que se tenha um rendimento elevado que apenas está ao alcance de uma minoria. Deste modo, a distribuição do rendimento mostra que a conjugalidade está associada a uma vida economicamente mais desafogada e que os baixos rendimentos individuais, embora estejam mais presentes entre as pessoas que vivem com outros familiares, acabam por penalizar também a maioria das pessoas que vivem sozinhas, pois o rendimento que auferem não se integra numa economia familiar.

Quadro 1.3 Composição e dimensão familiares (%)

	Em casal	Sozinho	Outras situações familiares	Total
<i>(Total absoluto)</i>	<i>(662)</i>	<i>(201)</i>	<i>(137)</i>	<i>(1000)</i>
Sexo				
Homens	54,5	32,8	14,5	44,7
Mulheres	45,5	67,2	85,5	55,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

	Em casal	Sozinho	Outras situações familiares	Total
<i>(Total absoluto)</i>	<i>(662)</i>	<i>(201)</i>	<i>(137)</i>	<i>(1000)</i>

Idade

50-59 anos	39,7	17,5	38,7	35,1
60 a 74 anos	47,1	41,5	37,2	44,6
75 ou mais anos	13,1	41,0	24,1	20,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Estado civil

Casado	95,9	1,0	0,0	63,9
Separado/divorciado	1,1	29,6	22,1	9,6
Viúvo	1,1	56,8	58,8	20,2
Solteiro	1,8	12,6	19,1	6,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Ocupação

Empregado	29,4	13,1	21,9	25,1
Desempregado	8,1	4,5	10,2	7,7
Reformado/pré-reformado	42,8	57,8	40,9	45,6
Reformado por invalidez	10,8	15,1	13,9	12,1
Outras situações	8,8	9,5	13,1	9,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Situação perante o trabalho

Activo	37,4	17,5	32,1	32,7
Não activo	62,6	82,5	67,9	67,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Escolaridade

Não sabe ler nem escrever	3,6	10,4	11,9	6,1
1º ciclo do ensino básico	51,8	53,2	50,0	51,9
2º ciclo do ensino básico	7,1	5,5	5,2	6,5
3º ciclo do ensino básico	14,4	11,9	15,7	14,1
Secundário	11,1	8,0	11,2	10,5
Superior	12,0	10,9	6,0	11,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

	Em casal	Sozinho	Outras situações familiares	Total
<i>(Total absoluto)</i>	<i>(662)</i>	<i>(201)</i>	<i>(137)</i>	<i>(1000)</i>
Classe subjectiva				
Classe baixa	53,2	55,3	66,2	55,3
Classe média	42,0	40,4	33,1	40,5
Classe alta	4,8	4,3	0,8	4,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>(Total absoluto)</i>	<i>(614)</i>	<i>(209)</i>	<i>(136)</i>	<i>(959)</i>
Rendimento individual				
Nenhum	11,4	12,3	13,6	11,9
Até 350 €	25,6	29,6	34,5	27,6
351-500 €	16,3	23,5	22,7	18,6
501-800 €	16,7	14,2	14,5	15,9
801-1500 €	17,0	13,0	11,8	15,5
1501-2500 €	8,8	5,6	1,8	7,2
Mais de 2500 €	4,2	1,9	0,9	3,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>(Total absoluto)</i>	<i>(472)</i>	<i>(161)</i>	<i>(82)</i>	<i>(715)</i>

1.2 Isolamento social, solidão e viuvez

Um dos objectivos da análise das transições familiares e das reconfigurações do quadro de vida foi chamar a atenção para o número de pessoas que vivem sós, em particular nas idades mais avançadas. Segundo os dados apurados, as pessoas com mais de 75 anos que vivem sozinhas representam quase 10 por cento do total dos inquiridos. A transição para a vida a sós depois da dissolução do casal, principalmente por morte do cônjuge, mas também por divórcio ou separação, não é, como referimos, a única transição possível, havendo a possibilidade de outras reconfigurações familiares. Contudo, é a mais importante, não só por causa do seu actual peso percentual mas também pelo seu previsível aumento. Com efeito, em virtude das mudanças das estruturas familiares, a vida a sós tenderá a aumentar em todos os grupos etários, incluindo os de idade mais avançada (Fernandes, 2008).

Nestas idades, o facto de viver só é rapidamente associado à solidão. A ideia de que as pessoas mais velhas estão simultaneamente separadas dos outros e dependentes deles, especialmente quando está em causa a capacidade funcional e cognitiva, faz com que a vida a sós seja entendida como um

problema social. Mesmo que a vida a sós não constitua um quadro de vida exclusivo das pessoas mais velhas, a vivência dessa situação nestas idades não é necessariamente idêntica à de outros grupos etários. Contrariamente aos grupos mais jovens, para quem a vida a sós é frequentemente voluntária e desejada, nos mais velhos ela decorre, na maior parte das vezes, de acontecimentos que não dependem do próprio, como a partida dos filhos ou a morte do cônjuge. Nestes casos, não se escolhe viver sozinho; fica-se a viver só. Ainda que possa constituir uma situação involuntária ou não procurada, não significa forçosamente que seja uma situação indesejada, ou que provoque necessariamente solidão (Gierveld & Havens, 2004). Ela pode ser positivamente vivida, como acontece quando surge associada a uma condição solitária que se traduz por trabalhar ou viver sozinho(a), experiência realizada inclusive nas idades mais jovens.

Mas sê-lo-á também no caso dos mais velhos? Existem ideias de dependência e de protecção em relação aos mais velhos que parecem ignorar que a solidão não é um sentimento que lhes esteja exclusivamente reservado. Tudo depende dos sentimentos e expectativas associados a esta vivência. A solidão é simultaneamente uma experiência e um sentimento. Sentir-se só é um sentimento frequente que afecta praticamente todas as pessoas em algum momento das suas vidas, pelo menos desde a adolescência. É na acepção de sentimento que aparece mais abundantemente tratado na literatura, em particular na poesia. Como experiência, a solidão surge associada a situações nas quais o indivíduo “geralmente se sente desamparado e privado de apoio e companhia amiga” (Gibson, 2000: 2), como acontece, por exemplo, em determinadas situações de migração, de exclusão ou de envelhecimento. Nestes casos, mais do que uma manifestação emocional que, por muito violenta que seja, se condensa num episódio mais ou menos curto que se esquece mais cedo ou mais tarde, estão em causa durações existenciais que se prolongam no tempo e persistem nas memórias biográficas dos indivíduos. A solidão é, assim, uma reconstrução da experiência, uma narrativa do estar ou do sentir-se só num dado lugar e momento da vida.

Independentemente de poder ser vivida como sentimento ou como experiência, é possível distinguir, segundo Gibson (2000), vários tipos de solidão, uns mais comuns do que outros. Pode pensar-se na solidão como um isolamento físico dos outros, que impede que possamos encontrá-los ou interagir com eles, como acontece frequentemente com as pessoas que vivem sozinhas. Numa interpretação mais comum, a solidão pode ser vista como um «estado de alma», resultante do sentimento de rejeição por parte de outros e de exclusão das actividades que estes desenvolvem e nas quais se desejaria participar. Este sofrimento que resulta do sentimento de ser posto de lado ou ignorado pelos outros com os quais se desejaria interagir é experimentado

pela maioria das pessoas em algum momento das suas vidas e, ainda que nem sempre seja traumático, não deixa habitualmente de produzir marcas negativas na auto-estima, podendo em alguns casos alimentar estados depressivos.

É neste segundo sentido que começaremos por analisar a solidão à luz dos resultados do inquérito, tendo em conta o isolamento físico relativamente aos outros, consubstanciado nas três situações que temos vindo a analisar: a vida em casal, a sós e com outros familiares. O indicador em análise é a frequência com que homens e mulheres dizem ter-se sentido sozinhos na última semana. A primeira observação indica que a solidão é um sentimento mais feminino do que masculino. Com efeito, cerca de um terço das mulheres dizem experienciá-lo *algumas* ou *muitas vezes*, enquanto apenas dois em cada dez homens assinalam uma frequência equivalente. Sem entrar na discussão das questões de género para as quais este dado aponta, tal diferença percentual pode também estar relacionada com a desigual distribuição pelos quadros de vida, que é um dos ângulos de análise da solidão que nos interessa desenvolver. Sabemos que os homens estão menos presentes nas situações mais vulneráveis à solidão, especialmente a vida a sós, pelo que esta razão poderia ajudar a explicar a diferenças de solidão entre homens e mulheres, desde que a conjugalidade aparecesse associada a uma menor solidão. Com efeito, esta relação é facilmente validada: 82,4 por cento dos homens e 67,7 por cento das mulheres que vivem em casal dizem nunca ter experienciado solidão, pelo menos durante a última semana (Quadro 1.4). Nada que se compare ao que se verifica com as pessoas que vivem a sós ou com outros familiares. Metade destas últimas e um pouco mais das que vivem sozinhas assinalam sentimentos intensos (*muitas vezes*) ou relativamente intensos (*algumas vezes*) de solidão.

Quadro 1.4 Solidão e isolamentos social segundo o quadro de vida (%)

	Em casal	Sozinho	Com outras pessoas	Total
Frequência com que se sentiu sozinho na última semana				
Homens				
Nunca	82,4	33,3	40,0	73,2
Raramente	8,4	12,1	10,0	9,0
Algumas vezes	7,0	39,4	30,0	12,8
Muitas vezes	2,2	15,2	20,0	5,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
(Total absoluto)	(358)	(66)	(20)	(444)

	Em casal	Sozinho	Com outras pessoas	Total
Frequência com que se sentiu sozinho na última semana				
Mulheres				
Nunca	67,7	34,1	52,2	56,2
Raramente	9,0	11,9	9,6	9,8
Algumas vezes	17,7	24,4	23,5	20,5
Muitas vezes	5,7	29,6	14,8	13,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>(Total absoluto)</i>	<i>(300)</i>	<i>(135)</i>	<i>(115)</i>	<i>(550)</i>

Se não viver ou não voltar a viver em casal, sentir-se-á só?

Homens				
Sim	-	16,1	40,0	22,0
Um pouco	-	27,4	5,0	22,0
Não	-	56,5	55,0	56,1
Total	-	100,0	100,0	100,0
<i>(Total absoluto)</i>		<i>(62)</i>	<i>(20)</i>	<i>(82)</i>
Mulheres				
Sim	-	14,6	5,2	10,2
Um pouco	-	16,9	19,8	18,3
Não	-	68,5	75,0	71,5
Total	-	100,0	100,0	100,0
<i>(Total absoluto)</i>	-	<i>(130)</i>	<i>(116)</i>	<i>(246)</i>

Gostaria de viver ou voltar a viver em casal?

Homens				
Sim	-	37,5	25,0	34,2
Sim, mas não agora	-	17,9	30,0	30,0
Não	-	44,6	45,0	45,0
Total	-	100,0	100,0	100,0
<i>(Total absoluto)</i>		<i>(56)</i>	<i>(20)</i>	<i>(76)</i>
Mulheres				
Sim	-	6,1	6,2	6,1
Sim, mas não agora	-	3,1	6,2	4,5
Não	-	90,8	87,6	89,3
Total	-	100,0	100,0	100,0
<i>(Total absoluto)</i>	-	<i>(131)</i>	<i>(113)</i>	<i>(244)</i>

Estes resultados permitem evidenciar alguns aspectos da solidão, tal como é experienciada pelas pessoas acima de 60 anos. Se é verdade que o isolamento social que se presume existir nas pessoas que vivem sozinhas pode ser apontado como uma causa importante da solidão, o facto de aqueles que vivem com outros familiares experienciarem o mesmo sentimento com uma intensidade semelhante leva a supor que a co-residência não é suficiente para evitá-lo ou reduzir a sua intensidade. A solidão existe na co-presença de outros e não apenas quando há isolamento físico ou social. Porém, a comparação destes dois quadros de vida com o das pessoas que vivem em casal revela que a conjugalidade atenua fortemente o sentimento de solidão. É evidente que algumas delas, sobretudo as mulheres, não deixam de o experienciar, mas nada que se compare ao peso percentual que tem nas outras duas situações. A conjugalidade associa um sentido de proximidade, ou mesmo de intimidade, que está habitualmente ausente nas pessoas que vivem com outros familiares. É a ausência deste sentido de proximidade ou de intimidade que torna a solidão destas últimas mais próxima daquelas que vivem sozinhas. No entanto, é importante não generalizar o sentimento de solidão, inclusivamente nas duas situações mais propensas a experienciá-lo, porquanto cerca de metade delas dizem que nunca ou raramente se sentiram sozinhas durante o período de referência.

Mesmo que os dados mostrem uma relação inversa entre a conjugalidade e a solidão, nem por isso a possibilidade de um novo relacionamento conjugal é vista como desejável pela maioria dos que não vivem em casal, enquanto forma de evitar ou atenuar esse sentimento. A maioria deles é clara ao afirmar que não se sentirá mais só pelo facto de não voltar ou de nunca viver em casal. As mulheres afirmam-no mais do que os homens: 71,5 por cento, contra 56,1 por cento (Quadro 1.4). A distinção entre os que vivem sozinhos e os que vivem com outros familiares faz pouca diferença; o género é que conta. Apesar de serem elas a experienciar mais frequentemente a solidão, são também elas que recusam, com maior firmeza, uma alternativa conjugal. Aliás, a possibilidade de reiniciar uma relação conjugal não é prevista, habitualmente, pelas pessoas que não vivem em casal, embora aqui as diferenças entre homens e mulheres sejam bastante maiores: eles são 45 por cento e elas 89,3 por cento (Quadro 1.4) a responder *não* à pergunta sobre se gostaria de viver em casal ou de voltar a viver nessas condições. A propensão conjugal seria, nestas idades, mais masculina do que feminina, sem que se observem diferenças expressivas entre os que vivem sós e os que vivem com outros familiares.

A idade ajuda sem dúvida a esclarecer esta recusa perante uma nova relação conjugal. Apesar de a base numérica dos resultados ser relativamente diminuta, pois refere-se apenas aos inquiridos que não vivem em casal, a

distribuição dos resultados vai no sentido de mostrar uma diminuição do desejo de viver ou de voltar a viver em casal com o aumento da idade. Quer nos homens, quer nas mulheres, mais de metade das pessoas de 50-59 anos revela o desejo de ter uma vida conjugal num horizonte mais ou menos próximo, porém, à medida que se transpõe a fronteira superior desse intervalo etário, esse desejo diminuiu, traduzindo-se no aumento das respostas negativas, embora não de uma forma linear, talvez devido à reduzida base numérica que sustenta as percentagens. Seja como for, é claro que o aumento da idade afasta o cenário de novos relacionamentos conjugais.

Quadro 1.5 Expectativa de viver ou voltar a viver em casal segundo a idade e o estado civil

	Sim	Sim, mas não agora	Não	Total
Idade				
Homens				
50-59 anos	52,0	62,5	20,0	39,5
60 a 74 anos	20,0	31,2	45,7	34,2
75 ou mais anos	28,0	6,2	34,3	26,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>(Total absoluto)</i>	<i>(25)</i>	<i>(16)</i>	<i>(35)</i>	<i>(76)</i>
Mulheres				
50-59 anos	50,0	75,0	17,9	22,8
60 a 74 anos	31,2	8,3	42,2	39,8
75 ou mais anos	18,8	16,7	39,9	37,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>(Total absoluto)</i>	<i>(16)</i>	<i>(12)</i>	<i>(218)</i>	<i>(246)</i>
Estado civil				
Homens				
Casado	3,8	0,0	0,0	1,3
Separado/divorciado	42,3	46,7	26,5	36,0
Viúvo	30,8	20,0	61,8	42,7
Solteiro	23,1	33,3	11,8	20,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>(Total absoluto)</i>	<i>(26)</i>	<i>(15)</i>	<i>(34)</i>	<i>(75)</i>
Mulheres				
Casado	0,0	0,0	1,9	1,7
Separado/divorciado	40,0	36,4	19,0	21,1
Viúvo	33,3	27,3	68,1	64,0
Solteiro	26,7	36,4	11,1	13,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>(Total absoluto)</i>	<i>(15)</i>	<i>(11)</i>	<i>(216)</i>	<i>(242)</i>

Porém, como o efeito da idade faz sentir-se sobretudo nas faixas etárias mais avançadas, esse afastamento tem também de ser equacionado à luz da viuvez. Independentemente do facto de os viúvos constituírem um grupo mais numeroso (20%) do que o dos solteiros ou dos divorciados/separados, eles recusam mais intensamente a possibilidade de uma nova relação conjugal, sem que haja diferenças importantes entre viúvos (61,8%) e viúvas (68,1%). Em contrapartida, os solteiros e os divorciados/separados estão mais representados nas duas respostas afirmativas, tendo em conta o seu peso numérico na população (Quadro 1.5). Por outras palavras, os solteiros e os divorciados/separados alimentam aspirações conjugais, enquanto os viúvos as rejeitam.

O contraste entre estes dois grupos sugere que, para os viúvos, a vida conjugal passada, possivelmente longa, constituirá uma razão dissuasora de novas relações conjugais durante o envelhecimento, independentemente de se tratar de homens ou de mulheres. Esta equivalência é inusitada porque verificamos que as aspirações conjugais femininas são mais baixas do que as masculinas, mas quando se considera a viuvez as diferenças desaparecem. Deste modo, a mais forte propensão masculina para considerar projectos conjugais ficaria assim a dever-se aos solteiros e aos divorciados/separados, não aos viúvos.

A viuvez constitui um ponto de viragem na trajectória conjugal e familiar que é responsável, como vimos, por uma boa parte da vivência a sós. A perda do cônjuge que, para cerca de metade (45,5%), ocorreu há menos de dez anos, é, evidentemente, a causa das reduzidas expectativas dos viúvos em relação a uma nova vida conjugal. A avaliar pelas respostas dos inquiridos, o peso das memórias passadas parece ser determinante. Com efeito, para a maior parte deles, sejam homens ou mulheres, a viuvez é um sentimento intenso, que se traduz nas elevadas percentagens das categorias *muito frequentemente* e *frequentemente* à pergunta sobre a frequência com que pensa na perda do cônjuge (Quadro 1.6). É verdade que essa intensidade tende a diminuir com a passagem dos anos, sobretudo nos homens, sem, contudo, deixar de ser expressiva. Por exemplo, nos homens, a conjugação dessas duas categorias de respostas diminui de 90 por cento para cerca de um terço quando se passa do período de viuvez de menos de dez anos para o de 20-29 anos; nas mulheres, nos mesmos períodos, praticamente não se altera, passando de 74 por cento para 71,4 por cento, diminuindo para cerca de metade quando a duração da viuvez é superior a 30 anos. Os efeitos da viuvez, ainda que intensos para ambos, seriam mais persistentes nas mulheres do que nos homens.

Quadro 1.6 A vivência da viuvez segundo a sua duração

	Menos de 10 ano	10-19 anos	20-29 anos	30 ou mais anos	Total
Total	45,5	32,1	12,8	10,7	100,0
(Total absoluto)	(91)	(62)	(26)	(21)	(201)
Frequência com que se pensa na perda do cônjuge					
Homens					
Nunca	0,0	6,7	0,0	-	2,6
Raramente	-	-	-	-	-
Algumas vezes	10,0	26,7	66,7	-	21,1
Frequentemente	15,0	20,0	0,0	-	15,8
Muito frequentemente	75,0	46,7	33,3	-	60,5
Total	100,0	100,0	100,0	-	100,0
(Total absoluto)	(20)	(15)	(3)	-	(38)
Mulheres					
Nunca	5,8	10,4	9,5	9,5	8,2
Raramente	2,9	12,5	9,5	9,5	7,5
Algumas vezes	17,4	35,4	9,5	28,6	23,3
Frequentemente	18,8	8,3	14,3	23,8	15,7
Muito frequentemente	55,1		57,1	28,6	45,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
(Total absoluto)	(69)	(12)	(21)	(21)	(159)

1.3 Trabalho, reforma e inactividade

A transição entre a actividade e a inactividade é outra das mudanças que tende a ocorrer ao longo do envelhecimento. Para a maioria dos indivíduos, esta transição ocorre quando se atinge a idade de reforma, fazendo com que o início desta seja socialmente visto como o limiar de uma outra idade de vida. Uma idade em que o trabalho deixa de ser obrigatório para assegurar a sobrevivência económica, na medida em que o rendimento é garantido através das instituições de protecção social. Aquando da sua institucionalização, a reforma foi considerada um direito a um tempo de descanso completamente liberto do trabalho, uma compensação por um longo período de trabalho e de contribuições obrigatórias (Fernandes, 1997). Evidentemente, nem todos os indivíduos cessavam a actividade profissional no momento da reforma, prolongando-a enquanto tivessem condições físicas, cognitivas e motivacionais para a exercer. Mas para a maioria deles, sobretudo os que compunham as fileiras do salariedade, a reforma marcava o fim da actividade profissional.

Esta cessação dava origem a uma mudança social entre o mundo do trabalho e um tempo que passa a ser, pelo menos idealmente, todo ele de tempos livres, sem obrigações nem constrangimentos, além daqueles que as circunstâncias económicas e de saúde determinaram.

À medida que as condições de vida melhoravam e, sobretudo, devido ao aumento da longevidade para limiares historicamente desconhecidos, a reforma deixou de ser um tempo de compensação por uma vida árdua e longa de trabalho, vivido em muitos casos em condições de saúde pouco satisfatórias e tendo uma duração relativamente curta, para passar a ser um tempo de pós-trabalho — um tempo a inventar fora dos constrangimentos profissionais e, em muitos casos, familiares, que durará enquanto o indivíduo mantiver a sua autonomia face aos outros. O aumento do período de vida entre o fim do trabalho e a fase em que o indivíduo deixa de ser capaz de assegurar a sua autonomia não resultou apenas do aumento da longevidade, mas também do recuo da idade de reforma, que permitiu atingi-la cada vez mais cedo e em melhores condições de saúde que, por sua vez facilitaram também os progressos da longevidade. A existência de um período de pós-trabalho, longo e em boas condições de saúde, pressupôs igualmente uma economia com níveis de produtividade e crescimento compatíveis com níveis crescentes de bem-estar.

No momento presente, o tempo do pós-trabalho convoca reformulações. Logo que a economia começou a dar sinais de que dificilmente asseguraria a reforma do número crescente de pessoas que dela beneficiam por períodos cada vez mais longos, os governos começaram, um pouco por todo o lado, a aprovar medidas no sentido do aumento da idade de reforma, visando exactamente reduzir o período do pós-trabalho e diminuir os riscos associados à sustentabilidade económica do sistema de segurança social (Mendes, 2011). Há, assim, pelo menos no curto prazo, uma tendência de contracção, sobretudo em relação à geração mais recente de reformados, do período expectável de vida pós-trabalho. Ainda que esta tendência possa ser parcialmente compensada pelos ganhos da longevidade, que se reflecte no alongamento final do curso de vida, é previsível assistir-se nos próximos tempos a um adiamento da idade de entrada na reforma.

Este adiamento, ainda que possa ser interpretado como um sinal de declínio económico e do bem-estar da sociedade, não é necessariamente negativo, independentemente do impacto positivo na sustentabilidade da segurança social. Conforme os pressupostos teóricos do envelhecimento activo, o trabalho é um elemento essencial de integração social (Walker, 2002). Nem tudo são vantagens num tempo longo de pós-trabalho e muitos daqueles que não têm condições económicas ou de saúde suficientemente satisfatórias para dele tirarem partido, podem ver diminuir o seu bem-estar

com o afastamento do mercado de trabalho. Com efeito, a ligação aos outros, o sentido da utilidade e de participação sociais, além, naturalmente, de benefícios económicos entre outros, são mais facilmente assegurados através da participação no mundo do trabalho do que fora dele.

Porém, manter a ligação ao trabalho de forma produtiva depende também das condições motivacionais, sobretudo a partir do momento em que os efeitos da idade, associados às trajectórias profissionais longas, começam a fazer-se sentir. É exactamente para responder aos problemas do envelhecimento da população activa que os teóricos do envelhecimento activo defendem uma reformulação da transição entre a actividade e a inactividade, de modo a que esta não represente uma passagem brusca, mas antes flexível e gradual comportando diferentes possibilidades.

O prolongamento da vida activa, seja em consequência directa do aumento da idade de reforma, seja por uma eventual generalização de alguns princípios e práticas defendidos pelos teóricos do envelhecimento activo, cuja evidência é ainda muito ténue, pelo menos em Portugal, representa evidentemente problemas e desafios. A acção governativa tem revelado maior propensão para tomar medidas no sentido de aliviar os orçamentos sociais e as despesas com as pensões do que em considerar mudanças profundas no sentido de adequar o mercado de trabalho ao envelhecimento da população activa. O envelhecimento é sobretudo encarado pelos impactos negativos na sustentabilidade da segurança social. O seu impacto em termos de produtividade é menos equacionado, mas pode pressupor-se que, sem uma adequação do trabalho ao envelhecimento, o prolongamento da vida activa dificilmente será benéfico, atendendo a que, em Portugal, os níveis de qualificação continuam pouco elevados e os de saúde, apesar de terem melhorado ao longo das últimas décadas, são ainda pouco satisfatórios em determinados segmentos da população activa, especialmente na mais envelhecida.

Na perspectiva da produtividade, o aumento da idade da reforma é susceptível de trazer problemas adicionais ao envelhecimento da população activa, não só em termos de condições de saúde, em especial, embora não exclusivamente, das profissões e actividades mais expostas ao esforço físico, mas também em termos de formação, em virtude do seu acelerado desajustamento às exigências tecnológicas, tornando a segunda parte da carreira mais exposta a riscos e mais difícil de gerir. Também as expectativas sociais relativas à reforma, que até há bem pouco tempo alimentavam uma idade de reforma mais precoce, se confrontam hoje com uma reconversão forçada que não ajuda a desenvolver o clima motivacional que os teóricos do envelhecimento activo consideram necessário para um prolongamento voluntário e produtivo da vida profissional.

1.3.1 Trajectos profissionais: início, interrupções e actual ocupação

No que respeita à reforma, vivemos num tempo de mudança que afecta de modo distinto as várias gerações de reformados – a geração que está actualmente reformada e as gerações que o farão dentro de alguns anos. A reforma significa coisas diferentes para os que a vivem e para os que são activos, variando igualmente em função dos trajectos através dos quais se consumou ou irá consumir-se a passagem entre a actividade e a inactividade. O inquérito procurou conhecer estes diferentes grupos e trajectos a fim de caracterizar não só a condição de reformado na sociedade, mas também para perceber a relação entre trabalho e reforma na sociedade portuguesa à luz da recente tendência para o prolongamento da vida profissional, quer seja analisada sob o paradigma do envelhecimento activo, quer seja vista sob o ângulo das restrições orçamentais impositivas devido aos desequilíbrios financeiros que resultam do rácio entre activos e inactivos.

O retrato ocupacional traçado pelo inquérito aponta para a presença de apenas 32,5 por cento de activos entre a população com mais de 50 anos (Quadro 1.7). Exceptuando as outras situações (9,6%), compostas sobretudo por mulheres que se ocupam do lar (domésticas), os inactivos são maioritariamente reformados, evidenciando-se a percentagem dos reformados por invalidez (12,1%). Esta distribuição reflecte, naturalmente, a composição etária da população em causa, que se traduz na percentagem de reformados, mas também as relações de género consubstanciadas na sub-representação feminina na população activa e, inversamente, no seu peso desproporcionado em determinadas categorias de inactivos, especialmente na categoria *outras situações*.

Quadro 1.7 Situação perante o trabalho segundo o sexo

Ocupação	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Empregado	128	28,8	121	22,1	249	25,0
Desempregado	39	8,8	37	6,8	76	7,7
Reformado/pré-reformado	221	49,7	231	42,2	452	45,5
Reformado por invalidez	42	9,4	78	14,2	120	12,1
Outras situações	15	3,4	81	14,8	96	9,7
Total	445	100,0	548	100,0	993	100,0

O inquérito recolheu alguns elementos, como a idade com que se começou a trabalhar ou o tempo de interrupção da actividade profissional, que permitem definir algumas das tendências das trajectórias profissionais

anteriores às actuais situações ocupacionais. Atendendo a que elas envolvem processos desiguais que se desenrolam no tempo, essas tendências têm de ser analisadas à luz da geração, da idade e do sexo. A idade do início profissional ou com que se começou a trabalhar, já que nem sempre há uma correspondência perfeita entre os dois termos, constitui um elemento crítico na caracterização das trajectórias profissionais. Idades mais precoces ou mais tardias de iniciação reflectem essencialmente os tempos mais curtos ou mais longos da escolaridade dos indivíduos, que variam social e geracionalmente. Na amostra inquirida, apenas 4 por cento dos entrevistados declararam nunca ter trabalhado a tempo inteiro, uma percentagem abaixo da categoria ocupacional *doméstica* (7%). O trabalho faz, portanto, parte da vida das gerações inquiridas. Esta omnipresença não se traduz, no entanto, nas mesmas durações das trajectórias profissionais. Não sendo legítimo compará-las, porquanto algumas delas, principalmente as dos indivíduos mais novos, se encontram ainda em desenvolvimento, resta comparar a idade com que se entrou no mercado de trabalho.

Um dos resultados mais salientes diz respeito à idade relativamente precoce com que os indivíduos inquiridos começaram a trabalhar. A maior parte antes dos 16 anos e muitos deles com idades bem abaixo deste limiar (Quadro 1.8). Apenas na geração mais nova, entre 50-59 anos, a idade abaixo de 16 anos deixa de ser maioritária, mas mesmo assim as percentagens mantêm-se elevadas. Nas gerações mais velhas, as percentagens são sempre elevadas, sobretudo nos homens. Por exemplo, 3/4 dos homens de mais de 75 anos começaram a trabalhar antes dos 16 anos. Para a maioria das pessoas com mais de 50 anos, as trajectórias profissionais começaram cedo, em alguns casos bastante cedo, pelo menos à luz dos actuais critérios laborais. Este início precoce reflecte uma escolaridade curta, uma actividade essencialmente manual e vidas activas longas. Estes factos não poderão deixar de se repercutir na fase final do curso de vida, ou seja, no período da reforma em que a maior deles se encontra.

Quadro 1.8 Idade com que começou a trabalhar e tempo de interrupção da vida profissional segundo o sexo e a idade

	Homens				Mulheres				Total
	50-59	60-74	+ 75	Total	50-59	60-74	+ 75	Total	
Idade com que começou a trabalhar									
Menos de 16 anos	47,9	63,5	74,1	59,4	38,1	54,4	62,9	50,5	54,7
16-20 anos	36,4	18,0	16,1	24,6	37,5	26,7	14,7	28,0	26,4
21 ou mais anos	15,7	18,5	9,8	16,0	24,4	18,9	22,4	21,6	19,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

	Homens				Mulheres				Total
	50-59	60-74	+ 75	Total	50-59	60-74	+ 75	Total	
Tempo de interrupção da vida profissional									
Nenhum	47,9	55,7	70,5	55,3	36,9	58,4	82,0	55,8	55,5
Menos de 1 ano	7,0	3,5	4,9	5,1	5,8	6,7	6,0	6,2	5,7
1-2 anos	28,1	15,0	9,7	19,1	18,6	14,3	3,7	13,6	16,3
3-4 anos	5,8	21,7	9,9	13,7	13,4	7,4	3,8	8,8	11,1
Mais de 5 anos	11,1	4,0	5,0	6,9	25,3	13,2	4,5	15,6	11,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

No entanto, é visível de geração para geração uma quebra contínua, quer nos homens, quer nas mulheres, da iniciação precoce ao trabalho, resultado, sem dúvida, do avanço da escolaridade, dos progressos da legislação laboral e, possivelmente, da diminuição da importância da actividade agrícola familiar, que durante muito tempo compatibilizou uma escolaridade básica ou mesmo nula com uma iniciação precoce ao mundo de trabalho. Da geração masculina mais velha para a mais nova há uma quebra de cerca de 25 pontos percentuais, passando de 74,1 por cento para 47,9 por cento (Quadro 1.8). Nas mulheres, a diminuição é da mesma ordem. Portanto, um recuo significativo da iniciação laboral precoce ao longo do tempo.

Quanto à relação entre homens e mulheres, a distribuição mostra que a iniciação precoce é mais importante neles, qualquer que seja a geração. É possível que parte destas diferenças se deva ao modo como a pergunta está formulada, que remete mais facilmente para actividades assalariadas realizadas a tempo inteiro, em que os homens estão mais presentes, do que para actividades associadas ao espaço doméstico através das quais muitas mulheres, com particular evidência nos meios rurais, se iniciavam no trabalho. Nesta interpretação, a iniciação mais precoce dos homens reflectiria antes a situação perante o trabalho ou a actividade profissional do que o trabalho propriamente dito. Em todo o caso, continuaria a verificar-se uma posição desigual perante o trabalho, com as mulheres desproporcionalmente representadas nas actividades que ocorrem no espaço doméstico.

O segundo elemento de caracterização das trajectórias profissionais refere-se ao tempo de interrupção da actividade profissional. Trajectórias desenvolvidas de forma ininterrupta ou, pelo contrário, com entradas e saídas frequentes e suspensões temporárias da actividade profissional têm consequências distintas em termos de remuneração; na progressão na carreira, quando esta possibilidade existe; e na duração da própria trajectória profissional, que constitui um factor condicionante dos direitos da passagem

à reforma. No que respeita às interrupções profissionais, geração e sexo são também as duas variáveis a ter em conta. Um pouco mais de metade dos inquiridos diz nunca ter tido períodos de interrupção do trabalho. Nos que assinalam interrupções, o período mais vezes referido é de um a dois anos (16,3%) e o menos referido é o de menos de um ano (5,7%). Os restantes, representando quase um em cada quatro inquiridos, assinalam períodos acima de três anos (Quadro 1.8). A tendência, portanto, é para a maioria não indicar interrupções e de um quarto dos inquiridos apontar para períodos de interrupção da actividade profissional tendencialmente elevados.

A interrupção da actividade profissional apresenta uma dinâmica geracional que se traduz no seu crescimento da geração mais velha para a mais nova. Entre estas duas gerações, há uma quebra de cerca de 20 por cento nos homens e de 40 por cento nas mulheres. A geração de mais de 75 anos conhece poucas interrupções profissionais e, quando as assume, tende a distribuí-las de uma forma mais ou menos homogénea pelos períodos em causa. Na geração mais nova, entre 50-59 anos, as interrupções são mais frequentes e aumenta a variabilidade entre as durações dos períodos fora do mercado de trabalho. Esta tendência de crescimento dos períodos de interrupção da actividade profissional pode reflectir não só mudanças na composição da população e na economia, por exemplo, o maior assalariamento em virtude da diminuição do campesinato e dos trabalhadores independentes que faz com que aumente a exposição ao desemprego, mas também nas políticas sociais que consagram direitos que legitimam o afastamento temporário do mercado de trabalho, como a maternidade, a doença ou mesmo o desemprego. O surgimento destes direitos promove períodos de interrupção da actividade profissional, principalmente nas gerações que deles mais beneficiaram.

Quanto às diferenças entre homens e mulheres, bem como à sua evolução, elas são importantes, como demos a entender quando referimos o aumento da interrupção da actividade profissional entre a geração mais velha e a mais nova. Com efeito, na geração de mais de 75 anos, as mulheres dizem mais vezes do que homens nunca tê-la interrompido (respectivamente, 82% e 70,5%). Na geração de 50-59 anos, as posições invertem-se, passando as mulheres a indicar interrupções mais frequentes (Quadro 1.8). As razões avançadas para as interrupções, que analisaremos a seguir, ajudarão, sem dúvida, a compreender esta troca de posições, que estará, pelo menos em algumas delas, relacionada com as mudanças na economia e as suas repercussões no desemprego e com o surgimento dos direitos sociais atrás referidos, que estão entre as explicações possíveis para o aumento das interrupções da actividade profissional. É de admitir que estes factores explicativos possam também ser responsáveis, pelo menos parcialmente, pela tendência feminina

de aumento dos tempos de interrupção, particularmente visível na geração mais nova. Nesta geração, em comparação com os homens, as mulheres aparecem nos tempos de interrupção mais longos, designadamente de 3-4 anos e de 5 ou mais anos.

Os motivos pelos quais se deixa de trabalhar, temporariamente na maioria dos casos e definitivamente em alguns, são bastante marcados pelo género (Quadro 1.9). A hierarquia masculina destaca, em primeiro lugar, o serviço militar (61,5%) e, em segundo, o desemprego (23,8%). A doença ou outra razão são também motivos com alguma importância. A hierarquia feminina é mais dispersa, com quatro motivos mais ou menos semelhantes. Na primeira posição surgem as razões associadas à esfera reprodutiva, como cuidar das tarefas do lar ou cuidar dos filhos (29,7%), às quais se juntam as razões conexas da maternidade (21,3%) e, numa parte dos casos, de doença (27%). Esta última razão é bastante mais vezes assinalada pelas mulheres, reforçando a sua vinculação à esfera reprodutiva, ao contrário do que acontece com o desemprego, em que a convergência em relação aos homens é maior, apesar de estarem um pouco mais expostas (26,8%).

Quadro 1.9 Razões de interrupção do trabalho segundo o sexo e a idade

Razões de interrupção do trabalho	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Licença de maternidade	1	0,6	53	21,3	54	11,9
Tratar da casa/cuidar dos filhos	0	0	74	29,7	74	29,7
Serviço militar	126	61,5	1	0,3	127	28,0
Continuar os estudos	4	2,0	3	1,3	7	1,6
Desemprego	49	23,8	67	26,8	115	25,4
Doença, internamento, reabilitação	31	15,2	67	27,0	98	21,7
Outra razão	21	10,4	45	17,9	66	14,5
Total	205	100,0	248	100,0	453	100,0

O facto de o serviço militar ser o principal motivo masculino ajuda a explicar por que razão a geração de mais de 75 anos apresenta uma interrupção da actividade profissional superior à das mulheres, ao contrário do que se verifica com as gerações mais novas. Com efeito, a mobilização militar em consequência da guerra colonial afectou uma boa parte da geração mais velha que se encontrava a trabalhar, pois a transição para o mercado naquela época ocorria, como se viu, bastante cedo. Para as gerações seguintes, a transição para o mercado de trabalho começou verdadeiramente a ser feita depois do serviço militar. Se a esta tendência se juntar o desenvolvimento progressivo

de determinados direitos sociais relacionados com a esfera reprodutiva, que dizem basicamente respeito às mulheres, identificam-se algumas das razões que poderão explicar a inversão dos tempos de interrupção da actividade profissional entre homens e mulheres ao longo das diferentes gerações.

1.3.2 Da actividade à reforma: duração, trabalho e satisfação

Atendendo a que a população inquirida tem mais de 50 anos, a situação ocupacional de reformado é, previsivelmente, a mais numerosa (45,5%), mesmo não levando em consideração os que se reformaram por invalidez, que serão analisados à parte em virtude de a sua trajectória profissional ter sido de algum modo amputada e constituírem, assim, um grupo distinto dos outros reformados. Em relação a estes últimos, tendo em conta não só as medidas no sentido do prolongamento da vida activa, mas também o debate em torno da transição entre a actividade e a inactividade promovido pelos defensores do envelhecimento activo, analisaremos três tipos de questões. Uma primeira relaciona-se com as condições em que ocorre a transição para a reforma. A idade, a duração da trajectória profissional, a situação ocupacional anterior à reforma e a adaptação à mesma são os principais aspectos em foco. A segunda questão é relativa à possibilidade de continuar a trabalhar após a reforma. Identificar quantos, quem e por que razões prolongam ou desejariam prolongar a vida activa pode contribuir para testar a receptividade das ideias do envelhecimento activo sobre a transição entre a actividade e a inactividade. Por último, aborda-se também a questão da satisfação com a condição de reformado, tendo como contraponto a anterior condição de activo e a satisfação em relação à profissão.

O primeiro elemento para caracterizar a transição para a reforma é saber a idade em que ela ocorre. Globalmente, a transição ocorre pouco acima de 60 anos (60,3), bem abaixo da idade convencionalmente considerada como a idade da reforma. No entanto, a idade relativamente precoce da reforma tem de ser contrabalançada pelas trajectórias profissionais bastante longas, acima de quarenta anos em termos médios, que conhecem variações importantes, consoante as variáveis que estejam a ser consideradas.

Uma primeira variação é de natureza geracional. A idade média de reforma, bem como a duração da carreira profissional, diminuem de geração para geração (Quadro 1.10). O grupo de mais de 75 anos é aquele que se reformou mais tarde e trabalhou durante mais tempo. As gerações seguintes apresentam valores mais baixos. Por exemplo, no grupo de 50-59 anos, apenas um em cada dez entrevistados se encontra reformado. Apesar de envolver uma pequena parte deste grupo etário, o facto de nele haver pessoas reformadas reforça a tendência de descida que se observa na idade média de reforma

(60,3 anos) e na duração da trajectória profissional (41,1 anos) da geração de 60 a 75 anos, maioritariamente na inactividade, pelo que os valores em causa, ao contrário do que ocorre com os da geração de 50-60 anos, são praticamente definitivos. Porém, o facto de uma parte desta geração se reformar cedo (em torno dos 53 anos), tem de ser contrabalançado pelas suas trajectórias profissionais relativamente longas, acima de 35 anos, embora abaixo da duração das trajectórias das gerações mais velhas. Obviamente, a precocidade no acesso à reforma por parte desta minoria não deixará de se reflectir na descida da idade média de reforma e da duração da trajectória profissional do conjunto da geração de que fazem parte. Esta tendência pode, contudo, vir a registar uma inflexão no sentido inverso em consequência das medidas governamentais que visam prolongar a vida activa, quer através da limitação da reforma antecipada, quer através do aumento do tempo de trabalho necessário para aceder à reforma, e que virão seguramente a incidir sobre os activos de 50-60 anos.

Outra variação importante tem que ver com o papel da educação, sobretudo no que se refere à duração do tempo de trabalho. Com efeito, entre o grupo menos instruído (não sabe ler nem escrever) e o mais instruído (ensino superior) há quase dez anos de diferença na duração das trajectórias profissionais. Esta diferença recobre também um factor geracional, pois as gerações mais novas são mais instruídas, mas mesmo descontando esta sobreposição, o impacto da educação é bastante significativo. As trajectórias profissionais do grupo mais instruído tendem a ser mais curtas na medida em que pressupõem mais anos de formação e ingressos mais tardios no mercado de trabalho, mas não implicam necessariamente uma saída mais prematura da actividade. Com efeito, a idade média de reforma segundo a instrução não mostra grande variação. Exceptuando o grupo menos instruído, a idade média de reforma segundo a instrução não mostra grande variação, pelo que a longevidade das carreiras profissionais depende sobretudo da idade de entrada no mercado de trabalho.

Diferenças na duração do tempo de trabalho, mas não na idade média de reforma, observam-se também entre homens e mulheres. Os primeiros têm, em geral, tempos mais longos, na ordem de meia dúzia de anos, mas uma idade de reforma idêntica à das mulheres. A diferença nas durações deve ser relacionada com a maior frequência das interrupções da actividade, que, como vimos, afectam mais as mulheres do que os homens.

Outras variáveis, como o rendimento, a classe social subjectiva ou o estado civil acrescentam pouco às tendências observadas, em virtude de não revelarem impactos com amplitude significativa na idade média da reforma e na duração da trajectória profissional. A tendência de descida que aí se

observa deve-se, portanto, a um efeito geracional e educacional, e no caso dos tempos de trabalho, também de género.

Quadro 1.10 Situação perante o trabalho

	Idade de reforma	Duração da trajectória profissional
Total	60,3	41,2
Sexo		
Homens	60,2	43,9
Mulheres	60,4	38,4
Idade		
50-59 anos	53,2	37,7
60 a 74 anos	60,3	41,1
75 ou mais anos	61,9	43,0
Estado civil		
Casado	60,0	41,3
Separado/divorciado	58,8	38,8
Viuvo	61,6	42,0
Solteiro	60,4	40,9
Escolaridade		
Não sabe ler nem escrever	62,2	46,1
1º ciclo do ensino básico	60,5	41,8
2º ciclo do ensino básico	61,0	42,5
3º ciclo do ensino básico	60,3	40,7
Secundário	57,1	38,8
Superior	60,7	37,7
Classe subjectiva		
Classe baixa	60,3	41,8
Classe média	60,4	40,7
Classe alta	59,9	39,5
Total	(409)	(392)
Rendimento individual		
Nenhum	62,5	40,3
Até 350 €	60,6	40,1
351-500 €	60,7	42,8
501-800 €	59,8	43,4
801-1500 €	58,0	39,8
1501-2500 €	60,2	39,8
Mais de 2500 €	60,8	40,0
Total	60,1	41,1
<i>(Total absoluto)</i>	<i>(318)</i>	<i>(306)</i>

Analisando as razões da entrada na reforma, constata-se que ela é essencialmente motivada pela idade da reforma (Quadro 1.11). Logo que é atingida, os indivíduos reformam-se. No entanto, nem todos os indivíduos alegam esta razão para se reformarem, embora seja apontada pela maioria (58,1%). Razões de ordem familiar e de saúde são também importantes, ainda que a larga distância da primeira. Excluindo o peso da razão *logo que foi possível* (6,7%), ainda com alguma expressão, nenhuma outra razão contemplada, como o desemprego ou a condição reformada do cônjuge, se revelou significativa. As razões para se reformar conhecem alguma variação em função do sexo dos entrevistados. As mulheres alegam mais vezes razões de saúde (18,7%) e os homens problemas nas empresas em que trabalhavam (13,6%). Quanto aos outros motivos, observam-se em alguns deles diferenças significativas do ponto de vista do género, como a necessidade de cuidar dos outros, que é referida exclusivamente por mulheres, embora revelando valores percentuais baixos, pelo que o seu impacto é bastante limitado.

Quadro 1.11 Razões para se reformar e situação profissional antes da reforma segundo o sexo

Razões para se reformar	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Atingir a idade da reforma	134	60,6	128	55,7	262	58,1
Logo que fosse possível	17	7,7	13	5,7	30	6,7
O cônjuge estava reformado	0	0,0	1	0,4	1	0,2
Ter mais tempo livre	1	0,5	2	0,9	3	0,7
Necessidade de cuidar de alguém	0	0,0	7	3,0	7	1,6
Por razões familiares	6	2,7	4	1,7	10	2,2
Por razões de saúde	19	8,6	43	18,7	62	13,7
Por problemas na empresa em que trabalhava	30	13,6	18	7,8	48	10,6
Desemprego	4	1,8	8	3,5	12	2,7
Outra	10	4,5	6	2,6	16	3,5
Total	221	100,0	230	100,0	451	100,0

Situação profissional antes da reforma	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Empregado	217	98,6	217	93,9	434	96,2
Desempregado	2	0,9	5	2,2	7	1,6
Outras situações	1	0,5	9	3,9	10	2,2
Total	220	100,0	231	100,0	451	100,0

A situação profissional anterior à reforma revela a presença esmagadora do emprego. Ainda que as situações de desemprego ou *outras situações*

estejam mais presentes nas mulheres, elas continuam a ter um peso bastante pequeno em relação ao emprego. Situações como a de pré-reformado ou outro esquema de transição para a reforma encontram pouco ou nenhum eco junto dos inquiridos. Aparentemente, estes não beneficiaram desses esquemas de transição, devido talvez ao seu limitado alcance e generalização na sociedade portuguesa, que os confina preferencialmente a determinados segmentos da população. Segundo os dados recolhidos, os indivíduos trabalham a tempo inteiro até à idade da reforma.

E, atingindo-a, deixam de trabalhar. A resposta da maioria dos entrevistados é afirmativa (75,7%), ou seja, param de trabalhar logo que acedem à reforma, o que se compreende atendendo às suas longas carreiras profissionais. Porém, um em cada quatro reformados prolongam a vida activa após a reforma, embora apenas 11,5 por cento tenham declarado uma actividade actual permanente (Quadro 1.12). As condicionantes deste prolongamento são, certamente, variadas. Referindo apenas as diferenças entre homens e mulheres por constituírem uma das mais importantes clivagens sociais, observa-se uma propensão masculina mais forte para permanecer no mercado de trabalho após a reforma. Outras variações seriam possíveis de referir, umas apontando directamente para as desigualdades sociais, como a instrução ou o rendimento, e outras indirectamente, como a duração do tempo de trabalho ou a idade de reforma, mas essas variações obrigariam a enveredar por uma análise demasiado exaustiva que, tendo em conta o reduzido número de inquiridos envolvidos, não proporcionaria uma sustentação numérica sólida das relações que viessem a ser estabelecidas. Além disso, o facto de se ignorar o tempo de permanência no mercado de trabalho após a reforma não permite avaliar completamente a importância do trabalho depois de aceder ao estatuto de reformado.

Em contrapartida, é possível conhecer os motivos que conduzem ao prolongamento do trabalho e avaliar em que medida reflectem as premissas do envelhecimento activo. De entre a panóplia de motivos inquiridos (Quadro 1.12), sobressaem quatro, independentemente do sexo: o dinheiro da reforma não é suficiente (30,7%); manter-se ocupado (27,3%); gostar do que se faz (26,1%); e sentir-se útil (10,2%). As razões de ordem instrumental parecem estar um pouco mais à frente, mas as de natureza não instrumental surgem bem posicionadas. Prolongar a vida activa não tem apenas que ver com a questão da falta do rendimento, mas também com o lugar e o sentido atribuído ao trabalho. Aparentemente, para aqueles que trabalham ou trabalharam após a reforma, o trabalho é uma actividade com significado, razão que justifica o seu prolongamento. Esta posição, que vai ao encontro das proposições defendidas pelo envelhecimento activo, peca, no entanto,

por ser apenas adoptada por uma minoria dos reformados, a menos que os outros que manifestaram pouca ou nenhuma disponibilidade para prolongar a vida activa apenas desejassem fazê-lo sob determinadas condições que nunca encontraram.

A fim de avaliar esta possibilidade, o questionário inquiriu a predisposição dos reformados para trabalhar após a reforma (Quadro 1.12). A resposta, sem que haja diferenças entre homens e mulheres, é esmagadoramente negativa (80%). Aqueles que desejariam fazê-lo alegam motivos semelhantes aos referidos pelos reformados que trabalharam após a reforma, surgindo agora os motivos não instrumentais à frente. Manter-se ocupado, sentir-se útil ou gostar do que se faz são as motivações principais para se continuar envolvido com o trabalho. Apesar de constituírem uma minoria, é interessante averiguar as razões que os impedem ou impediram de voltar ao mercado de trabalho. O principal argumento consiste na dificuldade em encontrar trabalho em virtude da idade. As razões de saúde ou o desemprego são também referidos, embora menos frequentemente; a idade, no entendimento destes inquiridos, aparece como a razão da exclusão. Uma posição que assenta integralmente nas proposições do envelhecimento activo, que apontam para a discriminação etária como um poderoso obstáculo ao prolongamento da vida activa.

Quadro 1.12. O trabalho após a reforma segundo o sexo

	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Trabalho após a reforma						
Sim, de forma permanente	33	15,0	19	8,2	52	11,5
Sim, de forma ocasional	20	9,1	19	8,2	39	8,6
Não, mas já trabalhou	11	5,0	8	3,4	19	4,2
Nunca	156	70,9	186	80,2	342	75,7
Total	220	100,0	232	100,0	452	100,0
Razões por que trabalhou						
Manter-me ocupado(a)	15	28,8	9	25,0	27,3	27,3
Gosto do que faço	15	28,8	8	22,2	26,1	26,1
Sinto-me ainda útil	4	7,7	5	13,9	10,2	10,2
O dinheiro da reforma não é suficiente	15	28,8	12	33,3	30,7	30,7
Ajuda a envelhecer bem	1	1,9	0	0,0	1,1	1,1
Aumentar a poupança	1	1,9	0	0,0	1,1	1,1
Outra	1	1,9	2	5,6	3,4	3,4
Total	52	100,0	36	100,0	88	100,0

	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Gostaria de voltar a trabalhar						
Sim	33	20,0	37	19,4	70	19,7
Não	132	80,0	154	80,6	286	80,3
Total	165	100,0	191	100,0	356	100,0

Por que razão gostaria de voltar a trabalhar

Manter-me ocupado(a)	14	43,8	10	27,8	24	35,3
Fazer uma coisa de que gosto	8	25,0	6	16,7	14	20,6
Sentir-me ainda útil	5	15,6	6	16,7	11	16,2
O dinheiro da reforma não é suficiente	4	12,5	10	27,8	14	20,6
Ajudar a envelhecer bem	0	0,0	1	2,8	1	1,5
Aumentar a poupança	1	3,1	0	0,0	1	1,5
Outra	0	0,0	3	8,3	3	4,4
Total	32	100,0	36	100,0	68	100,0

Dificuldade em encontrar emprego

Muito difícil	19	59,4	30	81,1	49	71,0
Difícil	5	15,6	5	13,5	10	14,5
Um pouco difícil	1	3,1	1	2,7	2	2,9
Nada difícil	7	21,9	1	2,7	8	11,6
Total	32	100,0	37	100,0	69	100,0

Razão dessa dificuldade

Por causa da minha saúde	2	8,0	5	13,9	7	11,5
Por causa da minha idade	14	56,0	24	66,7	38	62,3
Por causa do desemprego elevado	9	36,0	5	13,9	14	23,0
Outra	0	0,0	2	5,6	2	3,3
Total	25	100,0	36	100,0	61	100,0

Apesar de haver alguma receptividade às ideias defendidas pelo envelhecimento activo, para a maioria dos actuais reformados, a reforma é essencialmente vista como um tempo de pós-trabalho, de lazer ou de descanso, a ser preenchido e vivido fora das actividades do mundo de trabalho. Dir-se-ia que o seu entendimento da reforma está contra as actuais tendências de prolongamento da vida activa, até porque muitos deles não teriam condições de voltar a ela, mesmo que o desejassem, o que não é maioritariamente o caso. A posição dos actuais reformados é compreensível, portanto, atendendo à sua idade avançada e às expectativas que desenvolveram em relação à reforma. Mais importante do que a posição dos reformados, será a posição das outras categorias ocupacionais, particularmente a dos actuais activos,

analisada mais à frente, porque é destas categorias que as propostas do envelhecimento activo estarão mais dependentes no futuro.

As ideias em torno do envelhecimento defendem também, como desejável, uma transição gradual entre a actividade e a inactividade que não impusesse rupturas bruscas na identidade dos indivíduos, como ocorre actualmente, susceptíveis de conduzir a um isolamento social ou a uma maior desvinculação da sociedade, na medida em que desfazem, num curto período, os laços sociais estruturados em torno da vida profissional e do universo do trabalho. Durante muito tempo, a transição para a reforma foi vista como um período problemático, por vezes equiparado a uma verdadeira crise, que obrigava a reajustamentos profundos no quadro de vida e na identidade social em relação aos quais os indivíduos nem sempre reagem de modo mais adequado. Actualmente, a reforma continua a ser considerada um marco importante no curso de vida dos indivíduos, pois implica uma transição entre dois tempos sociais distintos, o do trabalho e o do pós-trabalho, mas os ajustamentos a que obriga perderam grande parte do dramatismo com que era vista. Não quer dizer que não possa haver dificuldades, até porque, com alguma frequência, a transição é mais um acto imposto pelas circunstâncias do que um acto voluntário e desejado. O inquérito não podia, assim, deixar de inquirir as eventuais dificuldades com que os inquiridos se confrontaram durante a transição para a reforma e as consequências que daí resultaram.

Uma primeira questão indagava se o momento da reforma ocorreu na altura certa no sentido em que teria coincido com as expectativas, ou se, pelo contrário, surgiu demasiado tarde ou demasiado cedo, inibindo, neste último caso, a possibilidade de manter o mesmo trabalho (Quadro 1.13). A resposta maioritária considera que a reforma ocorreu na altura certa (61,2%), seguindo-se a que acha que teria sido preferível continuar a trabalhar (30,7%). As razões desta preferência não foram indagadas, mas é legítimo supor que, entre elas, estejam também algumas das referidas como motivos para continuar a trabalhar após a reforma. Aliás, a percentagem dos que teriam preferido continuar a trabalhar em vez de se reformarem é da mesma ordem de grandeza da percentagem de reformados que desejariam voltar a trabalhar. Volta-se, assim, a encontrar uma atitude favorável ao prolongamento da vida activa, que contrasta com a atitude ainda menos frequente dos que gostariam de ter entrado mais cedo na reforma (8,1%), motivada, como vimos, pelas razões em torno da importância do trabalho e, como se apura agora, por uma entrada mais cedo do que se desejaria na reforma.

Do ponto de vista da diferenciação social, privilegiou-se a clivagem entre homens e mulheres, na medida em que as desigualdades de género são particularmente importantes na configuração dos tempos e das transições

que estruturam o curso de vida. No que diz respeito ao *timing* da passagem à reforma, o alinhamento das respostas é idêntico entre homens e mulheres, embora estas escolham menos vezes a resposta da altura certa e tendam a considerar mais frequentemente as respostas que denotam os *timings* demasiado cedo (33,3%) ou demasiado tarde (9,2%). Estes *timings* sugerem que, para alguns segmentos femininos, o desenvolvimento do curso de vida se confronta com dificuldades acrescidas, na linha de algumas especificidades anteriormente assinaladas, como as interrupções mais frequentes da actividade profissional ou as razões de saúde como justificação para a passagem à reforma.

Quadro 1.13. A transição para a reforma segundo o sexo

Altura em que se reformou	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Reformei-me na altura que queria	140	65,1	131	57,5	271	61,2
Teria preferido continuar a trabalhar	60	27,9	76	33,3	136	30,7
Teria preferido reformar-me mais cedo	15	7,0	21	9,2	36	8,1
Total	215	100,0	228	100,0	443	100,0

Grau de dificuldade da passagem à reforma						
Muito difícil	12	5,5	19	8,2	31	6,9
Difícil	19	8,7	34	14,7	53	11,8
Um pouco difícil	37	16,9	39	16,9	76	16,9
Nada difícil	151	68,9	139	60,2	290	64,4
Total	219	100,0	231	100,0	450	100,0

Frequência com que pensa na passagem à reforma						
Nunca	103	46,8	93	40,3	196	43,5
Raramente	50	22,7	59	25,5	109	24,2
Algumas vezes	46	20,9	45	19,5	91	20,2
Muitas vezes	21	9,5	34	14,7	55	12,2
Total	220	100,0	231	100,0	451	100,0

Satisfação em relação ao trabalho antes da reforma						
Muito insatisfeito	3	1,4	3	1,3	6	1,3
Insatisfeito	7	3,2	16	6,9	23	5,1
Nem satisfeito nem insatisfeito	17	7,8	24	10,4	41	9,1
Satisfeito	131	59,8	119	51,5	250	55,6
Muito satisfeito	61	27,9	69	29,9	130	28,9
Total	219	100,0	231	100,0	450	100,0

Satisfação com a vida antes e depois da reforma	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Muito pior	7	3,3	23	10,1	30	6,8
Pior	41	19,1	51	22,4	92	20,8
Na mesma	87	40,5	75	32,9	162	36,6
Um pouco melhor	53	24,7	59	25,9	112	25,3
Muito melhor	27	12,6	20	8,8	47	10,6
Total	215	100,0	228	100,0	61	100,0

Quer a reforma ocorra no tempo certo ou não, os ajustamentos que ela implica podem ser realizados com variados graus de dificuldade. A observação dos resultados sugere que as eventuais dificuldades encontradas foram facilmente ultrapassadas: 64 por cento dizem mesmo que não tiveram qualquer dificuldade e 16,9 por cento que foi apenas um pouco difícil (Quadro 1.13). Por conseguinte, a passagem à reforma não se configura como uma crise, pelo menos para a maioria dos inquiridos. Para os restantes, em que existe uma predominância feminina, envolve um grau de dificuldade mais elevado: 6,9 por cento chegam mesmo a considerar que foi muito difícil. Esta tendência, sobretudo atendendo à sua composição mais feminina, sugere, na sequência de outros resultados antes referidos, a existência de um segmento da população para quem a passagem à reforma não é realizada de modo ajustado. Se é certo que, por um lado, não tem sentido falar de um cenário de crise na altura da reforma, por outro, não se pode ignorar que, para determinados segmentos da população, ela não surge como um tempo isento de dificuldades, cuja extensão e consequências estão para além daquilo que o inquérito poderia ter indagado.

Independentemente do maior ou menor grau de dificuldade que comporta, a importância da passagem à reforma, enquanto marco no curso de vida, não é particularmente valorizada. Com efeito, medida através da frequência com que se pensa nela, a maior parte dos inquiridos (67,7%) refere que nunca ou raramente o faz (Quadro 1.13). Apenas um pouco mais de um em cada dez reformados (12,2%), em que as mulheres estão mais representadas, diz pensar com frequência na passagem à reforma, dando a entender a sua importância. Embora não se refiram valores, seria possível mostrar que a importância da passagem à reforma está muito dependente da sua proximidade temporal. À medida que os anos passam e a idade da passagem à reforma fica para trás, a importância dela e mesmo a valorização das dificuldades encontradas diminuem. Os mais velhos tenderão a falar da passagem à reforma como uma memória, cuja importância se dissipa no tempo, e não como um acontecimento vivido que tivesse deixado marcas indeléveis.

Aliás, outra coisa não seria de esperar dos processos identitários que tendem a anular ou a reduzir todas as dissonâncias cognitivas que possam conflitar com a identidade actual. A passagem à reforma é um marco que se integra progressivamente na nova identidade social que dela emerge.

Para avaliar de forma mais abrangente o significado da reforma para os indivíduos, interessa determinar a satisfação em relação à profissão anteriormente exercida ou, de modo mais geral, em relação ao trabalho. Se este for experienciado de forma penosa, frustrante ou insatisfatória, a reforma torna-se facilmente um meio de escapar a esses constrangimentos e o tempo do pós-trabalho bastante mais desejado. A reforma seria assim um tempo de libertação, quanto mais não fosse em relação aos constrangimentos do trabalho e, portanto, um período de vida mais gratificante. Será assim que o tempo do pós-trabalho é experienciado?

A inquirição da satisfação relativa ao trabalho antes da reforma permitiu revelar níveis elevados de satisfação. Com efeito, mais de oito em cada dez reformados disseram que se sentiam satisfeitos ou muito satisfeitos com a sua última ocupação (Quadro 1.13). Atendendo a que estamos a falar de indivíduos com longos trajectos profissionais, estes níveis de satisfação não deixarão, pelo menos parcialmente, de reflectir uma acomodação ao trabalho resultante dos processos de socialização a que estiveram expostos durante a sua vida profissional. Mas, mais importante do que assinalar uma socialização aparentemente bem-sucedida, importa referir que a satisfação em relação ao trabalho não significa que a reforma seja considerada como uma libertação dos constrangimentos do trabalho. Acede-se à reforma porque esta é um direito que permite uma maior autonomia, inclusive para decidir continuar a trabalhar, ou porque se deixa de ter condições para continuar a trabalhar, seja por razões de saúde ou por problemas da empresa; não por causa daquilo que se faz ou onde se trabalha. A reforma como tempo do pós-trabalho é independente da actividade profissional, ou seja, a satisfação em relação ao trabalho impede de considerá-la uma causa relevante na passagem à inactividade.

Prova adicional desta independência está no balanço que os reformados fazem da satisfação com a vida antes e após a reforma. Se o trabalho fosse algo com que os indivíduos estivessem profundamente insatisfeitos, seria natural que esse balanço se inclinasse para uma valorização bastante mais favorável da reforma. Ora, não é isso exactamente o que se verifica, embora o inverso também não seja verdadeiro. A tendência dominante, que não é no entanto maioritária, considera que a satisfação em relação à vida é a mesma antes e após a reforma (36,6%), ou seja, nada mudou. Entre o primeiro e o segundo período, as preferências são mais a favor deste último, ou

seja, há mais reformados a considerar que vivem agora melhor do que antes da reforma, quando tinham uma condição activa. Em todo o caso, as posições mais extremas daqueles que dizem viver muito pior ou, pelo contrário, muito melhor são as menos referidas, o que reforça a ideia de que a satisfação com a vida antes e depois da reforma não conhece uma variação significativa.

Seria igualmente possível mostrar que a satisfação está inversamente relacionada com a idade. A satisfação é mais elevada nos reformados mais novos, precisamente os que acederam há menos tempo à reforma. E tende depois a diminuir com o aumento da sua duração. A razão para esta mudança pode estar relacionada com a organização deste período do curso de vida. Devido à longevidade e às condições de vida e de saúde dos indivíduos, o período do pós-trabalho tende a ser dividido em dois subperíodos, referidos em certas terminologias por terceira e quarta idades (ou a Grande Idade). A primeira, que se inicia a partir do momento em que o indivíduo se reforma, caracteriza-se pelo facto de os indivíduos, libertos dos constrangimentos do tempo de trabalho, terem autonomia, disponibilidade e condições para ocuparem o tempo da forma como mais desejarem. Consequentemente, o início do pós-trabalho é um tempo de autodeterminação que permite a realização de projectos e actividades antes vedados, qualquer que fosse a razão, e mesmo de reconfiguração e redescoberta da identidade.

Por estas razões, os níveis de satisfação aparecem mais associados a este período do que ao segundo, normalmente identificado com a diminuição da autonomia em virtude da perda das capacidades funcionais e cognitivas. Evidentemente, a fronteira entre os dois períodos ou as duas idades não é rígida, antes flexível e gradual. Mas ocorre de forma inexorável, embora segundo os ritmos individuais. O enfraquecimento das respostas funcionais e cognitivas é por vezes acompanhado por uma deterioração das condições económicas que contribuem para que a satisfação registre uma quebra relativamente ao período inicial da reforma. Sem perder de vista a posição dominante de que a satisfação com a vida antes e depois da reforma é praticamente a mesma, o facto de haver mais reformados a assinalar uma satisfação ligeiramente mais elevada no período da reforma do que no anterior ficar-se-ia a dever, sobretudo, ao seu início, já que a satisfação tenderá a diminuir com o passar do tempo.

1.3.3 Trabalho, reforma e incapacidade

Como foi assinalado, no universo dos reformados distinguimos entre reformados que o são por terem atingido a idade de reforma após uma carreira profissional longa e os que, devido a qualquer incapacidade, tiveram de interromper e de abandonar o mercado de trabalho. São estes últimos que

analisaremos agora. No conjunto dos inquiridos, os reformados por incapacidade representam um pouco mais de um décimo (12,1%), o que por si é já bastante significativo, fazendo com que, somados aos outros reformados, seis em cada dez entrevistados sejam reformados. Tratando-se de uma amostra acima de 50 anos, em que a condição activa está ainda muito presente, trata-se de um sinal claro do envelhecimento da população. Mas, no caso destes reformados por incapacidade, pode não ser uma questão exclusivamente associada ao envelhecimento, na medida em que o abandono do mercado de trabalho pode ter ocorrido em qualquer idade da trajectória profissional, inclusivamente em idades jovens.

Admitindo, como admitem, que o regresso ao mercado de trabalho é uma impossibilidade (apenas um dos entrevistados considerou possível esse regresso), a “contribuição” destes reformados para o rácio da dependência decorre da idade do abandono do mercado de trabalho. Considerando o número de anos desde que o abandonaram, um pouco menos de metade (43,2%) está “retirada” há menos de dez anos (Quadro 1.14); um quarto entre 10 e 19 anos (24,5%); e o terço restante há 20 ou mais anos (32,2%). O peso destes tempos tem de ser controlado pela idade dos indivíduos. Atendendo a que metade dos reformados por incapacidade (48,5%) tem entre 60 e 74 anos e que o período de há menos de dez anos é o mais importante, pode dizer-se que a incapacidade atinge sobretudo indivíduos na segunda metade da trajectória profissional, maioritariamente com idades acima de 50 anos. Esta tendência é também corroborada pelos dois outros grupos etários. Com efeito, os inquiridos acima dos 74 anos estão mais representados na categoria de maior duração (20 anos), enquanto os mais novos estão na categoria oposta. O aumento do número de anos desde a paragem forçada da actividade profissional tem mais a ver com a idade dos indivíduos do que com a idade com que saíram do mercado de trabalho.

Um dado relativo à incapacidade que sobressai deste inquérito é o facto de afectar bastante mais as mulheres do que os homens. Sendo já mais numerosas (55,3%) do que os homens, entre a população de reformados por incapacidade, elas estão ainda mais representadas (61,2%). A incapacidade tem, assim, uma incidência predominantemente feminina que se distribui de uma forma não totalmente coincidente. As mulheres marcam posição nos períodos curtos e os homens nos de maior duração, sugerindo que a paragem forçada da actividade atinge estes últimos numa idade mais precoce.

A consideração do estado civil permite trazer elementos adicionais de caracterização da população de reformados. Um primeiro resultado chama a atenção para a maior presença dos viúvos. É a única situação que reforça a sua representação, sobretudo nas categorias de maior duração, acima de

20 anos, o que não surpreende, atendendo a que os viúvos são um dos grupos com idade média mais elevada. Interessante é verificar que os solteiros, um grupo mais novo, se concentram exclusivamente na duração mais curta (menos de dez anos), facto que aponta para que este seja um dos grupos mais prematuramente afectado pela incapacidade, a qual poderá também justificar, eventualmente, a permanência desta condição civil.

As variáveis que a seguir se referem – escolaridade, classe subjectiva e nível de rendimento – mostram o resultado substantivo mais interessante no que respeita à reforma por incapacidade ao apresentarem uma associação com as condições socioeconómicas. Com efeito, os reformados por incapacidade aparecem sobretudo nas posições mais baixas das variáveis socioeconómicas, Por exemplo, enquanto no conjunto da população o peso das categorias *ciclo básico* e *classe baixa* é de, respectivamente, 51,9 por cento e 55,4 por cento, nos reformados por incapacidade é de 63,4 por cento e 61,1 por cento (Quadro 1.14). No rendimento, observam-se relações semelhantes. A penalização é clara: o risco de incapacidade profissional é tanto maior quanto mais baixa for a posição na hierarquia social, seja medida pela educação, pelo rendimento ou através da percepção subjectiva. Além desta exposição, estes segmentos da população parecem ser afectados de outro modo, ou seja, através dos tempos mais longos de paragem forçada da actividade profissional que assinalam.

Com efeito, a fraca escolaridade, as classes baixas e os níveis menos elevados de rendimentos destacam-se nos períodos de interrupção da actividade acima de 20 anos, enquanto as outras categorias das variáveis em causa mostram-se bem posicionadas nos períodos de duração inferior. Esta concentração bipolar sugere que a duração da incapacidade está também associada às condições socioeconómicas. Quanto mais baixo for o *status* social, maior o risco de incapacidade. Ainda que as razões de saúde desempenhem, sem dúvida, um papel importante, na medida em que as condições de saúde e as socioeconómicas estão correlacionadas, as condições de trabalho, designadamente as que envolvem actividades de esforço físico, podem também contribuir de forma significativa para uma maior exposição ao risco da incapacidade. Neste sentido, a influência da baixa escolaridade é crítica, pois não só restringe a oferta de trabalho às profissões que exigem um esforço físico permanente e por vezes penoso, mas também porque acaba por condicionar fortemente o nível de rendimento e, através deste, a percepção subjectiva do posicionamento social.

Quadro 1.14 Reformados por incapacidade

	< 10 anos	10-19 anos	20-29 anos	30 ou mais anos	Total
Total	43,2	24,5	18,8	13,4	100,0
<i>(Total absoluto)</i>	<i>(43)</i>	<i>(24)</i>	<i>(19)</i>	<i>(13)</i>	<i>(99)</i>
Sexo					
Homens	34,9	37,5	44,4	46,2	38,8
Mulheres	65,1	62,5	55,6	53,8	61,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Idade					
50-59 anos	51,2	8,3	0,0	7,7	25,3
60 a 74 anos	46,5	75,0	26,3	38,5	48,5
75 ou mais anos	2,3	16,7	73,7	53,8	26,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Estado civil					
Casado	62,8	70,8	38,9	46,2	58,2
Separado/divorciado	16,3	0,0	5,6	7,7	9,2
Viúvo	14,0	29,2	55,6	46,2	29,6
Solteiro	7,0	0,0	0,0	0,0	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Escolaridade					
Não sabe ler nem escrever	7,0	7,7	15,8	7,7	8,9
1º ciclo do ensino básico	60,5	53,8	73,7	76,9	63,4
2º ciclo do ensino básico	7,0	11,5	5,3	0,0	6,9
3º ciclo do ensino básico	9,3	7,7	5,3	7,7	7,9
Secundário	11,6	19,2	0,0	0,0	9,9
Superior	4,7	0,0	0,0	7,7	3,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Classe subjectiva					
Classe baixa	53,7	60,9	66,7	76,9	61,1
Classe média	46,3	39,1	27,8	23,1	37,9
Classe alta	0,0	0,0	5,6	0,0	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

	< 10 anos	10-19 anos	20-29 anos	30 ou mais anos	Total
Total	43,2	24,5	18,8	13,4	100,0
<i>(Total absoluto)</i>	<i>(43)</i>	<i>(24)</i>	<i>(19)</i>	<i>(13)</i>	<i>(99)</i>
Rendimento individual					
Nenhum	0,0	0,0	0,0	11,1	1,3
Até 350 €	57,1	35,0	53,3	22,2	46,8
351-500 €	14,3	20,0	33,3	22,2	20,3
501-800 €	8,6	15,0	6,7	33,3	12,7
801-1500 €	17,1	25,0	6,7	0,0	15,2
1501-2500 €	2,9	0,0	0,0	11,1	2,5
Mais de 2500 €	0,0	5,0	0,0	0,0	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>(Total absoluto)</i>	<i>(35)</i>	<i>(20)</i>	<i>(15)</i>	<i>(9)</i>	<i>(79)</i>

Comparando com os outros reformados, as pessoas reformadas por incapacidade apresentam-se social, económica e inclusive educacionalmente mais vulneráveis e, consequentemente, mais pobres. Atendendo a que o seu número está longe de ser negligenciável, pode-se identificar o risco da paragem forçada da actividade profissional por incapacidade como uma das causas que contribui para o nível globalmente baixo de rendimento do conjunto dos reformados na sociedade portuguesa, o qual limita a qualidade de vida a que podem aceder.

1.3.4. Os activos empregados perante o trabalho, o desemprego e a reforma

Depois de analisar a população reformada, debruçar-nos-emos agora sobre a população empregada, ou seja, aquela que declarou exercer uma actividade e não estar reformada, excluindo deste modo os reformados que declaram exercer uma actividade permanente. Mesmo tendo em conta que o universo inquirido se situa acima de 50 anos, o facto de apenas um quarto dos entrevistados exercer uma actividade profissional revela um pequeno enviesamento da amostra a favor da população inactiva. Seja como for, a maioria dos activos empregados tem entre 50 e 60 anos, sobrando ainda 25 por cento acima desta última idade, com uma repartição mais ou menos equilibrada da actividade entre homens e mulheres. As questões colocadas a este grupo não diferem das dos reformados, embora a perspectiva não seja, naturalmente, a mesma. Se em relação a estes últimos o tema da reforma foi colocado em termos retrospectivos, em relação aos empregados adopta-se uma abordagem prospectiva, ou seja, explora-se o modo como a reforma é vista a partir da actividade, tendo

em conta não só as trajetórias profissionais e sociais dos entrevistados, mas também as propostas do envelhecimento activo e o impacto das recentes medidas no sentido do prolongamento da vida profissional.

A avaliação das expectativas em relação à reforma no grupo de activos é crítica, porquanto este grupo está claramente na segunda fase das trajetórias profissionais, alguns bastante perto do seu termo, enquanto outros ainda a alguma distância dele. Esta fase é crítica pelo facto de ser encarada sob uma perspectiva de desinvestimento, quer pelos próprios, que começam a desenvolver uma dessocialização profissional antecipada como preparação para a reforma; quer pelas empresas em razão da distância relativamente curta a que os empregados estão da mesma, o que torna difícil ou mesmo impossível a amortização do investimento que viessem a realizar. Além disso, a interrupção da actividade, seja por despedimento ou por doença prolongada, acelera o processo para a reforma, pois o retorno ao mercado de trabalho está praticamente vedado por se considerar que o indivíduo, devido à idade, não conseguirá competir com outros mais novos e, eventualmente, mais bem qualificados. O idadismo, ou seja, o estereótipo de desvalorização profissional e social associada à idade, não sendo a única razão, é também uma das causas de exclusão prematura do mercado de trabalho. A passagem prematura para a reforma, muitas vezes inesperada, dificilmente será positiva e adequadamente vivida, não só porque não foi preparada mas também porque a interrupção da carreira profissional e contributiva pode significar uma diminuição dos rendimentos futuros, sobretudo quando não são activados mecanismos, como a pré-reforma, que evitam a deterioração do rendimento após a saída do mercado de trabalho.

Tendo por pano de fundo a gestão da segunda parte da trajetória profissional, as questões colocadas no inquérito podem ser agrupadas em torno de três tópicos. O primeiro aborda a duração da trajetória profissional à luz de diferentes condicionantes da vida social e da posição no curso de vida. O segundo analisa a situação presente, especialmente a satisfação com as condições do exercício da actividade e alguns dos riscos que as podem afectar, designadamente o desemprego. Por último, desenvolve-se o tema da reforma, subdividido na sua preparação, na expectativa em relação à idade da mesma e nas condições de vida posteriores, incluindo a possibilidade de prolongar a vida activa.

A duração da trajetória profissional

Tal como no caso dos reformados, a duração das carreiras profissionais dos activos é igualmente longa, tendo em consideração a posição que ocupam no curso da vida. A duração média é de 35,5 anos (Quadro 1.15). Mesmo

considerando que estão na segunda fase da carreira profissional, ou mesmo para além dela em alguns casos, esta duração aponta para um início profissional ainda relativamente precoce, embora não tão acentuado como o que se registou entre os reformados. Obviamente, esta duração aumenta em função da idade, pelo que, se considerarmos apenas o grupo numericamente mais importante de 50 a 59 anos (75,5%), a duração da carreira desce para cerca de 33 anos, um valor que assinala uma entrada menos prematura no mercado de trabalho em consequência da escolaridade mais prolongada de que este grupo etário beneficiou.

Excluindo o grupo de 75 ou mais anos por não ter expressão numérica, a duração da carreira média dos activos de 50-59 anos e de 60-64 anos, relativamente aos grupos de reformados homólogos, é mais curta no primeiro, 33,2 contra 37,7 anos, e mais longa no segundo, respectivamente 42,2 e 41,1 anos (Quadro 1.15). Estas diferenças sugerem que, no grupo mais novo, a reforma precoce deve-se sobretudo a carreiras mais longas, possivelmente iniciadas em idades muito jovens, que permitiram atingir as condições de aposentação antes da idade convencional da mesma, enquanto no grupo mais velho a duração mais elevada das carreiras dos activos pode decorrer do facto de as condições necessárias à reforma, designadamente em termos de tempos de descontos para a segurança social, ainda não se encontrarem completamente reunidas. Embora a passagem à reforma possa ter sido impulsionada por esquemas de saídas prematuras do mercado de trabalho, como a pré-reforma ou mesmo o subsídio de desemprego, as diferenças etárias que se registam na duração média das trajectórias profissionais entre activos e reformados reflectem, provavelmente, durações diferenciadas das carreiras contributivas e são igualmente consequência de uma idade mínima de aposentação relativamente baixa.

Quadro 1.15 Caracterização social e duração média da trajectória profissional

	%	Duração média
Total		35,5
<i>Total absoluto</i>	(249)	(232)
Sexo		
Homens	51,5	38,2
Mulheres	48,5	32,5
Total	100,0	

	%	Duração média
Total		35,5
<i>Total absoluto</i>	(249)	(232)

Idade

50-59 anos	75,5	33,2
60 a 74 anos	23,6	42,2
75 ou mais anos	0,9	49,8
Total	100,0	

Estado civil

Casado	73,0	36,3
Separado/divorciado	12,6	33,7
Viúvo	6,1	34,6
Solteiro	8,3	31,2
Total	100,0	

Escolaridade

Não sabe ler nem escrever	0,9	35,1
1º ciclo do ensino básico	41,0	37,9
2º ciclo do ensino básico	5,7	34,6
3º ciclo do ensino básico	17,0	33,9
Secundário	13,5	33,7
Superior	21,8	33,5
Total	100,0	

Classe subjectiva

Classe baixa	47,3	35,6
Classe média	43,4	35,7
Classe alta	9,3	33,6
Total	100,0	

Rendimento individual

Nenhum	2,1	40,5
Até 350 €	11,9	34,8
351-500 €	19,2	35,7
501-800 €	25,4	35,8
801-1500 €	21,8	35,4
1501-2500 €	12,4	33,7
Mais de 2500 €	7,3	36,4
Total	100,0	

As mudanças recentes no sentido do prolongamento da vida activa, que implicam uma subida da idade da reforma e uma maior duração da carreira contributiva, tenderão a acentuar o envelhecimento da população activa, sem que isso implique, necessariamente, um aumento considerável da duração das trajectórias profissionais, em virtude de o aumento da escolaridade da população jovem implicar ingressos mais tardios no mercado de trabalho. A menor juvenilização destes ingressos, que se poderia considerar um envelhecimento na base do recrutamento, junta-se à tendência de envelhecimento no topo, devido ao protelamento da passagem à reforma, ambas contribuindo para o envelhecimento do conjunto da população activa.

A comparação entre activos e reformados aponta para que a próxima geração de reformados, que será constituída pelos actuais activos, tenha uma idade média mais elevada do que a actual geração de reformados, em grande parte devido a idades de reforma mais altas, sobretudo no grupo etário de 50-59 anos. A questão da idade de passagem à reforma é de importância primordial para a equidade nas relações e equilíbrios intergeracionais, não só porque envolve transferências de recursos financeiros extremamente significativos, mas também porque pode conduzir a uma tensão entre activos e reformados ou entre quem desconta e quem beneficia, com possíveis reflexos na conflitualidade política.

A duração das trajectórias profissionais evidencia ainda outra fonte de iniquidade. Com efeito, a duração das trajectórias femininas é substancialmente inferior à dos homens (32,5 contra 38,2 anos), reproduzindo uma distância da mesma grandeza àquela que se observou entre os reformados (Quadro 1.15). Seja nos activos ou nos reformados, os percursos profissionais femininos são mais curtos. Algumas das razões para estas diferenças sobressaem dos dados já analisados, nomeadamente a maior frequência de interrupções profissionais causadas por diferentes motivos, entre os quais a maternidade e o desemprego, e os problemas de saúde como razão para a passagem à reforma. Durações mais curtas têm consequências no desenvolvimento das trajectórias profissionais, nas carreiras contributivas, na idade de reforma e nos rendimentos futuros. Por exemplo, enquanto 60 por cento dos homens reformados inquiridos ganham acima de 500 euros, apenas metade das mulheres reformadas se encontra nesse valor. A duração diferenciada das trajectórias profissionais esconde assim uma iniquidade de género que não parece estar a ser geracionalmente ultrapassada, pois as trajectórias das mulheres activas, maioritariamente mais novas, não parecem reduzir a distância que as separa das trajectórias masculinas. Deste ponto de vista, as relações de género surgem como uma das causas determinantes dos tempos desiguais de permanência no mercado de trabalho entre homens e mulheres.

Por comparação com as relações de género, as variáveis escolaridade, classe subjectiva e rendimento revelam diferenças menos acentuadas. Embora de amplitude relativamente pequena, as diferenças vão no sentido previsível, embora nem sempre seguindo um padrão linear. Por exemplo, o nível de instrução mais elevado (ensino superior) apresenta a segunda maior duração profissional, apenas suplantado pelo nível de mais baixa escolaridade, que não se prolonga pelos níveis de instrução imediatamente abaixo, indiciando assim uma boa receptividade ao prolongamento da vida activa por parte da população activa mais escolarizada. Porém, o efeito linear é mais observável no rendimento e na percepção social subjectiva, mas a distância entre os escalões extremos é bastante menor da que se observa entre homens e mulheres.

Satisfação, risco de desemprego e expectativas profissionais

A avaliação da satisfação com o trabalho tem importância à luz do debate em torno do prolongamento da vida activa. A razão para este prolongamento deve-se, em grande parte, mas não exclusivamente, às limitações financeiras do sistema de segurança social para sustentar as reformas de um número crescente de reformados que vivem cada vez mais, devido ao aumento da longevidade. Prolongar a vida activa significa permanecer mais tempo no mercado de trabalho e ter condições de trabalho que garantam uma permanência produtiva. Isso implica que o trabalho seja capaz de se adequar aos constrangimentos da idade e seja suficientemente motivador. Neste sentido, inquirir a satisfação com o trabalho junto dos seniores activos permite avaliar uma das condições que favorece o prolongamento da vida activa. Se o trabalho for experienciado de modo insatisfatório, penoso ou frustrante, isso torna mais difícil antever a adesão voluntária a uma maior permanência no mercado de trabalho, admitindo, pelo contrário, uma pressão no sentido da passagem à reforma, logo que estejam reunidas as condições indispensáveis.

A satisfação é avaliada segundo dois parâmetros: o salário e a actividade propriamente dita, ou seja, aquilo que se faz. Estes dois parâmetros funcionam como indicadores das duas dimensões clássicas da avaliação da satisfação com o trabalho – a extrínseca e a intrínseca –, cuja medição foi realizada através de uma escala de cinco posições, variando desde *muito insatisfeito* (1) até *muito satisfeito* (5), incluindo ainda a posição neutra de *nem insatisfeito, nem satisfeito* (3).

A observação da média nas duas escalas mostra imediatamente que a satisfação com as condições extrínsecas (o salário) é inferior (2,7) à das intrínsecas (3,9). Os activos inquiridos tendem a estar insatisfeitos com o salário e razoavelmente satisfeitos com o trabalho que realizam (Quadro 1.16).

Obviamente, a satisfação está correlacionada com diferentes variáveis sociais, mas a forma como varia está dependente do tipo de variáveis. Numas, como no rendimento ou na classe subjectiva, por apelarem para hierarquias económicas, o efeito é linear; noutras, o efeito é mais subtil e diversificado.

A idade assume, de certo modo, uma posição híbrida. Em relação à satisfação com o salário, a relação é linear: os mais velhos estão mais satisfeitos do que os mais novos, embora a satisfação não seja elevada em nenhum deles. Tratando-se de activos, é possível que a idade favoreça rendimentos mais elevados e despesas menores, em virtude de haver menos gastos com a educação dos filhos ou com o pagamento da casa. Em contrapartida, na satisfação intrínseca com o trabalho, o grupo mais velho é o menos satisfeito, a uma grande distância dos outros dois, que estão bastante próximos nesta escala. Dir-se-ia que o cansaço associado a uma longa trajectória, como a dos activos com 75 anos ou mais, embora não produzindo necessariamente insatisfação, acaba por reduzir o grau de satisfação com o trabalho, sobretudo se considerarmos também que os mais velhos têm profissões menos qualificadas e, por conseguinte, menos qualificantes.

Dentro da categoria dos efeitos mais diversificados, surgem as relações de género e a escolaridade. As primeiras revelam que a satisfação masculina ultrapassa a feminina nas duas escalas superiores, mas é em relação ao salário que a distância se amplifica (2,9 contra 2,5), devido, possivelmente, às diferenças reais nos salários e não tanto a posições subjectivas diferenciadas que podem estar mais presentes na dimensão intrínseca do trabalho. A menor satisfação profissional das mulheres seria, assim, uma consequência da desigualdade de género, que se reflecte mais sobre a hierarquia salarial do que na actividade realizada.

Também no que diz respeito à escolaridade, a satisfação não segue um padrão linear nas duas escalas. Em ambas, a satisfação mais alta manifesta-se nos mais escolarizados, contribuindo para isso as associações conhecidas que a escolaridade estabelece com o rendimento e com a dimensão intrínseca do trabalho. Porém, o facto de os níveis de escolaridade imediatamente abaixo ao ensino superior revelarem uma satisfação mais baixa do que o ensino básico sugere uma incongruência entre esses níveis de escolaridade e as aspirações profissionais, quer no que respeita aos aspectos instrumentais do trabalho, quer aos intrínsecos. Estas diferenças subentendem que uma escolaridade insuficientemente desenvolvida acaba por limitar a realização das aspirações profissionais, consubstanciadas num menor nível de satisfação.

Quadro 1.16 Satisfação, Risco de desemprego e expectativa profissionais

	Satisfação em relação ao salário (médias)	Satisfação em relação ao trabalho que realiza (médias)	Risco de desemprego (%)		Total	Expectativa em relação ao futuro profissional (médias)
			Nada ou pouco provável	Provável ou muito provável		
Total	2,7	3,9	63,8	36,2	100,0	2,71
<i>Total absoluto</i>	<i>(203)</i>	<i>(204)</i>	<i>(150)</i>	<i>(84)</i>	<i>(234)</i>	<i>(226)</i>
Sexo						
Homens	2,9	4,0	63,4	36,6	100,0	28,0
Mulheres	2,5	3,8	63,9	36	100,0	26,0
Idade						
50-59 anos	2,7	3,9	67,3	32,7	100,0	2,7
60 a 74 anos	2,9	4,0	100	0	100,0	2,8
75 ou mais anos	3,0	3,5	63,8	36,2	100,0	3,0
Estado civil						
Casado	2,9	4,0	64,3	35,7	100,0	2,7
Separado/divorciado	2,4	3,7	72,4	27,6	100,0	2,7
Viúvo	2,3	3,7	30,8	69,2	100,0	2,4
Solteiro	2,3	3,5	70	30	100,0	2,8
Escolaridade						
Não sabe ler nem escrever	-	-	50	50	100,0	3,3
1º ciclo do ensino básico	2,6	3,7	59,2	40,9	100,0	2,5
2º ciclo do ensino básico	3,0	4,0	50	50	100,0	3,1
3º ciclo do ensino básico	2,7	3,9	55	45	100,0	3,0
Secundário	2,7	3,9	61,7	38,2	100,0	2,5
Superior	3,0	4,1	82,7	17,3	100,0	2,9
Classe subjectiva						
Classe baixa	2,5	3,7	52,3	47,7	100,0	2,5
Classe média	2,8	4,1	70,7	29,3	100,0	2,8
Classe alta	3,6	4,2	95,4	4,5	100,0	3,0
Total			64,4	35,7	100,0	
Rendimento individual						
Nenhum	1,8	3,2	20	80	100,0	1,7
Até 350 €	2,6	3,6	54,1	45,9	100,0	2,2
351-500 €	2,5	3,8	51,4	48,6	100,0	2,8
501-800 €	2,7	3,9	73,9	26,1	100,0	3,0
801-1500 €	2,8	3,9	73,8	26,2	100,0	2,8
1501-2500 €	3,1	4,2	62,5	37,5	100,0	2,7
Mais de 2500 €	3,9	4,4	93,7	6,2	100,0	3,1
Total			66,2	33,9	100,0	

As variáveis que acabam por evidenciar um impacto mais importante na satisfação são precisamente aquelas que estabelecem com esta uma relação linear. Os níveis de rendimentos, bem como a classe subjectiva, revelam uma satisfação crescente à medida que a posição dos indivíduos sobe nas hierarquias económica e social. A amplitude entre as posições extremas nessas hierarquias é a mais ampla entre todas as variáveis analisadas, sugerindo por isso que o impacto que provocam na satisfação é o mais importante. A relação com a satisfação salarial é directa: quanto mais alto o rendimento ou a posição social, maior a satisfação. Contudo, melhores salários e posições sociais mais elevadas são também sinónimos de escolhas profissionais mais amplas, que possibilitam por sua vez uma melhor realização pessoal, a qual contribui para uma satisfação mais alta.

O risco de desemprego é, porventura, o que mais pesa nas expectativas em relação à actividade profissional dos activos que se encontram na segunda metade da trajectória profissional. Não são os únicos expostos a esse risco, como é evidente. Os jovens, por exemplo, correm mais risco. Porém, os activos com a idade dos entrevistados poderão ter mais dificuldades em reiniciar uma nova profissão ou mesmo em regressar ao mercado de trabalho, caso venham a ser atingidos pelo desemprego. Num mundo de mudança acelerada, particularmente na presente conjuntura económica, as competências e as qualificações tornam-se rapidamente obsoletas, pelo que a experiência profissional nas idades em questão não constitui, geralmente, uma vantagem competitiva. Os preconceitos perante a idade, designados por *idadismo*, que reforçam representações negativas sobre os mais velhos, agravam a situação daqueles que procuram voltar ao mercado de trabalho. Tendo em conta estes problemas, o risco do desemprego pode constituir uma ameaça séria à parte final das trajectórias profissionais, a que antecede a reforma. Com efeito, o facto de o desemprego poder provocar o abandono precoce do mercado de trabalho e iniciar um período de inactividade de duração variável até à reforma, com consequências negativas no nível de vida, não poderá deixar de causar instabilidade na preparação e antecipação da reforma, tornando esta passagem mais problemática.

O inquérito procurou avaliar o risco do desemprego ou, mais exactamente, a percepção desse risco, identificando os segmentos da população em que está mais presente. A julgar pelos dados obtidos, o receio do desemprego é relativamente moderado: pouco mais de três em cada dez entrevistados o consideram provável ou muito provável (Quadro 1.16). As variáveis que, de algum modo, estão associadas a hierarquias económicas e sociais, como a escolaridade, a classe subjectiva ou os níveis de rendimentos, revelam efeitos mais intensos, embora nem sempre lineares. Deste modo, verifica-se que os

grupos de escolaridade menos elevada, com rendimentos mais baixos ou que ocupam posições na base da pirâmide social, tendem a manifestar um nível mais alto de receio em relação ao desemprego, embora o inverso nem sempre se verifique. Por exemplo, alguns grupos de escolaridade relativamente elevada (ensino secundário) ou de nível de rendimento alto (entre 1501 a 2500 euros) registam um receio significativo. Esta distribuição sugere que o risco de desemprego não está exclusivamente centrado nas posições mais baixas das hierarquias económica e social, embora os sectores que estão no topo dessas hierarquias, designadamente os que têm o ensino superior e os que aparecem no escalão de rendimento mais alto, se considerem claramente menos expostos.

O risco de desemprego constitui um dos motivos que condiciona as expectativas profissionais. O inquérito não indagou mais motivos que pudessem afectar essas expectativas, admitindo implicitamente que o risco de desemprego seria o mais grave, mas não deixou de indagar de um modo geral a situação profissional no futuro. Medidas através de uma escala de cinco posições, que varia entre *muito pior* (1) e *muito melhor* (5), com a posição intermédia *na mesma* (3), as expectativas dos inquiridos inclinam-se ligeiramente para o lado pessimista da escala, com um valor médio (2,7) inferior ao seu ponto intermédio (Quadro 1.16). Este pessimismo relativo reflecte, sem dúvida, a actual conjuntura do país, mas que não deixará também de se repercutir na passagem para a reforma, embora a pergunta não se referisse explicitamente a ela. Com efeito, as condições da passagem à reforma, os seus calendários e benefícios, têm vindo a alterar-se em consequência da deterioração da situação socioeconómica.

O pessimismo em relação ao futuro profissional é mais acentuado em determinados grupos, cujo perfil se aproxima bastante daquele que foi evidenciado pelo risco de desemprego, embora existam algumas diferenças. De modo geral, os grupos mais desprovidos de capitais sociais, educacionais e económicos são os que manifestam maior pessimismo, ainda que seja possível encontrar, como se verificou também em relação ao receio do desemprego, níveis de pessimismo semelhantes em alguns grupos com posições económicas e sociais elevadas, o que não invalida que as posições de topo surjam claramente associadas a expectativas bastante menos pessimistas. Porém, contrariamente ao que se observa com o risco de desemprego, as expectativas relativas ao futuro profissional são também marcadas pelo género e a idade. As mulheres e o grupo etário de 50-59 anos estão mais pessimistas. É possível que estes grupos sintam de forma mais intensa a deterioração socioeconómica e, embora não receiem mais o desemprego do que outros segmentos da população, podem estar mais receosos das repercussões que ela terá na

situação futura, sobretudo na passagem à reforma, mesmo que esta passagem, ou precisamente por causa dela, esteja ainda à distância de vários anos. O pessimismo em relação às condições da reforma poderia também explicar o pessimismo das mulheres, porquanto elas se confrontam com condições menos favoráveis no mercado de trabalho, como alguns indicadores analisados deixam antever, os quais correm o risco de se agravar em função do quadro socioeconómico do país.

O pessimismo é, então, um resultado que sobressai dos dados analisados. Foram referidos alguns motivos, como a insatisfação salarial ou o receio em relação ao desemprego. A sua manifestação está mais presente em determinados segmentos da população do que noutros, atendendo às posições que ocupam e aos recursos que possuem. Apesar destas diferenças, o clima pessimista não é o melhor para promover a aceitação das propostas do envelhecimento activo, designadamente no que se refere ao prolongamento voluntário da vida activa, na medida em que essas propostas podem ser entendidas como um agravamento das condições de passagem à reforma. Mesmo tendo em conta estes riscos e o clima pessimista dominante, há pelo menos um dado que parece mais favorável às pretensões do envelhecimento activo. A satisfação razoável em relação ao trabalho mostra que a sua função de integração social não está posta em causa, o que não aconteceria em caso de insatisfação. Assim, uma permanência mais longa no mercado de trabalho dependerá dos incentivos e condições que forem criados, e não necessariamente de uma vontade inadiável de saída definitiva do mercado de trabalho.

Reforma, trabalho e expectativas em relação ao futuro

Ainda que as questões anteriores já lhes fizessem uma referência implícita, a transição para a reforma foi directamente abordada, designadamente no que respeita à sua preparação, ou pelo menos à sua antecipação, e às expectativas em relação à vida após a reforma, nomeadamente no que toca ao trabalho e à qualidade de vida. Estas questões são centrais para se perceber em que medida as expectativas dos actuais activos incorporam as tendências de prolongamento da vida activa e de flexibilização entre a actividade e a inactividade que têm vindo a ser preconizadas pelo envelhecimento activo.

Começando pela questão da preparação da reforma, que é medida através da intensidade com que o indivíduo pensa nela, os resultados revelam uma intensidade moderada (Quadro 1.17). Com efeito, um terço dos inquiridos não pensa, outro terço pensa um pouco e os restantes pensam com muita frequência na reforma. Esta frequência altera-se, mas não muito, em função de alguns parâmetros, alguns dos quais bastante previsíveis, como é o caso da idade ou com quem se vive. Excluindo o grupo de 75 ou mais

anos, que por ser constituído por poucos efectivos não proporciona valores fidedignos, a percentagem dos que pensam muito na reforma aumenta do grupo de 50-59 anos para o de 60-75 anos, mostrando que a preocupação cresce com a proximidade daquela. No que diz respeito às pessoas com quem se vive, verifica-se que aquelas que vivem sozinhas têm uma preocupação mais intensa quando comparadas com as que vivem em casal ou com outros familiares, eventualmente reveladora de alguma inquietação ou mesmo de receio. Viver com outros constitui sem dúvida um suporte na transição para a vida pós-trabalho. As condições relacionais parecem desempenhar um papel mais importante do que as desigualdades económicas e sociais. Apesar de se poder assinalar frequências mais elevadas na resposta de intensidade mais alta em alguns estratos mais baixos das variáveis *escolaridade*, *classe subjectiva* e *rendimento*, essas percentagens não proporcionam um padrão consistente, na medida em que há várias excepções, além das diferenças numéricas não serem particularmente dilatadas em muitos casos. A frequência com que se pensa na reforma parece, assim, mais associada à idade e ao quadro de vida, e menos determinada pelas desigualdades sociais e económicas.

A idade de reforma, ou seja, a idade com que o inquirido pensa reformar-se, é quase uma consequência da sua preparação e antecipação. A idade média obtida anda em torno de 63,7 anos, uma idade próxima da idade convencional da reforma (65 anos). Como se trata de uma média, não permite mostrar as variações, mas constatou-se que menos de um terço dos inquiridos indica uma idade de reforma abaixo de 65 anos e um em cada dez assinala uma idade superior (Quadro 17). A maioria parece incorporar as novas tendências relativas à idade de reforma, que desincentivam os mecanismos de saídas prematuras do mercado de trabalho, ainda que uma parte não negligenciável pareça acreditar neles. Quanto aos restantes, que constituem uma minoria mas, provavelmente, bem informada, parecem antecipar a necessidade de trabalhar além de 65 anos (a idade de 67 anos é a mais assinalada), de modo a garantir o direito pleno à reforma, já que o factor da sustentabilidade que integra o cálculo das reformas implica um aumento progressivo da carreira contributiva.

A idade de reforma surge condicionada pelas mesmas variáveis que influenciam a sua preparação. Atendendo a que estamos perante uma população activa, portanto não reformada, é natural que a idade de reforma indicada seja mais alta à medida que aumenta a idade dos inquiridos ou nas categorias mais envelhecidas, como a viuvez ou a vida a sós. A relação da idade de reforma com as variáveis de estratificação social e económica não é evidente. É possível assinalar idades mais altas na classe alta ou no ensino

superior, mas no caso deste último, o valor encontrado é ligeiramente inferior ao do escalão mais baixo de escolaridade. Não há assim uma tendência definida, até porque, em muitos casos, como nos níveis de rendimento, as categorias de respostas têm poucos efectivos, o que retira fidedignidade às variações percentuais. Seja como for, a idade da reforma parece mais determinada pela idade e pelas condições que lhe estão directamente associadas do que pela estratificação socioeconómica, não diferindo muito do verificado no que toca à sua antecipação e preparação.

As expectativas em relação à reforma passam também por avaliar as condições de vida após a saída definitiva do mercado de trabalho em contraponto com a actual condição activa. O balanço entre a vida actual e aquela que julgam que vão ter durante a reforma é bastante mais favorável a esta última. Com efeito, quase metade dos inquiridos (43,8%) acredita que será um pouco ou muito melhor e menos de um quinto (18,8%) revela-se céptico, considerando que a vida será pior. Tendo em conta as perspectivas profissionais pessimistas dos inquiridos, ou talvez por causa delas, a reforma parece surgir como um tempo mais positivo, capaz de proporcionar uma qualidade de vida melhor, mesmo comparando com os actuais reformados. Com efeito, o balanço realizado por estes últimos apenas se inclina ligeiramente a favor da reforma. A opinião dominante é, como vimos, a relativa indiferença entre o período anterior e o posterior à reforma. As atitudes mais favoráveis dos activos podem decorrer disso mesmo, ou seja, do facto de ainda serem activos e de a reforma surgir ainda como uma socialização por antecipação, que poderá não corresponder às expectativas actuais. Mas também podem ser uma consequência de uma geração mais bem preparada e em melhores condições, quer de saúde, quer económicas, para beneficiar mais plenamente do período do pós-trabalho, pelo que a antecipação é positiva.

À semelhança das questões anteriores, não é fácil identificar influências muito visíveis sobre o balanço entre a vida antes e depois da reforma. As expectativas em torno desse balanço parecem reduzir-se quando se vive a sós e aumentar por influência da componente económica. Em relação a esta última, verifica-se uma avaliação crescentemente positiva dos escalões mais baixos para os mais altos da classe subjectiva e em algumas das categorias mais elevadas do rendimento individual. As perspectivas económicas, bem como as situações de vivência conjugal ou com outros familiares, constituem uma condição para uma melhor qualidade de vida. Pelo contrário, a vida a sós acarreta um pessimismo em relação ao período da reforma, que rivaliza com os baixos rendimentos.

As perspectivas positivas em relação à reforma não esclarecem, contudo, a questão da permanência na actividade mesmo após a reforma, ainda

que as condições dessa permanência não sejam indagadas, de modo a avaliar a receptividade da proposta de flexibilização entre os tempos de trabalho e de inactividade, como preconizam as ideias em torno do envelhecimento activo. No conjunto, metade dos inquiridos (49,6%) admitem a possibilidade de permanecer em actividade após a reforma, um número bem acima dos reformados que manifestaram a mesma intenção, mesmo que nunca a tivessem concretizado. A diferença de idade entre os activos e os reformados pode também explicar a razão pela qual a intenção de prologar a actividade após a reforma não é coincidente, pois não há certeza, no caso dos activos, de que venham a concretizar essa intenção. Trata-se apenas de uma expectativa, nada mais. Em todo o caso, a expectativa indica uma disposição favorável, pelo que importa identificar da parte de quem. Sem ignorar que algumas situações surgem associadas à intenção de prolongar a actividade após a reforma, como viver sozinho ou ser solteiro, a escolaridade é a única variável que apresenta uma influência minimamente consistente. Uma escolaridade elevada parece favorecer uma disposição mais favorável ao trabalho após a reforma. Esta disposição é compreensível, atendendo a que as profissões mais escolarizadas não estão sujeitas a esforço físico e permitem obter, em muitos casos, gratificações pessoais que vão para além das vantagens económicas com mais facilidade do que nas profissões que exigem menos habilitações escolares. Preservar a realização e a satisfação pessoais obtidas através da profissão pode constituir a principal razão para permanecer em actividade após a reforma.

Esta interpretação sai reforçada se considerarmos os motivos assinalados para permanecer na actividade. O principal motivo é manter-se ocupado (53,1%), muito acima da motivação económica (*o dinheiro da reforma não é suficiente*), que aparece em segundo lugar (19,4%). *Gostar do que se faz* (13,1%) e *sentir-se ainda útil* (10,9%) são também razões com alguma expressão. As razões de ordem expressiva são mais importantes do que as instrumentais, pois a intenção de trabalhar além da reforma por necessidades ou motivações económicas é assinalada apenas por um em cada cinco activos. A ideia de manter-se ocupado sugere uma ligação à actividade mas também aos outros, pelo que o trabalho é visto como o meio de o conseguir. Esta associação é crucial para o envelhecimento activo, na medida em que é através da actividade e dos contactos que ela proporciona que os indivíduos poderão assegurar a integração social e evitar o isolamento social num quadro de relações intergeracionais, preservando as condições necessárias à afirmação da sua identidade social e pessoal. Pelo menos, uma parte dos actuais activos parece enveredar pelos horizontes do envelhecimento activo.

Quadro 1.17 Reforma, trabalho e expectativas em relação ao futuro

	Frequência com que pensa na reforma (%)				Idade com que pensa reformar-se (média)	Expectativa sem relação ao futuro (%)				Trabalhar depois da reforma (%)	
	Não pensa	Um pouco	Muito	Total		Muito/um pouco pior	Na mesma	Muito/um pouco melhor	Total	Sim	Não
Total (%)	34,2	35,8	30,0	100,0	63,7	18,8	37,3	43,8	100,0	49,6	50,4
Total absoluto	(84)	(87)	(73)	(244)	(174)	(37)	(73)	(86)	(196)	(114)	(116)
Sexo											
Homens	40,0	32,0	28,0	100,0	63,6	19,0	41,0	40,0	100,0	51,7	48,3
Mulheres	28,0	39,8	32,2	100,0	63,9	19,4	33,7	46,9	100,0	47,4	52,6
Idade											
50-59 anos	36,9	35,8	27,3	100,0	63,2	19,1	36,1	44,9	100,0	51,7	48,9
60 a 74 anos	25,0	35,7	39,3	100,0	65,4	16,7	41,7	41,6	100,0	45,5	54,5
75 ou mais anos	50,0	50,0	0,0	100,0	-	0,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0
Estado civil											
Casado	31,6	40,8	27,6	100,0	63,8	18,6	34,3	47,2	100,0	49,1	50,9
Separado/divorciado	34,4	18,8	46,9	100,0	60,8	22,2	37,0	40,7	100,0	50,0	50,0
Viúvo	58,8	23,5	17,6	100,0	65,2	21,4	28,6	50,0	100,0	35,7	64,3
Solteiro	33,3	33,3	33,3	100,0	66,5	12,4	68,8	18,8	100,0	59,1	40,9
Vive com											
Em casal	33,3	38,6	28,0	100,0	63,8	16,9	38,3	44,8	100,0	48,6	51,4
Sozinho	29,6	25,9	44,4	100,0	64,1	34,8	39,1	26,1	100,0	56,0	44,0
Com outros familiares	46,4	25,0	28,6	100,0	62,6	15,0	25,0	60,0	100,0	48,1	51,9
Escolaridade											
Não sabe ler nem escrever	0,0	50,0	50,0	100,0	-	0,0	0,0	100,0	100,0	50,0	50,0
1º ciclo do ensino básico	33,7	33,7	32,6	100,0	64,8	21,0	46,1	32,9	100,0	46,4	53,6
2º ciclo do ensino básico	28,6	21,4	50,0	100,0	63,9	27,3	36,4	36,4	100,0	35,7	64,3
3º ciclo do ensino básico	30,0	45,0	25,0	100,0	62,6	15,2	18,2	66,7	100,0	40,5	59,5
Secundário	55,6	25,0	19,4	100,0	61,0	17,9	46,4	35,7	100,0	58,1	41,9
Superior	30,2	41,5	28,3	100,0	64,2	18,6	46,4	35,7	100,0	61,7	38,3
Classe subjectiva											
Classe baixa	32,7	34,5	32,7	100,0	63,8	21,6	38,7	39,8	100,0	40,6	59,4
Classe média	35,9	34,0	30,1	100,0	63,3	16,7	41,0	42,3	100,0	57,6	42,4
Classe alta	26,1	47,8	26,1	100,0	65,6	10,5	21,1	68,5	100,0	42,1	57,9
Total	33,5	35,6	31,0	100,0		18,4	37,9	36,3	100,0	48,2	51,8

	Frequência com que pensa na reforma (%)				Idade com que pensa reformar-se (média)	Expectativa sem relação ao futuro (%)				Trabalhar depois da reforma (%)	
	Não pensa	Um pouco	Muito	Total		Muito/um pouco pior	Na mesma	Muito/um pouco melhor	Total	Sim	Não
Total (%)	34,2	35,8	30,0	100,0	63,7	18,8	37,3	43,8	100,0	49,6	50,4
Total absoluto	(84)	(87)	(73)	(244)	(174)	(37)	(73)	(86)	(196)	(114)	(116)
Rendimento individual											
Nenhum	50,0	33,3	16,7	100,0	61,7	0,0	20,0	60,0	100,0	16,7	83,3
Até 350 €	20,8	37,5	41,7	100,0	64,5	22,7	40,9	36,3	100,0	40,0	60,0
351-500 €	39,5	31,6	28,9	100,0	65,9	35,7	32,1	32,2	100,0	54,1	45,9
501-800 €	29,4	39,2	31,4	100,0	64,0	15,0	37,5	47,5	100,0	42,0	58,0
801-1500 €	38,1	28,6	33,3	100,0	62,4	13,9	38,9	47,2	100,0	54,1	45,9
1501-2500 €	25,0	50,0	25,0	100,0	62,8	21,7	39,1	39,1	100,0	48,0	52,0
Mais de 2500 €	43,8	25,0	31,2	100,0	61,5	0,0	27,3	72,7	100,0	83,3	16,7
Total	33,3	35,3	31,3	100,0		18,7	36,4	44,9	100,0	49,0	51,0

1.3.5 Os activos desempregados perante o trabalho, o desemprego e a reforma

Os desempregados constituem a segunda componente da população activa. A separação entre empregados e desempregados justifica-se com base nos tempos de inactividade. Se o desemprego fosse algo episódico e de curta duração, como acontece por vezes com os processos de mudança de emprego, a separação talvez não se justificasse. Porém, atendendo a que, para uma parte importante dos inquiridos, o desemprego é de longa duração, em alguns casos bastante longa, admitiu-se que as trajectórias que contemplam entradas e saídas mais ou menos frequentes e períodos prolongados de ausência do mercado de trabalho desenvolvem expectativas em relação à reforma que se diferenciam das expectativas dos outros activos com trajectórias profissionais mais regulares no que diz respeito à estabilidade de emprego. A questão que se explora é, portanto, saber como é que o desemprego afecta as aspirações e as expectativas da trajectória até à reforma.

A sequência de perguntas colocadas aos desempregados não se diferencia muito da seguida pelos activos empregados, razão pela qual as perguntas podem também ser agrupadas em torno de três tópicos: o primeiro sobre a trajectória profissional, mais especificamente sobre as durações relativas do trabalho e do desemprego; o segundo sobre as aspirações profissionais, designadamente a procura de novo emprego e as perspectivas profissionais; e o último sobre as expectativas em relação à reforma, em termos de idade, de qualidade de vida e de prolongamento da actividade.

Começando por referir as trajectórias profissionais, um dado que se evidencia é a duração mais curta das mesmas por contraponto aos activos empregados (Quadro 1.18). Nestes, a duração média é de cerca de 35 anos, enquanto nos desempregados é de 29 anos, uma diferença média significativa, em parte explicada pelo período de desemprego. Com efeito, se para um pouco mais de metade (53%), esse período não vai além dois anos, para os restantes está acima de três anos, não subestimando o número de casos em que está bem acima deste limiar. É provável que, nesta última situação, se esteja perante afastamentos definitivos do mercado de trabalho, aliás corroborada pela duração mais baixa da trajectória profissional do grupo de 60-74 anos (26,5 anos) em relação ao de 50-59 anos (29,6 anos), quando se esperaria o inverso, ou seja, uma duração mais longa no grupo mais velho. Uma relação do mesmo tipo verifica-se entre homens e mulheres. Estas têm trajectórias mais curtas e durações de desemprego mais prolongadas do que aqueles. As mulheres estão claramente mais representadas no período de três ou mais anos, indiciando uma maior exposição ao desemprego de longa duração, o mais propício a desencadear, na prática, o abandono definitivo do mercado de trabalho.

Deste modo, como se verificou também com os empregados, o género é uma fonte de iniquidade social, à qual se juntam as desigualdades socioeconómicas. O facto de não figurarem percentagens nas categorias mais altas das variáveis *classe subjectiva* e *níveis de rendimento* não fica apenas a dever-se a uma base de efectivos pouco numerosa (os desempregados representam 7,7 por cento dos inquiridos), mas também porque isso reflecte a incidência mais baixa do desemprego nestas mesmas categorias. As durações das trajectórias profissionais e do desemprego dos activos desempregados combinam diferentes tipos de iniquidades, que, em muitos casos, remetem para uma inactividade sem prazo, pelo que a situação deles difere bastante dos restantes activos, faltando avaliar as suas consequências no plano profissional e no da reforma.

Quadro 1.18 Duração do desemprego e da trajectória profissional

	Duração do desemprego (%)			Duração média do tempo de trabalho
	Há 2 ou menos anos	Há 3 ou mais Anos	Total	
Total	53,0	47,0	100,0	29,3
(Total absoluto)	(39)	(35)	(74)	(68)
Sexo				
Homens	68,4	31,6	100,0	33,0
Mulheres	36,1	63,9	100,0	25,8

	Duração do desemprego (%)			Duração média do tempo de trabalho
	Há 2 ou menos anos	Há 3 ou mais Anos	Total	
Total	53,0	47,0	100,0	29,3
<i>(Total absoluto)</i>	<i>(39)</i>	<i>(35)</i>	<i>(74)</i>	<i>(68)</i>
Idade				
50-59 anos	54,5	45,5	100,0	29,6
60 a 74 anos	44,4	55,6	100,0	26,5
75 ou mais anos	-	-	-	-
Estado civil				
Casado	58,3	41,7	100,0	30,1
Separado/divorciado	36,4	63,6	100,0	28,7
Viúvo	20,0	80,0	100,0	25,6
Solteiro	63,6	36,4	100,0	28,4
Vive com				
Em casal	56,9	43,1	100,0	29,6
Sozinho	33,3	66,7	100,0	30,6
Com outros familiares	50,0	50,0	100,0	28,0
Total				
Escolaridade				
Não sabe ler nem escrever	-	-	-	-
1º ciclo do ensino básico	45,2	54,8	100,0	30,6
2º ciclo do ensino básico	57,1	42,9	100,0	32,7
3º ciclo do ensino básico	66,7	33,3	100,0	27,8
Secundário	53,8	46,2	100,0	25,4
Superior	80,0	20,0	100,0	28,1
Classe subjectiva				
Classe baixa	51,2	48,8	100,0	28,9
Classe média	54,8	45,2	100,0	30,5
Classe alta	-	-	-	-
Total	53,4	46,6	100,0	29,5
Rendimento individual				
Nenhum	40,9	59,1	100,0	25,2
Até 350 €	45,5	54,5	100,0	25,8
351-500 €	83,3	16,7	100,0	38,9
501-800 €	-	-	-	-
801-1500 €	-	-	-	-
1501-2500 €	-	-	-	-
Mais de 2500 €	-	-	-	-
Total	56,1	43,9	100,0	29,5

Trabalho e expectativas profissionais

A hipótese de que o desemprego, pelo menos para parte dos inquiridos desempregados, atendendo à sua prolongada duração, se poderá converter ou vir a converter num abandono definitivo do mercado de trabalho, se já não aconteceu, é reforçada pela avaliação da dificuldade em conseguir um novo emprego. A grande maioria considera ser muito difícil arranjar um novo emprego. A grande maioria considera ser muito difícil arranjar um novo emprego, somando aos que o consideram difícil, chega-se à conclusão de que nove em cada dez desempregados estão pouco confiantes no regresso ao mercado de trabalho (Quadro 19). Esta falta de confiança é partilhada por homens e por mulheres, embora estas sejam mais afirmativas em expressar a dificuldade extrema em arranjar um novo emprego (respectivamente, 71,1% e 64,1%), reflectindo, deste modo, a sua maior exposição ao desemprego de longa duração. Em todo o caso, a dificuldade em encontrar trabalho é comum e justifica, de algum modo, as durações observadas dos períodos de desemprego. Pessimismo e afastamento prolongado reforçam-se entre si, tornando, na prática, mais difícil, e nos casos mais extremos inviável, o regresso na vida activa.

O principal motivo que está na base da dificuldade em conseguir trabalho é, segundo os inquiridos, a idade, ou seja, o facto de já não serem novos e isso ser visto como um obstáculo (Quadro 1.19). Com efeito, dos vários motivos contemplados, a idade aparece claramente à frente (60,3%), seguindo-se o elevado desemprego existente (21,9%), a uma distância considerável das razões de saúde (2,7%), das habilitações escolares insuficientes (6,6%) ou de *outros motivos* (8,2%). É certo que a idade se articula com as habilitações escolares, fazendo com que as pessoas mais velhas tenham níveis de escolaridade mais baixos, mas o facto de a idade ser a razão mais invocada para a dificuldade em arranjar trabalho sugere que é também vista como exercendo um efeito discriminatório. Este efeito é mais denunciado pelas mulheres (64,9%) do que pelos homens (55,6%), indiciando simultaneamente que ele é mais sentido por quem está mais exposto ao desemprego, especialmente o de longa duração, ou seja, as mulheres, e que o envelhecimento as penaliza mais do que a eles no que respeita às condições de acesso ao mercado de trabalho. Em todo o caso, embora os homens sejam mais sensíveis ao desemprego existente, não deixam de considerar também a idade como o principal motivo da dificuldade em arranjar um novo emprego.

A ideia de que o mercado de trabalho recusa as pessoas mais velhas não por causa das suas habilitações escolares ou das suas capacidades e competências, mas simplesmente porque não são novas, está na base do que se designa hoje em dia por *idadismo* contra os mais velhos – atitudes e estereótipos que sistematicamente os estigmatizam. A elevada frequência que o motivo *idade* é referido sugere que, pelo menos para os inquiridos desempregados,

o idadismo está muito presente no funcionamento do mercado de trabalho e constitui uma das causas da recusa em reintegrá-los como activos produtivos. Que culpem em primeiro lugar a idade e não as condições económicas não deixa de constituir um dado algo surpreendente, atendendo aos elevados níveis de desemprego existentes na sociedade portuguesa.

Quadro 1.19 Expectativas profissionais segundo o sexo

	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Dificuldade em arranjar um novo emprego						
Muito difícil	25	64,1	27	71,1	52	67,5
Difícil	10	25,6	7	18,4	17	22,1
Um pouco difícil	7	2,6	3	7,9	4	5,2
Nada difícil	3	7,7	1	2,6	4	5,2
Total	39	100,0	38	100,0	38	100,0
Motivos da dificuldade em arranjar um novo emprego						
Saúde	0	0,0	2	5,4	2	2,7
Idade	20	55,6	24	64,9	44	60,3
Desemprego elevado	10	27,8	6	16,2	16	21,9
Habilitações escolares insuficientes	1	2,8	4	10,8	5	6,8
Outro	5	13,9	1	2,7	6	8,2
Total	36	100,0	37	100,0	73	100,0
Futura situação profissional						
Muito pior	7	13,5	15	42,9	20	27,8
Pior	7	18,9	9	25,7	16	22,2
Na mesma	8	21,6	8	22,9	16	22,2
Um pouco melhor	15	40,5	3	8,6	18	25,0
Muito melhor	2	5,4	0	0,0	2	2,8
Total	37	100,0	35	100,0	72	100,0

Tendo em conta a falta de confiança manifestada em relação ao mercado de trabalho, as perspectivas relativas à situação profissional não poderiam ser, à partida, muito favoráveis. E de facto não o são. Com efeito, metade precisamente dos inquiridos considera que a situação profissional futura será pior ou muito pior da actual (Quadro 19). Se a eles juntarmos os que acham que tudo ficará na mesma (22,2%), apenas um quarto dos desempregados encara o futuro com alguma esperança, mas não muita, pois apenas 2,8 por cento acha que será bastante melhor. Este pessimismo é, no entanto, bastante

marcado pelo género: sete em cada dez mulheres consideram que o futuro profissional será pior ou muito pior, contra 32,4 por cento dos homens. Este dado reforça os resultados anteriores, designadamente a maior dificuldade das mulheres em encontrar trabalho e, conseqüentemente, a sua maior exposição ao desemprego. Talvez por estarem menos expostos ao desemprego de longa duração, os homens mostram-se menos pessimistas e um pouco mais esperançados em relação ao futuro profissional. Será também de esperar que a sua confiança moderada, ao contrário das mulheres, se reflecta em perspectivas mais optimistas em relação à reforma?

Desemprego, reforma e expectativas em relação ao futuro

Comparando com os activos empregados, os desempregados não têm perspectivas em relação à reforma muito diferentes. Apenas quatro em cada dez desempregados dizem não pensar na reforma, um número um pouco acima do observado nos empregados (Quadro 1.20). Por conseguinte, para a maioria, é um motivo de preocupação que se acentua em algumas categorias, como as mulheres, as pessoas que vivem com outros familiares, os níveis mais altos de escolaridade, da classe subjectiva e do rendimento. No entanto, as percentagens relativas a estas últimas variáveis têm de ser interpretadas com reserva, pois o número de efectivos que integra a amostra é pequeno (77), fazendo com que algumas categorias se apresentem vazias e outras sem efectivos suficientes para proporcionar um resultado minimamente fidedigno. Tendo em conta esta advertência, o resultado mais consistente indica que as mulheres e as pessoas que vivem com outros familiares pensam muito na reforma, resultado que não se observa nos activos empregados. É possível que a exposição ao desemprego e uma autonomia económica mais reduzida acentuem as preocupações com a reforma, embora não se possa concluir pela existência de uma associação mais geral entre ambas devido à dificuldade de interpretação das variáveis económicas, como o rendimento ou a classe subjectiva, pelas razões apontadas. Seja como for, os dados sugerem que, apesar de as atitudes dos desempregados não divergirem muito das dos empregados, há categorias específicas que se comportam diferentemente, sugerindo que, em certas situações, o desemprego condiciona as expectativas em relação à reforma.

Pode acrescentar-se que esse condicionamento não diz apenas respeito à reforma mas também às expectativas em relação ao futuro (Quadro 1.20). Com efeito, os desempregados são mais pessimistas do que os empregados: enquanto 18,8 por cento destes consideram que vida após a reforma será pior do que a actual, nos desempregados a percentagem correspondente é de 29,8 por cento. Com excepção das mulheres, que se revelam mais pessimistas, nenhuma outra categoria mostra resultados consistentes. Em algumas delas, o

pessimismo e o optimismo compensam-se através da diminuição da resposta intermédia de que não há diferença entre o antes e o depois da reforma, mas atendendo à fraca visibilidade estatística é difícil ou mesmo impossível reter resultados substantivos. É possível afirmar, todavia, que os desempregados estão mais pessimistas em relação às perspectivas de vida após a reforma.

No que respeita à idade com que pensam reformar-se, os resultados também não são muito abundantes. A idade indicada (62,5 anos) é cerca de um ano mais baixa da que foi referida pelos activos empregados (Quadro 1.20). Esta diferença sugere que a passagem à reforma pode funcionar como uma forma de terminar mais rapidamente a condição activa, sobretudo nos casos de desemprego de longa duração. A reforma seria, nestes casos, a alternativa possível à impossibilidade de encontrar trabalho e, por isso, faz sentido a indicação de uma idade relativamente baixa. No entanto, esta idade não é subscrita pela classe subjectiva alta nem pelos níveis de instrução mais elevados, que indicam uma idade de reforma mais alta, sugerindo assim um período de vida activa mais prolongado. Este facto mostra que os desempregados mais qualificados têm expectativas similares aos activos empregados e, possivelmente, antecipam um regresso ao mercado de trabalho, pelo que a passagem mais prematura à reforma é sobretudo uma consequência da baixa qualificação, que atinge mais significativamente os grupos mais velhos e os mais vulneráveis ao desemprego.

Apesar de os desempregados indicarem, no seu conjunto, uma idade relativamente baixa de passagem à reforma, isso não se traduz necessariamente numa atitude de recusa perante a actividade. Sensivelmente, metade deles (53,2%) admite trabalhar depois da reforma, pelo que esta não é reduzida a um tempo de descanso que exclui a actividade profissional. A reforma é vista como um meio instrumental de escapar ao desemprego e de aceder a um rendimento, que posteriormente pode ser completado por outras fontes de rendimento. A motivação económica está subjacente à intenção de trabalhar após a reforma. Mas não é a única, nem a mais importante. Como os activos empregados, a principal motivação é *manter-se ocupado* (48,6%), que aparece bem à frente da motivação económica (*o dinheiro da reforma não é suficiente*), a qual surge apenas em terceiro lugar (15,1%), atrás de *sentir-se ainda útil* (27,0%) e a uma grande distância de outras motivações como *gostar do que se faz* (9,3%).

Na acepção de *manter-se ocupado*, trabalhar depois da reforma pode implicar um sentido mais amplo de actividade envolvendo uma participação na sociedade, como advogam os defensores do envelhecimento activo, e não se restringindo ao trabalho remunerado. É talvez por isso que os homens manifestam uma predisposição mais favorável ao trabalho depois

da reforma. Tradicionalmente menos associada à esfera privada, a vida social masculina afirma-se ou afirmava-se sobretudo pelas relações de trabalho, pelo que manifestar esse desejo de manter-se ocupado pode traduzir uma ligação à sociedade que se receia perder com a passagem à reforma. Esta diferença entre homens e mulheres é a que mais influencia o sentido das respostas em relação ao trabalho após a reforma, com os primeiros a subcreverem 69,2 por cento das respostas favoráveis. Apesar desta diferença se manifestar também nos activos empregados, ela é bastante mais dilatada nos desempregados, sugerindo que o receio de exclusão está muito mais presente nos homens que vivem períodos prolongados de afastamento involuntário do mercado de trabalho.

Quadro 1.20 Desemprego, reforma e expectativas em relação ao futuro

	Frequência com que pensa na reforma (%)				Idade com que pensa reformar-se (média)	Expectativa sem relação ao futuro (%)				Trabalhar depois da reforma (%)	
	Não pensa	Um pouco	Muito	Total		Muito/um pouco pior	Na mesma	Um pouco/muito melhor	Total	Sim	Não
Total (%)	35,9	24,3	39,8	100,0	62,5	29,8	40,9	29,4	100,0	53,2	46,8
Total absoluto	(27)	(18)	(30)	(76)	(54)	(19)	(26)	(19)	(64)	(37)	(33)
Sexo											
Homens	36,8	31,6	31,6	100,0	62,2	25,8	41,9	32,3	100,0	69,2	30,8
Mulheres	34,2	18,4	47,4	100,0	62,8	34,4	40,6	25,0	100,0	32,3	67,7
Total	35,5	25,0	39,5	100,0	62,5	30,2	41,3	28,5	100,0	52,9	47,1
Idade											
50-59 anos	35,3	25,0	39,7	100,0	62,2	30,4	39,3	30,3	100,0	54,0	46,0
60 a 74 anos	-	-	-	-	62,8	14,3	57,1	28,6	100,0	50,0	50,0
75 ou mais anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	36,0	24,0	40,0	100,0	62,5	28,6	41,3	30,1	100,0	53,5	46,5
Estado civil											
Casado	35,3	25,5	39,2	100,0	62,0	35,7	33,3	30,9	100,0	52,2	47,8
Separado/divorciado	50,0	20,0	30,0	100,0	63,6	12,5	50,0	37,5	-	54,5	45,5
Viúvo	-	-	-	-	63,2	-	-	-	100,0	-	-
Solteiro	36,4	27,3	36,4	100,0	63,5	0,0	75,0	25,0	100,0	-	-
Total	35,1	24,7	40,3	100,0	62,5	30,2	39,6	30,2	100,0	53,6	46,4

	Frequência com que pensa na reforma (%)				Idade com que pensa reformar-se (média)	Expectativa sem relação ao futuro (%)				Trabalhar depois da reforma (%)	
	Não pensa	Um pouco	Muito	Total		Muito/um pouco pior	Na mesma	Um pouco/muito melhor	Total	Sim	Não
Total (%)	35,9	24,3	39,8	100,0	62,5	29,8	40,9	29,4	100,0	53,2	46,8
Total absoluto	(27)	(18)	(30)	(76)	(54)	(19)	(26)	(19)	(64)	(37)	(33)
Vive com											
Em casal	37,0	24,1	38,9	100,0	62,1	34,9	34,9	30,0	100,0	50,0	50,0
Sozinho	-	-	-	-	61,6	-	-	-	100,0	-	-
Com outros familiares	20,0	26,7	53,3	100,0	64,2	20,0	60,0	20,0	100,0	61,5	38,5
Total	36,4	24,7	39,0	100,0	62,5	29,7	40,6	29,7	100,0	52,9	47,1
Escolaridade											
Não sabe ler/escrever	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1º ciclo básico	30,3	24,2	45,5	100,0	62,1	43,3	30,0	26,7	100,0	41,9	58,1
2º ciclo básico	14,3	35,7	50,0	100,0	63,3	21,4	57,1	21,4	100,0	45,5	54,5
3º ciclo básico	80,0	0,0	20,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Secundário	41,7	41,7	16,7	100,0	63,5	-	-	-	-	-	-
Superior	40,0	20,0	40,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Total	36,0	25,3	38,7	100,0	62,5	30,2	41,3	28,5	100,0	52,9	47,1
Classe subjectiva											
Classe baixa	44,2	14,0	41,9	100,0	62,6	29,4	41,2	29,4	100,0	47,4	52,6
Classe média	28,1	37,5	34,4	100,0	62,7	29,6	42,6	27,8	100,0	60,0	40,0
Classe alta	-	-	-	-	65,0	-	-	-	100,0	-	-
Total	36,8	23,7	39,5	100,0	62,6	29,6	42,6	27,8	100,0	53,6	47,1
Rendimento individual											
Nenhum	54,2	16,7	29,2	100,0	63,4	21,0	47,4	31,6	100,0	56,5	43,5
Até 350 €	26,1	34,8	39,1	100,0	62,8	40,9	36,4	22,7	100,0	50,0	50,0
351-500 €	25,0	16,7	58,3	100,0	61,8	37,5	37,5	25,0	100,0	54,5	45,5
501-800 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
801-1500 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1501-2500 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 2500 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	34,8	23,2	42,0	100,0	62,3	31,6	40,4	28,0	100,0	53,0	47,0

1.4 Síntese conclusiva

Este capítulo teve por objectivo descrever a localização dos inquiridos no curso de vida. Essa localização teve em conta duas transições importantes que ocorrem durante o processo de envelhecimento: a transição da vida conjugal para a viuvez, que na maior parte das situações corresponde a viver sozinho, e a transição do trabalho para a reforma. A primeira transição é descrita em dois subcapítulos: um identificando o quadro de vida dos inquiridos – se vivem em casal, com outros familiares ou a sós –, o outro abordando a relação entre isolamento social, solidão e viuvez. A segunda transição é observada através das situações perante o trabalho e das expectativas em relação à idade da reforma e à vida subsequente, dando uma particular atenção, à luz das teses do envelhecimento activo, ao papel que a actividade e o trabalho podem desempenhar durante o período da reforma.

Do ponto de vista da transição familiar, os dados do inquérito permitem evidenciar as seguintes “tendências”:

- A reduzida dimensão das famílias. Quase metade dos inquiridos vive em famílias formadas por duas pessoas, predominando claramente os casais.
- Um quinto dos inquiridos vive só. A principal causa é a viuvez, pelo que as mulheres estão muito mais representadas do que os homens neste quadro de vida.
- A vida a sós não é necessariamente a única alternativa à viuvez. Uma parte substancial dos inquiridos que não têm uma relação conjugal vive com outros familiares. Esta situação possui, no entanto, menos importância do que as duas anteriores e surge associada a um perfil de dependência económica em que se destacam as mulheres, especialmente aquelas que nunca exerceram uma actividade profissional.
- Dos três quadros de vida, a situação economicamente mais benéfica é a dos inquiridos que vivem conjugalmente.
- O processo de envelhecimento está sujeito às relações de género. Os homens envelhecem predominantemente no âmbito de uma relação conjugal, enquanto o envelhecimento nas mulheres é menos conjugal e mais solitário.

A segunda vertente da transição familiar contemplou as relações entre a vida a sós, a solidão e a viuvez. Embora exista a ideia de uma correspondência quase perfeita entre sentir-se só e viver sozinho, os dados do inquérito mostraram, por um lado, que a sobreposição está longe de ser perfeita, atingindo apenas cerca de metade das pessoas que vivem sozinhas; e, por outro, que a solidão afecta também as pessoas que vivem noutras situações,

especialmente as que vivem com outros familiares, mas também, embora menos intensamente, quando vivem em casal. Assim, a solidão não decorre automaticamente da vivência a sós, dependendo também das redes e ligações que se mantêm com os outros, as quais, no entanto, tenderão a enfraquecer com o passar do tempo e com a viuvez.

No que respeita à transição para a reforma, o inquérito procurou identificar distintos percursos e atitudes entre os reformados e os activos. Em termos da duração das trajectórias profissionais, os reformados apresentam percursos mais longos, em virtude de um início mais precoce da actividade que, de certo modo, é compensado por uma idade de reforma um pouco acima dos 60 anos – uma idade aquém das expectativas dos actuais activos relativamente ao início da sua própria reforma. As longas trajectórias profissionais dos reformados explicam, pelo menos parcialmente, que estes encarem a reforma como um tempo pós-trabalho, desvinculado completamente das actividades profissionais. Com efeito, são poucos os que manifestam disponibilidade para prolongar a vida activa e, quando manifestam tal disponibilidade, alegam sobretudo razões de natureza económica. A reforma é sobretudo encarada como um tempo de descanso, pelo que a transição para a inactividade não foi, na maior parte dos casos, problemática.

Comparativamente aos reformados, os percursos profissionais dos activos iniciaram-se menos prematuramente, devido a uma maior escolaridade. Em contrapartida, estão conscientes de que se reformarão mais tarde, em conformidade com as novas tendências de prolongamento da vida profissional. Estas tendências vão acentuar o envelhecimento da população activa, sem, no entanto, implicar necessariamente um aumento considerável da duração das trajectórias profissionais, em virtude de o aumento da escolaridade da população originar ingressos mais tardios no mercado de trabalho. Este aumento da escolaridade apoia as ideias defendidas pelo envelhecimento activo na medida em que os mais escolarizados revelam uma disposição mais favorável ao prolongamento da vida profissional, mesmo após a idade de reforma. Ainda que esta seja vista de modo positivo, os activos não pensam necessariamente na reforma apenas como um tempo de pós-trabalho, divergindo neste aspecto dos reformados. Para metade dos actuais activos, a actividade profissional desempenhará na reforma um papel importante, como seja uma ocupação produtiva e útil do tempo, revelando deste modo uma atitude favorável ao envelhecimento activo. Contudo, eles revelam também uma atitude pessimista em relação ao futuro profissional, designadamente no que respeita ao risco de desemprego, pelo que essa atitude favorável ao envelhecimento activo dependerá também das condições em que ocorrer a passagem à reforma e dos incentivos ao prolongamento voluntário da vida profissional.

Capítulo 2

Redes interpessoais, relações de apoio e de vizinhança

As redes sociais podem ser entendidas como o conjunto de contactos pessoais que possibilitam, sobretudo em fases mais avançadas da vida, que os indivíduos mantenham a sua identidade social, recebam apoio emocional, ajuda material, serviços, informação e, ainda, estabeleçam novos contactos sociais (Walker, MacBride & Vachon, 1977:35). E porque possibilitam uma incorporação no sistema de normas, controlo e confiança (Coleman, 1988), apoio social, acesso a informação e a outros recursos (Antonucci & Akiyama, 1995), as redes sociais podem ter uma grande importância para o bem-estar e para a qualidade de vida das pessoas mais velhas (House, Landis & Umberson, 1988; Ryff, 1989; Fernández-Ballesteros, 1998; Phelan, Anderson, Von Faber *et al.*, 2004; Knight & Ricciardelli, 2003; Lacroix & Larson, 2004; Hsu, 2006; Matsubayashi *et al.*, 2006; Wahrendorf, Siegrist & von dem Knesebeck, 2006; Bowling, 2007; Fernández-Ballesteros *et al.*, 2010).

Acresce o facto de a influência benéfica das redes sociais no envelhecimento saudável e bem-sucedido ser reconhecida pelas próprias pessoas em idade mais avançada, nomeadamente quando elas afirmam que “ter família e amigos com quem possam contar” constitui um dos factores essenciais para “envelhecer bem” (Fernández-Ballesteros *et al.*, 2010: 10). Tal autopercepção das pessoas mais velhas sobre o impacto causal da integração social no seu envelhecimento bem-sucedido (Rowe & Kahn, 1998; Sirven & Debrand, 2008) permite, ainda, aludir ao papel que as redes sociais nas quais essas pessoas estão inseridas têm na gestão dos seus sentimentos de solidão e na atenuação dos efeitos negativos (sobretudo do isolamento potencial) inerentes às principais transições (reforma e viuvez) ocorridas em fases tardias das suas vidas (Ferraro, 1984; Li, 2007). É devido a estes dois últimos aspectos que as redes sociais constituem um importante mecanismo de protecção social para as pessoas em idade mais avançada (Lyberaki & Tinios, 2005; Wall *et al.*, 2001).

Com o intuito de traçar o perfil das situações relacionais da população inquirida, dar-se-á atenção, em seguida, às suas situações de isolamento e às suas várias formas de participação nos diversos tipos de redes sociais e de relacionamento interpessoal, a saber:

- Redes de confiança (relações interpessoais);
- Relações de apoio emocional, instrumental e de aconselhamento;
- Relações de vizinhança.

2.1 Redes interpessoais

As redes de confiança dizem respeito às relações interpessoais que os inquiridos estabelecem com outras pessoas a fim de falarem sobre assuntos importantes e partilharem preocupações ou problemas quotidianos. Atendendo ao carácter restritivo desta noção de redes de confiança que orientou o processo de inquirição aos seniores com 50 e mais anos, importa salvaguardar o facto de a mesma ter seguramente induzido as respostas por parte dos inquiridos que privilegiam os membros familiares (cônjuge e filhos), em detrimento dos membros não-familiares (amigos e vizinhos) nas suas redes de confiança.

Quadro 2.1 Pessoas com quem os inquiridos falam sobre assuntos importantes

	n	%
Falam com alguém	917	91,8
Não falam com ninguém	82	8,2
Total	999	100,0

A esmagadora maioria da população inquirida estabeleceu contactos interpessoais de algum tipo no último ano em que decorreu o processo de inquirição (Quadro 2.1). Todavia, apesar de cerca de 92 por cento dos inquiridos afirmar que tem alguém com quem conversar sobre assuntos importantes, isso não invalida que o peso dos indivíduos desprovidos de relacionamentos interpessoais ainda seja expressivo (8%). Em termos gerais, o perfil dos inquiridos sem redes interpessoais caracteriza-se pelo sexo feminino, pela idade mais avançada, pela baixa escolaridade, pela viuvez e o viver sozinho, pela condição de reformado, pela inactividade profissional com mais de 75 anos, pelos rendimentos familiares mais baixos, pelo autoposicionamento na classe média e, ainda, pelos lugares de residência mais pequenos.

Quadro 2.2 Grau de satisfação com a ausência de relações interpessoais

	n	%
Muito insatisfeito(a)	6	7,8
Insatisfeito(a)	8	10,4
Nem satisfeito(a) nem insatisfeito(a)	18	24,6
Satisfeito(a)	36	48,1
Muito satisfeito(a)	7	9,2
Total	74	100,0

Ao contrário do que se poderia pensar, esta ausência de relações interpessoais não é vivenciada de uma forma problemática na generalidade dos casos, dando a entender que tal situação não constitui necessariamente uma experiência negativa (Quadro 2.2). Com efeito, os dados referentes ao grau de satisfação com a ausência de relacionamentos interpessoais evidenciam que mais de metade (57%) dos inquiridos está satisfeita (48%) ou mesmo muito satisfeita (9%) com o facto de, nos últimos doze meses, não ter falado com ninguém sobre os assuntos importantes para si. Todavia, o elevado grau de satisfação com a ausência de relacionamentos interpessoais não é total, já que 18 por cento dos inquiridos estão insatisfeitos ou muito insatisfeitos com essa situação.

Embora as pessoas possam variar na sua interpretação sobre o que é “importante” e no conteúdo das suas conversas com outras pessoas (Bearman & Parigi, 2004; Straits, 2000), essa variabilidade interpretativa não exerce uma influência decisiva na maioria das características das redes sociais (Bailey & Marsden, 1999).

As características estruturais das redes sociais (Wellman & Berkowitz, 1988; Marin & Wellman, 2010) definem-se pela:

- Dimensão (tamanho das redes);
- Composição (peso relativo dos membros familiares e não-familiares nas redes);
- Frequência de contacto (entre os inquiridos e os membros das redes);
- Densidade (contactos entre os membros das redes).

Por fim, será ainda caracterizada a tipologia das redes interpessoais. A este propósito, importa referir que a tipologia constitui uma variável composta por duas variáveis originais (dimensão e composição) que caracterizam as redes interpessoais.

Quadro 2.3 Redes interpessoais segundo indicadores sociodemográficos (médias)

		Dimensão ^(a) (n=916)	Composição ^(b) (n=904)	Frequência de contacto ^(c) (n=911)	Densidade ^(d) (n=644)
Total		2,38	0,24	4,60	0,91
Sexo	Homens	2,33	0,20	4,60	0,92
	Mulheres	2,42	0,27	4,60	0,90
	η^2	n.s.	0,01*	n.s.	n.s.
Escalaões etários	De 50 a 64 anos	2,38	0,25	4,63	0,89
	De 65 a 74 anos	2,47	0,24	4,62	0,93
	75 e mais anos	2,23	0,21	4,49	0,95
	η^2	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Escolaridade	Não sabe ler nem escrever	2,31	0,14	4,47	0,97
	Sabe ler e escrever /1º ciclo do ensino Básico	2,28	0,24	4,63	0,93
	2º ciclo do Ensino básico	2,46	0,21	4,64	0,93
	3º ciclo do ensino básico	2,35	0,19	4,70	0,93
	Secundário	2,34	0,36	4,58	0,79
	Superior	2,93	0,28	4,36	0,86
	η^2	0,02**	0,01*	0,02**	0,04***
Com quem vive	Em casal	2,39	0,17	4,68	0,94
	Sozinho	2,29	0,41	4,30	0,83
	Acompanhado, mas não em casal	2,47	0,34	4,57	0,87
	η^2	n.s.	0,05***	0,04***	0,03***
Estado civil	Casado	2,39	0,17	4,69	0,94
	Divorciado ou separado	2,60	0,45	4,24	0,79
	Viúvo	2,20	0,29	4,55	0,93
	Solteiro	2,60	0,53	4,32	0,74
	η^2	n.s.	0,06***	0,04***	0,06***
Condição perante o trabalho	Empregado	2,45	0,24	4,62	0,89
	Desempregado	2,31	0,31	4,60	0,78
	Reformado ou pré-reformado	2,42	0,23	4,57	0,93
	Reforma por invalidez/incapacidade permanente	2,16	0,25	4,58	0,94
	Doméstico/Ocupa-se das tarefas do lar	2,38	0,21	4,69	0,95
	Outras situações	2,33	0,22	4,66	0,99
	η^2	n.s.	n.s.	n.s.	0,03**
Situação perante a actividade profissional	Activos	2,42	0,25	4,62	0,87
	Inactivos com menos de 75 anos	2,42	0,24	4,63	0,93
	Inactivos com 75 e mais anos	2,23	0,21	4,49	0,95
	η^2	n.s.	n.s.	n.s.	0,02**

		Dimensão ^(a) (n=916)	Composição ^(b) (n=904)	Frequência de contacto ^(c) (n=911)	Densidade ^(d) (n=644)
Total		2,38	0,24	4,60	0,91
Escalão de rendimento do agregado familiar	Até 350 euros (70 contos)	2,33	0,16	4,49	0,95
	351-500 euros (71-100 contos)	2,36	0,38	4,53	0,83
	501-800 euros (101-160 contos)	2,33	0,20	4,66	0,94
	801-1500 euros (161-300 contos)	2,40	0,21	4,66	0,91
	1501-2500 euros (301-500 contos)	2,47	0,24	4,60	0,91
	Mais de 2500 euros (mais de 500 contos)	2,74	0,19	4,62	0,92
	η^2	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Classe social subjectiva	Classe Baixa	2,26	0,23	4,63	0,95
	Classe média baixa	2,30	0,23	4,58	0,90
	Classe média	2,45	0,25	4,62	0,90
	Classe média alta ou alta	2,99	0,24	4,47	0,86
	η^2	0,01*	n.s.	n.s.	n.s.
Dimensão do lugar de residência	2000 a 9999 habitantes	2,37	0,21	4,64	0,93
	10000 a 49999 habitantes	2,30	0,21	4,58	0,93
	50000 a 99999 habitantes	2,42	0,18	4,57	0,86
	100000 habitantes ou mais	2,49	0,33	4,59	0,88
	η^2	n.s.	0,02**	n.s.	n.s.

Escalas de medida: (a) de 1 a 8 pessoas; (b) de 0=predominante familiar a 1=predominantemente não-familiar; (c) de 1=menos de uma vez por mês a 5=diariamente; (d) de 0= nenhuns membros falam entre si a 1=todos os membros falam entre si.

Diferenças estatisticamente significativas (Teste F de Snedecor): ***p<0,001 **p<0,01 *p<0,05

2.1.1 Dimensão das redes interpessoais

Por dimensão da rede interpessoal entende-se o número de pessoas com quem os inquiridos falaram, nos últimos 12 meses, sobre coisas que consideram importantes (incluindo problemas do dia-a-dia ou outras preocupações). O número de pessoas listadas variou entre uma e oito pessoas. Atendendo à distribuição das respostas (Quadro 2.4), as redes são consideradas de pequena dimensão quando são constituídas por uma ou duas pessoas e são consideradas de grande dimensão quando contemplam pelo menos três indivíduos.

Quadro 2.4 Dimensão das redes interpessoais

	n	%
Pequena	575	62,8
Com 1 pessoa	261	28,5
Com 2 pessoas	314	34,3
Grande	341	37,2
Com 3 pessoas	189	20,6
Com 4 ou mais pessoas	152	16,6
Total	916	100,0

Em termos gerais, a dimensão das redes interpessoais é muito pequena. Noutros termos, isto significa que os inquiridos recorrem, em média, a apenas duas pessoas para falarem sobre os seus problemas quotidianos. Conforme se nota no Quadro 2.4, o facto de a maioria dos inquiridos ter uma pequena rede de contactos interpessoais (com 63 por cento deles a indicar, no máximo, duas pessoas) não impede as redes de contactos interpessoais mais alargadas de serem bastante significativas no universo inquirido (37%).

Voltando ao Quadro 2.3, salienta-se que o indicador sociodemográfico a introduzir maior variabilidade na dimensão das redes interpessoais é a escolaridade. Em média, constata-se que a população com o ensino superior está sobre-representada nas redes interpessoais de maior dimensão (com três pessoas), enquanto a população que não sabe ler nem escrever ou possui apenas o primeiro ciclo do ensino básico pertence a redes de contactos interpessoais compostas por duas pessoas apenas (redes pequenas). Além de consubstanciar o sentido positivo entre a dimensão de rede e a escolaridade, estes resultados também estão alinhados com os de outros estudos nos quais se constata que os níveis mais elevados de educação estão associados às redes interpessoais de maior dimensão (Tilburg, 1998; Broese van Groenou, 2003; Ajrouch, Blandon & Antonucci, 2005:315-316). Desta tendência destaca-se ainda que, a par dos inquiridos mais escolarizados, só os inquiridos com o segundo ciclo do ensino básico concluído têm redes interpessoais (com três pessoas) de dimensão superior à média geral (2,38).

Embora de forma menos expressiva do que a escolaridade, a classe social subjectiva é outro indicador sociodemográfico que introduz diferenças estatisticamente significativas no número médio de pessoas com quem os inquiridos contactaram. Verifica-se, pois, um aumento progressivo da dimensão da rede interpessoal em função da elevação da classe social subjectiva.

A análise de médias revela que as diferenças de género em relação à dimensão da rede interpessoal não são estatisticamente significativas (duas pessoas, em termos médios). Ainda assim, observa-se que a dimensão média da rede interpessoal das mulheres (2,42) é superior à dos homens (2,33). Embora estes resultados sejam inconsistentes com os de outros estudos quantitativos (segundo os quais os homens possuem uma rede interpessoal com dimensão tendencialmente superior à das mulheres), importa não os desconsiderar, pois foram corroborados noutras investigações empíricas (Hatch & Bulcroft, 1992; Kohen, 1983).

Outro resultado a destacar é o facto de a idade estar negativamente correlacionada com a dimensão das redes interpessoais, embora a correlação não seja linear, pois os inquiridos entre 65 e 74 anos possuem as maiores redes interpessoais (com uma dimensão média de 3 pessoas). Comparando as pessoas

situadas na faixa etária intermédia (65-74 anos) com os das faixas etárias extremas, é possível verificar a diminuição do número médio de pessoas com quem os inquiridos entre os 50 e 64 anos (2,38) e, sobretudo, os inquiridos com 75 e mais anos (2,23) falaram sobre coisas importantes para eles. Estes resultados estão alinhados com a evidência empírica de outros estudos quantitativos, nos quais também se concluiu que as redes interpessoais diminuem à medida que os indivíduos envelhecem (Marsden, 1987; McPherson, Smith-Lovin e Brashears, 2006; Cornwell, Laumann & Schumm, 2008:185-186).

Atendendo a que o aumento da idade tende a implicar uma maior propensão para o isolamento social, em termos médios, não surpreende que os inquiridos que vivem sozinhos estejam sobre-representados nas redes interpessoais de menor dimensão (2,29). Além destes, também os inquiridos que vivem em casal têm uma dimensão média de apenas duas pessoas na sua rede interpessoal (2,39), elevando-se esse número médio para três no caso dos inquiridos que vivem acompanhados por outras pessoas (2,47). Estes dados revelam, assim, que a ausência de conjugalidade alarga a rede interpessoal. Outra leitura possível é a de conjugalidade tende a reduzir a dimensão dos contactos ao casal (redes pequenas), por contraste com a vivência a sós ou fora do núcleo conjugal que tende a favorecer o desenvolvimento de redes maiores.

Em média, os inquiridos em situação de viuvez (principal razão para viverem sozinhos) estão associados a redes interpessoais de pequena dimensão (2,20), por contraste com o predomínio dos inquiridos que nunca tiveram uma relação conjugal (solteiros) ou que deixaram de a ter (divorciados/separados) nas redes interpessoais maiores (2,60). Daqui se conclui que, na população inquirida, são os casados e, sobretudo, os viúvos quem têm redes interpessoais mais pequenas, sendo esta tendência contrária à dos solteiros e dos divorciados/separados, que falaram com um maior número de pessoas no último ano.

Analisando agora a dimensão das redes interpessoais em função da condição perante o trabalho, conclui-se que esta afecta positivamente a dimensão da rede (com três pessoas), ainda que a passagem à reforma não introduza um efeito substancialmente negativo no número médio de pessoas das suas redes (com duas pessoas). A dimensão média das redes interpessoais dos empregados (2,45) e dos pré-reformados ou reformados (2,42) é superior à média global (2,38), relativamente à qual se equipara a dos inquiridos, predominantemente do sexo feminino, que nunca estiveram inseridos no mercado de trabalho por se ocuparem em exclusivo das tarefas do lar (domésticas). Os dados empíricos realçam outras tendências pertinentes, a saber: a menor dimensão média das redes interpessoais dos activos desempregados (2,31) e, sobretudo, dos reformados por invalidez ou incapacidade (2,16).

A dimensão também é afectada, embora de forma estatisticamente não significativa, pelo aumento da idade dos inquiridos que estão em situação de inactividade profissional. Por outras palavras, a dimensão média da rede interpessoal dos inactivos com 75 e mais anos (2,23) é tendencialmente inferior à dos inactivos entre os 50 e 74 anos de idade (2,42); não se verificando, no entanto, quaisquer diferenças entre esta última categoria de inactivos e o conjunto dos activos quanto à dimensão média das suas redes (duas pessoas). A principal conclusão a retirar destes dados remete para o facto de a idade avançada introduzir um impacto maior do que a situação de inactividade profissional na dimensão das redes interpessoais.

Por fim, no que respeita aos dois últimos indicadores sociodemográficos analisados, nota-se que tanto a estrutura de rendimentos do agregado familiar como a dimensão do lugar de residência estão positivamente relacionadas com a dimensão das redes interpessoais. No primeiro caso, a tendência geral aponta para que, em média, as redes interpessoais mais pequenas (2,33) estejam sobre-representadas nos agregados familiares com rendimentos mais baixos (inferiores a 500 euros) e, inversamente, para que as redes interpessoais mais alargadas estejam sobre-representadas nos rendimentos familiares mais elevados (superiores a de 1500 euros). No segundo caso, destaca-se que os inquiridos residentes em aglomerados menores (até 50 mil habitantes) possuem redes interpessoais pequenas (com duas pessoas), enquanto os inquiridos residentes em aglomerados maiores (100 mil ou mais habitantes) apresentam redes interpessoais mais extensas (com três pessoas). Deste modo, conclui-se que as zonas de residência mais pequenas e os menores rendimentos familiares tendem a restringir o tamanho das redes interpessoais (centradas no universo familiar), por contraste com as zonas de residência maiores e os elevados rendimentos familiares, que tendem a favorecer um alargamento das redes interpessoais, dotadas por sua vez de uma maior presença de membros não-familiares.

Em síntese, observou-se a existência de perfis sociais distintos associados à dimensão das redes interpessoais, a saber:

Nas redes interpessoais mais pequenas, onde predomina o sexo masculino; a idade mais avançada; a menor escolaridade; o viver sozinho e em casal; a viuvez; a condição de desempregado; a situação de reformado por invalidez ou incapacidade permanente; o menor rendimento familiar; a classe social subjectiva mais baixa; e o lugar de residência mais pequeno.

Nas redes interpessoais mais extensas, onde predomina o sexo feminino; a idade menos avançada; a escolaridade mais elevada; a família alargada; os estados civis de solteiro, divorciado e separado; a condição de empregado; a situação de reformado; o rendimento familiar mais elevado; a classe social subjectiva mais alta; e o lugar de residência maior.

2.1.2 Composição das redes interpessoais

A composição das redes interpessoais refere-se ao tipo de relação estabelecida entre os inquiridos e as pessoas com quem eles conversaram nos últimos 12 meses sobre assuntos importantes. Os dois tipos de relação considerados nesta análise são as relações predominantemente familiares (com valores mais próximos de zero) e as relações predominantemente não-familiares (com valores mais próximos de um) (Quadro 2.3).

As redes maioritariamente compostas por membros pertencentes à família dos inquiridos (sobretudo cônjuge e filhos) foram designadas por *redes predominantemente familiares*, não obstante o facto de ainda incorporarem alguns membros não-familiares. Já as redes maioritariamente compostas por membros que estão fora do círculo familiar dos inquiridos (sobretudo amigos e vizinhos) designam-se por *redes predominantemente não-familiares*, apesar de nelas ainda se encontrarem alguns membros familiares.

Quadro 2.5 Composição e membros das redes interpessoais

	Predominantemente familiar		Predominantemente não-familiar		Total	
	n	%	n	%	n	%
Total	687	76,0	217	24,0	904	100,0
Filhos	468	92,3	39	7,7	507	100,0
Cônjuge	428	93,8	29	6,2	457	100,0
Outros familiares	191	82,8	40	17,2	231	100,0
Amigos	34	18,0	155	82,0	189	100,0
Vizinhos	12	20,3	47	79,7	59	100,0
Outros não-familiares	13	30,6	30	69,4	43	100,0

Geralmente, as redes interpessoais estão muito circunscritas aos membros familiares (cônjuge e filhos); podendo, no entanto, contemplar também a presença de outros membros não-familiares (amigos e vizinhos). Essa tendência é confirmada pelos resultados do Quadro 2.5, segundo os quais se verifica que a maioria dos inquiridos estão presentes em redes predominantemente familiares (76%). Contudo, perto de um quarto dos inquiridos está inserido em redes predominantemente não-familiares (24%).

Atendendo aos membros que compõem os diferentes tipos de redes interpessoais, constata-se que os cônjuges (94%) e os filhos (92%) assumem um peso muito significativo nas redes familiares, por contraste com os amigos (82%) e os vizinhos (80%), que estão sobretudo representados nas redes não-familiares. Considerando os restantes membros citados nas redes interpessoais dos

inquiridos, verifica-se que 83 por cento dos outros familiares (sobretudo, netos e genros ou noras) estão associados às redes familiares, apesar de assumirem um certo peso relativo nas redes não-familiares (17%). Inversamente, cerca de 69 por cento dos outros membros não-familiares (sobretudo ex-colegas ou colegas) concentram-se nas redes não-familiares, fazendo com que a sua presença nas redes familiares seja menos expressiva em termos relativos (31%).

Retomando a análise do Quadro 2.3, dedicada aos indicadores sociodemográficos, é desde já possível destacar o impacto estatisticamente significativo que o estado civil tem na composição das redes interpessoais. Com efeito, são os casados que têm as redes interpessoais mais centradas na família (0,17), seguidos dos viúvos, que também possuem redes interpessoais predominantemente familiares (0,29). Esta maior circunscrição dos relacionamentos à família, por parte dos inquiridos que vivem em casal, está alinhada com a tendência geral do universo inquirido, o qual tem, em média, redes maioritariamente compostas por familiares (0,24). Por contraste com este fechamento familiar dos casais, destaca-se o carácter predominantemente não-familiar das relações estabelecidas pelos divorciados e separados (0,45) e, sobretudo, pelos inquiridos solteiros (0,53). Por fim, importa sublinhar que estes resultados confirmam os de outros estudos referentes à importância da situação conjugal no estabelecimento e na manutenção dos relacionamentos interpessoais dos idosos (Keith, 1986a, 1986b), com base nos quais também se tornou evidente que: (i) os casados circunscrevem as suas sociabilidades à família; (ii) os viúvos ainda têm nas suas redes interpessoais uma forte presença de membros familiares; (iii) os divorciados/separados já não circunscrevem as suas relações ao círculo familiar, estabelecendo por isso sociabilidades mais alargadas; (iv) e os solteiros declaram um peso de membros familiares muito inferior ao dos casados nas suas redes interpessoais, que são predominantemente não-familiares.

Na mesma linha de argumentação, as pessoas com quem os inquiridos vivem também afectam significativamente a composição das suas redes interpessoais. Se é verdade que a convivência em casal (0,17) está associada às redes predominantemente familiares, também se confirma que a convivência fora do núcleo conjugal (0,34) e, sobretudo, a situação de viver sozinho (0,41) introduzem um peso substancial de membros não-familiares nas redes interpessoais. Daqui se conclui que os inquiridos que vivem sozinhos possuem redes predominantemente não-familiares, tendo no último ano privilegiado os amigos e os vizinhos para falarem sobre as suas preocupações ou os seus problemas quotidianos.

Outro indicador sociodemográfico que introduz diferenças estatisticamente significativas na composição das redes interpessoais é a dimensão do

lugar de residência. Não sendo linear, a tendência geral aponta para que os inquiridos que vivem em aglomerados mais pequenos (com menos de 100 mil habitantes) tenham redes interpessoais mais centradas nos membros familiares (cônjuge e filhos), inversamente ao predomínio dos membros não-familiares (amigos e vizinhos) nas redes interpessoais dos inquiridos que residem em aglomerados maiores (com 100 mil ou mais habitantes).

A análise de médias revela, ainda, que as diferenças de género face à composição das redes interpessoais são estatisticamente significativas. Na população inquirida, tais diferenças expressam-se no facto de, em termos médios, os homens apresentarem redes predominantemente familiares (0,20), por contraste com as mulheres que, durante o último ano, conferiram maior presença aos membros não-familiares nas suas redes interpessoais (0,27). Embora não haja consenso sobre as diferenças de género neste domínio, a tendência geral aponta para que as relações interpessoais assumam uma importância distinta para o bem-estar dos homens e das mulheres (Hatch & Bulcroft, 1992). Os resultados analisados indicam que foram sobretudo os homens que recorreram aos membros familiares (cônjuge e filhos) para conversarem sobre assuntos importantes, corroborando, assim, a ideia de que os indivíduos do sexo masculino alicerçam a sua estabilidade emocional na família em geral e no cônjuge em particular (Hatch & Bulcroft, 1992; Peters *et al.*, 1987).

A escolaridade também introduz diferenças estatisticamente significativas na composição das redes interpessoais. Em termos médios, constata-se que os membros familiares compõem, quase exclusivamente, redes interpessoais dos inquiridos que não sabem ler nem escrever (0,14) e daqueles que têm o terceiro ciclo do ensino básico (0,19), assumindo uma presença determinante nas redes interpessoais dos inquiridos que concluíram o segundo ciclo do ensino básico (0,21). Além destes, também os que possuem o primeiro ciclo do ensino básico concluído estão alinhados com o conjunto da população inquirida, a qual tem redes predominantemente familiares (0,24). Inversamente, verificou-se que, no último ano, os inquiridos com o ensino secundário (0,36) e com o ensino superior (0,28) privilegiaram os membros não-familiares (amigos e vizinhos). A clivagem escolar estabelece-se, sobretudo, entre aqueles que concluíram o ensino básico e os que possuem graus mais elevados de escolaridade (ensino secundário e superior), tendo os inquiridos menos escolarizados redes predominantemente familiares, por contraste com os mais escolarizados, que nomearam mais frequentemente membros não-familiares nas suas redes interpessoais.

Embora sem expressão estatisticamente significativa, a idade também afecta a composição das redes interpessoais. Em termos gerais, o envelhecimento

parece conduzir ao fechamento das relações interpessoais e, por conseguinte, à concentração da partilha de assuntos importantes com a família restrita. Os dados etários reflectem essa tendência na medida em que, em termos médios, enquanto os membros não-familiares (amigos e vizinhos) são predominantemente citados nas redes interpessoais dos inquiridos com menos de 65 anos (0,25), à medida que a idade avança, esse domínio vai sendo gradualmente concedido aos membros familiares (cônjuge e filhos), que compõem quase na íntegra as redes interpessoais dos inquiridos entre 65 e 74 anos (0,24) e, sobretudo, dos inquiridos com 75 e mais anos (0,21). Daqui se conclui que na idade avançada apenas se estabelecem, fundamentalmente, relações de grande proximidade e de intimidade com os “confidentes nucleares” (Marsden, 1987; McPherson, Smith-Lovin & Brashears, 2006; Shaw *et al.*, 2007; Cornwell, Laumann e Schumm, 2008).

A composição da rede interpessoal também é afectada pela situação profissional de forma similar à da idade. Com efeito, em média, verifica-se que os membros não-familiares têm uma presença maior nas redes interpessoais dos inquiridos activos (0,25), assumindo ainda algum peso nas redes interpessoais dos inquiridos inactivos com menos de 75 anos (0,24). Se é verdade que essa transição da actividade para a inactividade profissional não se traduz numa reconfiguração evidente da composição das redes interpessoais, o mesmo já não se pode afirmar em relação às redes interpessoais dos que experienciam a situação de inactividade profissional numa idade mais avançada. Por conseguinte, em termos médios, constata-se que, nos últimos 12 meses, os inquiridos inactivos com 75 e mais anos recorreram sobretudo aos seus membros familiares para conversar sobre assuntos importantes (0,21). Conclui-se assim que, mais do que a transição da actividade para a inactividade profissional, é sobretudo a idade avançada que introduz uma alteração na composição das redes interpessoais.

Mais se afirma que a condição perante o trabalho também interfere na composição das redes interpessoais. Uma visão geral permite constatar que os inquiridos integrados no mercado de trabalho declaram uma maior presença de membros não-familiares (amigos e vizinhos) nas suas redes interpessoais do que os inquiridos que já se reformaram ou que nunca trabalharam, os quais privilegiam os membros familiares (cônjuge e filhos). Contudo, numa análise mais fina, torna-se relevante frisar que as situações de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho (desemprego) e na reforma (por invalidez ou incapacidade) estão associadas a redes predominantemente não-familiares. Isto equivale a dizer que, em média, os inquiridos desempregados (0,31), assim como os reformados por invalidez ou incapacidade permanente (0,25), foram aqueles que atribuíram maior preponderância aos membros

não-familiares no âmbito das redes interpessoais. Inversamente, as redes maioritariamente familiares estão associadas às situações de melhor integração laboral (emprego) e de melhor condição de saúde aquando da entrada na reforma. Isto significa que, durante o último ano, em média, os inquiridos empregados (0,24) e os pré-reformados/reformados em geral (0,23) recorreram sobretudo à família para falar sobre assuntos importantes ou problemas quotidianos. Por sua vez, as redes interpessoais mais centradas na família pertencem aos inquiridos que nunca trabalharam por se ocuparem exclusivamente das tarefas do lar/domésticas (0,21).

Dois outros indicadores sociodemográficos que parecem afectar, embora de forma não significativa nem linear, a composição das redes interpessoais são o rendimento familiar e a classe social subjectiva. No primeiro caso, verifica-se que tanto os inquiridos com rendimentos familiares inferiores a 350 euros (0,16) como aqueles com rendimentos superiores a 2.500 euros (0,19) estão inseridos em redes interpessoais predominantemente familiares. Ainda a este propósito, importa sublinhar que existe apenas um escalão de rendimentos familiares em que predominam as redes interpessoais não-familiares (0,38) – o dos inquiridos com rendimentos familiares entre 351 e 500 euros.

No segundo caso, constata-se que o autopoicionamento de classe está alinhado pelo conjunto da população inquirida, a qual, no último ano, recorreu sobretudo à família (0,24). Apesar de as redes interpessoais do universo inquirido serem maioritariamente compostas por membros familiares, isso não invalida que seja possível delinear uma tendência geral. Com efeito, o peso da família nas redes interpessoais dos inquiridos que se autopoicionaram nas classes sociais baixa e média baixa (0,23) tende a ser ligeiramente superior ao daqueles que se autopoicionaram nas classes sociais média (0,25) e média alta (0,24).

Em conclusão, os perfis sociais associados à composição das redes interpessoais caracterizam-se do seguinte modo:

Nas redes predominantemente familiares, cujos membros principais são o cônjuge e os filhos, destacam-se: o sexo masculino; a idade mais avançada; a menor escolaridade; o casamento e a coabitação em casal; a viuvez; a situação de inactividade profissional prolongada; as condições de doméstica e pré-reformado ou reformado em geral; o menor rendimento familiar; a classe social subjectiva mais baixa; e o aglomerado residencial de menores dimensões.

Nas redes predominantemente não-familiares, cujos membros principais são os amigos e os vizinhos, destacam-se: o sexo feminino; a idade menos avançada; a elevada escolaridade; os estados civis de solteiro e divorciado/

separado; o viver sozinho; a situação de actividade profissional, as condições de desempregado e, ainda, de reformado por invalidez ou incapacidade permanente; o rendimento familiar intermédio; a classe social subjectiva mais elevada; e o aglomerado residencial de maiores dimensões.

2.1.3 Frequência de contacto nas redes interpessoais

Este domínio de análise refere-se à frequência com que o inquirido contactou os membros da sua rede interpessoal nos últimos 12 meses, abrangendo os contactos por telefone, a visita ou o correio. A frequência de contacto variou entre “menos de uma vez por mês” (com o valor mínimo de um) e “diariamente” (com o valor máximo de cinco) (Quadro 2.3).

Quadro 2.6 Frequência de contacto entre os inquiridos e os membros das redes interpessoais

	n	%
Menos de 1 vez por mês	4	0,5
1 a 3 vezes por mês	23	2,6
1 vez por semana	79	8,7
2 a 5 vezes por semana	222	24,3
Diariamente	582	63,9
Total	911	100,0

Os resultados do Quadro 2.6 revelam que a maioria da população inquirida estabeleceu contactos muito regulares (diários ou semanais) com os membros da sua rede interpessoal. Assim sendo, verifica-se que, nos últimos doze meses, cerca de 64 por cento dos inquiridos contactaram diariamente os membros que integram as suas redes interpessoais, sendo que uma parte muito substancial dos restantes inquiridos teve contactos semanais (33%) com essas pessoas com quem falaram sobre assuntos importantes ou problemas quotidianos. Por contraste, apenas 3 por cento dos inquiridos estabeleceram contactos mensais, ou ainda menos frequentes, com os membros da sua respectiva rede interpessoal. Em suma, conclui-se que a frequência de contacto entre os inquiridos e os membros das suas redes interpessoais é extremamente elevada, apontando para relações de grande intimidade e proximidade emocional entre eles (Jensen, 1958).

Impõe-se, em seguida, saber em que medida os atributos sociodemográficos afectam a frequência de contacto entre os inquiridos e os membros das suas redes interpessoais (Quadro 2.3). Desde já, importa frisar que a escolaridade introduz diferenças estatisticamente significativas na frequência com que os inquiridos contactam os membros da sua rede interpessoal.

A tendência geral aponta para a maior frequência (diária) de contactos interpessoais nos níveis intermédios de escolaridade, por contraste com a menor frequência (semanal) de contactos por parte dos inquiridos mais escolarizados (com ensino secundário e superior). A diferença principal estabelece-se, em termos médios, entre a maior frequência de contactos interpessoais declarada pelos inquiridos que concluíram o terceiro ciclo do ensino básico (4,70) e a menor frequência de contactos interpessoais dos inquiridos que finalizaram o ensino superior (4,36).

O estado civil e as pessoas com quem se vive, assim como a condição perante o trabalho e a situação perante a actividade profissional, são outros indicadores sociodemográficos importantes para analisar a integração social das pessoas mais velhas. As análises de médias revelam que o estado civil e as pessoas com quem os inquiridos vivem introduzem diferenças estatisticamente significativas na frequência dos seus contactos interpessoais, contrariando assim os resultados de outras investigações (Hatch & Bulcroft, 1992).

Relativamente ao primeiro aspecto, observa-se que, em média, os casados (4,69) e os viúvos (4,55) estabeleceram contactos diários com os membros das suas redes interpessoais, diferentemente dos solteiros (4,32) e divorciados ou separados (4,24), que apenas mantiveram contactos semanais com os membros das suas redes.

A segunda dimensão em análise (formas de coabitação) corrobora, em termos médios, a maior frequência de contactos interpessoais por parte dos inquiridos que vivem em casal (4,68), aos quais se associam ainda aqueles que vivem acompanhados por outras pessoas (4,57) por também estabelecerem contactos diários com os membros das suas redes interpessoais. Por contraste, os inquiridos que vivem sozinhos são, em média, aqueles que apresentam menor frequência de contactos. Estes resultados permitem concluir que os seniores que vivem numa situação de conjugalidade apresentam a maior frequência de contactos interpessoais, ao contrário daqueles que apresentam uma menor frequência de contactos interpessoais associada aos que nunca viveram em casal (solteiros) ou que deixaram de o fazer (por divórcio ou separação). A situação de viver acompanhado por outras pessoas também favorece a conversação regular, em contraposição com a situação daqueles que vivem sozinhos e que tendem a reduzir substancialmente a frequência dos seus contactos interpessoais. Por fim, destaca-se o facto de a situação de viuvez não alterar significativamente os padrões de interacção da população inquirida, a qual reporta uma elevada frequência de contactos interpessoais. Noutros termos, isto quer dizer que a viuvez, ao invés de implicar uma menor frequência de interacção social e uma redução do capital social, parece conduzir essencialmente a uma maior ligação

da população inquirida (sobretudo das mulheres viúvas) aos membros das suas redes interpessoais. Sobre este assunto, importa ainda referir que, mais do que o momento de transição familiar associado à perda do cônjuge, é sobretudo a situação de viver a sós numa fase tardia da vida que introduz uma influência negativa na regularidade com que a população mais velha conversa com outras pessoas.

Por conseguinte, o sexo não introduz qualquer diferença na frequência de contactos interpessoais. O conjunto dos inquiridos, independentemente de serem homens ou mulheres, tem uma elevada frequência média de contacto com os membros das suas redes interpessoais (4,60), revelando assim uma regularidade diária de conversas sobre assuntos importantes. Estes resultados estão alinhados com os de outras investigações empíricas, nas quais também se constata que a frequência de contactos interpessoais dos homens é semelhante à das mulheres (Hatch & Bulcroft, 1992; Kohen, 1983).

A situação perante a actividade profissional e a condição perante o trabalho revelam que a frequência dos contactos interpessoais tende a não ser afectada pela passagem à reforma. Embora a inserção no mercado de trabalho esteja associada a uma frequência de contactos interpessoais ligeiramente superior à que se verifica aquando da entrada na reforma, este factor inerente ao curso de vida tardio não tem, por si só, consequências significativas na conexão social da população inquirida. Com efeito, em termos médios, observa-se que tanto os inquiridos empregados (4,62) e desempregados (4,60) como os reformados em geral (4,57) e os reformados por invalidez ou incapacidade (4,58) conversaram diariamente com os membros da sua rede interpessoal. Os inquiridos que nunca estiveram inseridos no mercado de trabalho por se ocuparem em exclusivo das tarefas do lar (domésticas) foram, em média, aqueles que reportaram a maior frequência de contactos interpessoais no último ano (4,69).

Os dados sobre a situação perante a actividade profissional também confirmam – e reforçam – a ideia de que a passagem à reforma não introduz qualquer alteração na elevada frequência de contactos interpessoais do universo inquirido (4,60). Em bom rigor, aquilo que determina uma quebra substancial na frequência de contacto dos inquiridos com os membros das suas redes interpessoais não é o momento de transição da actividade para a inactividade profissional, mas sim o prolongamento dessa situação de inactividade profissional numa idade mais avançada. Os dados que sustentam esta conclusão mostram que, em média, os inquiridos activos (4,62) e os inquiridos inactivos com menos de 75 anos (4,63) falaram diariamente com outras pessoas, por contraste com os inactivos com 75 e mais anos (4,49), que reportaram a menor frequência de contactos interpessoais.

Atendendo aos dados anteriormente analisados, já não surpreende que a idade esteja negativamente associada à frequência de contactos interpessoais. A tendência geral, embora não seja estatisticamente significativa, aponta para a diminuição da frequência de contactos interpessoais em função do aumento da idade. Tal tendência é particularmente evidente se considerarmos que, em média, os inquiridos com 50 a 64 anos (4,63) e os inquiridos com 65 a 74 anos (4,62) têm uma frequência diária de conversação com os membros das suas redes interpessoais, enquanto os inquiridos com 75 e mais anos (4,49) estabeleceram apenas contactos semanais durante o último ano. Uma explicação possível para as pessoas de idade mais avançada terem a mais baixa frequência de contactos interpessoais reside naquilo a que Norbert Elias (2001) chama o “arrefecimento gradual dos laços sociais”. Ainda a este propósito, Cornwell, Laumann e Schumm (2008) acrescentam que a baixa frequência de contacto dos idosos em idade mais avançada depende também da menor proximidade aos membros das suas redes interpessoais. Isto não quer dizer que a população inquirida não tenha uma boa conexão social. Com efeito, na medida em que, por via de uma interacção diária (no caso dos inquiridos com menos de 75 anos) ou de uma interacção semanal (no caso dos inquiridos com 75 e mais anos), pode dizer-se que a grande maioria dos inquiridos cultiva relações de grande proximidade com os membros das suas redes interpessoais (Frederickson e Carstensen, 1990).

Por sua vez, a frequência de contactos tem, por um lado, uma associação positiva com o rendimento familiar e, por outro lado, uma associação negativa com a classe social subjectiva. Embora as tendências não sejam significativas nem lineares, importa dar conta do sentido contrário através do qual o indicador objectivo (rendimento familiar) e o indicador subjectivo (autoposicionamento na classe social) influenciam a regularidade de contactos interpessoais. Relativamente ao primeiro indicador verifica-se que, em média, os inquiridos com rendimentos familiares mais baixos (até 500 euros) apresentaram uma frequência de contactos interpessoais inferior aos inquiridos cujos agregados familiares auferem rendimentos mais elevados (acima de 1500 euros). Não obstante o aumento da frequência de contactos interpessoais nos escalões de rendimento familiar mais elevados, importa sublinhar que, em média, foram precisamente os inquiridos com rendimentos familiares intermédios (entre 500 e 1500 euros) que estabeleceram a maior frequência de contactos (diários) com os membros da sua rede interpessoal durante o último ano (4,66).

No que respeita ao segundo indicador, nota-se uma diminuição da frequência de contactos interpessoais em função da elevação da classe social subjectiva. Essa associação negativa evidencia-se no facto de, em média, a

menor frequência de contactos interpessoais ter sido reportada pelos inquiridos que se autoposicionaram nas classes sociais média alta ou alta (4,47), por contraste com os inquiridos autoposicionados na classe social mais baixa (4,63), que apresentaram a maior frequência de contactos no último ano. Noutros termos, isto quer dizer que as pessoas autoposicionadas na classe social mais baixa, bem como na classe social média, privilegiaram uma frequência diária de conversação sobre assuntos importantes com os membros da sua rede interpessoal. Por oposição, os inquiridos autoposicionados na classe social mais elevada foram aqueles que, no último ano, recorreram menos frequentemente aos membros das suas redes interpessoais.

Por fim, o lugar de residência não tem uma interferência clara na frequência de contactos interpessoais. A principal diferença encontrada na frequência de contactos interpessoais está entre o lugar de residência mais pequeno e os demais lugares. Em média, os inquiridos residentes nos aglomerados mais pequenos (com menos de 10 mil habitantes) declaram uma frequência maior de contactos interpessoais (4,64), por contraste com os residentes nos restantes lugares (com mais de 10 mil habitantes), os quais conversaram menos frequentemente com os membros das suas redes. A pequena dimensão dos lugares residenciais parece, portanto, favorecer a regularidade dos contactos interpessoais.

Em conclusão, traçam-se os perfis sociais associados à frequência de contacto dos inquiridos com os membros das suas redes interpessoais:

Maior frequência de contacto: registada na idade menos avançada; na baixa escolaridade; no casamento e na coabitação em casal; nas condições de doméstica e de empregado; no escalão intermédio dos rendimentos familiares; na classe social subjectiva mais baixa; e no lugar de residência mais pequeno.

Menor frequência de contacto: registada na idade mais avançada; na escolaridade mais elevada; no viver sozinho e na situação de divorciado ou separado; na condição de reformado; no rendimento familiar mais baixo; na classe social subjectiva mais alta; e nos lugares de residência de maiores dimensões.

2.1.4 Densidade das redes interpessoais

Por densidade entende-se a proporção de membros das redes interpessoais que se conhecem e conversam entre si. Trata-se de um indicador que permite aferir a existência ou a ausência de laços entre os membros que os inquiridos declararam pertencer às suas redes interpessoais, englobando desde os casos em que nenhum membro fala entre si (com valores mais próximos de zero) até aos casos em que todos os membros conversam entre eles (com valores mais próximos de um) (Quadro 2.3).

A maior densidade das redes interpessoais manifesta-se, portanto, quando todos os membros falam entre si, por oposição à menor densidade das redes interpessoais, que se verifica quando os membros que integram essas redes não conversam entre eles.

Quadro 2.7 Contactos entre os membros das redes interpessoais

	n	%
Nenhum dos membros fala entre si	31	4,8
Alguns membros falam entre si	62	9,6
Todos os membros falam entre si	551	85,6
Total	644	100,0

O Quadro 2.7 permite constatar que as redes interpessoais são extremamente densas e fechadas, na medida em que a esmagadora maioria dos inquiridos (cerca de 86%) afirmou que todos os membros falam entre si. Cerca de 10 por cento dos inquiridos referiram ainda que algumas das pessoas com quem conversaram sobre assuntos importantes se conheciam e estabeleciam contactos entre elas; por contraste com apenas cerca de 5 por cento dos inquiridos que estão inseridos em redes cujos membros não falam entre si (redes abertas).

Em termos médios, os dados analisados no Quadro 2.3 também apontam para a elevada densidade das redes interpessoais do universo inquirido (0,91), tendo os homens (0,92) redes muito ligeiramente mais densas do que as mulheres (0,90). No que diz respeito às diferenças estatisticamente significativas introduzidas tanto pelo estado civil como pelas pessoas com quem os inquiridos vivem, verifica-se que os casados (0,94) e os viúvos (0,93) apresentam redes interpessoais muito mais densas do que os divorciados/separados (0,79) ou os solteiros (0,74). A maior densidade das redes interpessoais está associada a uma elevada incorporação dos membros familiares (sobretudo cônjuges e, na ausência destes, filhos) que comunicam entre si, não se tratando, portanto, do resultado de uma mera resposta adaptativa aos factores inerentes ao curso de vida tardio. Em contrapartida, a ausência de laços conjugais (caso dos divorciados/separados e, sobretudo, dos solteiros) está associada a uma menor densidade das redes interpessoais, as quais tendem a ter maior presença de membros não-familiares e, neste sentido, a aumentar a probabilidade de alguns deles não se conhecerem.

Outro indicador que reforça a ideia de que a existência de laços conjugais se associa a uma maior densidade das redes interpessoais é o tipo de coabitação. Com efeito, em termos médios, verifica-se que os inquiridos que

vivem em casal (0,94) são os únicos que possuem redes interpessoais com uma densidade superior à do conjunto da população inquirida (0,90). Acresce o facto de os inquiridos que vivem acompanhados por outras pessoas (num regime extraconjugal) se traduzir também por uma elevada densidade das suas redes interpessoais, pois a maioria dos seus membros conhece-se e conversa entre si. A incorporação de membros co-residentes (familiares) nas redes interpessoais das pessoas que coabitam em casal e que vivem acompanhados por outras pessoas é uma explicação plausível para a maior densidade das suas redes interpessoais. Em sentido contrário, os inquiridos que vivem sozinhos apresentam as redes interpessoais menos densas, registando-se uma menor presença de membros que conversam entre eles. Viver sozinho parece, pois, implicar um maior recurso a pessoas de círculos sociais distintos, mais alargados e menos íntimos (não-familiares).

Por outro lado, a escolaridade tem uma correlação negativa significativa com a densidade das redes interpessoais. A tendência aponta para uma diminuição da densidade das redes interpessoais em função do aumento da escolaridade da população inquirida. Em termos médios, verifica-se que as pessoas que não sabem ler nem escrever (0,97) têm redes interpessoais com uma densidade muito superior às daqueles que completaram o ensino superior (0,86). Estes resultados estão alinhados com um estudo recente, no qual também se verifica que os seniores menos escolarizados tendem a possuir redes interpessoais mais densas (Cornwell, Laumann & Schumm, 2008), por contraste com a escolaridade mais elevada, que está associada a redes mais abertas e, porventura, mais qualificadas do ponto de vista educativo e/ou socioprofissional.

Contrariamente à tendência escolar, tanto a condição perante o trabalho como a situação perante a actividade profissional estão associadas de forma positiva à densidade das redes interpessoais. As diferenças estatisticamente significativas introduzidas pela condição laboral na densidade das redes interpessoais evidenciam que a inserção no mercado de trabalho (sobretudo o desemprego) está associada a redes menos densas e mais abertas, por contraste com a passagem à reforma (sobretudo por invalidez) que se associa a redes mais densas e fechadas. Uma leitura plausível é que a saída do mercado de trabalho e a entrada na reforma constituem dois importantes momentos do curso de vida tardia que conduzem ao fechamento das redes interpessoais. Com efeito, verifica que, em termos médios, a densidade das redes interpessoais dos inquiridos reformados por invalidez ou incapacidade (0,94) e dos reformados em geral (0,93) é claramente superior à dos empregados (0,89) e, sobretudo, dos desempregados (0,78). A maior densidade das redes interpessoais é declarada pelos inquiridos do sexo feminino que nunca estiveram inseridos no mercado de trabalho (domésticas). O universo doméstico tende,

pois, a promover o fechamento das redes interpessoais, no âmbito das quais todos os membros se conhecem e conversam entre si.

Se é verdade que a saída do mercado de trabalho está associada a redes densas, também a permanência numa situação de inactividade profissional em idade avançada está associada ao fechamento das redes interpessoais. Em média, verifica-se assim que as redes interpessoais dos inquiridos activos (0,87) são menos densas do que as dos inactivos com menos de 75 anos (0,93), dando a entender que a actividade profissional favorece o alargamento das redes e uma menor proximidade entre os seus membros. Por seu turno, as redes interpessoais mais densas pertencem aos inquiridos inactivos com 75 e mais anos (0,95), fazendo crer que a maior duração da situação de inactividade profissional prejudica o interconhecimento e contacto entre as pessoas com quem se partilham problemas quotidianos. As principais diferenças, estatisticamente significativas, introduzidas pela situação perante a actividade profissional na densidade das redes interpessoais não se estabelecem então na fase de transição da actividade para a inactividade profissional (redes mais abertas), mas sim com o prolongamento dessa situação de inactividade profissional numa idade mais avançada (redes mais fechadas).

A análise de médias reforça a associação positiva entre a idade e a densidade das redes interpessoais. Noutros termos, as redes interpessoais tornam-se mais densas e fechadas à medida que a idade aumenta. Esta tendência linear torna-se particularmente evidente quando, em média, se compara a menor densidade e abertura das redes interpessoais dos inquiridos com menos de 65 anos (0,89) com a maior densidade e fechamento das redes interpessoais dos inquiridos com 75 e mais anos (0,95). A par destes últimos, também os inquiridos entre os 65 e 74 anos (0,93) apresentam redes interpessoais com densidade superior à do conjunto da população inquirida (0,91). Uma explicação para o fechamento das redes interpessoais dos inquiridos em idade mais avançada poderá residir na inserção desse fenómeno particular no âmbito de um processo de envelhecimento mais amplo, que é marcado não só pela perda das relações menos significativas e mais superficiais, mas também pela maior presença de membros (sobretudo familiares) que se conhecem todos entre si e que se encontram emocionalmente próximos dos seniores mais velhos (Frederickson e Carstensen, 1990). Em sentido contrário, os resultados de outros estudos recentes apontam para a inexistência de uma relação significativa entre a idade e a densidade das redes interpessoais (Cornwell, Laumann & Schumm, 2008).

As análises de médias também revelam que os rendimentos familiares têm uma associação positiva com as redes interpessoais, contrariamente à associação negativa da classe social subjectiva e da dimensão do lugar de

residência dos inquiridos. O sentido contraditório destas tendências, que não são estatisticamente significativas, torna difícil chegar a conclusões relevantes do ponto de vista sociológico. Ainda assim, importa referir que a associação aponta para um incremento na densidade das redes interpessoais em função do aumento do rendimento familiar. Esta densificação das redes interpessoais é evidente quando, em média, se compara as redes menos densas (0,83) dos inquiridos posicionados no escalão de rendimento familiar mais baixo (até 350 euros) com as redes mais densas (0,92) daqueles que possuem rendimentos familiares mais elevados (acima de 2500 euros). O facto de as redes interpessoais se tornarem mais densas com o aumento dos escalões de rendimento familiar não impede, contudo, que os inquiridos cujos agregados familiares auferem rendimentos intermédios (entre 501 e 1500 euros) também registem uma elevada densidade nas suas redes interpessoais (0,91), a qual está equiparada à do conjunto do universo inquirido. Contudo, esta tendência não se cumpre linearmente, pois os baixos rendimentos familiares (entre 351 e 500 euros) promovem o maior fechamento das redes interpessoais. Em suma, conclui-se que, nas redes interpessoais mais densas/fechadas dos que têm rendimentos familiares mais elevados, todos os membros se conhecem e falam regularmente entre si, ao contrário das redes interpessoais menos densas/mais abertas daqueles que declararam rendimentos familiares mais baixos, entre os quais são menos frequentes quer o interconhecimento quer os contactos, que se estabelecem apenas entre alguns membros.

No que diz respeito à associação negativa entre o autopoicionamento na classe social e a densidade das redes interpessoais, os dados revelam que estas se tornam menos densas à medida que a classe social subjectiva aumenta. Com efeito, verifica-se que, em média, os inquiridos autopoicionados na classe social mais baixa (0,95) têm as redes interpessoais mais densas/fechadas, por contraste com as redes menos densas/mais abertas que pertencem aos inquiridos autopoicionados nas classes sociais mais altas (0,86). Acresce que, além daqueles que se situam na classe social inferior, também os inquiridos autopoicionados nas classes sociais média e média baixa (0,90) declaram uma elevada densidade nas suas redes interpessoais, a qual se traduz num grande interconhecimento e num elevado contacto entre todos os membros com quem eles partilham problemas quotidianos e assuntos importantes. Em sentido inverso, observa-se o fechamento das redes interpessoais nas classes sociais mais baixas, ao contrário de uma maior abertura das redes interpessoais nas classes mais altas.

Similarmente à classe social subjectiva, também a dimensão do lugar de residência está negativamente associada à densidade das redes interpessoais. O sentido negativo desta associação manifesta-se pela diminuição da

densidade das redes interpessoais em função do aumento da dimensão do lugar de residência. Assim, verifica-se que as redes mais densas/mais fechadas pertencem aos residentes em lugares menos povoados (menos de 50 mil habitantes), enquanto as redes menos densas/mais abertas predominam entre os residentes em lugares mais povoados (50 mil e mais habitantes). Em síntese, conclui-se que os lugares de residência mais pequenos favorecem o interconhecimento e o contacto entre todos os membros, por contraste com os lugares de residência de grandes dimensões, que promovem a maior abertura das redes interpessoais.

Em síntese, traçam-se os perfis sociais associados à densidade das redes interpessoais:

Nas redes mais densas/mais fechadas destacam-se: o sexo masculino; a idade mais avançada; a escolaridade mais baixa; o viver em casal; as condições de doméstica e de reformado por invalidez ou incapacidade permanente; a situação de inactividade profissional em idade mais avançada; os rendimentos familiares mais baixos; o autoposicionamento nas classes sociais mais baixas; e as zonas de residência mais pequenas.

Nas redes menos densas/mais abertas destacam-se: o sexo feminino; a idade menos avançada; a escolaridade mais elevada; o viver sozinho e a ausência deliberada de conjugalidade (solteiros e divorciados/separados); as condições tanto de empregado como de desempregado; a situação de actividade profissional; os rendimentos familiares mais altos; o autoposicionamento nas classes sociais mais altas; e as zonas de residência maiores.

2.1.5 Tipologia das redes interpessoais

A tipologia das redes interpessoais foi construída com base em duas características estruturais, anteriormente examinadas, a saber: a *dimensão* e a *composição*. A partir de uma análise geral dos resultados apresentados no Quadro 2.9 é possível reforçar a ideia de que a generalidade das redes interpessoais da maior parte da população inquirida é diminuta e se baseia nos laços de parentesco. Porém, o facto de quase metade dos inquiridos (47,1%) estar inserido em redes pequenas e predominantemente familiares não impede que mais de um quarto dos inquiridos (28,9%) também apresente um predomínio da família nas suas redes de grande dimensão. O grande peso das redes predominantemente familiares (76%) no conjunto das redes interpessoais contrasta com a menor expressão das redes predominantemente não-familiares (24%), continuando grande parte destas a serem também pequenas (16,1%).

Quadro síntese 2.8 Perfis sociais das redes interpersonais

	Dimensão		Composição		Frequência de contacto		Densidade	
	Pequena	Grande	Familiar	Não-Familiar	Baixa	Elevada	Baixa	Elevada
Sexo	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	↑ Ambos os sexos		Mulheres	Homens
Escalões etários	≥ 75 anos	65-74 anos	≥ 75 anos	50-64 anos	≥ 75 anos	50-64 anos	50-64 anos	≥ 75 anos
Escolaridade	1º ciclo Ensino Básico	Ensino Superior	N sabe ler nem escrever	Secundário	Superior	3º ciclo Ensino Básico	Secundário	N sabe ler nem escrever
Com quem vive	Sozinho	Acompanhado	Em casal	Sozinho	Sozinho	Em casal	Sozinho	Em casal
Estado civil	Viúvo	Solteiro & Divorciado	Casado	Divorciado	Divorciado	Casado	Solteiro	Casado
Condição perante trabalho	Reform. Invalidez	Empregado	Doméstico	Desempregado	Reformado	Doméstico	Desempregado	Doméstico
Situação perante a actividade profissional	Inactivos ≥ 75 anos	Activos & Inactivos < 75 anos	Inactivos ≥ 75 anos	Activos	Inactivos ≥ 75 anos	Inactivos < 75 anos	Activos	Inactivos ≥ 75 anos
Escala de rendimento do agregado familiar	≤ 350 € e 501-800 €	> 2500 €	≤ 350 €	351-500 €	≤ 350 €	500-1500 €	351-500 €	≤ 350 €
Classe social subjectiva	Classe Baixa	Classe Média Alta ou Alta	Classe Baixa e Média Baixa	Classe Média	Classe Média Alta ou Alta	Classe Baixa	Classe Média Alta ou Alta	Classe Baixa
Dimensão do lugar de residência	< 50.000 habitantes	≥ 100.000 habitantes	50.000 a 99.999 habitantes	≥ 100.000 habitantes	50.000 a 99.999 habitantes	< 10.000 habitantes	50.000 a 99.999 habitantes	< 50.000 habitantes

Quadro 2.9 Tipologia das redes interpessoais

	n	%	% acumulada
Pequena e predominantemente familiar	425	47,1	47,1
Pequena e predominantemente não-familiar	146	16,1	63,2
Grande e predominantemente familiar	261	28,9	92,1
Grande e predominantemente não-familiar	72	7,9	100,0
Total	904	100,0	

Para uma caracterização mais pormenorizada da tipologia das redes interpessoais, importa analisá-la em função dos seguintes elementos adicionais sobre os seus membros: a distância do lugar de residência; a idade dos membros; os anos de interconhecimento entre o inquirido e os membros; e o grau de satisfação com esses membros (Quadro 2.10).

Quadro 2.10 Elementos adicionais de caracterização da tipologia (*médias*)

	Redes Pequenas		Redes Grandes		Total
	Pred. Familiares	Pred. Não-familiares	Pred. Familiares	Pred. Não-familiares	
Distância do lugar de residência dos membros das redes interpessoais♦♦♦	2,3	3,6	3,1	3,6	2,8
Idade dos membros das redes interpessoais***	51	57	45	56	51
Anos de interconhecimento entre os inquiridos e os membros das redes interpessoais inquiridos e os membros das redes interpessoais♦♦♦	4,5	3,7	4,6	3,6	4,3
Grau de satisfação dos inquiridos com os membros das redes interpessoais♦♦♦♦	4,7	4,6	4,8	4,5	4,7

Diferenças estatisticamente significativas (Teste F de Snedecor): ***p<0,001

♦Escala de medida: de 1=no mesmo alojamento/casa a 7=noutro local mais distante, no estrangeiro.

♦♦Escala de medida: 1= há menos de 5 anos; 2= entre 5 e 10 anos; 3=entre 10 e 20 anos; 4=há mais de 20 anos; 5=desde sempre.

♦♦♦Escala de medida: 1=muito insatisfeito; 2=insatisfeito; 3=nem satisfeito nem insatisfeito; 4=satisfeito; 5=muito satisfeito.

No que respeita ao primeiro elemento, destaca-se o facto de os membros das redes predominantemente familiares viverem mais perto dos inquiridos do que os membros das redes predominantemente não-familiares. A maior proximidade física dos membros das redes familiares explica-se por uma predominância de cônjuges e filhos que residem no mesmo alojamento ou em lugares muito próximos dos inquiridos. Pelo contrário, os vizinhos e os amigos, que são os membros predominantes nas redes não-familiares, tendem a residir na vizinhança ou em lugares mais distantes. Com efeito, em média, a principal diferença relativa ao lugar de residência estabelece-se entre a

maior proximidade física dos membros das redes familiares mais pequenas (2,3) e a maior distância física dos membros que integram as redes não-familiares, independentemente do seu tamanho (3,6). Daqui se depreende que, ao invés de ser a dimensão, é sobretudo a composição das redes interpessoais que introduz diferenças estatisticamente significativas na distância do lugar de residência dos membros das redes interpessoais da população inquirida. Acresce que, em geral, os membros das redes interpessoais vivem muito perto do universo inquirido (2,8), apontando para o reforço da proximidade emocional através da proximidade física.

Relativamente ao segundo elemento, importa frisar que a idade dos membros varia de forma estatisticamente significativa em função do tipo de rede interpessoal. O conjunto dos inquiridos declarou que os membros das suas redes interpessoais têm, em média, 51 anos, à semelhança do que sucede nas redes pequenas e predominantemente familiares. Dado que mais do que a dimensão é sobretudo a composição das redes interpessoais a responsável pela maior variabilidade na idade, importa frisar que os membros das redes predominantemente não-familiares são os mais velhos. A tendência geral aponta, assim, para que as redes predominantemente familiares sejam mais jovens do que as redes predominantemente não-familiares; sendo esse rejuvenescimento mais evidente nas redes familiares de grande dimensão (cuja idade média dos membros é 45 anos), por oposição ao maior envelhecimento das redes não-familiares mais pequenas (cuja idade média dos membros atinge os 57 anos). O fenómeno de menor envelhecimento das redes familiares de grande dimensão é explicado pela existência de relações intergeracionais e pela presença de elementos familiares mais novos (filhos e netos), enquanto o menor envelhecimento das redes familiares mais pequenas se explica essencialmente pela convivência em casal e pela presença de um elemento familiar da mesma geração (cônjuge). Por contraste, as redes não-familiares são afectadas por um maior envelhecimento, sendo este último ainda mais marcante nas redes não-familiares de pequena dimensão devido às situações de viuvez. O envelhecimento das redes não-familiares mais extensas aponta para um fechamento intrageracional, isto porque, mesmo perante situações de viuvez, os inquiridos recorreram sobretudo aos elementos não-familiares da mesma idade (amigos e vizinhos) a fim de conversar sobre assuntos importantes ou sobre problemas quotidianos, no último ano.

O terceiro elemento refere-se aos anos de interconhecimento entre os inquiridos e os membros das redes interpessoais. Em média, o conjunto da população inquirida conhece os membros das suas redes (4,3) há mais de 20 anos, sendo esse interconhecimento mais acentuado nas redes predominantemente familiares do que nas redes predominantemente não-familiares.

Atendendo de novo ao facto de a composição das redes interpessoais introduzir maior variabilidade no grau de interconhecimento do que a dimensão, verifica-se então que a antiguidade das redes familiares (com membros conhecidos há mais de 20 anos) se opõe à natureza mais recente da relação estabelecida entre os inquiridos e os membros das suas redes não-familiares (com membros conhecidos há menos de 20 anos). As redes interpessoais mais antigas são as predominantemente familiares de maior dimensão (4,6), porque incorporam membros da família (filhos e netos) que os inquiridos conhecem desde sempre. Já a antiguidade das redes predominantemente familiares mais pequenas (4,5) é explicada pela conjugalidade, na medida em que os inquiridos conhecem há muito tempo o elemento familiar (cônjuge) com quem partilham assuntos importantes. Por contraste, em termos médios, o facto de as redes predominantemente não-familiares (especialmente as maiores; 3,6) serem mais recentes explica-se pela maior incorporação de membros (sobretudo amigos e vizinhos) que os inquiridos conhecem há menos tempo.

O quarto e último elemento adicional de caracterização das redes interpessoais é o grau de satisfação dos inquiridos com os membros dessas redes. Globalmente, o universo inquirido declarou estar muito satisfeito com os membros das suas redes interpessoais (4,7), não obstante as análises de médias revelarem diferenças estatisticamente significativas no grau de satisfação em função do tipo de rede. Com efeito, a principal tendência a destacar é o facto de as redes predominantemente familiares promoverem maior satisfação do que as redes predominantemente não-familiares. Esta tendência reforça, assim, a importância atribuída à família por parte da população inquirida. Em termos médios, os inquiridos reportam um grau de satisfação com os membros das redes familiares mais extensas (4,8) ligeiramente superior ao dos que têm redes familiares pequenas (4,7), levando a crer que, para além do cônjuge, também a presença de outros elementos familiares (sobretudo filhos e netos) confere ainda maior satisfação aos inquiridos. Por contraste, importa referir que o menor grau médio de satisfação declarado por aqueles que têm redes predominantemente não-familiares de maior dimensão (4,5) sugere, então, que a maior presença de amigos e vizinhos não tem um impacto subjectivo tão favorável quanto a família na avaliação que os inquiridos fazem dos membros das suas redes interpessoais.

Em síntese, sublinham-se as principais tendências apontadas pelos quatros elementos adicionais que caracterizam a tipologia das redes interpessoais, a saber:

Redes pequenas e predominantemente familiares destacam-se, sobretudo, pela maior proximidade física dos seus membros;

Redes pequenas e predominantemente não-familiares destacam-se tanto pelo seu maior envelhecimento, como também pela maior distância física dos seus membros;

Redes grandes e predominantemente familiares destacam-se não só pela sua maior juventude e antiguidade, mas também pela maior satisfação com os membros;

Redes grandes e predominantemente não-familiares destacam-se pelo seu carácter mais recente, pela maior distância física e pela menor satisfação com os seus membros.

2.2 Relações de apoio emocional, instrumental e de aconselhamento

Antes de entrarmos numa análise pormenorizada sobre os diferentes tipos de apoio (emocional, instrumental e de aconselhamento) recebido pelos inquiridos acima dos 50 anos de idade e prestado pelos membros das suas redes interpessoais, cabe salientar a sua importância para um envelhecimento bem-sucedido (Antonucci, Sherman & Akiyama, 1996). Parte-se do princípio, com efeito, que as redes interpessoais favorecem a obtenção de apoio social e que constituem, além disso, um factor de protecção social relevante contra as situações de isolamento e de vulnerabilidade a que as pessoas estão potencialmente sujeitas com o aumento da idade (Mauritti, 2004; Gray, 2009). Numa lógica contrária, depreende-se que os indivíduos sem redes interpessoais tenham menos relações de suporte social.

Outro ponto de partida sustenta que o apoio obtido pelos membros das redes interpessoais depende não só da forma de constituição das redes (*composição*), mas também da sua amplitude (*dimensão*) e do grau de integração dos seniores nessas redes (Sarason & Pierce, 1990; Krause, 2001; Fernández-Ballesteros, 2002; Paúl, 2005). Uma forma de aferir a integração social da população inquirida reside na análise da qualidade das suas relações com os outros, a qual é mensurável tanto por via do apoio recebido como do apoio prestado aos membros das redes interpessoais. É de supor que as relações de apoio social não sejam exclusivamente unidireccionais nem estejam dotadas de um carácter estritamente funcional, visando colmatar estados de dependência. Ao invés disso, constituem desejavelmente verdadeiras relações bilaterais de solidariedade entre os inquiridos e os membros das suas redes interpessoais. A este propósito, alguns autores (Norris & Kaniasty, 1996; Paúl, 2005) referem que, mais do que a ajuda efectivamente proporcionada pelos membros das redes interpessoais (*apoio recebido*), é sobretudo a crença de que as pessoas importantes ajudarão em caso de necessidade (*apoio percebido*) que produz efeitos positivos e duradouros no bem-estar desta população.

Neste capítulo, analisaremos as relações do apoio social prestado aos outros e daquele que é proporcionado pelos membros das redes interpessoais. Após uma breve caracterização sociográfica dos inquiridos (segundo o sexo e a idade), o apoio social é perspectivado em função da tipologia das redes interpessoais ou da ausência destas redes, ou seja, quando os inquiridos não referiram relações interpessoais preferenciais. Os três tipos de apoio social considerados nesta análise são os seguintes:

- O emocional, tanto do ponto de vista negativo (sentimentos de tristeza ou solidão) como do ponto de vista positivo (sentimentos de alegria ou felicidade);
- O instrumental, respeitante à ajuda de não-coabitantes na realização de tarefas domésticas;
- O de aconselhamento, que se refere aos pedidos de conselhos aquando da tomada de decisões importantes.

2.2.1 Relações de apoio emocional

As relações de apoio emocional estabelecem-se não apenas por motivos negativos, por exemplo, quando os inquiridos se sentem sozinhos ou tristes, mas também por motivos positivos, como a alegria ou a felicidade proporcionada por determinadas pessoas. No que respeita às relações de apoio emocional por motivos negativos (Quadro 2.11), importa frisar que a grande maioria dos inquiridos (88%) pode contar com alguém quando sente necessidade de ser apoiado em momentos de tristeza ou solidão. Apesar de não haver, em termos gerais, diferenças de género, quando estas são analisadas em função da idade registam-se variações no apoio emocional recebido por parte dos inquiridos. Com efeito, a percentagem de inquiridos do sexo masculino que pode contar com alguém quando se sente triste ou só mantém-se elevada nas faixas etárias dos 50-64 anos (86,9%), 65-74 anos (90,9%) e 75 ou mais anos (88,2%), enquanto nas mulheres o apoio emocional diminui à medida que envelhecem. Se no grupo de mulheres com menos de 65 anos, 90,9 por cento declaram ter apoio emocional por motivos negativos, essa percentagem diminui para 86,2 por cento entre os 65 e 74 anos, ficando-se apenas pelos 82,9 por cento no caso das mulheres que já se situam na faixa etária mais avançada (75 e mais anos).

Quadro 2.11 Apoio emocional por motivos de tristeza ou solidão

		Homens (%)				Mulheres (%)				Total (%)
		50-64	65-74	≥ 75	Sub-total	50-64	65-74	≥ 75	Sub-total	
Apoio emocional em momentos de tristeza ou solidão	Sim	86,9	90,9	88,2	88,3	90,9	86,2	82,9	87,7	88,0
	Não	13,1	9,1	11,8	11,7	9,1	13,8	17,1	12,3	12,0
$\chi^2=n.s.^{\dagger}$	Total (n)	100,0 (238)	100,0 (128)	100,0 (76)	100,0 (442)	100,0 (270)	100,0 (158)	100,0 (125)	100,0 (553)	100,0 (995)

		Tipologia das redes interpessoais					
		Sem redes interpessoais	Redes Pequenas		Redes Grandes		Total
			Pred. Familiares	Pred. Não-Familiares	Pred. Familiares	Pred. Não-Familiares	
		%	%	%	%	%	%
Apoio emocional em momentos de tristeza ou solidão	Sim	68,7	89,0	85,2	93,1	91,4	89,8
	Não	31,3	11,0	14,8	6,9	8,6	10,2
$\chi^2=n.s.^{\dagger}$	Total (n)	100,0 (82)	100,0 (422)	100,0 (145)	100,0 (261)	100,0 (72)	100,0 (900)

(considerando apenas os inquiridos com relações de apoio emocional por motivos negativos)

Tipo de relação com as pessoas das quais recebeu apoio emocional						
Filho/a	36,6	41,4	29,5	41,3	25,7	38,4
Cônjuge	29,6	37,1	21,4	35,8	27,4	33,8
Outros familiares	26,8	14,1	15,0	15,4	15,1	14,8
Amigo/a	1,4	5,3	21,4	5,3	28,3	9,4
Outros não-familiares	5,6	2,1	12,7	2,2	3,5	3,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

	Média	Média	Média	Média	Média	Média
Frequência de apoio emocional (receber apoio) [♦]	2,18	2,32	2,44	2,43	2,43	2,38
F=n.s. ††						

(considerando todos os inquiridos com e sem relações de apoio emocional por motivos negativos)

	Média	Média	Média	Média	Média	Média
Frequência de apoio emocional (dar apoio) [♦]	2,25	2,46	2,55	2,71	2,83	2,58
F(3, 895)=5,124; p<0,01 ††						

♦Escala de medida: 1=nunca; 2=raramente; 3=algumas vezes; 4=muitas vezes

† Teste do Qui-Quadrado | †† Teste F de Snedecor

Deste modo, são sobretudo as mulheres com menos de 65 anos e os homens entre os 65 e 74 anos quem afirma poder contar com alguém em momentos de tristeza ou solidão (90,9%). Inversamente, a ausência de apoio emocional por motivos negativos, embora represente apenas 12 por cento do conjunto da população inquirida, predomina essencialmente nos inquiridos do sexo masculino mais jovens/com menos de 65 anos (13,1%) e nos inquiridos do sexo feminino mais velhos/com 75 e mais anos (17,1%).

A análise em função das redes interpessoais permite verificar, desde já, que a existência de redes interpessoais favorece a recepção de apoio emocional em momentos de tristeza ou solidão. O facto de as redes interpessoais promoverem mais apoio emocional evidencia-se numa perspectiva comparada entre os inquiridos com e sem redes interpessoais (Quadro 2.11). Enquanto cerca de 90 por cento dos inquiridos com redes interpessoais declararam poder contar com alguém quando sentem necessidade de ser apoiados emocionalmente, essa percentagem cai para apenas 69 por cento no caso dos inquiridos que não referem redes interpessoais. Pelo contrário, verifica-se que a ausência de apoio emocional por motivos negativos atinge apenas 10 por cento dos inquiridos com redes interpessoais, subindo para 31 por cento no caso dos inquiridos sem redes interpessoais.

Considerando apenas os inquiridos com redes interpessoais, as redes de grande dimensão contribuem de forma mais decisiva para o apoio emocional em momentos de tristeza ou solidão. Acresce que os inquiridos com redes mais extensas e predominantemente familiares (93,1%) são aqueles que recebem mais apoio emocional por motivos negativos, por contraposição ao menor peso percentual assumido pelos inquiridos com redes mais pequenas e predominantemente não-familiares (85,2%). Daqui se depreende que o apoio emocional devido a sentimentos de tristeza ou solidão é mais facilmente proporcionado pelos membros familiares que predominam nas redes extensas. Por outras palavras, confirma-se que a maior dimensão e a composição predominantemente familiar das redes interpessoais estão associadas à obtenção de mais apoio emocional.

Entre os inquiridos que afirmam poder contar com alguém em momentos de tristeza ou solidão, verifica-se que aqueles que possuem redes interpessoais recorrem sobretudo aos filhos (38,4%) e aos cônjuges (33,8%), à semelhança do sucedido com os inquiridos sem redes interpessoais, que também encontram nos membros familiares a sua principal fonte de apoio emocional. Em momentos de tristeza ou solidão, os inquiridos apoiam-se essencialmente nos filhos e nos cônjuges, os quais assumem um maior peso percentual nas redes predominantemente familiares, quer sejam de dimensão pequena (41,4% e 37,1%, respectivamente) ou grande (41,3% e 35,8%,

respectivamente). Além destes dois elementos familiares, nota-se ainda que os amigos constituem uma importante fonte de apoio emocional, sobretudo para os inquiridos que possuem redes predominantemente não-familiares extensas (28,3%). Outros estudos destacaram também a importância dos amigos na provisão de apoio emocional (Colletta, 1979; Albrecht, 1980; Gerstel, Riessman & Rosenfeld, 1985; Rands, 1988; Hurlbert & Acock, 1990), sobretudo na ausência de redes familiares densas.

Relativamente à frequência com que os inquiridos sentiram necessidade de apoio emocional nos últimos 12 meses, verifica-se que este tipo de apoio está associado à existência de redes interpessoais. A análise de médias revela que os inquiridos sem redes interpessoais foram aqueles que receberam menos apoio emocional quando se sentiram tristes ou sozinhos (2,18), por comparação com o maior apoio emocional recebido pelos inquiridos com redes interpessoais (2,58). Atendendo apenas aos inquiridos que têm redes interpessoais, o menor apoio emocional recebido foi reportado pelos inquiridos com redes predominantemente familiares pequenas (2,32), dando a entender que, em alguns casos, o suporte conjugal não é determinante o suficiente nos momentos de tristeza ou solidão. Por contraste, a maior recepção de apoio emocional foi assinalada quer pelos inquiridos com redes pequenas predominantemente não-familiares (2,44), quer por aqueles que têm redes extensas independentemente da sua composição (2,43), sugerindo que os amigos e outros elementos familiares (sobretudo filhos e irmãos) têm um papel importante na atenuação desses sentimentos negativos. No entanto, em conclusão, importa sublinhar o facto de o universo inquirido ter declarado que raramente sentiu necessidade de ser apoiado emocionalmente.

Numa lógica inversa ao apoio recebido, procurou-se saber com que frequência o conjunto da população inquirida deu apoio emocional a outras pessoas quando elas se sentiram sós ou tristes (Quadro 2.11). Contrariando a ideia de que as relações de suporte social são unidireccionais (colocando a população em idade mais avançada do lado do receptor), verifica-se que, em média, no último ano os inquiridos deram mais apoio emocional (2,58) do que aquele que receberam através dos membros das suas redes interpessoais (2,38).

A tipologia das redes interpessoais introduz diferenças estatisticamente significativas na frequência com que a população inquirida deu apoio emocional por motivos negativos. A análise de médias revela que a prestação de apoio emocional aumenta à medida que as redes interpessoais se tornam mais amplas e predominantemente não-familiares. Por outras palavras, o alargamento das redes, que implica uma maior presença de membros não adstritos ao círculo familiar (sobretudo, amigos), favorece a concessão de apoio emocional. Com efeito, observa-se que os inquiridos com redes grandes e

predominantemente não-familiares são aqueles que proporcionam mais apoio a outras pessoas que se sentem tristes ou sós (2,88), por contraste com o menor apoio emocional dado pelos inquiridos com redes pequenas e predominantemente familiares (2,46). Por fim, importa dizer que, à semelhança do que sucede com o apoio emocional recebido, também o apoio emocional proporcionado beneficia da existência de redes interpessoais. Em termos médios, os inquiridos com redes interpessoais (2,58) tendem a dar mais apoio emocional por motivos negativos do que as pessoas sem redes interpessoais (2,25). Por isso, os inquiridos com redes interpessoais declararam ter apoiado algumas vezes, durante o último ano, outras pessoas nos seus momentos de tristeza ou solidão, enquanto aqueles que não indicaram redes interpessoais afirmaram apenas tê-lo feito raramente.

Apesar de a maioria da população inquirida ter declarado que tem alguém com quem pode contar quando se sente triste ou sozinha, também se verificou que, nos últimos 12 meses, os inquiridos raramente sentiram necessidade de receber esse apoio emocional. Talvez a pouca necessidade de receber apoio emocional em momentos negativos ajude a explicar o facto de a maior parte dos inquiridos (64,2%) ter declarado que não necessitaria de obter ainda mais apoio por parte dos outros quando se sentisse só ou triste (Quadro 2.12).

Quadro 2.12 Necessidade de receber mais apoio por motivos de tristeza ou solidão
(n e % verticais)

		Homens (%)				Mulheres (%)				Total (%)
		50-64	65-74	≥ 75	Sub-total	50-64	65-74	≥ 75	Sub-total	
Necessidade de ter mais apoio emocional nas situações de tristeza ou solidão	Sim	27,4	24,3	46,4	29,9	37,3	41,5	46,3	40,5	35,8
	Não	72,6	75,7	53,6	70,1	62,7	58,5	53,7	59,5	64,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2(1)=11,709$; $p<0,01$ †	(n)	(232)	(122)	(77)	(431)	(264)	(158)	(121)	(543)	(974)

		Sem redes interpessoais (%)	Tipologia das redes interpessoais				Total (%)
			Redes Pequenas (%)		Redes Grandes (%)		
			Pred. Familiares	Pred. Não-Familiares	Pred. Familiares	Pred. Não-Familiares	
Necessidade de ter mais apoio emocional nas situações de tristeza ou solidão	Sim	48,4	34,0	38,4	36,6	30,6	35,2
	Não	51,6	66,0	61,6	63,4	69,4	64,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2=n.s.$ †	(n)	(79)	(408)	(144)	(260)	(69)	(881)

† Teste do Qui-Quadrado

Acresce que o sexo e a idade estão relacionados com a necessidade de receber mais apoio emocional por motivos negativos. Enquanto 40,5 por cento das mulheres gostariam de ter mais apoio em momentos de tristeza ou solidão, esse valor percentual cai para 30 por cento no caso dos homens. Embora o apoio emocional se torne mais necessário para os inquiridos de ambos os sexos que estão numa idade mais avançada (com 46 por cento dos inquiridos acima dos 75 anos a dizer que gostariam de ter mais apoio por parte dos outros quando se sentem sós ou tristes), as mulheres assumem essa necessidade numa idade inferior à dos homens. Com efeito, nas faixas etárias mais jovens (50-64 anos e 65-74 anos), a percentagem de mulheres com necessidade de receber mais apoio emocional por motivos negativos (respectivamente, 37,3% e 41,5%) é muito superior à dos homens (27,4% e 24,3%, respectivamente).

Por fim, mencione-se que a necessidade de mais apoio emocional é mais vezes referida pelos inquiridos sem redes interpessoais (48,4%) do que pelos que têm redes interpessoais (35,2%), destacando a sua função de suporte social em contextos de tristeza ou solidão.

Considerando apenas os inquiridos com redes interpessoais, nota-se que aqueles que gostariam de receber mais apoio por parte dos outros quando se sentem sós ou tristes estão sobrerrepresentados nas redes predominantemente não-familiares de pequena dimensão (38,4%) e nas redes predominantemente familiares de grande dimensão (36,6%). Por contraste, a necessidade de apoio emocional é menos sentida pelos inquiridos com redes predominantemente não-familiares mais extensas e com redes predominantemente familiares mais pequenas. Daqui se conclui que, por um lado, a maior presença de membros familiares (sobretudo o cônjuge) nas redes mais pequenas e, por outro lado, a maior presença de membros não-familiares (sobretudo os amigos) nas redes mais extensas atenuam a necessidade de apoio emocional.

Como as relações de apoio emocional não se estabelecem só por motivos negativos, importa também analisar aquelas que foram estabelecidas por motivos positivos (Quadro 2.13). A esmagadora maioria dos inquiridos (92,3%) afirmou que existem pessoas que lhes proporcionam alegria e felicidade. Embora os homens (93,0%) estejam ligeiramente mais representados do que as mulheres (91,7%) na recepção de apoio emocional por motivos positivos, essa diferença torna-se mais evidente quando considerada em função idade. A tendência geral aponta para que o apoio emocional por motivos positivos se mantenha estável no caso dos homens, ao contrário do que sucede com as mulheres, que tendem a perdê-lo à medida que a idade aumenta. Com efeito, a percentagem de inquiridos do sexo masculino que afirma ter pessoas que lhes proporcionam alegria ou felicidade permanece muito elevada em todas as faixas etárias (92 por cento com menos de 65 anos e com 75 e mais anos, atingindo mesmo os 96 por cento entre os 65 e 74 anos). Em contrapartida, verifica-se que, enquanto 95,2 por

cento das mulheres com menos de 65 anos declaram ter recebido apoio emocional por motivos positivos, esse valor percentual baixa para 91,6 por cento na faixa etária intermédia (65-74 anos) e diminui ainda mais para 84,0 por cento na faixa etária mais avançada (75 e mais anos). Estes resultados revelam assim que a ausência de pessoas provisoras de alegria e felicidade afecta bastante mais as mulheres em idade avançada do que os homens em geral.

Acresce que a recepção de apoio emocional por motivos positivos também é afectada pela inexistência de redes interpessoais. Enquanto 93 por cento dos inquiridos com redes interpessoais afirmam ter pessoas que lhe proporcionam alegria ou felicidade, apenas 83,4 por cento dos inquiridos sem redes interpessoais respondem afirmativamente a essa questão. Deste modo, as redes interpessoais favorecem a recepção de apoio emocional não só em termos positivos (alegria ou felicidade) mas também, como anteriormente se observou, em termos negativos (tristeza ou solidão).

Quadro 2.13 Apoio emocional por motivos de alegria ou felicidade

		Homens (%)				Mulheres (%)				Total (%)
		50-64	65-74	≥ 75	Sub-total	50-64	65-74	≥ 75	Sub-total	
Apoio emocional de alguém que proporciona alegria e felicidade	Sim	92,0	95,8	91,6	93,0	95,2	91,6	84,0	91,7	92,3
	Não	8,0	4,2	8,4	7,0	4,8	8,4	16,0	8,3	7,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2 = n.s.^{\dagger}$	(n)	(240)	(126)	(75)	(441)	(267)	(158)	(125)	(550)	(991)

		Sem redes interpessoais (%)	Tipologia das redes interpessoais				Total (%)
			Redes Pequenas (%)		Redes Grandes (%)		
			Pred. Familiares	Pred. Não-Familiares	Pred. Familiares	Pred. Não-Familiares	
Apoio emocional de alguém que proporciona alegria e felicidade	Sim	83,4	94,3	83,8	94,7	96,6	92,9
	Não	16,6	5,7	16,2	5,3	3,4	7,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2(3) = 22,199; p < 0,001^{\dagger}$	(n)	(78)	(424)	(143)	(260)	(71)	(898)

(considerando apenas os inquiridos com relações de apoio emocional por motivos positivos)

Tipo de relação com as pessoas que proporcionam alegria ou felicidade		Tipologia das redes interpessoais					
		Sem redes interpessoais (%)	Pred. Familiares	Pred. Não-Familiares	Pred. Familiares	Pred. Não-Familiares	Total (%)
Tipo de relação com as pessoas que proporcionam alegria ou felicidade	Filho/a	41,7	39,3	34,8	38,5	31,9	37,8
	Neto/a	23,1	24,3	19,7	24,1	14,3	22,8
	Cônjuge	12,1	22,8	12,9	25,3	18,5	21,9
	Outros familiares	12,1	9,2	11,2	8,9	11,8	9,6
	Amigo/a	5,5	3,2	15,8	2,2	19,3	5,9
	Outros não-familiares	5,5	1,2	5,6	1,0	4,2	2,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

[†] Teste do Qui-Quadrado

Outro aspecto relevante refere-se ao facto de a tipologia das redes interpessoais estar relacionada com o apoio emocional por motivos positivos. Desde já, importa frisar que, mais do que a composição, é sobretudo a dimensão das redes interpessoais a contribuir para a maior recepção deste apoio emocional. Com efeito, as redes extensas, sejam elas predominantemente não-familiares (96,6%) ou familiares (94,7%), bem como as redes predominantemente familiares pequenas (94,3%), estão sobrerrepresentadas na recepção de apoio emocional por motivos positivos. Em contrapartida, as redes pequenas e de composição predominantemente não-familiar estão menos representadas na obtenção deste tipo de apoio (83,8%). Em suma, estes resultados permitem concluir que as redes interpessoais extensas ou com uma maior presença de membros familiares (sobretudo os filhos e os netos) propiciam mais momentos de alegria e felicidade à população inquirida.

Considerando apenas os inquiridos que receberam apoio emocional por motivos positivos, não se verificou nenhuma associação entre a existência de redes interpessoais e as pessoas que proporcionam felicidade ou alegria. Com efeito, tanto os inquiridos sem redes interpessoais como aqueles que as têm referem que as suas principais fontes de apoio emocional são os filhos (respectivamente, 41,7% e 37,8%) e os netos (23,1% e 22,8% em ambos os casos). A seguir a estes dois elementos familiares, o cônjuge surge como a terceira fonte de apoio emocional por motivos positivos, assumindo, no entanto, uma importância acrescida para os inquiridos que possuem redes interpessoais (21,9%). Embora os amigos surjam como os elementos mais importantes no apoio emocional fora do âmbito familiar, independentemente da existência ou não de redes interpessoais, salienta-se que o seu peso relativo não ultrapassa 6 por cento no conjunto das pessoas que proporcionam sentimentos de felicidade ou de alegria.

Por fim, importa referir que a importância dos membros prevalentes nas redes interpessoais dos inquiridos que receberam apoio emocional por motivos positivos se altera em função da dimensão dessas redes. Com efeito, observa-se que, por um lado, os filhos, os netos e o cônjuge estão sobre-representados nas redes predominantemente familiares, sejam elas pequenas (respectivamente, 39,3%, 24,3% e 22,8%) ou grandes (38,5%, 24,1% e 25,3%). Por outro, os amigos surgem sobre-representados nas redes predominantemente não-familiares, quer de pequena (15,8%) como de grande (19,3%) dimensão. No entanto, em qualquer rede, a provisão de alegria e felicidade está mais associada aos elementos familiares.

Em síntese, numa breve caracterização das relações de apoio emocional estabelecidas pelos inquiridos, tanto por motivos negativos (sentimentos de

tristeza ou solidão) como por motivos positivos (sentimentos de alegria ou felicidade), destacam-se os seguintes elementos:

Apoio emocional em momentos de tristeza ou solidão: é recebido pela maioria dos inquiridos; mantém-se muito elevado com o avançar da idade nos homens mas diminui gradualmente nas mulheres com o envelhecimento; predomina nas redes interpessoais mais extensas e predominantemente familiares; obtém-se sobretudo através dos filhos e do cônjuge; é mais frequentemente proporcionado, ainda que não muito (*algumas vezes*), do que recebido (*raramente*); torna-se mais necessário com o avanço da idade para as mulheres e para os inquiridos sem redes interpessoais.

Apoio emocional em momentos de alegria ou felicidade: é recebido pela esmagadora maioria dos inquiridos; mantém-se muito elevado com o avanço da idade nos homens mas diminui gradualmente nas mulheres; é estimulado pela existência de redes interpessoais, especialmente as de composição predominantemente familiar e as de maior dimensão; é proporcionado sobretudo pelos filhos, pelos netos e pelo cônjuge.

2.2.2 Relações de apoio instrumental

As relações de apoio instrumental referem-se às ajudas na realização das tarefas domésticas (limpezas, reparações ou compras) que os inquiridos receberam, nos últimos 12 meses, por parte de pessoas que não coabitam com eles (excluindo as empregadas domésticas). A fim de explorar o carácter bilateral dessas relações, complementar-se-á a análise do *apoio recebido* com a análise ao *apoio proporcionado* pelos inquiridos a outras pessoas que não vivem no mesmo agregado doméstico.

Os dados apresentados no Quadro 2.14 revelam que, no último ano, a grande maioria dos inquiridos (85,4%) não recebeu ajuda na realização das tarefas domésticas por parte de outras pessoas que vivem fora do alojamento. Apesar disso, importa frisar que o sexo e a idade da população inquirida introduzem diferenças estatisticamente significativas: por um lado, os inquiridos do sexo masculino estão sobrerrepresentados na ausência de apoio instrumental (89,1%), sobretudo quando se situam nas faixas etárias dos 50-64 anos (90,8%) e dos 65-74 anos (90%); por outro, e em sentido contrário, as mulheres assumem um maior peso relativo no apoio instrumental recebido (17,5%), sobretudo quando se localizam nas faixas etárias dos 65-74 anos (18,6%) e dos 75 e mais anos (22,9%). Apesar de ser mais evidente nas mulheres, o aumento da idade está associado, em termos gerais, à recepção de mais apoio instrumental na realização das tarefas domésticas.

Importa salientar também que as redes interpessoais não exercem influência na recepção de apoio instrumental, ao contrário do que se registou no apoio

emocional. Com efeito, verifica-se que apenas 14,1 por cento dos inquiridos sem redes interpessoais e 14,6 por cento dos que as têm referiram ter recebido ajuda, nos últimos 12 meses, por parte de outras pessoas que não vivem com eles, na realização das tarefas domésticas. Deste modo, conclui-se que a inexistência de redes interpessoais não prejudica a recepção de apoio instrumental.

Quadro 2.14 Apoio instrumental na realização das tarefas domésticas

		Homens (%)				Mulheres (%)				Total (%)	
		50-64	65-74	≥ 75	Sub-total	50-64	65-74	≥ 75	Sub-total		
Apoio instrumental (receber ajuda nas tarefas domésticas)	Sim	9,2	10,0	17,5	10,9	14,4	18,6	22,9	17,5	14,6	
	Não	90,8	90,0	82,5	89,1	85,6	81,4	77,1	82,5	85,4	
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
$\chi^2(1)=9,129; p<0,01$ †		(n)	(240)	(128)	(77)	(445)	(268)	(159)	(125)	(552)	(997)

		Sem redes interpessoais (%)	Tipologia das redes interpessoais				Total (%)	
			Redes Pequenas (%)		Redes Grandes (%)			
			Pred. Familiares	Pred. Não- Familiares	Pred. Familiares	Pred. Não- Familiares		
Apoio instrumental (receber ajuda nas tarefas domésticas)	Sim	14,1	12,3	15,9	16,5	18,0	14,6	
	Não	85,9	87,7	84,1	83,5	82,0	85,4	
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
$\chi^2=n.s.$ †		(n)	(81)	(425)	(146)	(260)	(72)	(903)

(considerando apenas os inquiridos com relações de apoio instrumental recebido)

Tipo de relação com as pessoas das quais recebeu apoio instrumental			Redes Pequenas (%)		Redes Grandes (%)		Total (%)
			Pred. Familiares	Pred. Não- Familiares	Pred. Familiares	Pred. Não- Familiares	
	Filho/a	58,4	38,6	14,8	40,8	25,0	33,6
	Outros familiares	25,0	38,6	22,2	34,7	37,5	34,2
	Amigo/a	8,3	12,3	33,3	18,4	12,5	18,8
	Outros não-familiares	8,3	10,5	29,7	6,1	25,0	13,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(considerando todos os inquiridos com e sem relações de apoio instrumental)

Apoio instrumental (proporcionar ajuda nas tarefas domésticas)	Sim	10,2	23,4	20,3	31,4	25,4	25,3	
	Não	89,8	76,6	79,7	68,6	74,6	74,7	
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
$\chi^2=n.s.$ †		(n)	(81)	(425)	(146)	(260)	(72)	(903)

(considerando apenas os inquiridos com relações de apoio instrumental fornecido)

Tipo de relação com as pessoas às quais proporcionou apoio instrumental			Redes Pequenas (%)		Redes Grandes (%)		Total (%)
			Pred. Familiares	Pred. Não- Familiares	Pred. Familiares	Pred. Não- Familiares	
	Filho/a	55,6	22,4	8,8	29,2	5,9	22,2
	Pai/mãe	22,2	17,8	5,9	16,7	11,8	15,2
	Outros familiares	-	26,2	20,6	27,1	41,2	26,5
	Vizinho/a	11,1	21,6	20,6	12,5	23,5	18,3
	Amigo/a	11,1	10,3	38,2	13,5	17,6	15,9
	Outros não-familiares	-	1,7	5,9	1,0	-	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

† Teste do Qui-Quadrado

Embora a existência de redes interpessoais não se traduza num incremento de ajuda nas tarefas domésticas, tal não impede que alguns tipos de redes sejam um pouco mais eficazes no apoio instrumental. Com efeito, as redes de maior dimensão e as de composição predominantemente não-familiar estão associadas à obtenção de mais apoio instrumental. Nesse sentido, os inquiridos com redes pequenas e predominantemente familiares são aqueles que menos contam com apoio instrumental (12,3%), enquanto os que possuem redes mais extensas e predominantemente não-familiares são quem mais beneficia de ajuda na realização de tarefas domésticas (18%).

Considerando apenas os inquiridos que recebem apoio instrumental por parte de não-coabitantes, refira-se que a importância das pessoas que proporcionam esse apoio varia de acordo com a existência ou não de redes interpessoais. Assim, apesar de os filhos constituírem a principal fonte de apoio instrumental, assumem uma importância maior para os inquiridos sem redes interpessoais (58,4%) do que para os inquiridos com redes interpessoais (33,6%). A seguir aos filhos, os amigos são a segunda fonte de apoio e parecem desempenhar um papel bastante mais relevante na presença de redes interpessoais (18,8%) do que na sua ausência (8,3%). Deste modo, as redes interpessoais proporcionam uma maior variedade de pessoas a quem recorrer para obtenção de apoio instrumental.

Porém, a importância dessas pessoas varia também de acordo com o tipo de rede. Os filhos constituem a principal fonte de apoio instrumental para os inquiridos que têm redes predominantemente familiares, sejam elas extensas (40,8%) ou pequenas (38,6%), enquanto os amigos surgem como a principal fonte de apoio instrumental nas redes predominantemente não-familiares de pequena dimensão (33,3%). As redes predominantemente não-familiares extensas surgem sobretudo associadas a outros familiares, que não os filhos.

Com o objectivo de conhecer e compreender melhor as relações de entreajuda estabelecidas na realização das tarefas domésticas, a análise realizada do apoio instrumental recebido deve ser complementada pela análise do apoio proporcionado. Entre os inquiridos com redes interpessoais, verifica-se que a percentagem daqueles que proporcionam apoio instrumental (25,3%) é muito superior aos que o recebem (14,6%). Por contraste, entre os inquiridos sem redes interpessoais regista-se a situação inversa, ou seja, há uma maior presença na recepção (14,1%) do que na provisão (10,2%) de ajuda para a realização das tarefas domésticas. Daqui se depreende que a ausência de redes interpessoais está mais associada à obtenção de apoio instrumental, enquanto a presença das mesmas surge ligada à provisão desse tipo de apoio. Conclui-se também que o facto de os inquiridos com redes interpessoais proporcionarem mais ajuda nas tarefas domésticas do que aquela que recebem

é um importante indicador da bilateralidade que caracteriza as relações de apoio instrumental.

Ainda a este propósito, refira-se que o tipo de rede interpessoal interfere na ajuda que os inquiridos dão a outras pessoas com as quais não coabitam para a realização de tarefas domésticas. A principal tendência aponta no sentido do apoio instrumental depender da presença de membros familiares e da dimensão da rede interpessoal. Isto torna-se particularmente evidente quando se observa que os inquiridos com redes extensas predominantemente familiares (31,4%) são os únicos que estão sobre-representados na provisão de apoio instrumental. Em sentido contrário, os inquiridos com redes pequenas e predominantemente não-familiares são menos propensos a proporcionar apoio instrumental.

No que respeita à natureza da relação com o destinatário do apoio instrumental, verifica-se que os inquiridos sem redes interpessoais proporcionam auxílio principalmente aos filhos (55,6%) e pais (22,2%), enquanto os inquiridos com redes interpessoais tendem também a apoiar, além destes familiares, elementos não-familiares, como os vizinhos (18,3%) e os amigos (15,9%). Ou seja, a existência de uma rede orienta o apoio instrumental para além do âmbito estritamente familiar, ainda que essa orientação dependa do tipo de rede. Assim, os filhos e os pais surgem como os elementos mais apoiados nas redes predominantemente familiares, sejam elas pequenas (respectivamente, 22,4% e 17,8%) ou grandes (29,2% e 16,7%). Quanto aos vizinhos e aos amigos, verifica-se que ambos estão mais representados nas redes predominantemente não-familiares, independentemente da sua pequena (respectivamente, 20,6% e 38,2%) ou grande (23,5% e 17,6%) dimensão.

O facto de apenas 15 por cento dos inquiridos ter recebido apoio instrumental na realização das tarefas domésticas durante os últimos 12 meses pode ajudar a explicar que um número duas vezes superior refira a necessidade de receber mais apoio (28,8%). Não obstante esse facto, importa salientar que a maioria da população inquirida (71,2%) continua a não manifestar necessidade de auxílio por parte dos outros quando tem de realizar as tarefas domésticas (Quadro 2. 15).

Apesar de apenas dizer respeito a uma parte relativamente pequena da população inquirida, o apoio instrumental proporcionado varia de forma estatisticamente significativa de acordo com o sexo e a idade. A tendência geral é no sentido de as mulheres, em todas as faixas etárias, manifestarem mais necessidade de apoio instrumental, devido, possivelmente, ao facto de sobre elas ainda recair a maior parte das tarefas domésticas, ao passo que nos homens essa necessidade evidencia-se sobretudo no grupo de 75 anos ou mais, ou seja, aquele que tem problemas mais sérios de autonomia e de independência funcional. Em termos numéricos, a negação da necessidade

de ter mais apoio instrumental é evidenciada sobretudo nas faixas etárias masculinas dos 50-64 anos (82,1%) e dos 65-74 anos (83,2%), enquanto para as mulheres a necessidade de ter mais apoio está presente não só na faixa etária mais jovem (32,2%), mas também, e de modo mais acentuado, nas faixas etárias dos 65-74 anos e dos 75 e mais anos (respectivamente, 38,9% e 37,4%). Deste modo, parece evidente a relação entre a realização das tarefas domésticas e a necessidade de apoio instrumental.

À semelhança do que se verificou na recepção de apoio instrumental em geral, também a manifestação da necessidade de ter mais ajuda na realização das tarefas domésticas é expressa apenas por uma parte relativamente diminuta de inquiridos (cerca de 29%), sem que haja diferenças acentuadas entre a ausência ou a presença de redes interpessoais. Embora não existam diferenças, tal não impede que essa necessidade se faça sentir mais intensamente em alguns tipos de rede do que noutros.

Quadro 2.15 Necessidade de receber mais apoio instrumental

		Homens (%)				Mulheres (%)				Total (%)	
		50-64	65-74	≥ 75	Sub-total	50-64	65-74	≥ 75	Sub-total		
Necessidade de ter mais apoio instrumental na realização das tarefas domésticas	Sim	17,9	16,8	36,5	20,7	32,2	38,9	37,4	35,3	28,8	
	Não	82,1	83,2	63,5	79,3	67,8	61,1	62,6	64,7	71,2	
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
$\chi^2(1)=24,738; p<0,001$ †		(n)	(236)	(127)	(74)	(437)	(268)	(159)	(120)	(547)	(984)

		Sem redes interpessoais (%)	Tipologia das redes interpessoais				Total (%)	
			Redes Pequenas (%)		Redes Grandes (%)			
			Pred. Familiares	Pred. Não-Familiares	Pred. Familiares	Pred. Não-Familiares		
Necessidade de ter mais apoio instrumental na realização das tarefas domésticas	Sim	28,6	26,4	27,8	32,6	34,9	29,1	
	Não	71,4	73,6	72,2	67,4	65,1	70,9	
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
$\chi^2=n.s.$ †		(n)	(80)	(416)	(144)	(258)	(72)	(890)

† Teste do Qui-Quadrado

A análise que se segue considera apenas os inquiridos com redes interpessoais que sentiram necessidade de receber mais apoio instrumental. Ao contrário do que seria de esperar, importa salientar que aqueles que possuem as redes mais extensas são também os que manifestam uma maior vontade de ser ajudados na realização das tarefas domésticas. Aparentemente, o alargamento das redes interpessoais não contribui para reduzir a necessidade de apoio instrumental. Esta afirmação é suportada pelos resultados apresentados no Quadro 2.15, a

partir dos quais se ficou a saber que os inquiridos que expressam uma maior necessidade de receber mais apoio instrumental possuem redes extensas, independentemente de serem predominantemente familiares (32,6%) ou não-familiares (34,9%). Em contrapartida, o não reconhecimento da necessidade de auxílio na realização das tarefas domésticas parte sobretudo dos inquiridos com redes de pequena dimensão, sejam elas de composição predominantemente familiar (73,6%) ou não-familiar (72,2%). Estes dados permitem, assim, concluir que a dimensão da rede parece incrementar a manifestação da necessidade de apoio instrumental.

Em síntese, a partir dos resultados anteriormente analisados, pode caracterizar-se de forma sucinta as relações de apoio instrumental/ajuda na realização das tarefas domésticas nos seguintes termos:

Apoio instrumental recebido: apenas por parte de uma minoria dos inquiridos; aumenta em função da idade para ambos os sexos mas predomina nas mulheres; assume maior importância nas redes extensas e predominantemente não-familiares; é proporcionado principalmente pelos filhos e amigos; ainda que diga respeito a uma minoria dos inquiridos, a necessidade de mais apoio instrumental é sobretudo reivindicada pelas mulheres em geral, pelos homens em idade mais avançada e ainda pelos inquiridos com redes interpessoais mais extensas.

Apoio instrumental proporcionado: a sua provisão é muito superior à recepção no caso dos inquiridos com redes interpessoais; assume uma importância maior nas redes interpessoais mais extensas e predominantemente familiares; os destinatários são principalmente os filhos e os pais.

2.2.3 Relações de apoio de aconselhamento

As relações de apoio de aconselhamento reportam-se, como o próprio nome indica, aos conselhos que, no último ano, os inquiridos pediram a outras pessoas quando precisaram de tomar decisões importantes. Como se fez relativamente aos outros apoios, a análise do aconselhamento contemplará o *apoio recebido* e o *proporcionado*, a fim de explorar o seu carácter bilateral.

Os dados apresentados no Quadro 2.16 revelam que 80,2 por cento dos inquiridos costumam aconselhar-se com outras pessoas quando têm que tomar decisões importantes. Apesar desta percentagem elevada, as diferenças entre homens e mulheres são significativas. Com efeito, os inquiridos do sexo feminino (82,3%) tendem a aconselhar-se mais do que os inquiridos do sexo masculino (77,5%). Estas diferenças de género prevalecem com o aumento da idade, indiciando também que a prática de aconselhamento se mantém muito elevada em todos os grupos etários.

O papel desempenhado pelas redes interpessoais é igualmente importante no apoio de aconselhamento. Enquanto 52,7 por cento dos inquiridos

sem redes interpessoais recorrem ao apoio de aconselhamento, essa percentagem sobe consideravelmente no caso dos inquiridos com redes interpessoais (83,0%). O aconselhamento está, assim, dependente das relações de confiança que se estabelecem com os outros.

Evidentemente, a possibilidade de obter aconselhamento está também relacionada com o tipo de rede interpessoal. A tipologia das redes introduz diferenças estatisticamente significativas no apoio de aconselhamento. A tendência geral indica que, mais do que a dimensão, é sobretudo a composição familiar da rede que explica as relações de aconselhamento para a tomada de decisões importantes. De facto, estas relações são mais frequentes nas redes predominantemente familiares de pequena (86%) e de grande (86,5%) dimensão, do que nas redes não-familiares sejam elas pequenas (74,1%) ou grandes (71,1%). As pessoas a quem pedem conselhos quando precisam de tomar decisões importantes são normalmente familiares próximos, designadamente o cônjuge (43,0%) e os filhos (37,4%). O recurso privilegiado a estes familiares é independente das redes interpessoais, embora o recurso a amigos esteja também presente de forma expressiva nas redes não-familiares pequenas (22,1%) e grandes (14,7%).

Quadro 2.16 Apoio de aconselhamento nas decisões importantes

		Homens (%)				Mulheres (%)				Total (%)	
		50-64	65-74	≥ 75	Sub-total	50-64	65-74	≥ 75	Sub-total		
Aconselhamento com alguém para tomar decisões importantes	Sim	79,4	73,3	78,7	77,5	83,7	80,5	81,7	82,3	80,2	
	Não	20,6	26,7	21,3	22,5	16,3	19,5	18,3	17,7	19,8	
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
$\chi^2 = n.s.^{\dagger}$		(n)	(242)	(128)	(77)	(447)	(269)	(159)	(125)	(553)	(1000)

		Sem redes interpessoais	Tipologia das redes interpessoais				Total	
			Redes Pequenas		Redes Grandes			
			Pred. Familiares	Pred. Não-Familiares	Pred. Familiares	Pred. Não-Familiares		
		%	%	%	%	%		
Aconselhamento com alguém para tomar decisões importantes	Sim	52,7	86,0	74,1	86,5	71,1	83,0	
	Não	47,3	14,0	25,9	13,5	28,9	17,0	
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
$\chi^2(3) = 21,369;$ $p < 0,001^{\dagger}$		(n)	(82)	(425)	(146)	(261)	(72)	(904)

		Tipologia das redes interpessoais					
		Sem redes interpessoais	Redes Pequenas		Redes Grandes		Total
			Pred. Familiares	Pred. Não-Familiares	Pred. Familiares	Pred. Não-Familiares	
			%	%	%	%	
Aconselhamento com alguém para tomar decisões importantes	Sim	52,7	86,0	74,1	86,5	71,1	83,0
	Não	47,3	14,0	25,9	13,5	28,9	17,0
$\chi^2(3)=21,369$; $p<0,001$ †	Total (n)	100,0 (82)	100,0 (425)	100,0 (146)	100,0 (261)	100,0 (72)	100,0 (904)
(considerando apenas os inquiridos com relações de aconselhamento)							
Tipo de relação com as pessoas de aconselhamento	Cônjuge	31,2	47,5	25,0	44,5	41,2	43,0
	Filho/a	33,3	39,1	27,2	40,4	30,9	37,4
	Outros familiares	22,9	11,0	16,9	9,9	8,8	11,3
	Amigo/a	6,3	1,3	22,1	4,3	14,7	6,1
	Outros não-familiares	6,3	1,1	8,8	0,9	4,4	2,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
		Média	Média	Média	Média	Média	Média
Frequência de aconselhamento (pedir conselhos)♦		2,05	2,48	2,53	2,51	2,80	2,52
(considerando todos os inquiridos com e sem relações de aconselhamento)							
Frequência de aconselhamento (dar conselhos)♦		2,00	2,30	2,30	2,50	2,62	2,38
$F(3, 893)=3,768$; $p<0,05$ ††							

*Escala de medida: 1=nunca; 2=raramente; 3=algumas vezes; 4=muitas vezes

† Teste do Qui-Quadrado | †† Teste F de Snedecor

A existência de redes parece influenciar a frequência com que os inquiridos se aconselharam, no último ano, com outras pessoas para tomar decisões importantes. Em termos médios, o aconselhamento é mais regular quando existem redes interpessoais (2,52) do que quando não existem (2,05). O facto de os inquiridos sem redes interpessoais *raramente* se aconselharem chama a atenção para a importância das relações de confiança proporcionadas pela existência de uma rede. Essas relações estabelecem-se privilegiadamente com a família, como referimos, embora no que respeita à frequência do aconselhamento se verifique que as redes predominantemente familiares mais extensas (2,80) são mais propensas a proporcioná-lo do que as redes mais pequenas em geral (2,48). Daqui se depreende, em suma, que a maior dimensão da rede facilita o apoio de aconselhamento.

Numa lógica inversa ao aconselhamento recebido, procurámos saber a frequência com que a população inquirida proporcionou conselhos relativos a decisões importantes. Um primeiro dado mostra que a provisão de aconselhamento é menos intensa na ausência de redes interpessoais (2,00) do que quando elas estão presentes (2,38). Acresce que a tipologia das redes introduz diferenças estatisticamente significativas na frequência com que os inquiridos proporcionam aconselhamento. A análise de médias revela que a principal diferença não radica na composição, mas sim na dimensão da rede. Por outras palavras, o aconselhamento proporcionado aumenta com o alargamento das redes interpessoais. Nesse sentido, verifica-se que os inquiridos com redes extensas, quer sejam predominantemente familiares (2,50) ou não-familiares (2,62), assinalam sobretudo a resposta *algumas vezes*, enquanto os inquiridos com redes de pequena dimensão (2,30) já referem que apenas *raramente* dão conselhos. Estes resultados indicam que, à semelhança do que ocorre com o aconselhamento recebido, também a frequência do aconselhamento proporcionado varia em função do número de pessoas que integra a rede interpessoal. Mais pessoas trazem mais possibilidades de aconselhamento, mas também a contingência de o proporcionar mais frequentemente.

Numa perspectiva integrada, importa ainda salientar que a ausência das redes interpessoais prejudica a obtenção de conselhos e não estimula o aconselhamento proporcionado, na medida em que aqueles que não estabelecem relações de confiança declaram que apenas *raramente* recebem e proporcionam aconselhamento no âmbito da tomada de decisões importantes. Em sentido contrário, aqueles que estabelecem relações de confiança beneficiam de uma maior frequência de aconselhamento, apesar de ser mais frequente obtê-lo do que proporcioná-lo. Tal facto não impede que essas relações de aconselhamento assumam um carácter bilateral, já que elas se estabelecem quer no sentido da recepção (mais regular) quer no sentido da provisão (menos regular).

Apesar de a grande maioria dos inquiridos receber apoio de aconselhamento (80,2%), esse apoio parece não ser suficiente porque 31,1 por cento deles declararam que gostariam de receber mais ajuda por parte dos outros quando têm de tomar uma decisão importante (Quadro 2.17). Esta necessidade de aconselhamento é mais expressa pelas mulheres (33,3%) do que pelos homens (28,2%) e, em ambos os casos, tende a acentuar-se com o aumento da idade. A tendência geral aponta, assim, para que os homens com mais de 75 anos expressem mais necessidade de aconselhamento do que aqueles que se encontram abaixo desta idade, enquanto nas mulheres essa necessidade manifesta-se igualmente em todas as faixas etárias.

Importa também perceber em que medida as redes interpessoais estão associadas à necessidade de ter mais aconselhamento no âmbito de decisões importantes. A este propósito convém começar por referir que a ausência de redes interpessoais reduz a probabilidade de receber apoio de aconselhamento (declarado em apenas 52,7 por cento dos casos). Este facto pode ajudar a explicar a maior frequência com que os inquiridos sem redes interpessoais expressam a necessidade de aconselhamento (38,6%), numa perspectiva comparada com os inquiridos com redes interpessoais (30,6%). A ausência de redes interpessoais não só prejudica a obtenção de aconselhamento, mas também está associada a uma maior necessidade de recebê-lo aquando da tomada de decisões importantes. Pelo contrário, a existência de redes facilita as relações de aconselhamento, embora isso seja igualmente influenciado pelo tipo de rede.

Com efeito, os inquiridos com redes predominantemente não-familiares e pequenas (34,6%) e com redes predominantemente familiares e extensas (32,6%) manifestam uma maior necessidade de receber ajuda na tomada de decisões importantes. Essa necessidade está menos presente nas redes predominantemente familiares pequenas e nas predominantemente não-familiares extensas. No seu conjunto, estes dados sugerem que a maior presença de membros familiares nas redes pequenas (cônjuge) e, ainda, que a maior presença de membros não-familiares nas redes extensas (amigos) atenuam a necessidade de pretender mais aconselhamento.

Quadro 2.17 Necessidade de receber mais apoio de aconselhamento

		Homens (%)				Mulheres (%)				Total (%)
		50-64	65-74	≥ 75	Sub-total	50-64	65-74	≥ 75	Sub-total	
Necessidade de ter mais apoio para tomar decisões importantes	Sim	28,2	23,7	35,7	28,2	32,9	34,8	32,5	33,3	31,1
	Não	71,8	76,3	64,3	71,8	67,1	65,2	67,5	66,7	68,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2=n.s.^{\dagger}$	(n)	(238)	(126)	(76)	(440)	(267)	(158)	(120)	(545)	(985)

		Sem redes interpessoais (%)	Tipologia das redes interpessoais				Total (%)
			Redes Pequenas (%)		Redes Grandes (%)		
			Pred. Familiares	Pred. Não-Familiares	Pred. Familiares	Pred. Não-Familiares	
Necessidade de ter mais apoio para tomar decisões importantes	Sim	38,6	29,4	34,6	32,6	22,7	30,6
	Não	61,4	70,6	65,4	67,4	77,3	69,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2=n.s.^{\dagger}$	(n)	(81)	(417)	(143)	(259)	(71)	(890)

[†] Teste do Qui-Quadrado

Quadro 2.18 Caracterização das relações de apoio social

	Avaliação global		Caracterização dos inquiridos		Sem redes interpessoais		Com redes interpessoais		
	Recepção	Global	Sexo	Idade e Sexo	Sem redes	Fontes de apoio	Com redes (tipologia)	Fontes de apoio	Frequência de apoio
Apio emocional	Recepção	Muito elevada (88%)	↑ Mulheres	↑ M ≤ 65 anos ↑ H 65-74 anos	Elevada (69%)	Filhos e Cônjuge	Muito elevada (90%) ↑ Extensas	Filhos e cônjuge; Amigos	Raramente
	Necessidade de receber mais apoio	Baixa (36%)	↑ Mulheres	↑ M ≥ 65 anos ↑ H ≥ 75 anos	Elevada (48%)	-	Baixa (35%) ↑ Pequenas NF ↑ Extensas F	-	-
	Provisão	Algumas vezes	↑ Ambos os sexos	↑ M ≤ 65 anos e ≥ 75 anos ↑ M ≤ 75 anos	-	-	-	-	Algumas vezes
Apio instrumental	Recepção	Muito elevada (92%)	↑ Ambos os sexos	↑ H 65-74 anos M ≤ 75 anos	Muito Elevada (83%)	Filhos, netos e cônjuge	Muito elevada (93%) ↑ Pred. Familiares ↑ Extensas NF	Filhos, netos e cônjuge; Amigos	-
	Recepção	Muito baixa (15%)	↑ Mulheres	↑ M ≥ 65 anos ↑ H ≥ 75 anos	Muito baixa (14%)	Filhos	Muito baixa (15%) ↑ Extensas ↑ Pequenas NF	Filhos; Amigos	-
	Necessidade de receber mais apoio	Baixa (29%)	↑ Mulheres	↑ M ≥ 65 anos ↑ H ≥ 75 anos	Baixa (28%)	-	Baixa (29%) ↑ Extensas	-	-
	Provisão	Baixa (24%)	↑ Mulheres	↑ M ≤ 65 anos ↑ H ≤ 75 anos	Muito baixa (10%)	Filhos e pais	Baixa (25%) ↑ Extensas	Filhos e pais; Vizinhos e amigos	-
Apio de aconselhamento	Recepção	Muito elevada (80%)	↑ Ambos os sexos	↑ M e H ≤ 65 anos e ≥ 75 anos	Elevada (53%)	Filhos e cônjuge	Muito elevada (83%) ↑ Pred. Familiares	Cônjuge e filhos	Algumas vezes
	Necessidade de receber mais apoio	Baixa (31%)	↑ Mulheres	↑ M 65-74 anos ↑ H ≥ 75 anos	Baixa (39%)	-	Baixa (31%) ↑ Pequenas NF ↑ Extensas F	-	-
	Provisão	Raramente	↓ Ambos os sexos	↑ H e M ≤ 65 anos	-	-	-	-	Raramente

Como realizado a propósito dos outros tipos de apoio, é possível caracterizar de forma sucinta as relações de aconselhamento no âmbito do processo de tomada de decisões com base nos seguintes elementos:

Apoio de aconselhamento recebido pela maioria dos inquiridos: predomina nas mulheres e não aumenta em função da idade para ambos os sexos; não é afectado pela inexistência de redes interpessoais; assume, no entanto, maior importância nas redes interpessoais predominantemente familiares; obtém-se através do cônjuge e dos filhos; a sua recepção é superior à provisão no caso dos inquiridos com redes interpessoais (recebe-se algumas vezes, mas dá-se raramente); embora a maioria dos inquiridos não reivindique mais apoio, essa necessidade é mais sentida pelas mulheres, pelos homens de maior idade, e ainda, pelos inquiridos com redes interpessoais pequenas e predominantemente não-familiares.

Apoio de aconselhamento fornecido: a sua provisão assume um carácter excepcional para os inquiridos com e sem redes interpessoais (dá-se raramente); adquirindo, no entanto, uma maior importância nas redes interpessoais mais extensas, independentemente da sua composição.

2.3 Relações de vizinhança

Além das redes interpessoais baseadas em relações de confiança, o inquérito também analisou as redes de proximidade que se formam a partir dos locais de residência e das relações de vizinhança. A análise destas relações toma em consideração três aspectos: a identificação dos vizinhos, a frequência de conversação que se mantém com eles e, naturalmente, o tempo de permanência no lugar actual de residência.

Começando por referir a identificação dos vizinhos (Quadro 2.19), nota-se que 41 por cento dos inquiridos conseguem identificar *todos ou praticamente todos* os seus vizinhos. O elevado grau de interconhecimento torna-se ainda mais evidente se considerarmos que mais de metade dos inquiridos (53%) são capazes de identificar pelo nome *bastantes* ou *alguns* dos seus vizinhos. Por contraste, a incapacidade absoluta em identificá-los é declarada apenas por 6 por cento dos inquiridos.

Quadro 2.19 Quantidade de vizinhos identificados pelo nome

	n	%
Nenhum	59	5,9
Alguns	388	38,9
Bastantes	141	14,1
Todos ou quase todos	409	41,1
Total	996	100,0

Atendendo ao elevado grau de conhecimento dos vizinhos, não surpreende que a esmagadora maioria dos inquiridos (92,3%) refira que conversa com eles. Quando questionados sobre a frequência dessa conversação, 47,1 por cento dos inquiridos dizem falar *diariamente*, 40 por cento referem uma conversação *semanal* e 13 por cento reportam uma frequência *mensal* (Quadro 2.20). Estes dados permitem deduzir um elevado conhecimento, ou pelo menos reconhecimento, dos vizinhos e um padrão bastante regular de interações sociais. É evidente, por isso, que a grande maioria dos inquiridos estabelece contactos muito regulares com os seus vizinhos. A predominância do interconhecimento alargado e da alta frequência de contactos com os vizinhos aponta também para a grande proximidade emocional que caracteriza as relações de vizinhança da população inquirida.

Quadro 2.20 Frequência com que os inquiridos conversam com os vizinhos

	n	%
Falam com os vizinhos	916	92,3
Menos de 1 vez por mês	59	6,5
1 a 3 vezes por mês	58	6,3
1 vez por semana	153	16,6
2 a 5 vezes por semana	215	23,5
Diariamente	432	47,1
Não falam com os vizinhos	76	7,7
Total	993	100,0

Depois de se ter observado um elevado grau de interconhecimento e de contacto dos inquiridos com os seus vizinhos, procurou-se saber em que medida estes dois elementos de caracterização das relações de vizinhança são afectados pelas redes interpessoais (Quadro 2.21) e pelos anos de residência no mesmo local ou zona geográfica (Quadro 2.22).

Com base na análise de médias constante no Quadro 2.21, verifica-se que a ausência de redes interpessoais está associada à menor capacidade de

identificação dos vizinhos (2,77) e à menor frequência de conversação com eles (2,77). Em contrapartida, a existência de redes interpessoais é benéfica para o estabelecimento de relações de vizinhança, porque quem as tem conhece muitos mais vizinhos (2,91) e mantém uma frequência elevada de conversação (3,99).

No entanto, esta influência tem de ser considerada à luz da tipologia das redes interpessoais. O principal efeito do tipo de rede não radica na sua dimensão, mas sim na sua composição. Com efeito, são as redes predominantemente não-familiares, sejam elas de pequena ou grande dimensão, que surgem associadas ao conhecimento dos vizinhos (respectivamente, 3,01 e 4,12) e à frequência com que se conversa com eles (respectivamente, 3,12 e 4,15). Em síntese, as relações de vizinhança são incrementadas pelo menor centramento nas relações familiares e pela maior presença de membros não-familiares nas redes interpessoais dos inquiridos.

Quadro 2.21 Conhecimento e frequência de contacto entre os inquiridos e os vizinhos, segundo a tipologia das redes interpessoais (médias)

	Sem redes interpessoais	Tipologia das redes interpessoais				Total
		Redes Pequenas		Redes Grandes		
		Pred. Familiares	Pred. Não-Familiares	Pred. Familiares	Pred. Não-Familiares	
Escala de conhecimento/identificação dos vizinhos[♦]	2,77	2,83	3,01	2,94	3,12	2,91
F=n.s. †						
(considerando apenas os inquiridos com relações de vizinhança)						
Frequência média de conversação com os vizinhos^{♦♦}	3,84	3,96	4,12	3,94	4,15	3,99
F=n.s. †						

♦Escala de medida: 1=nenhum; 2=alguns; 3=bastantes; 4=todos ou quase todos

♦♦Escala de medida: de 1=menos de uma vez por mês a 5=diariamente

† Teste F de Snedecor

Quadro 2.22 Conhecimento e frequência de contacto entre os inquiridos e os vizinhos, segundo os anos de residência no mesmo local (médias)

	Anos de residência no mesmo local/zona/bairro				Total
	< 10 anos	10-29 anos	30-49 anos	≥ 50 anos	
Escala de conhecimento/identificação dos vizinhos[♦]	2,25	2,86	3,07	3,23	2,92
$r=-0,232$; $p<0,001$ †					
Frequência média de conversação com os vizinhos^{♦♦}	4,03	3,91	4,01	4,01	3,98
$r=n.s.$ †					

† Coeficiente de Correlação Linear r de Pearson.

♦Escala de medida sobre conhecimento: 1=nenhum; 2=alguns; 4=todos ou quase todos

♦♦Escala de medida sobre contacto: de 1=menos de uma vez por mês a 5=diariamente

Finalmente, importa perceber em que medida os anos de residência no mesmo local influenciam a quantidade de vizinhos que os inquiridos conseguem identificar pelo nome. Os resultados apresentados no Quadro 2.22 são ilustrativos do impacto estatisticamente significativo exercido pelo tempo de residência dos inquiridos no conhecimento dos seus vizinhos. A tendência é linear e positiva, ou seja, a quantidade de vizinhos identificados pelos inquiridos aumenta em função do tempo de residência. Por exemplo, os inquiridos que vivem há menos de dez anos no mesmo sítio conhecem apenas *alguns* dos seus vizinhos (2,25), por oposição à identificação personalizada de *bastantes* vizinhos reportada pelos inquiridos que residem há mais de 50 anos no mesmo local (3,23).

Apesar de o tempo de residência dos inquiridos no mesmo sítio permitir um conhecimento mais amplo dos seus vizinhos, isso não se traduz necessariamente numa maior frequência de contactos entre eles. Esperar-se-ia que o facto de se viver há bastante tempo no mesmo lugar proporcionasse não só um maior conhecimento dos vizinhos, que como vimos existe, mas também uma maior regularidade de contactos. No entanto, isso não acontece, porque, ao contrário do que seria previsível, a frequência de conversação dos inquiridos com os seus vizinhos não aumenta em função do tempo de residência. Uma razão para a inexistência de associação pode dever-se a uma frequência elevada de conversação entre vizinhos que é independente do tempo de residência. Segundo os dados do inquérito, os inquiridos conversaram várias vezes por semana com os vizinhos (3,98). Esta elevada regularidade de contactos entre ambos sugere que as relações de vizinhança são muito intensas.

Constituindo duas dimensões de integração comunitária, o elevado conhecimento dos vizinhos e a frequência intensa de contactos indiciam uma conexão social entre as pessoas mais velhas, embora não seja possível avaliar a profundidade das relações de vizinhança ou o grau de solidariedade que elas envolvem. Apesar disso, pode admitir-se que é benéfico o facto de os inquiridos estabelecerem relações com os seus vizinhos, na medida em que essas relações de vizinhança facilitam a obtenção de ajuda informal e reduzem o isolamento social, contribuindo, assim, para um envelhecimento bem-sucedido (Campbell & Lee, 1992; Shaw, 2002; Browning & Cagney, 2002).

2.4 Síntese conclusiva

Este capítulo dedicou-se ao estudo das redes interpessoais da população inquirida, e organizou-se em torno de três domínios: o primeiro ocupou-se com a caracterização sociográfica das dimensões que tipificam as redes interpessoais; o segundo procurou determinar as configurações distintas que as

relações de apoio emocional, instrumental e de aconselhamento assumem em função da tipologia das redes interpessoais; enquanto o terceiro e último domínio focou-se nas relações de vizinhança, as quais foram perspectivadas como uma forma de ligação das pessoas mais velhas à comunidade.

No que respeita às principais tendências das redes interpessoais, importa destacar, desde já, o predomínio das redes pequenas e familiares (compostas, sobretudo, pelo cônjuge e por filhos). A dimensão e a composição explicam a elevada presença dessas redes na vida dos inquiridos, a qual se traduz numa frequência intensa de contacto com os seus membros, numa proximidade emocional entre eles e numa alta densidade reveladora de um enorme interconhecimento entre todos os elementos que nelas estão inseridos. Estas características fazem com que as relações entre os membros sejam intensas e fortes, isto apesar de simultaneamente tornarem as redes mais fechadas sobre si mesmas e pouco abertas ao exterior. Por outras palavras, a comunicação tende a ser forte no interior da rede interpessoal, mas fraca externamente. Acresce o facto de o fechamento das redes dificultar a ligação das mesmas a outras redes e, em sentido mais geral, à própria sociedade. Considerando a perspectiva de Putnam (2000: 22-23), afirma-se que as redes fechadas tendem a reforçar a exclusividade da identidade e a homogeneidade dos seus membros predominantemente familiares (*bonding social capital*). Apesar dos benefícios proporcionados pela solidariedade e pela reciprocidade específica desenvolvida entre os membros familiares que compõem quase em exclusivo as redes dos seniores portugueses, importa lembrar que tal similitude interna dificulta a inclusão nessas redes de membros externos ao contexto familiar, socialmente diferentes, mas que gerariam identidades e reciprocidades mais amplas (*bridging social capital*).

Do ponto de vista da caracterização sociográfica, salienta-se que a estrutura das redes interpessoais é, sobretudo, afectada por três indicadores: a escolaridade, o estado civil e a condição perante o trabalho. Acresce que a influência destes indicadores nas redes interpessoais também foi notada e amplamente desenvolvida noutros estudos (Liberatos *et al.*, 1988; Grundy & Holt, 2001; Utz *et al.*, 2002; Ajrouch, Blandon & Antonucci, 2005). Além destes indicadores, verificou-se ainda que o sexo e a dimensão do lugar de residência também afectam significativamente a composição das redes interpessoais, enquanto a classe social subjectiva apenas interfere na sua dimensão.

O primeiro elemento de caracterização das redes foi a dimensão. A este propósito importa referir que as redes pequenas estão associadas aos baixos níveis de escolaridade e ao autoposicionamento nas classes sociais mais baixas, enquanto as redes extensas surgem associadas aos níveis elevados de escolaridade e ao autoposicionamento nas classes sociais mais altas.

A composição constituiu o segundo elemento de caracterização das redes interpessoais, segundo o qual estabeleceu a distinção entre redes familiares e redes não-familiares. As redes predominantemente familiares apresentam um perfil definido pela conjugalidade (casamento ou coabitação), pelo habitat de pequena dimensão, a baixa escolaridade e o sexo masculino; por contraste com as redes predominantemente não-familiares, cujo perfil destaca as situações de divórcio e de vida a sós, o habitat de elevada densidade, a escolaridade mais elevada e o sexo feminino.

O terceiro aspecto a referir na caracterização das redes diz respeito à frequência de contacto entre os inquiridos e os membros da rede; a qual é, como referimos, elevada e de grande proximidade. O perfil da alta frequência de contacto é definido essencialmente pelos parâmetros da conjugalidade e da baixa escolaridade, enquanto o da baixa frequência se define pelo divórcio, pelo viver só e pela alta escolaridade.

Por último, a densidade das redes refere-se ao grau de conhecimento que os seus elementos têm entre si. As redes mais densas ou mais fechadas (ou seja, em que todos se conhecem) estão associadas aos níveis de escolaridade mais baixos, à conjugalidade, às domésticas e aos inactivos; por contraste com as redes pouco densas ou mais abertas, que estão associadas aos níveis mais elevados de escolaridade, aos solteiros, à vida a sós e aos activos.

Passando ao segundo domínio abordado neste capítulo, importa sublinhar que a principal conclusão estabelece uma relação entre, por um lado, as diferentes configurações das relações de apoio emocional, instrumental e de aconselhamento e, por outro, as características das redes interpessoais. Os dados recolhidos e analisados apontam para o facto de a dimensão (grande) e a composição (familiar) das redes interpessoais desempenharem um papel importante no apoio social (Allen, 2000: 448). Numa perspectiva geral, a maioria dos inquiridos refere o apoio emocional (em momentos negativos e positivos) e o de aconselhamento aquando da tomada de decisões importantes, embora o mesmo não se passe com o apoio instrumental, que respeita à realização das tarefas domésticas. Apesar de haver um forte apoio emocional e de aconselhamento, tal não impede a manifestação da necessidade de receber mais apoio emocional em momentos negativos e mais apoio de aconselhamento em momentos decisivos, estando essa necessidade associada, sobretudo, à ausência de redes interpessoais, ao sexo feminino e à idade mais avançada (Gray, 2009).

De um modo geral, verificou-se também que a tipologia das redes interpessoais afecta muito significativamente as relações de apoio emocional e de apoio de aconselhamento. As redes maiores e predominantemente familiares favorecem a obtenção de apoio emocional em momentos de tristeza

ou solidão e em momentos de alegria ou felicidade. É de sublinhar que a elevada recepção de apoio emocional por motivos negativos e positivos não diminui com o aumento da idade nos homens, embora diminua consideravelmente com o envelhecimento das mulheres. Os filhos e o cônjuge são as principais fontes de apoio emocional, embora os netos também tenham sido muito referidos pelos inquiridos como sendo as pessoas que lhes proporcionam mais momentos positivos. Acresce que o carácter predominantemente familiar das redes interpessoais tende a favorecer não só a obtenção de apoio emocional como também a obtenção de apoio de aconselhamento nas decisões importantes, sobretudo por parte do cônjuge e dos filhos.

O alargamento das redes interpessoais também favorece o apoio instrumental, embora a sua composição introduza a seguinte distinção: enquanto as redes não-familiares são sobretudo caracterizadas por receberem apoio instrumental, as redes familiares já se caracterizam mais por proporcioná-lo. A recepção do apoio instrumental tende a aumentar em função da idade para ambos os sexos, mas é sobretudo referida pelas mulheres. Apesar de os inquiridos com redes extensas e de as mulheres em geral estarem sobrerrepresentados na obtenção de apoio instrumental, importa notar que, a par dos homens em idade avançada, são também eles que exprimem a necessidade de receber ainda mais ajuda na realização das tarefas domésticas. A principal fonte de apoio instrumental são os filhos, seguidos pelos amigos, enquanto os pais são os destinatários privilegiados do apoio instrumental proporcionado pelos inquiridos.

Os resultados comentados mostram claramente que as relações de apoio social têm um carácter bilateral na medida em que se estabelecem dos inquiridos para os membros das redes interpessoais (enquanto provisosores) e dos membros das redes interpessoais para os inquiridos (enquanto receptores). Do lado da provisão, predominam os inquiridos que fornecem algumas vezes apoio emocional em momentos negativos e apoio instrumental na realização das tarefas domésticas. Do lado da recepção, só predominam os inquiridos que receberam algumas vezes apoio de aconselhamento para tomar decisões importantes. Daqui se depreende que o apoio proporcionado (emocional e instrumental) é superior ao apoio recebido (de aconselhamento).

A literatura mostra, e os nossos dados confirmam, que as relações de parentesco (cônjuge e filhos) constituem as principais fontes de apoio social; as quais são secundadas por outro tipo de relações que os inquiridos estabelecem com amigos e vizinhos. Em consequência disso, evidencia-se uma complementaridade entre as relações familiares e as relações sociais informais estabelecidas na recepção e na provisão de apoio (Tennstedt & McKinlay, 1989; Paúl, 1994; Wall *et al.*, 2001; Hank & Stuck, 2008; Kohli, Hank &

Kunemund, 2009). Embora outros estudos sugiram que, por comparação com os relacionamentos familiares (baseados num sentido de obrigatoriedade), são os relacionamentos de amizade (baseados numa escolha voluntária) aqueles que mais contribuem para o bem-estar e para a qualidade de vida das pessoas mais velhas (Hatch & Bulcroft, 1992; Paúl, 2005); pela nossa parte consideramos importante sublinhar que existem múltiplas trocas de ajuda e laços de solidariedade, tanto a nível intergeracional (pais, filhos, netos) como a nível intrageracional (cônjuge, amigos e vizinhos), subjacentes a estas relações de apoio social (Fernandes, 2001).

No último domínio analisado, cabe fazer uma breve referência às relações de vizinhança. Estas caracterizam-se por um elevado interconhecimento e por contactos muito frequentes entre os inquiridos e os seus vizinhos. A par das relações familiares, nas quais se sustenta o apoio social, é notório que as relações não-familiares também proporcionam um grande sentimento de pertença e de reconhecimento social (Attias-Donfut, 1995; Kohli & Künemund, 1996; Kohli, Hank & Künemund, 2009), que não só contribuem para uma maior participação comunitária como também ajudam a sustentar os múltiplos processos de envelhecimento dos seniores portugueses.

Capítulo 3

Envelhecimento e Participação Social

O capital social, considerado como um recurso distribuído de forma diferenciada pelos indivíduos ou grupos que o mobilizam (Putnam, 2000), enfatizando a participação em organizações formais, resulta do nível de participação social dos indivíduos (Gray, 2009; Cabral 2008, Cabral *et al.*, 2011; Carmo e Santos, 2011; Ziersch, Osborne & Baun, 2011). Enquanto conceito multidimensional, a sua operacionalização passa por diferentes estratégias teóricas e metodológicas. Neste estudo, o capital social será analisado com base nas várias modalidades de participação social: formal e informal (Pichler & Wallace, 2007; Groenou & Deeg, 2010). A participação social formal refere-se à participação em actividades que pressupõem uma organização com âmbitos e objectivos específicos e definidos, sejam eles políticos, religiosos ou cívicos; quanto à participação social informal, refere-se às actividades desenvolvidas em resultado de um envolvimento não organizacional e mais irregular. (Groenou & Deeg, 2010; Kohli, Hank & Künemund, 2009). No presente capítulo, a participação social formal será analisada tendo em conta os seguintes indicadores: pertença associativa e participação em actividades organizadas para os reformados ou a chamada “terceira idade”. A participação informal em grupos e a prestação voluntária de cuidados a crianças e a adultos serão os indicadores com base nos quais se analisará a participação social informal.

As diferentes formas de participação social, de acordo com vários estudos, tendem a diminuir quando se considera o efeito geracional (Cabral, 2008; Cabral *et al.*, 2011; Groenou and Deeg, 2010; Putman, 2000). Dados empíricos, no entanto, têm revelado que é possível identificar, apesar da tendência decrescente ao longo do curso de vida, um incremento da participação social, quando analisamos os dados relativos aos idosos mais jovens, diminuindo novamente à medida que envelhecem. Este aumento relativo, nesta fase da vida, relaciona-se sobretudo com a necessidade de reestruturar o quotidiano, ocupando o tempo livre proporcionado pela reforma (Groenou & Deeg, 2010).

Para além da idade, outros factores sociodemográficos determinam os níveis de participação social dos idosos, como o sexo, a educação e o estado civil. Os estudos empíricos revelam que os homens tendem a participar mais

do que as mulheres, principalmente os mais escolarizados. Comparando com os solteiros, viúvos e divorciados, os indivíduos casados ou a viver em casal tendem também a participar mais (Perren, Arber & Davidson, 2003; Groenou & Deeg, 2010; Ziersch, Osborne & Baun, 2011). Estas constatações confirmam as teses originárias de Durkheim acerca da integração social, sobretudo no que se refere às participações formais, bem como as teses de Simmel acerca da “sociabilidade”, expressa, em particular, através dos envoltivos informais.

Em termos geográficos, é nos países do norte da Europa (países escandinavos, Bélgica e Holanda) que se encontram níveis de participação social mais elevados. Por sua vez, nos denominados países do Sul (Grécia, Itália, Espanha e Portugal) os níveis de participação social formal são os mais baixos³ (Hank & Stuck, 2007; Kohli, Hank and Künemund, 2009).

³ Os últimos dados disponíveis encontram-se nas publicações da Comissão Europeia (Eurobarometer, 2012; Eurostat, 2012).

3.1 Pertença associativa

De acordo com os dados do estudo, perto de um terço dos inquiridos (n=287) declara pertencer actualmente a pelo menos uma associação e cerca de 40 por cento (n=425) declara que nunca pertenceu a qualquer tipo de associação. Considerando o total da amostra, os indivíduos com mais de 50 anos revelam uma maior pertença actual a clubes desportivos (9,5%), sindicados (8%), associações culturais (7,7%) e associações de solidariedade social (6,7%). As associações de defesa do património, as associações de moradores e de pais são as que recolhem menor grau de adesão actual por parte dos indivíduos. Em relação às associações às quais os indivíduos já não pertencem actualmente, mas pertenceram durante algum período no passado, estas coincidem com aquelas que registam maior adesão actual: clubes desportivos (18,5%) e sindicatos (17,8%); a estas somam-se as associações de pais (11,6%), pertença que se justificava enquanto os inquiridos tiveram filhos em idade escolar.

Analisando estes dados de um ponto de vista diacrónico, é perceptível uma tendência sobre a qual vale a pena reflectir. A pertença a associações como sindicados, partidos políticos, associações de pais ou associações de moradores foi maior no passado do que é actualmente. Ou seja, a adesão a estas associações revelou-se mais expressiva no passado (inquiridos que declararam ter pertencido) do que actualmente. O efeito contrário percebe-se em relação às associações culturais, associações de defesa do património/ambiental e associações de solidariedade social, em relação às quais o nível de pertença é maior actualmente do que era no passado. Tendo em conta o âmbito destas associações, poder-se-á associar esta tendência ao

tipo de pertença/activismo característico de determinadas fases do curso de vida. Assiste-se a um enfraquecimento do envolvimento dos indivíduos mais velhos em relação a instituições com as quais se estabelecem rupturas, como é o caso do trabalho e, de forma equivalente, com instituições ligadas à educação dos filhos que entretanto cresceram. Adoptando novas formas de organização e participação social, principalmente após a reforma, os indivíduos tendem a vincular-se a outro tipo de instituições, que concorrem com outros objectivos e que se adequam a sentimentos de utilidade e participação distintos.

Foram identificadas diferenças significativas (Quadro 3.1) que permitem inferir, por um lado, que a pertença associativa masculina é superior à feminina (na maior parte das associações, a pertença masculina é até superior ao dobro da feminina); e identificar, por outro lado, preferências de pertença diferenciadas. Enquanto a maior adesão masculina é aos clubes desportivos, a feminina manifesta-se em relação às associações de solidariedade social. Apesar desta disparidade, as restantes opções, quer masculinas, quer femininas, coincidem na pertença aos sindicatos e às associações culturais.

A pertença associativa diminui de forma considerável e significativa à medida que aumenta a idade dos inquiridos, de acordo com as diferenças encontradas entre os indivíduos mais novos (50-64 anos) e os mais velhos (+ 75 anos) (Quadro 3.2). De salientar que, de acordo com os resultados de um estudo realizado pelo Instituto do Envelhecimento da Universidade de Lisboa sobre os seniores (50 anos+) residentes na cidade de Lisboa, que analisa o índice de associativismo pelos vários grupos de idade, os indivíduos entre os 50 e os 64 anos são os que participam mais em actividades relacionadas com alguma forma de associativismo (Cabral *et al*, 2011: 43). Em termos de diferenças encontradas, verifica-se que também em Lisboa os indivíduos mais novos aderem mais a sindicatos e associações profissionais, clubes desportivos e associações culturais, enquanto os mais velhos aderem mais a clubes desportivos, associações de solidariedade social e a associações culturais.

Para todas as associações, o nível de pertença aumenta com o nível de escolaridade (Quadro 3.3). Os indivíduos mais escolarizados⁴ (ensino superior) são os que declaram pertencer mais ao conjunto das associações. Para o nível de escolaridade mais baixo (ensino básico), os valores de pertença para as várias associações são, em muitos casos, residuais e considerando aqueles que não completaram qualquer grau de escolaridade a pertença chega a mesmo a ser nula.

⁴ Foram considerados os níveis de escolaridade completos.

Quadro 3.1 Pertença associativa por sexo

	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Clube desportivo						
$\chi^2(2)=177,977; p=0,000$						
Sim, sou	74	16,5	21	3,9	95	9,5
Sim, Já fui	146	32,7	40	7,2	186	18,6
Não	227	50,8	491	88,9	718	71,9
Total	447	100,0	552	100,0	999	100,0

Associação de actividades ao ar livre

$\chi^2(2)=14,720; p=0,001$

Sim, sou	23	5,2	9	1,7	32	3,3
Sim, Já fui	20	4,5	12	2,2	32	3,2
Não	401	90,3	531	96,2	932	93,5
Total	445	100,0	552	100,0	996	100,0

Sindicato/associação profissional/associação patronal

$\chi^2(2)=25,343; p=0,000$

Sim, sou	49	11,0	31	5,6	80	8,0
Sim, Já fui	100	22,6	77	14,0	177	17,8
Não	295	66,5	442	80,4	737	74,2
Total	444	100,0	550	100,0	994	100,0

Associação cultural

$\chi^2(2)=37,514; p=0,000$

Sim, sou	52	11,6	25	4,6	77	7,7
Sim, Já fui	44	9,9	20	3,6	64	6,4
Não	349	78,3	505	91,8	854	85,8
Total	446	100,0	550	100,0	996	100,0

Associação de consumidores

$\chi^2(2)=5,771; n.s.$

Sim, sou	27	6,0	23	4,2	50	5,0
Sim, Já fui	18	4,1	11	2,0	30	3,0
Não	399	89,9	517	93,8	916	92,0
Total	444	100,0	551	100,0	995	100,0

Associação de defesa do património/ambiental

$\chi^2(2)=13,841; p=0,000$

Sim, sou	11	2,5	2	0,3	13	1,3
Sim, Já fui	8	1,8	2	0,4	10	1,0
Não	424	95,7	547	99,2	972	97,6
Total	443	100,0	552	100,0	995	100,0

	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Partido político						
$\chi^2(2)=21,804; p=0,000$						
Sim, sou	25	5,7	8	1,5	33	3,4
Sim, Já fui	29	6,5	16	2,8	44	4,5
Não	390	87,8	528	95,7	917	92,2
Total	444	100,0	552	100,0	995	100,0

Associação de pais/ comunidade educativa

$\chi^2(2)=1,237; n.s.$

Sim, sou	5	1,1	6	1,0	10	1,0
Sim, Já fui	46	10,3	70	12,6	115	11,6
Não	392	88,6	477	86,4	869	87,4
Total	443	100,0	552	100,0	994	100,0

Associação de solidariedade social

$\chi^2(2)=1,838; n.s.$

Sim, sou	35	7,9	32	5,8	67	6,7
Sim, Já fui	16	3,6	18	3,2	34	3,4
Não	393	88,4	502	91,1	896	89,9
Total	445	100,0	552	100,0	996	100,0

Associação de moradores

$\chi^2(2)=1,717; n.s.$

Sim, sou	8	1,8	6	1,2	14	1,4
Sim, Já fui	21	4,7	20	3,6	41	4,1
Não	414	93,5	525	95,2	940	94,5
Total	443	100,0	552	100,0	994	100,0

Quadro 3.2 Pertença associativa por idade

	50 - 64 anos		65 - 74 anos		+ 75 anos		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Clube desportivo								
$\chi^2(4)=12,247; p=0,016$								
Sim, sou	56	10,9	27	9,6	12	6,0	95	9,5
Sim, Já fui	110*	21,5	48	16,7	28	14,1	186	18,6
Não	346*	67,7	211	73,7	161*	79,9	718	71,9
Total	511	100,0	287	100,0	202	100,0	999	100,0

Associação de actividades ao ar livre

$\chi^2(4)=5,401; n.s.$

Sim, sou	21	4,1	9	3,2	2	1,2	32	3,3
Sim, Já fui	17	3,4	7	2,4	8	3,8	32	3,2
Não	472	92,5	269	94,4	191	95,0	932	93,5
Total	511	100,0	285	100,0	201	100,0	996	100,0

Sindicato/associação profissional/associação patronal

$\chi^2(4)=41,194; p=0,000$

Sim, sou	65*	12,8	10*	3,6	4*	2,1	80	8,0
Sim, Já fui	97	19,1	55	19,3	25*	12,5	177	17,8
Não	347*	68,1	218*	77,0	172*	85,4	737	74,2
Total	509	100,0	284	100,0	201	100,0	994	100,0

Associação cultural

$\chi^2(4)=14,529; p=0,024$

Sim, sou	50	9,7	21	7,3	6	3,2	77	7,7
Sim, Já fui	40*	7,8	14	4,9	10*	5,1	64	6,4
Não	420*	82,3	249	87,8	184*	91,7	854	85,8
Total	511	100,0	284	100,0	201	100,0	996	100,0

Associação de consumidores

$\chi^2(4)=27,684; p=0,000$

Sim, sou	38*	7,4	10	3,7	2*	0,8	50	5,0
Sim, Já fui	24*	4,7	6	2,0	0*	0,0	30	3,0
Não	448*	88,0	269	94,3	199*	99,2	916	92,0
Total	509	100,0	285	100,0	201	100,0	995	100,0

	50 - 64 anos		65 - 74 anos		+ 75 anos		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Associação de defesa do património/ambiental								
$\chi^2(4)=7,887$; n.s.								
Sim, sou	11	2,1	2	0,8	0	0,0	13	1,3
Sim, Já fui	7	1,4	2	0,7	1	0,4	10	1,0
Não	491	96,4	280	98,5	200	99,6	972	97,6
Total	509	100,0	285	100,0	201	100,0	995	100,0

Partido político

$\chi^2(4)=6,818$; n.s.

Sim, sou	20	4,0	7	2,6	6	2,8	33	3,4
Sim, Já fui	30	5,8	11	3,8	4	2,0	44	4,4
Não	461	90,2	266	93,6	190	95,1	917	92,2
Total	511	100,0	285	100,0	200	100,0	995	100

Associação de pais/ comunidade educativa

$\chi^2(4)=28,207$; $p=0,000$

Sim, sou	9 [*]	1,7	1	0,3	1	0,4	10	1,1
Sim, Já fui	66	12,9	45 [*]	15,8	4 [*]	2,2	115	11,6
Não	435 [*]	85,4	239 [*]	83,9	195 [*]	97,4	869	87,3
Total	509	100,0	285	100,0	200	100,0	994	100

Associação de solidariedade social

$\chi^2(4)=5,893$; n.s.

Sim, sou	31	6,0	25	8,8	11	5,7	67	6,7
Sim, Já fui	14	2,6	14	5,1	6	2,8	34	3,4
Não	466	91,3	245	86,2	184	91,5	896	89,9
Total	511	100,0	285	100,0	201	100,0	996	100

Associação de moradores

$\chi^2(4)=16,754$; $p=0,002$

Sim, sou	6	1,1	6	2,3	2	1,1	14	1,5
Sim, Já fui	18	3,6	21 [*]	7,3	1 [*]	0,7	41	4,1
Não	485	95,3	257 [*]	90,4	197 [*]	98,2	940	94,4
Total	509	100,0	285	100,0	201	100,0	994	100

*Categoria com relação significativa: *Adjusted residual* < -2 ou > 2, para um nível de significância de 5%.

Quadro 3.3 Pertença associativa por grau de escolaridade

	Não sabe ler nem escrever		Ensino básico		Ensino secundário		Ensino superior		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Clube desportivo										
$\chi^2(6)=33,299; p=0,000$										
Sim, sou	2	3,0	61	8,4	13	12,9	17	16,0	93	9,4
Sim, Já fui	4	6,5	123	17,1	24	23,4	33	30,5	184	18,6
Não	55	90,4	535	74,5	66	63,7	58	53,5	715	72,0
Total	61	100,0	719	100,0	104	100,0	108	100,0	992	100,0
Associação de actividades ao ar livre										
$\chi^2(6)=19,021; p=0,004$										
Sim, sou	0	0,0	20	2,9	5	4,5	7	6,9	32	3,3
Sim, Já fui	0	0,0	22	3,0	2	1,8	9	8,0	32	3,2
Não	61	100,0	675	94,2	97	93,7	91	85,1	925	93,5
Total	61	100,0	717	100,0	104	100,0	107	100,0	989	100,0
Sindicato/associação profissional/associação patronal										
$\chi^2(6)=133,038; p=0,000$										
$p=0,000$										
Sim, sou	2	3,5	23	3,2	18	17,8	33	30,7	77	7,8
Sim, Já fui	3	5,4	127	17,7	24	22,7	23	21,4	176	17,9
Não	56	91,1	565	79,0	62	59,5	51	47,9	734	74,4
Total	61	100,0	715	100,0	104	100,0	107	100,0	987	100,0
Associação cultural										
$\chi^2(6)=77,020; p=0,000$										
Sim, sou	2	3,6	41	5,8	7	6,9	24	22,7	75	7,6
Sim, Já fui	1	1,2	32	4,4	13	12,9	18	16,8	64	6,5
Não	58	95,2	642	89,6	83	80,2	65	60,5	848	85,8
Total	61	100,0	716	100,0	104	100,0	107	100,0	989	100,0
Associação de consumidores										
$\chi^2(6)=104,572; p=0,000$										
Sim, sou	0	0,0	16	2,2	13	12,4	21	19,4	50	5,0
Sim, Já fui	0	0,0	13	1,9	5	5,0	11	10,4	30	3,0
Não	61	100,0	687	95,9	86	82,6	75	70,2	909	92,0
Total	61	100,0	716	100,0	104	100,0	107	100,0	988	100,0

	Não sabe ler nem escrever		Ensino básico		Ensino secundário		Ensino superior		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Associação de defesa do património/ ambiental										
$X^2(6)=37,422; p=0,000$										
Sim, sou	0	0,0	4 [*]	0,6	1	1,1	7 [*]	7,1	13	1,3
Sim, Já fui	0	0,0	6	0,8	1	0,9	4 [*]	3,3	10	1,0
Não	61	100,0	707 [*]	98,6	102	98,0	95 [*]	89,6	965	97,6
Total	61	100,0	717	100,0	104	100,0	106	100,0	988	100,0

Partido político

$X^2(6)=33,131; p=0,000$

Sim, sou	1	1,2	22	3,0	2	2,0	9 [*]	8,4	33	3,4
Sim, Já fui	1	1,2	21 [*]	2,9	11 [*]	10,3	11 [*]	10,7	43	4,4
Não	60	97,6	674 [*]	94,1	91	87,7	87 [*]	80,9	911	92,2
Total	61	100,0	716	100,0	104	100,0	107	100,0	988	100,0

Associação de pais/ comunidade educativa

$X^2(6)=47,125; p=0,000$

Sim, sou	0	0,0	3 [*]	0,5	3 [*]	3,3	4 [*]	3,5	10	1,1
Sim, Já fui	1 [*]	1,2	68 [*]	9,6	19 [*]	18,7	26 [*]	24,4	115	11,6
Não	60 [*]	98,8	644 [*]	90,0	80 [*]	78,1	77 [*]	72,1	862	87,3
Total	61	100,0	716	100,0	103	100,0	107	100,0	987	100,0

Associação de solidariedade social

$X^2(6)=27,643; p=0,000$

Sim, sou	1	2,4	41	5,8	8	7,5	16 [*]	14,6	66	6,7
Sim, Já fui	1	1,2	19 [*]	2,6	6	5,4	9 [*]	8,2	34	3,4
Não	59	96,4	657 [*]	91,6	90	87,0	83 [*]	77,2	889	89,9
Total	61	100,0	717	100,0	104	100,0	107	100,0	98	100,0

Associação de moradores

$X^2(6)=12,741; p=0,047$

Sim, sou	0	0,0	9	1,3	1	0,7	4 [*]	3,9	14	1,5
Sim, Já fui	1	1,3	29	4,0	2	1,9	9 [*]	8,4	41	4,1
Não	60	98,7	677	94,7	101	97,4	94 [*]	87,7	932	94,4
Total	61	100,0	715	100,0	104	100,0	107	100,0	987	100,0

*Categoria com relação significativa: *Adjusted residual* < -2 ou > 2, para um nível de significância de 5%.

Examinando os dados com base no estado civil dos inquiridos (Quadro 3.4), verifica-se que há diferenças estatisticamente significativas entre os indivíduos casados e os viúvos, sobretudo na pertença a clubes desportivos, sindicatos e associações culturais. Os primeiros declaram um maior nível de pertença, sendo de destacar que a maior adesão aos sindicatos, associações culturais e clubes desportivos é assumida, porém, pelos indivíduos divorciados/separados. Por último, tendo por base a situação profissional dos inquiridos (Quadro 3.5), os activos empregados são quem mais adere à grande maioria das associações. Opostamente, as domésticas⁵ são quem menos adere às associações. Em relação aos desempregados, estes aderem mais a sindicatos/associações profissionais, a associações de consumidores, a associações de defesa do património/ambiental e a associações de pais. Por sua vez, os reformados declaram uma maior adesão às associações de actividades ao ar livre, às associações culturais e às associações de solidariedade social.

⁵ Na amostra, todos os indivíduos que declararam pertencer à categoria “doméstico” são do sexo feminino (n= 69).

Quadro 3.4 Pertença associativa por estado civil

	Casado		Divorciado/separado		Viúvo		Solteiro		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Clube desportivo										
$\chi^2(6)=23,344; p=0,001$										
Sim, sou	72 [*]	11,3	7	7,2	12 [*]	5,8	5	7,4	95	9,5
Sim, Já fui	130	20,4	26 [*]	27,5	24 [*]	11,8	6	9,5	186	18,7
Não	435 [*]	68,3	63	65,4	165 [*]	82,5	52 [*]	83,2	716	71,8
Total	637	100,0	96	100,0	200	100,0	63	100,0	997	100,0
Associação de actividades ao ar livre										
$\chi^2(6)=16,106; p=0,013$										
Sim, sou	29 [*]	4,6	1	1,1	2 [*]	1,2	0	0,0	32	3,3
Sim, Já fui	22	3,4	4	3,9	2 [*]	1,1	4	6,5	32	3,2
Não	583 [*]	92,0	92	95,0	196 [*]	97,6	59	93,5	930	93,5
Total	634	100,0	96	100,0	200	100,0	63	100,0	994	100,0
Sindicato/associação profissional/associação patronal										
$\chi^2(6)=24,524; p=0,000$										
Sim, sou	62 [*]	9,9	13 [*]	13,4	3 [*]	1,3	2	2,8	80	8,0
Sim, Já fui	119	18,8	15	15,1	29	14,5	14	23,3	177	17,9
Não	452 [*]	71,3	69	71,5	169 [*]	84,2	46	74,0	735	74,1
Total	633	100,0	96	100,0	200	100,0	62	100,0	992	100,0

	Casado		Divorciado/separado		Viúvo		Solteiro		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Associação cultural										
$\chi^2(6)=11,809$; n.s.										
Sim, sou	54	8,5	11	11,6	8	4,1	4	6,1	77	7,7
Sim, Já fui	47	7,4	5	4,7	7	3,4	5	8,2	64	6,4
Não	533	83,9	80	83,7	184	92,5	54	85,7	852	85,7
Total	635	100,0	96	100,0	199	100,0	63	100,0	993	100,0

Associação de consumidores

$\chi^2(6)=20,389$; $p=0,002$

Sim, sou	41	6,4	3	2,8	4	2,0	2	4,0	50	5,0
Sim, Já fui	20	3,1	2	2,5	2	0,9	6	9,2	30	3,0
Não	575	90,5	90	94,7	195	97,2	54	86,8	914	92,0
Total	635	100,0	96	100,0	200	100,0	62	100,0	993	100,0

Associação de defesa do património/ambiental

$\chi^2(6)=4,768$; n.s.

Sim, sou	9	1,3	2	2,4	1	0,5	1	1,9	13	1,3
Sim, Já fui	9	1,5	0	0,0	1	0,5	0	0,0	10	1,0
Não	616	97,2	94	97,6	198	99,0	61	98,1	969	97,6
Total	634	100,0	96	100,0	200	100,0	62	100,0	993	100,0

Partido político

$\chi^2(6)=3,789$; n.s.

Sim, sou	23	3,6	3	3,5	4	2,0	3	4,9	33	3,4
Sim, Já fui	26	4,1	7	7,4	8	4,0	3	5,3	44	4,5
Não	585	92,3	86	89,2	187	94,0	57	89,9	915	92,2
Total	634	100,0	96	100,0	199	100,0	63	100	993	100,0

Associação de pais/ comunidade educativa

$\chi^2(6)=15,785$; $p=0,015$

Sim, sou	7	1,2	1	1,0	1	0,7	1	1,2	10	1,1
Sim, Já fui	88	13,9	12	12,3	15	7,6	0	0,0	115	11,6
Não	537	84,9	84	86,7	184	91,7	62	98,8	866	87,3
Total	632	100,0	96	100,0	200	100,0	63	100,0	992	100,0

	Casado		Divorciado/separado		Viúvo		Solteiro		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Associação de solidariedade social										
$\chi^2(6)=6,891$; n.s.										
Sim, sou	47	7,4	3	3,5	14	6,8	3	4,5	67	6,7
Sim, Já fui	26	4,1	2	1,8	6	2,8	0	0,0	34	3,4
Não	561	88,4	91	94,7	181	90,3	60	95,5	893	89,9
Total	634	100,0	96	100,0	200	100,0	63	100,0	994	100,0

Associação de moradores

$\chi^2(6)=0,663$; n.s.

Sim, sou	9	1,3	2	1,8	3	1,6	1	1,3	14	1,4
Sim, Já fui	26	4,1	3	2,7	9	4,3	3	5,5	41	4,1
Não	600	94,6	92	95,5	188	94,1	57	93,2	937	94,5
Total	634	100,0	96	100,0	200	100,0	61	100,0	992	100,0

*Categoria com relação significativa: *Adjusted residual* < -2 ou >2, para um nível de significância de 5%.

Quadro 3.5 Pertença associativa por situação profissional

	Empregado		Reformado		Desempregado		Doméstico		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Clube desportivo										
$\chi^2(6)=27,042$; $p=0,000$										
Sim, sou	32*	13,0	54	9,4	5	6,4	0*	0,0	91	9,4
Sim, Já fui	60*	24,1	100	17,5	16	20,6	5*	6,6	181	18,7
Não	157*	62,9	418	73,0	56	73,0	65*	93,4	695	71,9
Total	249	100,0	572	100,0	77	100,0	69	100,0	967	100,0

Associação de actividades ao ar livre

$\chi^2(6)=8,809$; n.s.

Sim, sou	12	4,9	19	3,3	0	0,0	2	2,2	32	3,4
Sim, Já fui	12	4,8	18	3,2	2	2,5	0	0,0	32	3,3
Não	225	90,3	533	93,5	75	97,5	68	97,8	900	93,3
Total	249	100,0	569	100,0	77	100,0	69	100,0	965	100,0

Sindicato/associação profissional/associação patronal

$\chi^2(6)=78,598$; $p=0,000$

Sim, sou	49*	19,7	23*	4,0	6	7,3	0*	0,0	77	8,0
Sim, Já fui	42	16,8	116*	20,5	16	20,7	2*	3,1	176	18,3
Não	157*	63,5	429	75,5	55	72,0	67*	96,9	709	73,7
Total	248	100,0	568	100,0	77	100,0	69	100,0	962	100,0

	Empregado		Reformado		Desempregado		Doméstico		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Associação cultural										
$\chi^2(6)=36,389; p=0,000$										
Sim, sou	32 [*]	12,9	40	7,0	4	5,8	0 [*]	0,0	77	8,0
Sim, Já fui	27 [*]	10,7	33	5,8	2	2,2	0 [*]	0,0	62	6,4
Não	189 [*]	75,9	496	87,1	71	92,0	69 [*]	100,0	824	85,5
Total	249	100,0	569	100,0	77	100,0	69	100,0	964	100,0

Associação de consumidores

$\chi^2(6)=24,538; p=0,000$

Sim, sou	19 [*]	7,7	23	4,0	5	6,7	1	2,1	48	5,0
Sim, Já fui	15 [*]	5,9	8 [*]	1,4	5	6,1	1	1,4	28	2,9
Não	214 [*]	86,4	539 [*]	94,6	67	87,1	67	96,5	887	92,0
Total	248	100,0	570	100,0	77	100,0	69	100,0	963	100,0

Associação de defesa do património/ambiental

$\chi^2(6)=20,049; p=0,003$

Sim, sou	9 [*]	3,5	1 [*]	0,2	2	3,0	1	1,4	13	1,4
Sim, Já fui	3	1,3	4	0,8	2	2,4	0	0,0	9	1,0
Não	236 [*]	95,1	564 [*]	99,1	73	94,6	68	98,6	941	97,7
Total	248	100,0	569	100,0	77	100,0	69	100,0	963	100,0

Partido político

$\chi^2(6)=19,075; p=0,004$

Sim, sou	16 [*]	6,5	14	2,4	2	3,1	0	0,0	32	3,3
Sim, Já fui	16	6,4	21	3,8	5	6,1	0	0,0	42	4,3
Não	217 [*]	87,1	534 [*]	93,8	70	90,8	69 [*]	100,0	890	92,3
Total	249	100,0	569	100,0	77	100,0	69	100,0	964	100,0

Associação de pais/ comunidade educativa

$\chi^2(6)=20,930; p=0,002$

Sim, sou	5	1,9	2 [*]	0,3	3 [*]	3,4	1	2,1	10	1,1
Sim, Já fui	44 [*]	17,5	58 [*]	10,3	6	8,4	7	10,0	115	12,0
Não	201 [*]	80,6	507 [*]	89,4	68	88,2	61	88,0	837	86,9
Total	249	100,0	567	100,0	77	100,0	69	100,0	963	100,0

	Empregado		Reformado		Desempregado		Doméstico		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Associação de solidariedade social										
$X^2(6)=11,005$; n.s.										
Sim, sou	15	6,2	48	8,5	0	0,0	3	4,6	67	6,9
Sim, já fui	8	3,1	23	4,0	1	0,9	2	3,6	34	3,5
Não	226	90,7	498	87,5	76	99,1	64	91,9	864	89,6
Total	249	100,0	569	100,0	77	100,0	69	100,0	965	100,0

Associação de moradores

$X^2(6)=5,117$; n.s.

Sim, sou	6	2,2	8	1,4	0	0,0	1	1,1	14	1,5
Sim, já fui	7	2,7	26	4,6	5	6,5	2	2,2	39	4,1
Não	237	95,0	533	94,0	72	93,5	67	96,6	909	94,4
Total	249	100,0	568	100,0	77	100,0	69	100,0	963	100,0

*Categoria com relação significativa: *Adjusted residual* < -2 ou >2, para um nível de significância de 5%.

Questionados sobre a associação à qual pertencem e onde passam mais tempo, os resultados indicam que os inquiridos, na sua generalidade, dedicam mais tempo a clubes desportivos, a associações culturais, a associações de solidariedade social, a associações de actividades ao ar livre e a sindicatos (Quadro 3.6). A única diferença estatisticamente significativa encontrada foi, à semelhança da tendência já identificada anteriormente, entre os empregados e os reformados relativamente aos sindicatos.⁶

⁶. $X^2(27)=10,165$; $p=0,000$

Quadro 3.6 Associação onde passa mais tempo por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional

	n	%
Clube desportivo	21	24
Associação cultural	19	21,7
As.de solidariedade social	15	17,2
As actividades ao ar livre	12	13,2
Sindicato/Ass. profissional	11	12,9
Associação de moradores	3	3,6
Partido político	3	3,3
Associação de pis	1	1,6
As.defesa patrim./ambien.	1	1,4
Associação de consumidores	1	1,1
Total	87	100

Relativamente à associação onde passaram mais tempo nos últimos 12 meses, 26,7 por cento dos inquiridos participaram activamente em eventos ou reuniões pelo menos uma vez por semana, cerca de 18 por cento pelo menos uma vez por mês e 25 por cento declararam nunca ter participado no último ano (Quadro 3.7). As diferenças encontradas são sobretudo ao nível da escolaridade, com os indivíduos mais escolarizados (ensino superior) a participar mais frequentemente do que os menos escolarizados e ao nível das diferenças de estado civil: os solteiros diferenciam-se dos casados e divorciados/separados, declarando uma frequência de participação mas reduzida.

Quadro 3.7 Frequência de participação na associação onde passa mais tempo por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional

	Diariamente		2 a 5 vezes por semana		1 vez por semana		1 a 3 vezes por mês		Menos de 1 vez por mês		Nunca		Total		
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Sexo															
<i>U</i> = 8660,00; n.s.															
Homens	9	4,9	20	11,6	19	10,7	33	18,9	57	32,7	37	21,2	174	100	
Mulheres	1	0,7	15	14,2	12	11,0	17	15,9	27	25,0	36	33,2	108	100	
Total	9	3,3	35	12,6	30	10,8	50	17,8	84	29,8	73	25,8	282	100	
Idade															
$\chi^2_{KW}(2)=0,552$; n.s.															
50 - 64 anos	4	2,5	21	12,3	23	13,4	28	16,3	53	31,5	41	24,0	169	100	
65 - 74 anos	5	6,3	11	13,5	7	8,8	14	17,6	20	25,1	23	28,8	80	100	
+ 75 anos	0	0,0	4	11,7	1	2,2	9	26,1	11	32,1	9	27,8	33	100	
Total	9	3,3	35	12,6	30	10,8	50	17,8	84	29,8	73	25,8	282	100	
Escolaridade															
$\chi^2_{KW}(3)=9,411$; <i>p</i> =0,024															
Não sabe ler nem escrever	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	35,0	3	41,6	1	23,4	6	100	
Ensino básico	d	7	4,4	15	9,2	17	10,1	33	20,0	46	28,3	46	28,0	163	100
Ensino secundário	d	0	0,0	7	14,8	5	12,0	1	2,4	18	39,1	14	31,7	45	100
Ensino superior	bc	2	3,4	14	22,2	6	10,1	14	23,1	16	26,3	9	14,9	62	100
Total		9	3,4	35	12,8	28	10,2	50	18,1	83	29,9	71	25,6	277	100
Estado civil															
$\chi^2_{KW}(3)=10,419$; <i>p</i> =0,015															
Casado	d	6	3,1	26	12,7	18	8,8	38	18,5	66	32,5	49	24,3	203	100
Div. ou separado	d	1	3,7	5	15,9	8	27,6	5	16,5	5	19,0	5	17,3	29	100
Viúvo		2	5,6	5	15,3	3	7,6	4	13,2	10	29,9	9	28,5	33	100
Solteiro	ab	0	0,0	0	0,0	2	12,2	4	20,3	3	15,2	9	52,2	17	100
Total		9	3,3	35	12,6	30	10,8	50	17,8	84	29,8	73	25,8	282	100

	Diariamente		2 a 5 vezes por semana		1 vez por semana		1 a 3 vezes por mês		Menos de 1 vez por mês		Nunca		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Situação profissional														
$X^2_{KW}(3)=0,918$; n.s.														
Empregado	2	1,7	13	12,2	11	10,5	21	19,3	36	33,2	25	23,0	108	100
Reformado	7	5,1	17	11,7	17	11,8	27	18,8	36	24,5	41	28,1	145	100
Desempregado	0	0,0	3	20,8	1	7,3	1	7,3	4	26,7	6	37,8	16	100
Doméstico	0	0,0	1	12,2	0	0,0	1	11,4	4	61,3	1	15,1	6	100
Total	9	3,4	34	12,4	30	10,8	50	18,2	80	28,9	73	26,4	276	100

*Grupos que são significativamente diferentes entre si (comparação múltipla das médias das ordens. teste *LSD* para $p \leq 0,05$). Escolaridade: (a) Não sabe ler nem escrever, (b) Ensino básico, (c) Ensino secundário, (d) Ensino Superior. Estado civil: (a) Casado, (b) Divorciado ou separado, (c) Viúvo, (d) Solteiro.

Apesar de não terem sido identificadas diferenças que permitam inferir as características da nossa amostra, das 52 de pessoas que indicaram desempenhar um cargo na associação onde passam mais tempo, a maior parte são do sexo masculino, pertencem ao grupo de idade mais novo (50-64 anos), possuem níveis de escolaridade elevados (ensino secundário e superior), são divorciados/separados ou solteiros, e são reformados (Quadro 3.8). A duração do desempenho nesse cargo apresenta naturalmente um efeito de idade, os que o fazem há mais de cinco anos são mais velhos, menos escolarizados e reformados; quem o faz há menos tempo (entre três e cinco anos) são os indivíduos mais novos, com níveis de escolaridade mais elevados e estando ainda a trabalhar (Quadro 3.9).

Quadro 3.8 Desempenho de cargo na associação onde passa mais tempo por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional

	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sexo						
$X^2(1)=2,736$; n.s.						
Homens	37	23,1	122	76,9	158	100,0
Mulheres	15	15,1	86	84,9	101	100,0
Total	52	20,0	207	80,0	259	100,0
Idade						
$X^2(2)=4,117$; n.s..						
50 - 64 anos	36	23,2	120	76,8	157	100,0
65 - 74 anos	13	17,5	61	82,5	74	100,0
+ 75 anos	2	8,4	26	91,6	28	100,0
Total	52	20,0	207	80,0	259	100,0

	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Escolaridade						
$\chi^2(3)=5,728$; n.s.						
Não sabe ler nem escrever	1	11,9	5	88,1	6	100,0
Ensino básico	23	15,4	128	84,6	151	100,0
Ensino secundário	12	28,9	30	71,1	42	100,0
Ensino superior	15	27,1	41	72,9	56	100,0
Total	51	20,1	203	79,9	255	100,0

Estado civil

$\chi^2(3)=2,346$; n.s.

Casado	33	18,1	150	81,9	183	100,0
Divorciado ou separado	8	32,3	18	67,7	26	100,0
Viúvo	7	19,7	27	80,3	34	100,0
Solteiro	3	22,0	12	78,0	16	100,0
Total	52	20,0	207	80,0	259	100,0

Situação profissional

$\chi^2(3)=1,137$; n.s.

Empregado	18	17,5	83	82,5	101	100,0
Reformado	28	21,5	103	78,5	132	100,0
Desempregado	4	24,0	11	76,0	15	100,0
Doméstico	2	33,7	5	66,3	7	100,0
Total	52	20,4	202	79,6	254	100,0

3.2 Participação em actividades orientadas para a terceira idade

Do total dos inquiridos, apenas cerca de um quarto ($n=248$) declara participar em pelo menos uma entidade ou organização que promove actividades orientadas para os reformados ou a chamada terceira idade. Para o total da amostra, a igreja/centros paroquiais ou outros locais de culto representam as entidades com a participação mais expressiva (9,1%), seguida das Juntas de Freguesia (7,2%), as colectividades recreativas (6,6%) e os serviços das Câmaras Municipais (5,6%). Como é possível verificar no Quadro 3.10, as restantes entidades e organizações (Instituições Particulares de Solidariedade Social, Centros de Dia, Inatel, universidades seniores e outras entidades) apresentam níveis substancialmente mais baixos (inferiores a 5%).

Quadro 3.9 Há quanto tempo desempenha cargo na associação onde passa mais tempo, por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional

Sexo	Há menos de 1 ano		Entre 1 e 3 anos		Entre 3 e 5 anos		Mais de 5 anos		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
$U=2,612$; n.s.										
Homens	2	5,1	12	31,9	3	8,0	20	55,0	37	100,0
Mulheres	1	6,3	3	20,5	5	29,9	7	43,4	15	100,0
Total	3	5,5	15	28,5	7	14,5	27	51,6	52	100,0

Idade

$\chi^2_{KW}(2)=2,612$; n.s.

50 - 64 anos	2	5,1	11	29,1	6	17,6	18	48,2	36	100,0
65 - 74 anos	1	7,4	4	32,1	1	8,3	7	52,2	13	100,0
+ 75 anos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	100,0	2	100,0
Total	3	5,5	15	28,5	7	14,5	27	51,6	52	100,0

Escolaridade

$\chi^2_{KW}(3)=8,275$; $p=0,041$

Não sabe ler nem escrever	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	100,0
Ensino básico	1	4,2	3	12,6	2	7,7	17	75,5	23	100,0
Ensino secundário	2	15,4	4	30,7	2	19,8	4	34,1	12	100,0
Ensino superior	0	0,0	8	53,9	3	21,9	4	24,2	15	100,0
Total	3	5,5	15	28,9	7	14,7	26	50,9	51	100,0

Estado civil

$\chi^2_{KW}(3)=0,679$; n.s.

Casado	3	8,5	7	21,7	5	16,1	18	53,7	33	100,0
Divorciado ou separado	0	0,0	2	25,7	2	25,7	4	48,6	8	100,0
Viúvo	0	0,0	3	45,9	0	0,0	4	54,1	7	100,0
Solteiro	0	0,0	2	66,7	0	0,0	1	33,3	3	100,0
Total	3	5,5	15	28,5	7	14,5	27	51,6	52	100,0

Situação profissional

$\chi^2_{KW}(3)=7,971$; $p=0,047$

Empregado	b*	2	10,6	6	34,5	4	22,8	6	32,2	18	100,0
Reformado	a	0	0,0	8	26,6	2	7,2	19	66,2	28	100,0
Desempregado		0	0,0	1	33,0	0	0,0	2	67,0	4	100,0
Doméstico		1	40,1	0	0,0	1	59,9	0	0,0	2	100,0
Total		3	5,5	15	28,5	7	14,5	27	51,6	52	100,0

*Grupos que são significativamente diferentes entre si (comparação múltipla das médias das ordens. teste LSD para $p \leq 0,05$). Situação profissional: (a) Empregado, (b) Reformado, (c) Desempregado, (d) Doméstico. Não foi possível apurar as diferenças não nível da escolaridade.

Analisando os níveis de participação por sexo, observa-se que homens e mulheres participam de forma diferenciada nas várias entidades e organizações (com diferenças estatisticamente significativas apenas para o caso das colectividades recreativas). Em termos gerais, os homens tendem a participar mais nas actividades destas entidades do que as mulheres, excepto no caso das entidades religiosas e das universidades seniores, onde a participação feminina é mais expressiva. As mulheres declaram participar mais em actividades promovidas por entidades religiosas, seguidas das actividades dos serviços das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia. Os homens, por sua vez, declaram participar mais nas colectividades recreativas, seguidas das Juntas de Freguesia e igreja/centros paroquiais.

Analisando os dados e tendo em conta a idade dos inquiridos, verificamos que são as pessoas entre os 65 e os 74 anos que declaram participar mais nas actividades orientadas para os reformados ou para a terceira idade. É o caso dos serviços das Câmaras Municipais, das Juntas de Freguesia e das colectividades recreativas. Os mais velhos (mais de 75 anos), no entanto, são quem mais participa nas actividades da igreja/centros paroquiais e do Inatel, não sendo este último caso estatisticamente significativo.

Considerando a escolaridade dos inquiridos, para a generalidade das entidades, não foram identificadas diferenças estatísticas entre os vários grupos, excepto nas actividades promovidas pelos serviços das Câmaras Municipais e pelas instituições de solidariedade social, entidades onde a participação dos indivíduos mais escolarizados (com o ensino superior) é mais expressiva.

Em relação ao estado civil dos indivíduos, a participação nas várias entidades revela uma relativa similaridade entre casados e viúvos, opondo estes últimos aos divorciados/separados e solteiros. Os casados e viúvos são os que mais aderem às actividades para reformados e terceira idade. Por último, tendo em conta a situação profissional dos inquiridos, verifica-se que o grupo com menor nível de participação é o dos desempregados, seguido das domésticas. Embora não seja estatisticamente significativo, os reformados participam tendencialmente mais nas actividades de todas as entidades, comparativamente aos indivíduos que ainda trabalham.

Quadro 3.10 Participação em entidades e organizações com actividades orientadas para a 3ª idade, por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional

	Serviços da Câmara Municipal						Juntas de Freguesia						Igrejas/Centros Paroquiais ou outros locais de culto					
	Sim		Não		Total		Sim		Não		Total		Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sexo	$\chi^2(1) = 0,463; n.s$						$\chi^2(1) = 2,405; n.s.$						$\chi^2(1) = 1,351; n.s$					
Homens	23	5,0	424	95,0	447	100,0	39	8,7	408	91,3	447	100,0	35	7,8	412	92,2	447	100,0
Mulheres	34	6,2	519	93,8	553	100,0	34	6,1	520	93,9	553	100,0	55	10,0	498	90,0	553	100,0
Total	57	5,7	943	94,3	1000	100,0	73	7,3	927	92,7	1000	100,0	90	9,0	909	91,0	1000	100,0
Idade	$\chi^2(2) = 11,68; p = 0,003$						$\chi^2(2) = 9,367; p = 0,009$						$\chi^2(2) = 1,914; n.s$					
50 - 64 anos	23	4,5	488	95,5	511	100,0	27	5,3	483	94,7	511	100,0	40	7,9	470	92,1	511	100,0
65 - 74 anos	27	9,5	260	90,5	287	100,0	32	11,0	255	89,0	287	100,0	28	9,7	259	90,3	287	100,0
+ 75 anos	6	3,2	196	96,8	202	100,0	14	6,8	189	93,2	202	100,0	22	11,0	180	89,0	202	100,0
Total	57	5,7	943	94,3	1000	100,0	73	7,3	927	92,7	1000	100,0	90	9,0	909	91,0	1000	100,0
Escolaridade	$\chi^2(3) = 8,187; p = 0,042$						$\chi^2(3) = 6,066; n.s$						$\chi^2(3) = 1,887; n.s$					
Não sabe ler/ escr.	1	1,2	60	98,8	61	100,0	2	3,6	59	96,4	61	100,0	5	8,6	56	91,4	61	100,0
Ens. básico	46	6,3	674	93,7	720	100,0	56	7,8	663	92,2	720	100,0	70	9,8	649	90,2	720	100,0
Ens. secundário	1	0,9	103	99,1	104	100,0	3	2,8	101	97,2	104	100,0	6	5,4	98	94,6	104	100,0
Ensino superior	9	8,7	99	91,3	108	100,0	11	10,2	97	89,8	108	100,0	9	8,5	99	91,5	108	100,0
Total	57	5,7	943	94,3	1000	100,0	73	7,3	927	92,7	1000	100,0	90	9,0	909	91,0	1000	100,0
Estado civil	$\chi^2(3) = 3,902; n.s$						$\chi^2(3) = 0,659; n.s$						$\chi^2(3) = 4,450; n.s$					
Casado	42	6,6	595	93,4	637	100,0	48	7,5	589	92,5	637	100,0	56	8,8	581	91,2	637	100,0
Div./Separado	5	5,1	92	94,9	96	100,0	7	6,8	90	93,2	96	100,0	6	6,4	90	93,6	96	100,0
Viúvo	6	3,2	195	96,8	201	100,0	15	7,5	186	92,5	201	100,0	24	12,1	177	87,9	201	100,0
Solteiro	3	5,4	60	94,6	63	100,0	3	4,7	60	95,3	63	100,0	3	5,3	60	94,7	63	100,0
Total	57	5,7	943	94,3	1000	100,0	73	7,3	927	92,7	1000	100,0	90	9,0	909	91,0	1000	100,0
Situação profissional	$\chi^2(3) = 3,113; n.s$						$\chi^2(3) = 8,143; p = 0,043$						$\chi^2(3) = 5,207; n.s$					
Empregado	14	5,7	235	94,3	249	100,0	13	5,2	236	94,8	249	100,0	19	7,5	230	92,5	249	100,0
Reformado	33	5,8	540	94,2	573	100,0	51	9,0	522	91,0	573	100,0	53	9,3	520	90,7	573	100,0
Desempregado	1	1,2	76	98,8	77	100,0	1	1,9	75	98,1	77	100,0	5	6,8	72	93,2	77	100,0
Doméstico	5	7,7	64	92,3	69	100,0	4	5,8	65	94,2	69	100,0	11	15,6	58	84,4	69	100,0
Total	54	5,6	914	94,4	968	100,0	70	7,2	898	92,8	968	100,0	88	9,1	880	90,9	968	100,0

	Colectividades Recreativas						Centros de Dia						Universidades Seniores					
	Sim		Não		Total		Sim		Não		Total		Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sexo	$\chi^2(1) = 14,944; p = 0,00$						$\chi^2(1) = 0,005; n.s$						$\chi^2(1) = 3,759; n.s$					
Homens	44	9,9	402	90,1	447	100,0	10	2,1	437	97,9	447	100,0	3	0,7	444	99,3	447	100,0
Mulheres	21	3,8	532	96,2	553	100,0	12	2,1	541	97,9	553	100,0	12	2,2	541	97,8	553	100,0
Total	65	6,5	934	93,5	1000	100,0	21	2,1	978	97,9	1000	100,0	15	1,5	985	98,5	1000	100,0
Idade	$\chi^2(2) = 8,004; p = 0,018$						$\chi^2(2) = 2,530; n.s$						$\chi^2(2) = 2,427; n.s$					
50 - 64 anos	33	6,4	478	93,6	511	100,0	8	1,6	502	98,4	511	100,0	6	1,2	504	98,8	511	100,0
65 - 74 anos	27	3,8	260	90,7	287	100,0	6	2,1	281	97,9	287	100,0	7	2,4	280	97,6	287	100,0
+ 75 anos	6	3,0	196	97,0	202	100,0	7	3,4	195	96,6	202	100,0	2	1,1	200	98,9	202	100,0
Total	65	6,5	934	93,5	1000	100,0	21	2,1	978	97,9	1000	100,0	15	1,5	985	98,5	1000	100,0
Escolaridade	$\chi^2(3) = 5,144; n.s$						$\chi^2(3) = 3,669; n.s$						$\chi^2(3) = 4,865; n.s$					
Não sabe ler/ escr.	0	0,0	61	100,0	61	100,0	1	1,2	60	98,8	61	100,0	0	0,0	61	100,0	61	100,0
Ens. básico	53	7,3	667	92,7	720	100,0	16	2,3	703	97,7	720	100,0	9	1,3	710	98,7	720	100,0
Ens. secundário	7	6,7	97	93,3	104	100,0	0	0,0	104	100,0	104	100,0	2	1,6	102	98,4	104	100,0
Ensino superior	6	5,3	102	94,7	108	100,0	4	3,9	104	96,1	108	100,0	4	4,0	104	96,0	108	100,0
Total	65	6,5	934	93,5	1000	100,0	21	2,1	978	97,9	1000	100,0	15	1,5	985	98,5	1000	100,0
Estado civil	$\chi^2(3) = 0,625; n.s$						$\chi^2(3) = 3,032; n.s$						$\chi^2(3) = 0,279; n.s$					
Casado	44	6,8	594	93,2	637	100,0	13	2,0	624	98,0	637	100,0	11	1,7	626	98,3	637	100,0
Div./Separado	7	6,9	90	93,1	96	100,0	2	1,6	95	98,4	96	100,0	1	0,8	96	99,2	96	100,0
Viúvo	12	6,2	189	93,8	201	100,0	7	3,5	194	96,5	201	100,0	3	1,5	198	98,5	201	100,0
Solteiro	3	4,5	60	95,5	63	100,0	0	0,0	63	100,0	63	100,0	1	1,2	62	98,8	63	100,0
Total	65	6,5	934	93,5	1000	100,0	21	2,1	978	97,9	1000	100,0	15	1,5	985	98,5	1000	100,0
Situação profissional	$\chi^2(3) = 3,243; n.s$						$\chi^2(3) = 2,776; n.s$						$\chi^2(3) = 1,817; n.s$					
Empregado	14	5,6	235	94,4	249	100,0	5	2,0	244	98,0	249	100,0	2	0,7	247	99,3	249	100,0
Reformado	44	7,6	529	92,4	573	100,0	16	2,7	557	97,3	573	100,0	9	1,6	564	98,4	573	100,0
Desempregado	4	5,5	73	94,5	77	100,0	0	0,0	77	100,0	77	100,0	1	1,2	76	98,8	77	100,0
Doméstico	2	3,5	67	96,5	69	100,0	1	1,1	68	98,9	69	100,0	2	2,8	67	97,2	69	100,0
Total	64	6,6	904	93,4	968	100,0	21	2,2	947	97,8	968	100,0	14	1,4	954	98,6	968	100,0

	Instituições Particulares de Solidariedade Social						Inatel						Outra entidade					
	Sim		Não		Total		Sim		Não		Total		Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Idade	$\chi^2(2) = 3,515; n.s$						$\chi^2(2) = 14,449; p = 0,001$						$\chi^2(2) = 2,510; n.s$					
50 - 64 anos	18	3,4	493	96,6	511	100,0	3 [*]	0,5	508 [*]	99,5	511 [*]	100,0	8	1,6	503	98,4	511	100,0
65 - 74 anos	10	3,5	277	96,5	287	100,0	9	3,0	278	97,0	287	100,0	9	3,2	278	96,8	287	100,0
+ 75 anos	2	1,2	200	98,8	202	100,0	10 [*]	4,9	192 [*]	95,1	202 [*]	100,0	6	2,7	197	97,3	202	100,0
Total	30	3,0	970	97,0	1000	100,0	21	2,1	979	97,9	1000	100,0	23	2,3	977	97,7	1000	100,0
Escolaridade	$\chi^2(3) = 13,914; p = 0,003$						$\chi^2(3) = 4,737; n.s$						$\chi^2(3) = 5,247; n.s$					
Não sabe ler/ escr.	1	1,2	60	98,8	61	100,0	0	0,0	61	100,0	61	100,0	1	1,2	60	98,8	61	100,0
Ens. básico	15 [*]	2,1	705 [*]	97,9	720 [*]	100,0	14	2,0	706	98,0	720	100,0	12	1,7	708	98,3	720	100,0
Ens. secundário	7 [*]	6,4	97 [*]	93,6	104 [*]	100,0	2	1,9	102	98,1	104	100,0	4	4,2	99	95,8	104	100,0
Ensino superior	8 [*]	6,9	101 [*]	93,1	108 [*]	100,0	5	4,9	103	95,1	108	100,0	5	4,2	104	95,8	108	100,0
Total	30	3,0	970	97,0	1000	100,0	21	2,1	979	97,9	1000	100,0	23	2,3	977	97,7	1000	100,0
Estado civil	$\chi^2(3) = 4,150; n.s$						$\chi^2(3) = 0,828; n.s$						$\chi^2(3) = 0,615; n.s$					
Casado	24	3,8	613	96,2	637	100,0	15	2,4	622	97,6	637	100,0	14	2,2	623	97,8	637	100,0
Div./Separado	1	0,7	96	99,3	96	100,0	1	0,7	96	99,3	96	100,0	2	1,7	95	98,3	96	100,0
Viúvo	3	1,5	198	98,5	201	100,0	4	2,2	196	97,8	201	100,0	6	3,0	195	97,0	201	100,0
Solteiro	2	3,0	61	97,0	63	100,0	1	1,5	62	98,5	63	100,0	1	1,2	62	98,8	63	100,0
Total	30	3,0	970	97,0	1000	100,0	21	2,1	979	97,9	1000	100,0	23	2,3	977	97,7	1000	100,0
Situação profissional	$\chi^2(3) = 2,775; n.s$						$\chi^2(3) = 9,775; p = 0,021$						$\chi^2(3) = 2,801; n.s.$					
Empregado	8	3,3	241	96,7	249	100,0	1 [*]	0,3	248 [*]	99,7	249 [*]	100,0	3	1,2	246	98,8	249	100,0
Reformado	20	3,4	553	96,6	573	100,0	20 [*]	3,5	553 [*]	96,5	573 [*]	100,0	17	2,9	556	97,1	573	100,0
Desempregado	0	0,0	77	100,0	77	100,0	0	0,0	77	100,0	77	100,0	1	1,2	76	98,8	77	100,0
Doméstico	2	2,8	67	97,2	69	100,0	1	1,0	69	99,0	69	100,0	2	3,1	67	96,9	69	100,0
Total	30	3,1	938	96,9	968	100,0	21	2,2	947	97,8	968	100,0	23	2,3	946	97,7	968	100,0

*Categoria com relação significativa: *Adjusted residual* < -2 ou >2, para um nível de significância de 5%.

Relativamente à entidade onde passaram mais tempo nos últimos 12 meses, os inquiridos declararam que dedicam mais tempo às actividades promovidas pela igreja/centros paroquiais e outros locais de culto (Quadro 3.11). Apenas se encontraram diferenças estatisticamente significativas ao nível da escolaridade. Os indivíduos com o nível de escolaridade mais elevado (ensino superior) diferenciam-se daqueles que apenas possuem o ensino básico relativamente ao tempo passado nas colectividades recreativas e universidades seniores.⁷

⁷ $\chi^2(24) = 36,963; p = 0,044$

Em relação à frequência de participação nas actividades desta entidade, como ilustra o Quadro 3.12, 11,5 por cento dos inquiridos (n=240) declaram participar diariamente, 39,9 por cento participam pelo menos uma vez por semana, 15,4 por cento participam pelo menos uma vez por mês, 26,9 por cento menos de uma vez por mês e apenas 5,9 por cento dos indivíduos declara nunca ter participado.

Quadro 3.11 Entidade ou organização onde passa mais tempo

	n	%
Igreja/Centros Paroquiais ou outros locais de culto	19	24
Colectividades Recreativas	16	21
Serviços da Câmara Municipal	14	18
Juntas de Freguesia	12	16
Universidades Seniores	7	9
Centros de Dia	4	5
Instituições Particulares de Solidariedade Social	3	4
INATEL	2	3
Outra entidade	1	1
Total	78	100

3.3 Participação informal em actividades de convívio

Na generalidade, os indivíduos declaram maioritariamente não assumir formas informais de participação social (Quadro 3.13). São os homens (49,1%), no entanto, à semelhança de outras formas de participação social anteriormente analisadas, quem adopta mais este tipo de participação social (33,2%). Relativamente à idade, as diferenças encontradas opõem os indivíduos mais novos (50-64 anos) aos mais velhos (mais de 75 anos), sendo estes últimos o grupo que menos participa em grupos informais. Relativamente à escolaridade, são aqueles que não detêm qualquer grau de ensino e que não sabem ler nem escrever quem menos participa (22,2%); a participação informal duplica para os restantes indivíduos (valores superiores a 40%). Tendo em conta o estado civil, são os divorciados (50,9%) que mais se destacam na participação comparativamente aos restantes grupos, nomeadamente em relação aos viúvos (29,2%). Por último, quanto à situação profissional, as diferenças encontradas situam-se ao nível dos activos empregados e dos reformados, declarando os primeiros participar em maior número (47,9%) do que os segundos (36%).

Quadro 3.12 Frequência de participação nas actividades orientadas para a 3ª idade da entidade ou organização onde passa mais tempo, por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional

	Diariamente		2 a 5 vezes por semana		1 vez por semana		1 a 3 vezes por mês		Menos de 1 vez por mês		Nunca		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sexo														
$U=7418,500$; n.s.														
Homens	17	14,8	17	15,1	15	13,4	21	18,8	36	32,3	6	5,6	113	100,0
Mulheres	10	7,8	35	27,6	30	23,6	16	12,4	28	22,2	8	6,4	127	100,0
Total	27	11,1	52	21,8	45	18,8	37	15,4	65	26,9	14	6,0	240	100,0

Idade

$\chi^2_{KW}(2) = 5,232$; n.s.

50 - 64 anos	11	11,6	21	21,0	16	15,8	22	22,4	23	23,6	5	5,6	98	100,0
65 - 74 anos	11	12,3	20	22,6	18	20,6	10	10,7	24	26,6	6	7,1	89	100,0
+ 75 anos	4	8,1	11	21,6	11	21,4	5	10,3	18	33,8	3	4,8	53	100,0
Total	27	11,1	52	21,8	45	18,8	37	15,4	65	26,9	14	6,0	240	100,0

Escolaridade

$\chi^2_{KW}(3) = 7,006$; n.s.

Não sabe ler nem escrever	1	8,9	1	9,0	3	36,7	1	9,4	3	35,9	0	0,0	8	100,0
Ensino básico	22	12,1	41	22,8	35	19,2	24	13,1	48	26,7	11	6,1	180	100,0
Ensino secundário	2	9,9	5	22,9	2	7,8	5	21,5	6	25,5	3	12,5	22	100,0
Ensino superior	2	6,7	6	18,9	5	17,8	8	26,9	8	27,4	1	2,4	30	100,0
Total	27	11,1	52	21,8	45	18,6	37	15,5	65	27,0	14	6,0	240	100,0

Estado civil

$\chi^2_{KW}(3) = 72,388$; n.s.

Casado	13	8,1	32	20,6	23	14,9	31	19,6	49	31,0	9	5,9	157	100,0
Divorciado ou separado	4	25,0	3	17,6	5	28,7	0	0,0	2	13,5	3	15,2	18	100,0
Viúvo	10	18,2	15	28,3	10	18,5	6	11,9	11	20,3	1	2,9	52	100,0
Solteiro	0	0,0	2	15,8	6	51,3	0	0,0	3	24,9	1	8,0	12	100,0
Total	27	11,1	52	21,8	44	18,6	37	15,5	65	27,0	14	6,0	240	100,0

Situação profissional

$\chi^2_{KW}(3) = 1,846$; n.s.

Empregado	6	13,9	5	11,7	5	10,3	12	28,2	11	24,5	5	11,3	44	100,0
Reformado	17	10,8	33	21,0	35	22,3	18	11,4	46	29,0	9	5,5	157	100,0
Desempregado	2	17,9	5	52,6	0	0,0	1	9,2	2	20,4	0	0,0	10	100,0
Doméstico	2	8,0	6	29,0	3	16,3	5	22,4	5	24,3	0	0,0	21	100,0
Total	27	11,5	50	21,4	43	18,5	36	15,5	64	27,3	14	5,9	233	100,0

Quadro 3.13 Participação em grupos informais por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional

Sexo	Sim		Não		Total	
	n	%	N	%	n	%
$\chi^2(1) = 26,092; p = 0,000$						
Homens	219	49,1	227	50,9	446	100,0
Mulheres	183	33,2	369	66,8	552	100,0
Total	402	40,3	596	59,7	998	100,0
Idade						
$\chi^2(2) = 30,448; p = 0,000$						
50 - 64 anos*	235	46,2	274	53,8	509	100,0
65 - 74 anos	119	41,5	167	58,5	286	100,0
+ 75 anos*	48	23,7	154	76,3	202	100,0
Total	402	40,3	596	59,7	998	100,0
Escolaridade						
$\chi^2(3) = 9,704; p = 0,021$						
Não sabe ler nem escrever*	13	22,0	48	78,0	61	100,0
Ensino básico	297	41,4	420	58,6	718	100,0
Ensino secundário	44	42,4	60	57,6	104	100,0
Ensino superior	44	40,5	64	59,5	108	100,0
Total	398	40,2	592	59,8	991	100,0
Estado civil						
$\chi^2(3) = 15,524; p = 0,001$						
Casado	268	42,2	368	57,8	636	100,0
Divorciado ou separado*	49	50,9	47	49,1	95	100,0
Viúvo*	59	29,2	142	70,8	201	100,0
Solteiro	26	40,9	37	59,1	63	100,0
Total	401	40,3	594	59,7	996	100,0
Situação profissional						
$\chi^2(3) = 12,786; p = 0,005$						
Empregado*	119	47,9	130	52,1	249	100,0
Reformado*	205	36,0	366	64,0	571	100,0
Desempregado	37	48,1	40	51,9	77	100,0
Doméstico	25	36,0	44	64,0	69	100,0
Total	387	40,0	580	60,0	966	100,0

*Categoria com relação significativa: *Adjusted residual* < -2 ou > 2, para um nível de significância de 5%.

⁸ Ver capítulo 2, “Redes Interpessoais, Relações de Apoio e de Vizinhaça”, onde é explicada a construção dos índices relativos à dimensão e à composição da rede.

De acordo com a análise realizada sobre as redes pessoais dos indivíduos⁸, importa aqui conhecer a forma como a participação em grupos informais se concretiza de acordo com a dimensão (se grande ou pequena) e a composição (se predominantemente familiar ou não-familiar) das suas redes pessoais (Quadro 3.14). É precisamente a composição da rede individual que determina uma maior ou menor participação. Quem declara pertencer a uma rede pessoal predominantemente não-familiar tende a participar mais (48,4%) do que aqueles que se integram em redes predominantemente familiares (39,4%). De destacar que a dimensão da rede não determina qualquer diferença significativa.

Quadro 3.14 Participação em grupos informais por dimensão e composição da rede pessoal

	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Dimensão da rede						
$X^2(1) = 0,11; n.s.$						
Pequena	236	41,3	337	58,7	573	100,0
Grande	140	41,6	197	58,4	337	100,0
Total	377	41,4	533	58,6	910	100,0
Composição da rede						
$X^2(1) = 5,534; p = 0,019$						
Predominantemente familiar	270	39,4	416	60,62	685	100,0
Predominantemente não-familiar	105	48,4	112	51,60	217	100,0
Total	375	41,5	527	58,45	902	100,0

Se bem que a maior parte dos indivíduos da nossa amostra tenha declarado não participar em grupos informais, aqueles que participam fazem-no com muita regularidade (Quadro 3.15). Quase metade das pessoas (45,1%) declara participar diariamente em grupos não formais, com o objectivo de conviver ou de praticar uma actividade em conjunto, ao passo que um pouco mais de um terço (37,3%) fazem-no pelo menos uma vez por semana. Em conformidade com outras modalidades de participação social formal referidas anteriormente, verifica-se que a participação social não organizada revela uma elevada frequência.

A frequência de convívio é semelhante para homens e para mulheres, assim como para todos os grupos de idade, não se identificando diferenças ao nível do estado civil e da situação socioprofissional. Apenas se identificaram diferenças ao nível da escolaridade; apesar de a frequência ser elevada (diária), os indivíduos com níveis de escolaridade mais baixos declaram uma participação mais frequente em grupos de convívio.

Quadro 3.15 Frequência de convívio por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional

	Diariamente		2 a 5 vezes por semana		1 vez por semana		1 a 3 vezes por mês		Menos de 1 vez por mês		Nunca		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sexo														
$U=125459,000$; n.s.														
Homens	182	40,9	93	20,9	96	21,6	45	10,2	16	3,6	13	2,8	445	100,0
Mulheres	266	48,5	100	18,2	83	15,0	35	6,4	29	5,2	36	6,6	550	100,0
Total	448	45,1	193	19,4	178	17,9	80	8,1	45	4,5	49	4,9	994	100,0

Idade

$\chi^2_{KW}(2) = 2,288$; n.s.

50 - 64 anos	218	42,8	95	18,7	113	22,2	46	9,0	19	3,7	18	3,6	509	100,0
65 - 74 anos	136	48,0	59	20,7	45	15,9	13	4,6	16	5,5	15	5,4	284	100,0
+ 75 anos	94	46,8	39	19,6	20	10,0	21	10,6	11	5,4	15	7,6	202	100,0
Total	448	45,1	193	19,4	178	17,9	80	8,1	45	4,5	49	4,9	994	100,0

Escolaridade

$\chi^2_{KW}(3) = 23,146$; $p = 0,000$

Não sabe ler nem escrever	cd ^a	36	58,8	9	15,0	3	4,8	5	7,6	1	1,3	8	12,5	61	100,0
Ensino básico	cd	346	48,4	132	18,4	125	17,5	49	6,9	29	4,0	34	4,8	714	100,0
Ensino secundário	ab	32	30,9	27	25,9	24	23,4	10	10,0	7	7,1	3	2,7	104	100,0
Ensino superior	ab	31	28,8	24	21,9	25	22,8	16 ^s	15,0	8	7,7	4	3,9	108	100,0
Total		445	45,1	191	19,4	177	17,9	80	8,2	45	4,6	49	5,0	987	100,0

Estado civil

$\chi^2_{KW}(3) = 4,802$; n.s.

Casado		292	46,1	114	18,1	125	19,7	53	8,3	30	4,7	20	3,1	634	100,0
Divorciado ou separado		34	36,1	26	27,1	15	15,9	11	11,1	3	3,0	6	6,8	95	100,0
Viúvo		98	49,1	39	19,5	22	11,2	12	6,0	10	4,9	19	9,3	200	100,0
Solteiro		22	35,7	12	19,6	16	25,5	5	8,5	3	4,2	4	6,6	63	100,0
Total		447	45,1	192	19,3	178	18,0	80	8,1	45	4,5	49	4,9	992	100,0

Situação profissional

$\chi^2_{KW}(3) = 5,933$; n.s.

Empregado		95	38,1	44	17,6	67	27,08877	29	11,6	9	3,7	5	1,9	249	100,0
Reformado		271	47,7	114	20,0	84	14,7	42	7,3	27	4,8	31	5,4	569	100,0
Desempregado		36	47,5	14	17,7	16	21,3	3	3,4	5	6,7	3	3,4	77	100,0
Doméstico		30	43,7	18	26,3	7	10,3	2	3,5	2	3,3	9 ^s	12,8	68	100,0
Total		432	44,9	189	19,7	175	18,1	76	7,9	44	4,6	47	4,9	963	100,0

^aGrupos que são significativamente diferentes entre si (comparação múltipla das médias das ordens. teste LSD para $p \leq 0,05$). Escolaridade: (a) Não sabe ler nem escrever, (b) Ensino básico, (c) Ensino secundário, (d) Ensino Superior.

Tendo em conta a composição da rede pessoal, é novamente esta característica que introduz diferenças ao nível da frequência de convívio (Quadro 3.16). Os indivíduos integrados em redes tendencialmente não-familiares, para além de participarem mais em grupos informais, fazem-no também com mais frequência (50,3%) do que aqueles integrados em redes predominantemente familiares (43,7%).

Quadro 3.16 Frequência de convívio por dimensão e composição da rede pessoal

	Diariamente		2 a 5 vezes por semana		1 vez por semana		1 a 3 vezes por mês		Menos de 1 vez por mês		Nunca		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Dimensão da rede														
<i>U=101832,500; n.s.</i>														
Pequena	252	44,2	112	19,6	103	18,0	39	6,9	34	6,0	31	5,4	571	100,0
Grande	157	46,7	64	19,1	65	19,4	30	9,0	5	1,6	14	4,2	335	100,0
Total	409	45,1	176	19,4	168	18,5	70	7,7	39	4,3	45	5,0	907	100,0
Composição da rede														
<i>U=73328,000; p = 0,013</i>														
Predominantemente familiar	299	43,7	130	19,0	129	18,9	55	8,0	32	4,6	39	5,74	684	100,0
Predominantemente não-familiar	108	50,3	42	19,5	37	17,0	15	6,9	8	3,6	6	2,63	215	100,0
Total	407	45,3	172	19,1	166	18,4	70	7,7	39	4,4	45	5,00	899	100,0

3.4 Prestação de cuidados

Tomar conta de crianças, sobretudo dos netos, e prestar apoio não remunerado a pessoas adultas são tarefas que fazem parte do dia-a-dia de um pouco mais de um quarto dos indivíduos deste estudo. Relativamente às crianças, 27,5 por cento dos inquiridos declaram que costumam prestar apoio fora do âmbito do trabalho remunerado. Decompondo este valor pelos atributos sociodemográficos seleccionados (Quadro 3.17), verifica-se que as mulheres prestam mais apoio a crianças do que os homens (30,5% e 23,9%, respectivamente); os indivíduos mais velhos (com mais de 75 anos) são os que apresentam a menor percentagem (17%), sendo aqueles que se encontram entre os 65 e os 74 anos quem declarou tomar conta de crianças mais frequentemente (31,9%). Em relação à escolaridade, as diferenças encontradas situam-se nos dois níveis mais baixos de escolaridade. Os indivíduos que não sabem ler nem escrever são os que declaram menos (13,7%) e os que detêm o ensino básico os que mais declaram tomar conta de crianças (30,0%). Finalmente,

Quadro 3.17 Prestação de cuidados a crianças por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional

	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sexo						
$X^2(1) = 5,612; p = 0,018$						
Homens	106	23,9	339	76,1	446	100,0
Mulheres	169	30,5	384	69,5	553	100,0
Total	275	27,6	724	72,4	999	100,0
Idade						
$X^2(2) = 14,831; p = 0,001$						
50 - 64 anos	150	29,3	361	70,7	511	100,0
65 - 74 anos	91	31,9	195	68,1	287	100,0
+ 75 anos*	34	17,0	167	83,0	202	100,0
Total	275	27,6	724	72,4	999	100,0
Escolaridade						
$X^2(3) = 11,278; p = 0,010$						
Não sabe ler nem escrever*	8	13,7	53	86,3	61	100,0
Ensino básico*	215	30,0	503	70,0	719	100,0
Ensino secundário	21	20,1	83	79,9	104	100,0
Ensino superior	29	27,0	79	73,0	108	100,0
Total	274	27,6	718	72,4	992	100,0
Estado civil						
$X^2(3) = 11,543; p = 0,009$						
Casado*	197	31,0	439	69,0	636	100,0
Divorciado ou separado*	16	16,3	81	83,7	96	100,0
Viúvo	49	24,4	152	75,6	201	100,0
Solteiro	14	21,6	49	78,4	63	100,0
Total	275	27,6	721	72,4	997	100,0
Situação profissional						
$X^2(3) = 4,598; n.s.$						
Empregado	57	22,8	192	77,2	249	100,0
Reformado	166	28,9	407	71,1	572	100,0
Desempregado	23	30,0	54	70,0	77	100,0
Doméstico	23	33,1	46	66,9	69	100,0
Total	268	27,7	699	72,3	967	100,0

*Categoria com relação significativa: *Adjusted residual* < -2 ou >2, para um nível de significância de 5%.

considerando o estado civil dos indivíduos, verifica-se que as diferenças significativas se situam entre os casados e os divorciados ou separados: por razões proporcionadas pelo contexto familiar, os indivíduos casados declaram prestar mais apoio a crianças (31%) do que os divorciados ou separados (16,3%).

Analisando este indicador, e tendo em conta a informação obtida sobre as redes pessoais (Quadro 3.18), verificamos que é a dimensão da rede que introduz diferenças significativas na prestação de cuidados a crianças. Os indivíduos integrados em redes pessoais maiores prestam mais apoios a crianças (34,2%) do que aqueles que possuem redes pessoais mais pequenas (25,1%), pelo facto de, nessas redes, a probabilidade de existirem mais elementos, adultos ou crianças, ser maior.

Importa saber agora de que crianças se trata. Tendo em conta o limite etário da amostra deste estudo (Quadro 3.19), a esmagadora maioria destas crianças são, como se esperaria, os netos (82,6%), tendo sido também referidos os sobrinhos (6,5%) e filhos de amigos (5,2%), se bem que em percentagens bem menores.

Quadro 3.18 Prestação de cuidados a crianças por dimensão e composição da rede pessoal

	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Dimensão da rede						
$\chi^2(1) = 8,523; p = 0,004$						
Pequena	144	25,1	430	74,9	574	100,0
Grande	115	34,2	222	65,8	337	100,0
Total	259	28,5	652	71,5	911	100,0
Composição da rede						
$\chi^2(1) = 2,838; n.s.$						
Predominantemente familiar	205	29,9	481	70,10	687	100,0
Predominantemente não-familiar	52	24,0	165	76,00	217	100,0
Total	257	28,5	646	71,52	903	100,0

Quadro 3.19 Relação com as crianças a quem presta cuidados

	n	%
Netos	234	82,6
Sobrinhos	18	6,5
Crianças de amigos	15	5,2
Outra	16	5,8
Total	284	100,0

Questionados sobre o tempo dedicado aos cuidados das crianças (Quadro 3.20), verifica-se uma tendência que, apesar de não ser estatisticamente significativa, revela que, em média, as mulheres dedicam mais tempo, tanto em horas como em dias, ao cuidado das crianças. Em termos de idade, os indivíduos mais velhos (com mais de 75 anos) são os que passam menos tempo e, em termos de estado civil, são, como se esperaria, as pessoas solteiras. Relativamente à escolaridade e à situação profissional dos indivíduos, foram encontradas diferenças. As pessoas sem qualquer grau de escolaridade são, em média, quem dedica mais tempo (um pouco mais de nove horas diárias). Em relação à situação no mercado de trabalho, o grupo dos indivíduos desempregados distingue-se pelo maior número de horas que dedica a esta tarefa. De salientar que são os empregados e os reformados que dedicam, em média, menos tempo ao cuidado das crianças.

Analisando agora estes dados em função da configuração das redes pessoais (Quadro 3.21), nem a dimensão nem a composição introduzem quaisquer diferenças significativas. Contudo, são tendencialmente as pessoas com redes maiores e não-familiares quem dedica mais tempo ao cuidado das crianças.

Considerando a prestação de cuidados não remunerados a adultos (Quadro 3.22), os dados foram analisadas seguindo a estratégia anterior. De acordo com os resultados obtidos, verifica-se que a prestação de cuidados a pessoas adultas é inferior à prestação de cuidados a crianças (17,2% e 27,5%, respectivamente). Constatação expectável, tendo em conta a faixa etária estudada.

A realização desta actividade varia de acordo com alguns atributos sociodemográficos. Consoante a idade, a escolaridade e a situação profissional, ela é mais ou menos realizada. Assim, verifica-se que são os mais novos (50-64 anos) aqueles que prestam mais cuidados (21%) e os mais velhos (com mais de 75 anos) os que prestam menos (22,5%). Relativamente à escolaridade e considerando que os cuidados a pessoas adultas são prestados essencialmente pelos mais novos, dentro da faixa etária da amostra verifica-se que os indivíduos com o ensino secundário completo (24,8%) se diferenciam

Quando 3.20 Tempo dedicado à prestação de cuidados a crianças por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional

	Horas/dia (n=127)		Horas/semana (n=23)		Horas/mês (n=7)		Dias/semana (n=80)		Dias/mês (n=13)		Dias/ano (n=7)		
	Média	desvio- padrão	média	desvio- padrão	média	desvio- padrão	média	desvio- padrão	média	desvio- padrão	média	desvio- padrão	
Sexo	$t(125)=-1,352$; n.s.		$t(21)=-0,926$; n.s.		$t(5)=0,290$; n.s.		$t(78)=-1,356$; n.s.		$t(11)=-1,536$; n.s.		$t(5)=-0,020$; n.s.		
Homens	4,8	4,1	3,9	3,4	3,8	3,7	2,9	2,0	1,9	1,2	55,5	92,7	
Mulheres	5,8	4,5	5,2	3,4	3,1	1,6	3,6	2,2	5,0	6,2	56,7	59,1	
Total	5,4	4,3	4,7	3,4	3,5	2,6	3,4	2,1	2,8	3,5	56,0	73,8	
Idade	$F(2,123)=2,427$; n.s.		$F(2,10)=0,621$; n.s.		$F(1,4)=5,716$; n.s.		$F(2,77)=1,852$; n.s.		$F(1,10)=13,391$; n.s.		$F(2,3)=3,14$; n.s.		
50 - 64 anos	6,0	4,9	4,2	2,4	4,9	4,2	3,4	5,8	2,5	3,4	2,2	1,8	
65 - 74 anos	5,1	3,9	5,9	4,2	2,0	1,4	3,9	2,2	3,9	4,9	7,4	6,9	
+ 75 anos	3,4	1,7	4,0	1,7	.	.	2,4	1,7	.	.	39,1	67,9	
Total	5,4	4,3	4,7	3,4	3,5	2,6	3,4	2,1	2,8	3,5	56,0	73,8	
Escolaridade	$F(3,122)=3,149$; $p=0,028$		$F(3,16)=0,406$; n.s.		$F(1,4)=1,804$; n.s.		$F(3,75)=0,992$; n.s.		$F(2,9)=0,242$; n.s.		$F(1,4)=7,745$; n.s.		
Não sabe ler nem escrever	bcd [*]	11,1	9,3	3,0	.	.	3,0	2,4	
Ensino básico	a	5,5	4,2	4,8	3,4	2,0	1,7	3,6	2,3	3,0	4,4	31,2	48,0
Ensino secundário	a	2,3	0,5	6,4	5,9	.	.	3,0	1,9	1,0	0,0	180,0	0,0
Ensino superior	a	4,4	3,8	3,9	2,3	4,7	2,8	2,3	1,1	3,3	1,2	.	.
Total		5,4	4,3	4,7	3,4	3,5	2,6	3,4	2,1	2,8	3,5	56,0	73,8
Estado civil	$F(2,122)=0,732$; n.s.		$F(2,20)=0,551$; n.s.		$F(1,4)=0,298$; n.s.		$F(3,76)=0,895$; n.s.		$F(2,3)=0,054$; n.s.		$F(3,5)=1,222$; n.s.		
Casado		5,4	4,4	5,0	3,6	3,7	2,8	3,6	2,2	2,8	3,5	48,9	84,3
Divorciado ou separado		4,3	2,6	5,0	.	.	.	3,0	1,2	.	.	90,0	.
Viúvo		6,0	4,8	2,7	1,0	2,0	0,0	3,1	2,3	.	.	62,2	97,0
Solteiro		3,5	3,0	2,3	1,9
Total		5,4	4,3	4,7	3,4	3,5	2,6	3,4	2,1	2,8	3,5	56,0	73,8
Situação profissional	$F(3,118)=7,065$; $p=0,000$		$F(3,19)=0,334$; n.s.		$F(1,4)=1,053$; n.s.		$F(3,74)=0,252$; n.s.		$F(3,8)=1,334$; n.s.		$F(1,4)=0,118$; n.s.		
Empregado	cd	3,9	1,8	5,5	3,9	4,5	3,2	3,3	2,6	2,8	1,8	.	.
Reformado	c	4,9	3,7	4,3	3,4	2,3	1,5	3,4	2,0	2,5	1,0	52,1	77,5
Desempregado	abd	11,2	7,0	2,0	.	.	.	3,6	2,2	1,0	0,0	90,0	.
Doméstico	ab	7,2	6,8	5,5	0,9	.	.	4,2	2,1	7,2	10,7	.	.
Total		5,4	4,3	4,7	3,4	3,5	2,6	3,4	2,1	2,8	3,5	56,0	73,8

*Grupos que são significativamente diferentes entre si (comparação múltipla das médias das ordens. teste LSD para $p \leq 0,05$). Escolaridade: (a) Não sabe ler nem escrever, (b) Ensino básico, (c) Ensino secundário, (d) Ensino Superior. Situação profissional: (a) Empregado, (b) Reformado, (c) Desempregado, (d) Doméstico

daqueles que não completaram qualquer grau de ensino (5,9%). Os reformados, como verificado anteriormente em relação às crianças, são quem presta mais cuidados a pessoas adultas (32,2%).

Quadro 3.21 Tempo dedicado à prestação de cuidados a crianças por sexo por dimensão e composição da rede pessoal

	Horas/dia (n=127)		Horas/semana (n=23)		Horas/mês (n=7)		Dias/semana (n=80)		Dias/mês (n=13)		Dias/ano (n=7)	
	Média	desvio- padrão	média	desvio- padrão	média	desvio- padrão	média	desvio- padrão	média	desvio- padrão	média	desvio- padrão
Dimensão da rede	$t(117)=-0,164$; n.s.		$t(19)=0,131$; n.s.		$t(5)=2,599$; n.s.		$t(74)=-0,572$; n.s.		$t(11)=1,111$; n.s.		$t(18)=1,524$; n.s.	
Pequena	4,8	4,1	3,9	3,4	3,8	3,7	2,9	2,0	1,9	1,2	55,5	92,7
Grande	5,8	4,5	5,2	3,4	3,1	1,6	3,6	2,2	5,0	6,2	56,7	59,1
Composição da rede	$t(116)=1,468$; n.s.		$t(19)=0,033$; n.s.				$t(72)=0,049$; n.s.		$t(4)=-0,792$; n.s.		$t(18)=2,384$; $p=0,029$	
Pred. familiar	4,8	4,1	3,9	3,4	3,8	3,7	2,9	2,0	1,9	1,2	55,5	92,7
Pred. não-familiar	5,8	4,5	5,2	3,4	3,1	1,6	3,6	2,2	5,0	6,2	56,7	59,1

Se em relação às crianças a configuração das redes pessoais não se revelou significativa, neste caso identificamos o efeito da dimensão das redes (Quadro 3.23). Os indivíduos integrados em redes maiores (21,7%) prestam mais cuidados do que os integrados em redes mais restritas (15,4%). A composição das redes, apesar de não introduzir uma variação significativa, revela, tal como observado relativamente aos cuidados prestados às crianças, que a tendência vai no sentido de os cuidados a adultos ocorrerem essencialmente dentro da rede familiar, reafirmando uma solidariedade entre os membros familiares (*bonding social capital*). É isso que se observa quando analisamos a relação com as pessoas adultas (Quadro 3.24). Mais de um terço (34,9%) dos adultos a quem prestam cuidados refere-se aos pais dos entrevistados. Tendo em conta a idade avançada dos entrevistados (50+), poder-se-á supor que estas pessoas serão já muito idosas, possivelmente em situações de dependência. De referir ainda que, apesar de estes cuidados serem prestados no interior de redes tendencialmente familiares, os indivíduos afirmam que, para além dos próprios pais, cuidam ainda de vizinhos (17,6%) e de amigos (13,9%).

Quadro 3.22 Prestação de cuidados a pessoas adultas por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional

	Sim		Não		Total	
	n	%	N	%	n	%
Sexo						
$\chi^2(1) = 0,345; n.s.$						
Masculino	73	16,4	372	83,6	445	100,0
Feminino	98	17,9	452	82,1	550	100,0
Total	171	17,2	824	82,8	995	100,0
Idade						
$\chi^2(2) = 11,751; p = 0,003$						
50 - 64 anos [*]	107	21,1	400	78,9	507	100,0
65 - 74 anos	41	14,3	245	85,7	286	100,0
+ 75 anos [*]	23	11,5	178	88,5	202	100,0
Total	171	17,2	824	82,8	995	100,0
Escolaridade						
$\chi^2(3) = 9,830; p = 0,020$						
Não sabe ler nem escrever [*]	4	5,9	58	94,1	61	100,0
Ensino básico	120	16,8	594	83,2	715	100,0
Ensino secundário [*]	26	24,8	78	75,2	104	100,0
Ensino superior	21	19,0	88	81,0	108	100,0
Total	170	17,2	818	82,8	988	100,0
Estado civil						
$\chi^2(3) = 4,113; n.s.$						
Casado	114	18,0	520	82,0	634	100,0
Divorciado ou separado	16	16,6	80	83,4	96	100,0
Viúvo	27	13,3	173	86,7	199	100,0
Solteiro	15	23,3	48	76,7	63	100,0
Total	171	17,2	821	82,8	993	100,0
Situação profissional						
$\chi^2(3) = 16,262; p = 0,001$						
Empregado	48	19,2	201	80,8	249	100,0
Reformado	89	15,7	480	84,3	569	100,0
Desempregado [*]	25	32,5	52	67,5	77	100,0
Doméstico	7	9,6	61	90,4	68	100,0
Total	168	17,5	795	82,5	963	100,0

*Categoria com relação significativa: *Adjusted residual* < -2 ou >2, para um nível de significância de 5%.

Quadro 3.23 Prestação de cuidados a pessoas adultas por dimensão e composição da rede pessoal

	Sim		Não		Total	
	n	%	N	%	n	%
Dimensão da rede						
$\chi^2(1) = 5,835; p = 0,016$						
Pequena	88	15,4	484	84,6	572	100,0
Grande	73	21,7	263	78,3	336	100,0
Total	161	17,7	747	82,3	908	100,0
Composição da rede						
$\chi^2(1) = 3,805; n.s.$						
Predominantemente familiar	112	16,4	571	83,61	683	100,0
Predominantemente não-familiar	48	22,2	168	77,75	217	100,0
Total	160	17,8	740	82,20	900	100,0

Quadro 3.24 Relação com as pessoas adultas a quem presta cuidados

	Total	
	N	%
Marido (mulher) / companheiro(a)	15	7,9
Pai/Mãe	66	34,9
Sogro/a	19	10,0
Irmã/Irmão	5	2,5
Filho(a)	7	3,6
Genro/Nora	1	0,5
Tia/Tio	4	1,9
Cunhado(a)	6	3,0
Outro parente	6	3,0
Amigo(a)	26	13,9
Ex-colega/ colega	1	0,6
Vizinho(a)	33	17,6
Outro	1	0,5
Total	190	100,0

Considerando o tempo dedicado a esta tarefa (Quadro 3.25), na generalidade, os resultados obtidos não se revelam significativos. Porém, ao nível dos inquiridos, sabe-se que as mulheres lhe dedicam mais tempo que os homens: em média, mais um dia por semana e quase mais três horas diárias. Os indivíduos mais velhos (com mais de 75 anos), os que completaram o ensino

Quadro 3.25 Tempo dedicado à prestação de cuidados a adultos por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional

	Dias/semana (n=133)		Horas/dias (n=142)		Minutos/dia (n=9)	
	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão
Sexo	$t(131)=-2,387; n.s$		$t(140)=-2,348; n.s$		$t(7)=0,296; n.s$	
Masculino	4,3	2,5	5,2	6,5	30,0	0,0
Feminino	5,3	2,4	8,4	9,2	27,8	12,1
Total	4,9	2,5	7,0	8,3	28,6	9,7
Idade	$F(2,129)=2,521; n.s$		$F(2,139)=1,239; n.s$		$F(2,6)=1,330; n.s$	
50 - 64 anos	4,6	2,5	6,3	7,5	30,0	0,0
65 - 74 anos	5,4	2,4	8,2	9,4	21,7	14,6
+ 75 anos	5,8	2,2	9,1	9,9	34,4	8,7
Total	4,9	2,5	7,0	8,3	28,6	9,7
Escolaridade	$F(3,128)=1,219; n.s$		$F(3,137)=1,724; n.s$		$F(1,7)=0,048; n.s$	
Não sabe ler nem escrever	3,3	2,7	7,7	9,8	.	.
Ensino básico	5,2	2,4	7,8	8,8	28,2	11,1
Ensino secundário	4,6	2,5	6,3	7,3	.	.
Ensino superior	4,3	2,8	3,2	3,7	30,0	0,0
Total	4,9	2,5	7,0	8,3	28,6	9,7
Estado civil	$F(3,128)=1,687; n.s$		$F(3,138)=2,956; p=0,035$		$F(2,6)=0,665; n.s$	
Casado	4,8	2,5	6,3	7,7	25,1	11,1
Divorciado ou separado	4,0	2,9	3,8	3,0	30,0	.
Viúvo	5,3	2,2	10,2	10,1	33,3	7,4
Solteiro	6,0	2,2	10,4	9,9	.	.
Total	4,9	2,5	7,0	8,3	28,6	9,7
Situação profissional	$F(3,126)=2,959; p=0,035$		$F(3,137)=1,294; n.s$		$F(32,5)=10,962; p=0,015$	
Empregado	5,0	2,5	5,1	6,9	30,0	0,0
Reformado	5,2	2,4	7,2	8,6	32,5	6,3
Desempregado	3,6	2,5	8,6	7,9	.	.
Doméstico	6,0	2,5	10,1	12,6	5,0	.
Total	4,9	2,5	7,0	8,3	28,6	9,7

básico e os solteiros são também os que revelam despende mais tempo nesta actividade. Ao nível da situação no mercado de trabalho, observa-se que são sobretudo as domésticas quem dedica, em média, mais dias e mais horas à prestação de cuidados a pessoas adultas. Por último, ao nível da dimensão e da composição das redes pessoais (Quadro 3.26), não foram encontrados resultados significativos ou sequer diferenciadores.

Quadro 3.26 Tempo dedicado à prestação de cuidados adultos por dimensão e composição da rede pessoal

	Dias/semana (n=133)		Horas/dias (n=142)		Minutos/dia (n=9)	
	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão
Dimensão da rede	$t(122)=0,923$; n.s		$t(131)=-0,759$; n.s		$t(7)=0,533$; n.s	
Pequena	5,0	2,5	6,3	7,5	30,0	0,0
Grande	4,6	2,5	7,4	9,0	26,3	16,9
Total	4,9	2,5	7,0	8,3	28,6	9,7
Composição da rede	$t(133)=0,978$; n.s		$t(131)=-0,347$; n.s		$t(7)=-0,286$; n.s	
Predominantemente familiar	5,0	2,5	6,6	8,0	27,9	12,0
Predominantemente não-familiar	4,5	2,6	7,1	8,6	30,0	0,0
Total	4,9	2,5	7,0	8,3	28,6	9,7

3.5 Síntese conclusiva

A literatura põe em evidência a relação entre a participação social e os níveis de bem-estar que dela resultam (Kohli, Hank & Künemund, 2009). O capital social associado a esta participação é analisado tendo em conta a pertença associativa, a participação em actividades organizadas para os reformados e para a chamada “terceira idade”, a participação informal em grupos de convívio e a prestação voluntária de cuidados a crianças e idosos. De acordo com a análise efectuada destes indicadores, é possível identificar, por um lado, os factores que diferenciam a participação formal e informal das pessoas mais velhas e, por outro, identificar padrões de participação social.

Foram identificados efeitos de idade em todos os tipos de participação social. Com efeito, verifica-se que os indivíduos mais novos são os que revelam níveis de participação mais elevados, quando comparados com os mais velhos. São, porém, os reformados aqueles que participam mais, por um lado, pela disponibilidade proporcionada pela saída do mercado de trabalho e, por

outro, pela necessidade de reestruturar uma nova fase da vida. Esta mudança, aliás, é visível no tipo de associações e entidades às quais as pessoas aderem ao longo da vida. Se durante a vida activa é mais expressiva a vinculação a sindicatos e associações profissionais, assim como a associações de pais, após a reforma assiste-se a uma desvinculação deste tipo de associações e a uma adesão a associações de âmbito desportivo, cultural e de solidariedade social. A vinculação a diferentes associações reflecte também as actividades orientadas para reformados, realizadas pelos indivíduos, nomeadamente actividades promovidas pelos serviços das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, entidades religiosas e colectividades recreativas.

A participação em grupos informais e a prestação de cuidados são também determinadas pelo factor idade e situação profissional. O nível de convívio informal tende a diminuir nos indivíduos mais velhos, assim como a disponibilidade para prestar cuidados a crianças ou a adultos. O estado civil é também um factor que introduz variações nos níveis de participação. Os viúvos (sobretudo mulheres) são quem declara participar menos, confirmando a tendência para o isolamento deste segmento populacional; pelo contrário, os casados são os que participam mais.

É entre homens e mulheres com diferentes níveis de escolaridade que emergem as principais diferenças entre as duas formas de participação (formal e informal). Relativamente ao sexo, enquanto ao nível da pertença associativa e da participação em actividades organizadas se destaca a participação masculina, ao nível da participação informal são as mulheres que declaram níveis mais elevados, sobretudo em relação aos cuidados prestados a crianças e a adultos. Trata-se, de algum modo, de uma confirmação dos papéis socialmente atribuídos às mulheres. Em relação ao convívio informal, as mulheres tendem a participar mais localmente e em ambientes mais familiares. Esta ideia será desenvolvida no próximo capítulo, onde se analisará o valor preditivo do contacto com os vizinhos na adopção de práticas de envelhecimento activo, no caso feminino.

Relativamente à escolaridade, os indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados assumem níveis de participação formal também mais elevados, quando comparados com aqueles sem qualquer nível de escolaridade ou com níveis mais baixos. Inversamente, estes últimos são os que participam mais nas actividades informais, compensando, a fraca participação formal. Finalmente, e como foi analisado no capítulo anterior, a configuração das redes pessoais introduz, se bem que de forma reduzida, variações em termos de participação informal. Enquanto o nível de convívio informal é determinado pela composição das redes, ao nível da prestação de cuidados o tamanho das redes é mais determinante.

Em termos gerais, constata-se ainda que, apesar de o nível de participação social ser relativamente baixo, a frequência efectiva – actual e passada – de prática de actividades e de participação em actividades organizadas por diversos tipos de entidades é elevada. Além disso, os indivíduos que participam fazem-no regularmente. Este ponto será retomado no próximo capítulo, que integrará o modelo final do envelhecimento activo.

Capítulo 4

Ocupações e Actividades de Tempos Livres

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, o envelhecimento activo é definido como “o processo de optimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, visando melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem” (WHO, 2002: 12). “Actividade” e “saúde” são dois elementos fundamentais na definição deste conceito (Almeida, 2007; Zaidi & Zolyomi, 2011). A actividade pressupõe não só o desenvolvimento de actividades físicas ou a participação no mercado de trabalho, mas também a participação social, cultural, cívica e espiritual. Relativamente à saúde, pressupõe-se saúde física, mental e bem-estar (WHO, 2002).

As políticas que promovem o envelhecimento activo conheceram, recentemente, um novo impulso com base no documento *Europe 2020. A Strategy for Smart, Sustainable and Inclusive Growth* (2010), onde se destaca o “desafio de promover um envelhecimento saudável e activo, permitindo a coesão social e uma maior produtividade” (2010: 18), através da promoção da aprendizagem ao longo da vida, da participação em actividades produtivas durante a reforma, assim como fora do mercado de trabalho e em actividades saudáveis (Zaidi & Zolyomi, 2011:7). Os estudos empíricos evidenciam o papel fundamental da prática desse tipo de actividades na satisfação com a vida e no bem-estar pessoal, bem como os seus resultados positivos na saúde e qualidade de vida (Silverstein & Parker, 2002; Agahi & Parker, 2005; Paillard-Borg *et al.*, 2009; Agahi, Silverstein & Parker, 2011; Chatzitheochari & Arber, 2011), questões que serão retomadas no capítulo seguinte.

Todavia, para perceber se os indivíduos envelhecem de acordo com estas premissas é necessário analisar, por um lado, as actividades remuneradas e, por outro, as não remuneradas. Neste capítulo, apenas serão analisadas as actividades praticadas durante o tempo livre dos inquiridos, ou seja, fora da esfera do trabalho remunerado. Ainda que, de acordo com este critério, a maioria das actividades consideradas neste estudo se refiram a actividades de lazer, foram também incluídas actividades de âmbito instrumental e relacionadas com as obrigações do quotidiano (tarefas domésticas, prestação de cuidados, jardinagem e cultivo de horta, tratar de um animal doméstico, etc.). A inclusão destas últimas actividades teve em consideração o facto de que,

⁹ Nos *Focus Group* realizados no âmbito deste projecto, a maioria dos participantes referiram a realização de tarefas domésticas durante os seus tempos livres. Muitas das tarefas confundem-se com as actividades de lazer, *hobbies*, como por exemplo cozinhar e realizar trabalhos de costura.

embora fora do mercado de trabalho, algumas destas actividades podem ter carácter produtivo e físico.⁹

Neste capítulo, os padrões de actividades de tempo livre dos seniores (50+) serão analisados com base na frequência da sua realização, tendo em conta os principais atributos sociodemográficos dos inquiridos (sexo, idade, escolaridade, estado civil, situação profissional). Ainda que vários estudos sobre prática de actividades analisem o uso do tempo recorrendo à aplicação de diários (*time diaries*), é possível fazê-lo, também, através da aplicação de questionário (Schulz & Grunow, 2007: 4). Esta técnica não permite, no entanto, definir sequências de tempos e actividades. Como tal, os padrões de práticas das várias actividades serão definidos de acordo, apenas, com as frequências de tempo recolhidas.

Com base no paradigma do envelhecimento activo, serão analisados diversos factores que determinam a prática de actividades individuais e colectivas diversificadas dos seniores em Portugal. Serão também consideradas outras variáveis (situação profissional, rendimento do agregado, ocupação socioprofissional, composição do agregado doméstico e configuração das redes pessoais, estado subjectivo de saúde e presença de impedimentos físicos e psicológicos), procurando compreender, assim, as formas diferenciadas através das quais os seniores ocupam os seus tempos livres. Por último, através da construção de um modelo de regressão, procurar-se-á determinar os preditores das práticas associadas ao envelhecimento activo, considerando para tal: (1) os factores sociodemográficos; (2) a configuração das redes pessoais; (3) o estado de saúde subjectivo; (4) a participação social e (5) as representações sociais sobre o envelhecimento analisadas também no capítulo seguinte. O mesmo modelo será ainda replicado para ambos os sexos, separadamente, com o objectivo de conhecer os factores mais importantes que determinam a prática de actividades associadas ao envelhecimento activo no caso dos homens e no das mulheres.

4.1 Prática de actividades de tempos livres

Interessa analisar a prática de uma série de actividades realizadas durante os tempos livres, isto é, fora dos tempos de trabalho produtivo, actividades essas diversificadas no seu âmbito (culturais, sociais, expressivas, físicas e instrumentais). De acordo com os valores globais apresentados no Quadro 4.1, em relação às actividades realizadas durante os tempos livres verifica-se que as actividades praticadas pelos inquiridos com maior frequência¹⁰ são, previsivelmente, ver televisão (95,4%) e realizar tarefas domésticas (70,9%). Fora dessas actividades de rotina diária, contam-se a leitura (48,2%), ouvir

¹⁰ Consideram-se as actividades praticadas diariamente.

rádio (42,6%), tratar ou passear um animal de estimação (40,5%), ouvir música (39,3%) e passear (25,2%).

As restantes actividades diferenciam-se pela prática menos frequente e até, em muitos casos, pelo facto de nunca serem praticadas pelos inquiridos. Tendo por base esta última consideração, as actividades menos praticadas são: participar em eventos promovidos por partidos políticos, sindicatos ou movimentos cívicos (93,2% nunca participaram); ir a cursos ou acções de formação por sua iniciativa (89,3%); realizar uma actividade artística (89,2%); ir a eventos desportivos (79,5%); jogar jogos de mesa (74,2%); ir ao cinema, concertos, teatros, museus, galerias ou exposições de arte (73,5%), usar um computador (71,1%), fazer palavras cruzadas ou quebra-cabeças (68,6%); praticar desporto (64,2%); fazer artesanato, trabalhos manuais e reparações caseiras (60,3%); fazer jardinagem ou cultivar uma horta (53,0%) e visitar amigos e conhecidos ou convidá-los para sua casa (31,3%).

São os homens quem pratica com maior frequência a maioria das actividades de tempos livres. Tendo em conta a frequência diária, algumas actividades destacam-se pela grande diferença observada entre a prática masculina e a prática feminina. Ler diariamente é a actividade que apresenta a maior diferença entre homens e mulheres (20,4%), seguido de ouvir rádio (15,5%), ouvir música (13,8%) e usar um computador (13,6%). As actividades de carácter mais instrumental e associadas à esfera privada, como tarefas domésticas, artesanato, trabalhos manuais e reparações caseiras, são praticadas mais frequentemente pelas mulheres.

A idade dos indivíduos (Quadro 4.2) introduz efeitos visíveis na prática das actividades. Tendencialmente, o nível de actividade decresce no caso dos indivíduos mais velhos. Quanto mais velhas são as pessoas, menor é a frequência da prática de actividades de tempos livres e maior o número de actividades que nunca são praticadas.

Analisando a prática destas actividades de tempos livres segundo o nível de escolaridade dos inquiridos (Quadro 4.3), verifica-se que as diferenças se estabelecem, na maior parte dos casos, entre as pessoas que têm um dos dois níveis de escolaridade mais elevados (ensino secundário e ensino superior) e as que não têm qualquer nível de escolaridade ou têm apenas o ensino básico. As primeiras são quem declara praticar mais frequentemente todas as actividades. Ler, passear, ir ao cinema e a outros eventos culturais, assim como participar em cursos ou acções de formação, são actividades cuja prática se diferencia em todos os níveis de escolaridade.

Quanto ao estado civil dos inquiridos (Quadro 4.4), na generalidade, casados, solteiros e divorciados ou separados diferenciam-se sobretudo dos viúvos, que são quem pratica menos frequentemente todas as actividades de

tempos livres. Verifica-se igualmente, em relação a algumas actividades, que os indivíduos solteiros, divorciados ou separados são os que declaram uma menor prática. É o caso das actividades instrumentais (tarefas domésticas), por razões de necessidade, mas também as actividades de carácter individual (usar um computador, fazer palavras-cruzadas e quebra-cabeças), confirmando de algum modo as tendências sociológicas reconhecidas para uma relativa desvinculação – ou menor integração social – por parte das pessoas sem vínculos familiares.

Por último, tendo em conta a situação profissional dos inquiridos (Quadro 4.5), é possível identificar duas tendências. Na maior parte das actividades, a prática distingue-se de acordo com o binómio activo/inactivo. Os indivíduos em idade activa, empregados ou desempregados, praticam mais frequentemente determinadas actividades (usar computador; visitar amigos e recebê-los em sua casa; ler; ouvir rádio; ouvir música; praticar desporto; ir a eventos desportivos; jogar jogos de mesa e ir a cursos de formação) do que os reformados ou domésticas. Apesar da disponibilidade de tempo que se associa às pessoas que já não trabalham e do desejo, muitas vezes manifestado,¹¹ de ter tempo livre para a realização de actividades, são, no entanto, aqueles que ainda participam no mercado de trabalho que mais actividades realizam. Nomeadamente em relação a algumas actividades, como participar em eventos promovidos por partidos políticos, sindicatos ou movimentos cívicos¹²; realizar palavras cruzadas ou quebra-cabeças; tratar de um animal de estimação e ir ao cinema e outros eventos culturais, são os indivíduos activos empregados aqueles que as praticam com maior frequência.

¹¹. A vontade de ter tempo livre para poder realizar actividades foi manifestada pela maioria dos participantes dos *Focus Group*.

¹². No caso desta actividade, a prática está muito associada à situação profissional. São as pessoas empregadas as que mais se mobilizam e participam, sobretudo, em actividades promovidas pelos sindicatos.

Quadro 4.1 Frequência de realização de actividades por sexo

	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Realizar tarefas domésticas						
<i>U=71693,000; p= 0,000</i>						
Diariamente	204	45,9%	499	91,3%	704	70,9%
2 a 5 vezes por semana	51	11,5%	16	2,9%	67	6,8%
1 vez por semana	43	9,6%	13	2,4%	56	5,6%
1-3 vezes por mês	14	3,2%	2	,3%	16	1,6%
Menos de 1 vez por mês	20	4,5%	1	,3%	22	2,2%
Nunca	113	25,3%	15	2,8%	128	12,9%
Total	446	100,0%	547	100,0%	992	100,0%

	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Fazer artesanato, trabalhos manuais, reparações caseiras						
<i>U=115290,500; p= 0,000</i>						
Diariamente	25	5,7%	57	10,4%	83	8,3%
2 a 5 vezes por semana	25	5,5%	31	5,5%	55	5,5%
1 vez por semana	36	8,1%	22	4,0%	58	5,8%
1-3 vezes por mês	54	12,3%	21	3,8%	75	7,6%
Menos de 1 vez por mês	77	17,5%	47	8,5%	124	12,5%
Nunca	226	50,9%	375	67,8%	600	60,3%
Total	443	100,0%	552	100,0%	996	100,0%
Usar computador						
<i>U=107191,500; p= 0,000</i>						
Diariamente	112	25,0%	63	11,4%	174	17,4%
2 a 5 vezes por semana	29	6,4%	27	4,8%	55	5,5%
1 vez por semana	17	3,8%	14	2,5%	31	3,1%
1-3 vezes por mês	6	1,3%	4	,8%	10	1,0%
Menos de 1 vez por mês	8	1,8%	10	1,7%	18	1,8%
Nunca	276	61,7%	435	78,7%	710	71,1%
Total	447	100,0%	552	100,0%	999	100,0%
Participar em eventos promovidos por partidos políticos, sindicatos ou movimentos cívicos						
<i>U=128327,000; p= 0,008</i>						
Diariamente	1	,3%	0	0,0%	1	,1%
2 a 5 vezes por semana	3	,7%	1	,2%	4	,4%
1 vez por semana	2	,5%	2	,4%	5	,5%
1-3 vezes por mês	11	2,4%	4	,7%	14	1,4%
Menos de 1 vez por mês	22	4,9%	22	3,9%	43	4,4%
Nunca	407	91,2%	524	94,8%	930	93,2%
Total	446	100,0%	552	100,0%	998	100,0%
Visitar amigos e conhecidos ou convidá-los para sua casa						
<i>U=110515,000; p= 0,000</i>						
Diariamente	6	1,3%	18	3,3%	24	2,4%
2 a 5 vezes por semana	38	8,5%	24	4,4%	62	6,2%
1 vez por semana	73	16,3%	79	14,3%	152	15,2%
1-3 vezes por mês	130	29,1%	110	20,0%	240	24,0%
Menos de 1 vez por mês	95	21,3%	113	20,4%	208	20,8%
Nunca	105	23,6%	207	37,6%	312	31,3%
Total	446	100,0%	552	100,0%	997	100,0%

	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Realizar palavras cruzadas ou quebra-cabeças						
<i>U=124157,500; p= 0,016</i>						
Diariamente	46	10,3%	31	5,6%	77	7,7%
2 a 5 vezes por semana	30	6,7%	41	7,4%	71	7,1%
1 vez por semana	39	8,7%	55	10,0%	94	9,4%
1-3 vezes por mês	17	3,8%	19	3,4%	35	3,5%
Menos de 1 vez por mês	24	5,3%	13	2,3%	36	3,6%
Nunca	290	65,1%	395	71,4%	685	68,6%
Total	446	100,0%	552	100,0%	998	100,0%
Fazer jardinagem ou cultivou uma horta						
<i>U=129401,000; n.s.</i>						
Diariamente	90	20,3%	121	21,9%	211	21,2%
2 a 5 vezes por semana	46	10,4%	60	10,8%	106	10,6%
1 vez por semana	40	8,9%	48	8,7%	88	8,8%
1-3 vezes por mês	14	3,1%	20	3,7%	34	3,4%
Menos de 1 vez por mês	12	2,8%	18	3,2%	30	3,0%
Nunca	242	54,5%	286	51,7%	528	53,0%
Total	444	100,0%	552	100,0%	997	100,0%
Ver televisão						
<i>U=129157,500; n.s.</i>						
Diariamente	436	97,5%	518	93,7%	954	95,4%
2 a 5 vezes por semana	6	1,3%	17	3,2%	23	2,3%
1 vez por semana	4	,9%	4	,7%	8	,8%
1-3 vezes por mês	0	0,0%	1	,3%	1	,1%
Menos de 1 vez por mês	1	,3%	0	0,0%	1	,1%
Nunca	0	0,0%	12	2,2%	12	1,2%
Total	447	100,0%	553	100,0%	1000	100,0%
Ler						
<i>U=100676,000; p= 0,000</i>						
Diariamente	261	59,1%	217	39,5%	478	48,2%
2 a 5 vezes por semana	57	12,9%	80	14,5%	137	13,8%
1 vez por semana	29	6,6%	51	9,2%	80	8,0%
1-3 vezes por mês	8	1,9%	25	4,6%	33	3,4%
Menos de 1 vez por mês	24	5,3%	24	4,4%	48	4,8%
Nunca	63	14,3%	153	27,8%	216	21,8%
Total	442	100,0%	551	100,0%	993	100,0%

	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Ouvir rádio						
<i>U=102316,000; p= 0,000</i>						
Diariamente	228	51,2%	197	35,7%	425	42,6%
2 a 5 vezes por semana	45	10,1%	29	5,3%	74	7,4%
1 vez por semana	25	5,5%	24	4,4%	49	4,9%
1-3 vezes por mês	12	2,7%	14	2,6%	27	2,7%
Menos de 1 vez por mês	18	4,1%	27	5,0%	46	4,6%
Nunca	117	26,3%	260	47,1%	378	37,8%
Total	446	100,0%	552	100,0%	998	100,0%
Tratar, passear, fazer festas a um cão, um gato ou outro animal de estimação						
<i>U=130230,000; n.s.</i>						
Diariamente	171	38,6%	230	41,9%	401	40,5%
2 a 5 vezes por semana	28	6,2%	22	4,1%	50	5,0%
1 vez por semana	10	2,2%	8	1,4%	17	1,8%
1-3 vezes por mês	6	1,4%	5	,8%	11	1,1%
Menos de 1 vez por mês	8	1,8%	16	3,0%	24	2,5%
Nunca	220	49,7%	267	48,8%	487	49,2%
Total	442	100,0%	548	100,0%	991	100,0%
Ouvir música						
<i>U=107942,500; p= 0,000</i>						
Diariamente	209	47,0%	183	33,2%	393	39,3%
2 a 5 vezes por semana	49	11,1%	51	9,2%	100	10,0%
1 vez por semana	35	7,9%	43	7,9%	78	7,9%
1-3 vezes por mês	8	1,8%	18	3,2%	26	2,6%
Menos de 1 vez por mês	16	3,5%	30	5,4%	45	4,6%
Nunca	128	28,8%	227	41,2%	356	35,6%
Total	446	100,0%	552	100,0%	998	100,0%
Passear						
<i>U=111293,000; p= 0,000</i>						
Diariamente	134	30,0%	118	21,3%	251	25,2%
2 a 5 vezes por semana	61	13,7%	66	12,0%	128	12,8%
1 vez por semana	127	28,5%	144	26,1%	271	27,2%
1-3 vezes por mês	27	6,1%	50	9,1%	77	7,8%
Menos de 1 vez por mês	40	9,0%	60	10,9%	100	10,0%
Nunca	57	12,7%	113	20,5%	170	17,0%
Total	446	100,0%	551	100,0%	997	100,0%

	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Praticar desporto						
<i>U=124528,000; p= 0,019</i>						
Diariamente	67	15,1%	59	10,7%	127	12,7%
2 a 5 vezes por semana	51	11,5%	83	14,9%	134	13,4%
1 vez por semana	38	8,4%	21	3,7%	58	5,8%
1-3 vezes por mês	9	2,1%	16	3,0%	26	2,6%
Menos de 1 vez por mês	8	1,8%	6	1,1%	14	1,4%
Nunca	273	61,1%	369	66,7%	642	64,2%
Total	447	100,0%	553	100,0%	1000	100,0%
Realizar alguma actividade artística						
<i>U=132653,500; n.s.</i>						
Diariamente	7	1,7%	5	0,9%	12	1,2%
2 a 5 vezes por semana	7	1,7%	14	2,5%	22	2,2%
1 vez por semana	3	0,8%	18	3,2%	21	2,1%
1-3 vezes por mês	9	2,0%	9	1,7%	18	1,8%
Menos de 1 vez por mês	17	3,9%	17	3,2%	35	3,5%
Nunca	402	90,1%	490	88,6%	892	89,2%
Total	446	100,0%	553	100,0%	999	100,0%
Ir ao cinema, concertos, teatro, museus, galerias ou exposições de arte						
<i>U=119182,000; p= 0,000</i>						
Diariamente	1	,2%	0	0,0%	1	,1%
2 a 5 vezes por semana	1	,2%	1	,1%	2	,2%
1 vez por semana	7	1,6%	12	2,2%	20	2,0%
1-3 vezes por mês	54	12,1%	41	7,3%	95	9,5%
Menos de 1 vez por mês	78	17,6%	69	12,4%	147	14,7%
Nunca	303	68,2%	431	77,9%	734	73,5%
Total	445	100,0%	553	100,0%	998	100,0%
Ir a eventos desportivos						
<i>U=98213,500; p= 0,000</i>						
Diariamente	1	0,2%	1	0,1%	2	0,2%
2 a 5 vezes por semana	5	1,1%	1	0,1%	6	0,6%
1 vez por semana	18	4,1%	7	1,3%	26	2,6%
1-3 vezes por mês	53	11,8%	13	2,4%	66	6,6%
Menos de 1 vez por mês	79	17,8%	27	4,8%	106	10,6%
Nunca	290	65,0%	504	91,2%	794	79,5%
Total	446	100,0%	553	100,0%	999	100,0%

	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Jogar jogos de mesa						
<i>U=97403,000; p= 0,000</i>						
Diariamente	27	6,1%	4	0,7%	31	3,1%
2 a 5 vezes por semana	23	5,1%	10	1,8%	33	3,3%
1 vez por semana	51	11,4%	12	2,1%	62	6,2%
1-3 vezes por mês	27	6,1%	16	2,9%	43	4,3%
Menos de 1 vez por mês	51	11,4%	38	6,9%	89	8,9%
Nunca	267	59,9%	474	85,6%	741	74,2%
Total	446	100,0%	553	100,0%	999	100,0%
Ir a cursos ou acções de formação por sua iniciativa						
<i>U=126300,500; p= 0,004</i>						
Diariamente	4	1,0%	2	0,4%	6	0,6%
2 a 5 vezes por semana	9	2,0%	5	0,8%	14	1,4%
1 vez por semana	3	0,8%	1	0,1%	4	0,4%
1-3 vezes por mês	5	1,2%	6	1,1%	11	1,1%
Menos de 1 vez por mês	36	8,1%	36	6,5%	72	7,2%
Nunca	387	87,0%	504	91,1%	891	89,3%
Total	445	100,0%	553	100,0%	998	100,0%

Quadro 4.2 Frequência de realização de actividades por idade

	50 - 64 anos		65 - 74 anos		+ 75 anos		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Realizar tarefas domésticas								
<i>$\chi^2_{KW}(2) = 18,973; n.s.$</i>								
Diariamente	362	71,1%	207	72,8%	134	67,9%	704	70,9%
2 a 5 vezes por semana	34	6,8%	23	8,2%	9	4,7%	67	6,8%
1 vez por semana	40	7,9%	13	4,7%	2	1,2%	56	5,6%
1-3 vezes por mês	9	1,9%	4	1,4%	3	1,3%	16	1,6%
Menos de 1 vez por mês	13	2,5%	3	1,1%	6	3,0%	22	2,2%
Nunca	51	9,9%	34	11,9%	43	21,9%	128	12,9%
Total	510	100,0%	285	100,0%	198	100,0%	992	100,0%

	50 - 64 anos		65 - 74 anos		+ 75 anos		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Fazer artesanato, trabalhos manuais, reparações caseiras	c [*]		c		ab			
$\chi^2_{KW}(2) = 21,222; p = 0,000$								
Diariamente	32	6,2%	36	12,4%	16	7,8%	83	8,3%
2 a 5 vezes por semana	28	5,5%	22	7,7%	5	2,6%	55	5,5%
1 vez por semana	39	7,6%	16	5,4%	3	1,7%	58	5,8%
1-3 vezes por mês	44	8,7%	20	6,9%	11	5,6%	75	7,6%
Menos de 1 vez por mês	75	14,8%	33	11,5%	16	8,0%	124	12,5%
Nunca	290	57,1%	161	56,0%	149	74,4%	600	60,3%
Total	508	100,0%	287	100,0%	201	100,0%	996	100,0%
Usar computador	bc		ac		ab			
$\chi^2_{KW}(2) = 138,368; p = 0,000$								
Diariamente	135	26,5%	33	11,5%	6	3,0%	174	17,4%
2 a 5 vezes por semana	44	8,6%	11	3,8%	0	0,0%	55	5,5%
1 vez por semana	22	4,3%	8	2,9%	1	0,4%	31	3,1%
1-3 vezes por mês	9	1,7%	2	0,6%	0	0,0%	10	1,0%
Menos de 1 vez por mês	13	2,6%	5	1,7%	0	0,0%	18	1,8%
Nunca	288	56,4%	228	79,4%	195	96,6%	710	71,1%
Total	511	100,0%	287	100,0%	202	100,0%	999	100,0%
Participar em eventos promovidos por partidos políticos, sindicatos ou movimentos cívicos	bc		a		a			
$\chi^2_{KW}(2) = 12,150; p = 0,002$								
Diariamente	1	,2%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,1%
2 a 5 vezes por semana	4	,8%	0	0,0%	0	0,0%	4	0,4%
1 vez por semana	4	,7%	1	0,3%	0	0,0%	5	0,5%
1-3 vezes por mês	7	1,4%	6	2,2%	1	0,4%	14	1,4%
Menos de 1 vez por mês	31	6,2%	8	2,9%	4	1,8%	43	4,4%
Nunca	462	90,6%	271	94,6%	197	97,8%	930	93,2%
Total	509	100,0%	287	100,0%	202	100,0%	998	100,0%
Visitar amigos e conhecidos ou convidá-los para sua casa	c		c		ab			
$\chi^2_{KW}(2) = 55,068; p = 0,000$								
Diariamente	11	2,2%	8	2,6%	5	2,7%	24	2,4%
2 a 5 vezes por semana	40	7,9%	16	5,6%	6	2,8%	62	6,2%
1 vez por semana	96	18,8%	37	12,8%	20	9,7%	152	15,2%
1-3 vezes por mês	129	25,4%	81	28,5%	29	14,3%	240	24,0%
Menos de 1 vez por mês	107	21,0%	64	22,4%	36	18,0%	208	20,8%
Nunca	126	24,7%	80	28,0%	106	52,5%	312	31,3%
Total	509	100,0%	286	100,0%	202	100,0%	997	100,0%

	50 - 64 anos		65 - 74 anos		+ 75 anos		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Realizar palavras cruzadas ou quebra-cabeças	c		c		ab			
$\chi^2_{KW}(2) = 28,836; p = 0,000$								
Diariamente	31	6,2%	35	12,1%	11	5,3%	77	7,7%
2 a 5 vezes por semana	41	8,1%	19	6,6%	11	5,2%	71	7,1%
1 vez por semana	59	11,6%	29	10,0%	7	3,2%	94	9,4%
1-3 vezes por mês	31	6,0%	4	1,3%	1	0,4%	35	3,5%
Menos de 1 vez por mês	29	5,7%	4	1,4%	3	1,6%	36	3,6%
Nunca	318	62,4%	197	68,6%	170	84,2%	685	68,6%
Total	509	100,0%	287	100,0%	202	100,0%	998	100,0%
Fazer jardinagem ou cultivou uma horta								
$\chi^2_{KW}(2) = 5,768; n.s.$								
Diariamente	86	17,0%	75	26,1%	50	24,6%	211	21,2%
2 a 5 vezes por semana	50	9,7%	33	11,3%	24	11,9%	106	10,6%
1 vez por semana	50	9,9%	26	9,2%	11	5,4%	88	8,8%
1-3 vezes por mês	26	5,0%	9	3,0%		0,0%	34	3,4%
Menos de 1 vez por mês	18	3,6%	4	1,5%	7	3,7%	30	3,0%
Nunca	278	54,7%	140	48,9%	109	54,3%	528	53,0%
Total	508	100,0%	287	100,0%	202	100,0%	997	100,0%
Ver televisão								
$\chi^2_{KW}(2) = 0,615; n.s.$								
Diariamente	485	95,1%	276	96,4%	192	94,8%	954	95,4%
2 a 5 vezes por semana	14	2,8%	6	1,9%	4	1,8%	23	2,3%
1 vez por semana	5	1,0%	1	0,3%	2	0,8%	8	0,8%
1-3 vezes por mês	1	,3%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,1%
Menos de 1 vez por mês	1	0,2%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,1%
Nunca	3	,6%	4	1,4%	5	2,6%	12	1,2%
Total	511	100,0%	287	100,0%	202	100,0%	1000	100,0%
Ler	c		c		ab			
$\chi^2_{KW}(2) = 14,352; p = 0,001$								
Diariamente	255	50,3%	140	49,0%	84	41,7%	478	48,2%
2 a 5 vezes por semana	77	15,3%	33	11,7%	26	13,1%	137	13,8%
1 vez por semana	38	7,6%	30	10,4%	12	5,7%	80	8,0%
1-3 vezes por mês	22	4,3%	10	3,6%	2	0,8%	33	3,4%
Menos de 1 vez por mês	28	5,5%	11	3,7%	9	4,6%	48	4,8%
Nunca	86	17,1%	61	21,5%	69	34,1%	216	21,8%
Total	506	100,0%	285	100,0%	202	100,0%	993	100,0%

	50 - 64 anos		65 - 74 anos		+ 75 anos		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Ouvir rádio	bc		a		a			
$\chi^2_{KW}(2) = 31,117; p = 0,000$								
Diariamente	252	49,5%	108	37,7%	65	32,3%	425	42,6%
2 a 5 vezes por semana	37	7,2%	25	8,6%	13	6,5%	74	7,4%
1 vez por semana	28	5,5%	15	5,2%	5	2,7%	49	4,9%
1-3 vezes por mês	14	2,8%	5	1,8%	7	3,6%	27	2,7%
Menos de 1 vez por mês	25	5,0%	11	3,9%	9	4,6%	46	4,6%
Nunca	153	30,1%	123	42,9%	101	50,2%	378	37,8%
Total	510	100,0%	287	100,0%	202	100,0%	998	100,0%
Tratar de animal de estimação	bc		ac		ab			
$\chi^2_{KW}(2) = 25,686; p = 0,000$								
Diariamente	234	46,4%	106	37,1%	61	30,3%	401	40,5%
2 a 5 vezes por semana	26	5,1%	18	6,1%	6	3,2%	50	5,0%
1 vez por semana	9	1,7%	4	1,5%	4	2,2%	17	1,8%
1-3 vezes por mês	4	0,8%	6	2,1%	1	,4%	11	1,1%
Menos de 1 vez por mês	16	3,2%	6	2,1%	2	1,2%	24	2,5%
Nunca	215	42,8%	146	51,1%	125	62,7%	487	49,2%
Total	504	100,0%	287	100,0%	200	100,0%	991	100,0%
Ouvir música	bc		ac		ab			
$\chi^2_{KW}(2) = 53,416; p = 0,000$								
Diariamente	237	46,5%	103	36,3%	52	25,6%	393	39,3%
2 a 5 vezes por semana	55	10,8%	27	9,5%	18	8,7%	100	10,0%
1 vez por semana	54	10,7%	17	6,1%	7	3,2%	78	7,9%
1-3 vezes por mês	8	1,6%	10	3,6%	7	3,5%	26	2,6%
Menos de 1 vez por mês	17	3,4%	19	6,5%	10	4,8%	45	4,6%
Nunca	138	27,0%	108	37,9%	110	54,2%	356	35,6%
Total	511	100,0%	285	100,0%	202	100,0%	998	100,0%
Passear	c		c		ab			
$\chi^2_{KW}(2) = 22,537; p = 0,000$								
Diariamente	115	22,6%	89	31,1%	47	23,5%	251	25,2%
2 a 5 vezes por semana	66	12,9%	39	13,5%	23	11,5%	128	12,8%
1 vez por semana	180	35,4%	62	21,7%	29	14,3%	271	27,2%
1-3 vezes por mês	42	8,2%	21	7,2%	15	7,4%	77	7,8%
Menos de 1 vez por mês	51	10,0%	30	10,6%	19	9,4%	100	10,0%
Nunca	55	10,9%	46	16,0%	68	33,9%	170	17,0%
Total	509	100,0%	287	100,0%	202	100,0%	997	100,0%

	50 - 64 anos		65 - 74 anos		+ 75 anos		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Praticar desporto	bc		ac		ab			
$\chi^2_{KW}(2) = 52,202; p = 0,000$								
Diariamente	78	15,3%	36	12,5%	13	6,3%	127	12,7%
2 a 5 vezes por semana	81	15,8%	37	13,0%	16	7,9%	134	13,4%
1 vez por semana	45	8,8%	11	4,0%	1	0,7%	58	5,8%
1-3 vezes por mês	20	3,9%	5	1,7%	1	0,4%	26	2,6%
Menos de 1 vez por mês	7	1,4%	5	1,7%	2	0,9%	14	1,4%
Nunca	280	54,8%	192	67,0%	170	83,8%	642	64,2%
Total	511	100,0%	287	100,0%	202	100,0%	1000	100,0%
Realizar alguma actividade artística								
$\chi^2_{KW}(2) = 5,569; n.s.$								
Diariamente	5	1,1%	4	1,5%	3	1,3%	12	1,2%
2 a 5 vezes por semana	11	2,1%	8	2,7%	3	1,5%	22	2,2%
1 vez por semana	14	2,8%	7	2,3%	0	0,0%	21	2,1%
1-3 vezes por mês	15	3,0%	2	0,7%	1	0,4%	18	1,8%
Menos de 1 vez por mês	17	3,4%	11	3,7%	7	3,4%	35	3,5%
Nunca	447	87,6%	256	89,2%	188	93,5%	892	89,2%
Total	511	100,0%	287	100,0%	202	100,0%	999	100,0%
Ir ao cinema, concertos, teatro, museus, galerias ou exposições de arte	bc		ac		ab			
$\chi^2_{KW}(2) = 61,838; p = 0,000$								
Diariamente	0	,0%	1	0,4%	0	0,0%	1	0,1%
2 a 5 vezes por semana	1	,1%	1	0,4%	0	0,0%	2	0,2%
1 vez por semana	12	2,4%	6	2,0%	2	0,8%	20	2,0%
1-3 vezes por mês	69	13,5%	19	6,5%	7	3,5%	95	9,5%
Menos de 1 vez por mês	101	19,7%	36	12,6%	10	5,0%	147	14,7%
Nunca	327	64,2%	224	78,2%	183	90,8%	734	73,5%
Total	509	100,0%	287	100,0%	202	100,0%	998	100,0%
Ir a eventos desportivos	c		c		ab			
$\chi^2_{KW}(2) = 29,852; p = 0,000$								
Diariamente	1	0,1%	1	0,4%	0	0,0%	2	0,2%
2 a 5 vezes por semana	4	0,9%	1	0,4%	0	0,0%	6	0,6%
1 vez por semana	17	3,3%	6	2,2%	3	1,3%	26	2,6%
1-3 vezes por mês	41	8,1%	18	6,4%	6	3,0%	66	6,6%
Menos de 1 vez por mês	67	13,0%	30	10,6%	9	4,5%	106	10,6%
Nunca	381	74,5%	230	80,1%	184	91,2%	794	79,5%
Total	511	100,0%	287	100,0%	202	100,0%	999	100,0%

	50 - 64 anos		65 - 74 anos		+ 75 anos		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Jogar jogos de mesa	bc		ac		ab			
	$\chi^2_{KW}(2) = 35,536; p = 0,000$							
Diariamente	15	3,0%	14	4,8%	2	0,9%	31	3,1%
2 a 5 vezes por semana	17	3,3%	11	4,0%	4	2,1%	33	3,3%
1 vez por semana	39	7,7%	15	5,4%	8	3,8%	62	6,2%
1-3 vezes por mês	31	6,0%	10	3,6%	2	0,9%	43	4,3%
Menos de 1 vez por mês	62	12,1%	19	6,7%	8	3,9%	89	8,9%
Nunca	346	67,8%	217	75,5%	178	88,4%	741	74,2%
Total	511	100,0%	287	100,0%	202	100,0%	999	100,0%
Ir a cursos ou ações de formação por sua iniciativa	bc		a		a			
	$\chi^2_{KW}(2) = 68,426; p = 0,000$							
Diariamente	6	1,3%	0	0,0%	0	0,0%	6	0,6%
2 a 5 vezes por semana	11	2,2%	2	0,6%	1	0,4%	14	1,4%
1 vez por semana	4	0,8%	0	0,0%	0	0,0%	4	0,4%
1-3 vezes por mês	10	2,0%	0	0,0%	1	0,4%	11	1,1%
Menos de 1 vez por mês	62	12,1%	8	2,9%	1	0,7%	72	7,2%
Nunca	416	81,6%	277	96,4%	198	98,5%	891	89,3%
Total	509	100,0%	287	100,0%	202	100,0%	998	100,0%

*Grupos que são significativamente diferentes entre si (comparação múltipla das médias das ordens. teste LSD para $p \leq 0,05$). Idade: (a) 50-64 anos, (b) 65-74 anos, (c) mais de 75 anos.

Quadro 4.3 Frequência de realização de actividades por escolaridade

	Não sabe ler nem escrever		Ensino básico		Ensino secundário		Ensino superior		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Realizar tarefas domésticas										
	$\chi^2_{KW}(3) = 0,645; n.s.$									
Diariamente	45	75,3%	501	70,1%	75	72,8%	76	70,0%	697	70,7%
2 a 5 vezes por semana	4	7,0%	43	6,0%	9	8,5%	11	10,5%	67	6,8%
1 vez por semana	0	0,0%	39	5,5%	9	8,4%	8	7,5%	56	5,7%
1-3 vezes por mês	2	3,1%	10	1,5%	0	0,0%	4	3,4%	16	1,6%
Menos de 1 vez por mês	0	0,0%	18	2,5%	1	0,7%	3	2,9%	22	2,2%
Nunca	9	14,6%	103	14,4%	10	9,6%	6	5,7%	128	13,0%
Total	60	100,0%	714	100,0%	104	100,0%	108	100,0%	985	100,0%

	Não sabe ler nem escrever		Ensino básico		Ensino secundário		Ensino superior		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Fazer artesanato, trabalhos manuais, reparações caseiras	bcd		acd		ab		ab			
$\chi^2_{KW}(3) = 39,706; p = 0,000$										
Diariamente	3	5,2%	62	8,7%	9	8,3%	9	8,2%	83	8,4%
2 a 5 vezes por semana	0	0,0%	38	5,3%	6	6,2%	11	10,1%	55	5,6%
1 vez por semana	1	2,4%	34	4,7%	11	11,0%	11	10,5%	58	5,9%
1-3 vezes por mês	2	2,5%	49	6,8%	11	11,1%	12	11,3%	74	7,5%
Menos de 1 vez por mês	2	2,5%	87	12,2%	16	15,4%	18	17,0%	123	12,4%
Nunca	53	87,4%	448	62,4%	49	48,1%	47	43,0%	596	60,3%
Total	60	100,0%	717	100,0%	103	100,0%	108	100,0%	989	100,0%
Usar computador	bcd		acd		ab		ab			
$\chi^2_{KW}(3) = 239,740; p = 0,000$										
Diariamente	1	2,4%	77	10,7%	35	33,8%	59	54,8%	172	17,4%
2 a 5 vezes por semana	0	0,0%	21	3,0%	19	18,8%	14	12,5%	54	5,5%
1 vez por semana	0	0,0%	21	3,0%	8	7,3%	2	2,0%	31	3,1%
1-3 vezes por mês	0	0,0%	8	1,1%	2	2,2%		0,0%	10	1,0%
Menos de 1 vez por mês	1	2,4%	9	1,2%	4	4,0%	4	3,3%	18	1,8%
Nunca	58	95,2%	583	81,1%	35	33,9%	30	27,5%	706	71,2%
Total	60	100,0%	720	100,0%	104	100,0%	108	100,0%	992	100,0%
Participar em eventos promovidos por partidos políticos, sindicatos ou movimentos cívicos	d		d		d		abc			
$\chi^2_{KW}(3) = 80,132; p = 0,000$										
Diariamente	0	,0%	1	0,2%	0	0,0%	0	0,0%	1	,1%
2 a 5 vezes por semana	0	,0%	1	0,1%	0	0,0%	3	2,8%	4	,4%
1 vez por semana	0	,0%	1	0,1%	1	1,1%	3	2,4%	5	,5%
1-3 vezes por mês	1	1,2%	9	1,2%	1	0,9%	4	3,6%	14	1,5%
Menos de 1 vez por mês	0	0,0%	19	2,6%	6	6,0%	19	17,3%	43	4,4%
Nunca	60	98,8%	689	95,8%	94	92,0%	80	73,8%	923	93,2%
Total	60	100,0%	720	100,0%	103	100,0%	108	100,0%	991	100,0%
Visitar amigos e conhecidos ou convidá-los para sua casa	bcd		acd		ab		ab			
$\chi^2_{KW}(3) = 64,907; p = 0,000$										
Diariamente	2	2,5%	15	2,1%	5	4,4%	3	2,9%	24	2,4%
2 a 5 vezes por semana	3	4,3%	39	5,4%	9	8,5%	11	10,4%	61	6,2%
1 vez por semana	6	10,6%	92	12,8%	27	26,4%	24	22,2%	150	15,1%
1-3 vezes por mês	8	12,8%	159	22,1%	35	33,7%	36	33,2%	237	23,9%
Menos de 1 vez por mês	9	15,5%	168	23,4%	9	9,0%	21	19,3%	208	20,9%
Nunca	33	54,4%	246	34,3%	19	18,0%	13	12,0%	311	31,4%
Total	61	100,0%	718	100,0%	104	100,0%	108	100,0%	991	100,0%

	Não sabe ler nem escrever		Ensino básico		Ensino secundário		Ensino superior		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Realizar palavras cruzadas ou quebra-cabeças	bcd		acd		ab		ab			
$\chi^2_{KW}(3) = 66,127; p = 0,000$										
Diariamente	0	0,0%	51	7,1%	12	11,2%	12	11,5%	75	7,6%
2 a 5 vezes por semana	0	0,0%	42	5,9%	16	15,9%	12	11,0%	71	7,1%
1 vez por semana	0	0,0%	67	9,3%	11	10,8%	14	13,1%	92	9,3%
1-3 vezes por mês	0	0,0%	22	3,1%	5	5,0%	8	7,2%	35	3,6%
Menos de 1 vez por mês	0	0,0%	25	3,5%	6	6,0%	5	4,8%	36	3,7%
Nunca	60	100,0%	511	71,1%	53	51,1%	57	52,3%	681	68,7%
Total	60	100,0%	719	100,0%	104	100,0%	108	100,0%	991	100,0%
Fazer jardinagem ou cultivou uma horta										
$\chi^2_{KW}(3) = 7,596; n.s.$										
Diariamente	10	16,4%	160	22,2%	24	23,7%	14	13,0%	208	21,0%
2 a 5 vezes por semana	4	6,4%	85	11,8%	7	6,9%	9	8,3%	104	10,5%
1 vez por semana	2	2,5%	62	8,6%	7	6,6%	17	16,0%	88	8,9%
1-3 vezes por mês	1	1,2%	21	2,9%	8	7,7%	5	4,7%	34	3,5%
Menos de 1 vez por mês	2	2,8%	22	3,1%	1	0,9%	5	5,0%	30	3,0%
Nunca	43	70,7%	370	51,4%	56	54,2%	57	53,0%	525	53,1%
Total	60	100,0%	719	100,0%	103	100,0%	108	100,0%	990	100,0%
Ver televisão			cd		b		b			
$\chi^2_{KW}(3) = 17,070; p = 0,001$										
Diariamente	58	94,0%	699	97,1%	96	92,1%	96	88,7%	948	95,5%
2 a 5 vezes por semana	1	1,2%	10	1,4%	8	7,9%	5	4,2%	23	2,4%
1 vez por semana	0	,0%	3	0,4%	0	0,0%	5	4,2%	8	,8%
1-3 vezes por mês	0	,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	1,3%	1	,1%
Menos de 1 vez por mês	0	0,0%	1	0,2%	0	0,0%	0	0,0%	1	,1%
Nunca	3	4,8%	7	0,9%	0	0,0%	2	1,6%	11	1,1%
Total	61	100,0%	720	100,0%	104	100,0%	108	100,0%	993	100,0%
Ler	bcd		acd		abd		abc			
$\chi^2_{KW}(3) = 198,027; p = 0,000$										
Diariamente	3	4,8%	324	45,3%	60	58,6%	89	82,3%	476	48,3%
2 a 5 vezes por semana	0	0,0%	105	14,7%	16	15,9%	13	12,0%	134	13,6%
1 vez por semana	0	0,0%	68	9,5%	8	8,3%	3	2,4%	79	8,0%
1-3 vezes por mês	0	0,0%	32	4,5%	1	1,4%	0	0,0%	33	3,4%
Menos de 1 vez por mês	0	0,0%	37	5,2%	8	8,0%	3	2,4%	48	4,8%
Nunca	57	95,2%	149	20,9%	8	7,8%	1	1,0%	215	21,9%
Total	60	100,0%	716	100,0%	102	100,0%	108	100,0%	986	100,0%

	Não sabe ler nem escrever		Ensino básico		Ensino secundário		Ensino superior		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Ouvir rádio	bcd		acd		ab		ab			
$\chi^2_{KW}(3) = 68,852; p = 0,000$										
Diariamente	13	21,6%	278	38,7%	60	57,5%	72	66,9%	423	42,7%
2 a 5 vezes por semana	5	7,7%	52	7,3%	6	5,8%	10	9,1%	73	7,4%
1 vez por semana	1	2,4%	36	5,0%	9	8,9%	2	2,0%	49	4,9%
1-3 vezes por mês	3	4,3%	18	2,5%	3	2,5%	3	2,7%	26	2,6%
Menos de 1 vez por mês	1	2,3%	36	5,1%	3	3,3%	5	4,2%	46	4,6%
Nunca	38	61,7%	298	41,5%	23	21,9%	16	15,1%	375	37,8%
Total	61	100,0%	718	100,0%	104	100,0%	108	100,0%	991	100,0%
Tratar de animal de estimação	bcd		ad		a		ab			
$\chi^2_{KW}(3) = 68,852; p = 0,000$										
Diariamente	17	28,0%	280	39,2%	49	48,3%	52	47,9%	397	40,4%
2 a 5 vezes por semana	2	2,5%	36	5,0%	1	1,4%	11	10,4%	50	5,1%
1 vez por semana	1	1,5%	13	1,8%	3	2,8%	1	0,8%	17	1,8%
1-3 vezes por mês	0	0,0%	5	0,7%	2	2,0%	4	3,8%	11	1,1%
Menos de 1 vez por mês	0	0,0%	15	2,1%	3	2,8%	6	5,3%	24	2,4%
Nunca	41	67,9%	366	51,3%	43	42,6%	34	31,8%	485	49,3%
Total	60	100,0%	714	100,0%	101	100,0%	108	100,0%	983	100,0%
Ouvir música	bcd		acd		ab		ab			
$\chi^2_{KW}(3) = 94,173; p = 0,000$										
Diariamente	11	18,2%	246	34,2%	62	60,7%	70	65,5%	390	39,3%
2 a 5 vezes por semana	7	12,1%	68	9,4%	13	12,6%	11	10,3%	99	10,0%
1 vez por semana	1	1,6%	62	8,7%	8	7,5%	7	6,3%	78	7,8%
1-3 vezes por mês	1	1,2%	23	3,2%	0	0,0%	2	1,9%	26	2,6%
Menos de 1 vez por mês	4	6,4%	36	5,0%	1	0,9%	5	4,4%	45	4,6%
Nunca	37	60,6%	285	39,5%	19	18,3%	12	11,6%	353	35,6%
Total	61	100,0%	720	100,0%	103	100,0%	107	100,0%	991	100,0%
Passear	bcd		acd		abd		abc			
$\chi^2_{KW}(3) = 53,116; p = 0,000$										
Diariamente	12	18,9%	162	22,6%	34	32,7%	44	40,7%	251	25,4%
2 a 5 vezes por semana	5	7,5%	92	12,7%	19	18,0%	12	11,2%	127	12,8%
1 vez por semana	14	22,2%	182	25,4%	37	35,5%	35	32,9%	268	27,1%
1-3 vezes por mês	5	8,8%	62	8,7%	3	3,4%	6	5,9%	77	7,8%
Menos de 1 vez por mês	2	3,6%	92	12,8%	2	1,8%	3	2,8%	99	10,0%
Nunca	24	38,9%	128	17,8%	9	8,6%	7	6,5%	168	16,9%
Total	61	100,0%	719	100,0%	103	100,0%	107	100,0%	990	100,0%

	Não sabe ler nem escrever		Ensino básico		Ensino secundário		Ensino superior		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Praticar desporto	bcd		acd		ab		ab			
$\chi^2_{KW}(3) = 58,182; p = 0,000$										
Diariamente	3	5,2%	82	11,3%	22	21,2%	20	18,4%	127	12,8%
2 a 5 vezes por semana	4	6,0%	86	12,0%	18	17,1%	25	22,9%	132	13,3%
1 vez por semana	0	0,0%	36	5,0%	11	11,0%	10	9,0%	57	5,7%
1-3 vezes por mês	0	0,0%	20	2,8%	1	0,7%	5	4,4%	26	2,6%
Menos de 1 vez por mês	1	1,3%	6	0,8%	1	0,9%	6	5,7%	14	1,4%
Nunca	54	87,6%	490	68,1%	51	49,1%	43	39,5%	637	64,2%
Total	61	100,0%	720	100,0%	104	100,0%	108	100,0%	993	100,0%
Realizar alguma actividade artística	cd		cd		ab		ab			
$\chi^2_{KW}(3) = 16,628; p = 0,001$										
Diariamente	2	2,7%	8	1,1%	1	0,9%	2	1,6%	12	1,2%
2 a 5 vezes por semana	0	0,0%	11	1,5%	6	5,9%	5	4,2%	22	2,2%
1 vez por semana	0	0,0%	18	2,5%	1	0,9%	1	1,1%	20	2,0%
1-3 vezes por mês	1	1,6%	8	1,1%	1	1,4%	8	7,2%	18	1,8%
Menos de 1 vez por mês	1	1,2%	21	3,0%	9	8,3%	4	3,8%	35	3,5%
Nunca	58	94,5%	653	90,8%	86	82,5%	89	82,2%	885	89,2%
Total	61	100,0%	719	100,0%	104	100,0%	108	100,0%	992	100,0%
Ir ao cinema, concertos, teatro, museus, galerias ou exposições de arte	bcd		acd		abd		abc			
$\chi^2_{KW}(3) = 298,098; p = 0,000$										
Diariamente	0	,0%	1	0,1%	0	0,0%	0	0,0%	1	,1%
2 a 5 vezes por semana	0	,0%	1	0,1%	0	0,0%	1	0,7%	2	,2%
1 vez por semana	1	2,3%	5	0,6%	4	4,1%	9	8,7%	20	2,0%
1-3 vezes por mês	0	0,0%	24	3,3%	21	20,1%	49	45,4%	93	9,4%
Menos de 1 vez por mês	0	0,0%	84	11,6%	39	38,0%	22	20,9%	145	14,7%
Nunca	60	97,7%	604	84,1%	39	37,8%	26	24,3%	729	73,6%
Total	61	100,0%	719	100,0%	104	100,0%	107	100,0%	991	100,0%
Ir a eventos desportivos	bcd		ac		ab		a			
$\chi^2_{KW}(3) = 23,662; p = 0,000$										
Diariamente	0	0,0%	2	0,2%	0	0,0%	0	0,0%	2	0,2%
2 a 5 vezes por semana	0	0,0%	6	0,8%	0	0,0%	0	0,0%	6	0,6%
1 vez por semana	0	0,0%	20	2,8%	5	4,3%	1	1,1%	26	2,6%
1-3 vezes por mês	0	0,0%	45	6,3%	14	13,3%	6	5,7%	65	6,5%
Menos de 1 vez por mês	0	0,0%	76	10,5%	11	11,0%	17	16,1%	104	10,5%
Nunca	61	100,0%	571	79,4%	74	71,4%	83	77,1%	790	79,6%
Total	61	100,0%	719	100,0%	104	100,0%	108	100,0%	992	100,0%

	Não sabe ler nem escrever		Ensino básico		Ensino secundário		Ensino superior		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Jogar jogos de mesa	bcd		a		a		A			
$\chi^2_{KW}(3) = 13,130; p = 0,004$										
Diariamente	2	3,0%	27	3,7%	0	0,0%	3	2,4%	31	3,1%
2 a 5 vezes por semana	1	1,3%	23	3,2%	5	4,8%	4	3,9%	33	3,3%
1 vez por semana	1	2,4%	49	6,9%	8	7,5%	2	1,7%	61	6,1%
1-3 vezes por mês	0	0,0%	27	3,8%	7	6,5%	9	8,6%	43	4,3%
Menos de 1 vez por mês	1	2,4%	58	8,1%	11	10,2%	19	17,2%	89	9,0%
Nunca	56	90,9%	535	74,4%	74	71,0%	72	66,3%	736	74,2%
Total	61	100,0%	719	100,0%	104	100,0%	108	100,0%	992	100,0%
Ir a cursos ou acções de formação por sua iniciativa	cd		cd		abd		abc			
$\chi^2_{KW}(3) = 180,233; p = 0,000$										
Diariamente	0	0,0%	3	0,4%	3	2,5%	1	1,1%	6	0,6%
2 a 5 vezes por semana	0	0,0%	9	1,2%	3	2,9%	2	1,7%	14	1,4%
1 vez por semana	0	0,0%	1	0,2%	1	1,1%	2	1,7%	4	0,4%
1-3 vezes por mês	0	0,0%	3	0,4%	1	1,4%	7	6,6%	11	1,1%
Menos de 1 vez por mês	3	4,7%	16	2,3%	14	13,8%	37	34,0%	70	7,1%
Nunca	58	95,3%	686	95,6%	81	78,3%	59	54,9%	885	89,4%
Total	61	100,0%	718	100,0%	104	100,0%	108	100,0%	991	100,0%

*Grupos que são significativamente diferentes entre si (comparação múltipla das médias das ordens. teste LSD para $p \leq 0,05$). Escolaridade: (a) Não sabe ler nem escrever, (b) Ensino básico, (c) Ensino secundário, (d) Ensino Superior.

Quadro 4.4 Frequência de realização de actividades por estado civil

	Casado		Separado		Viúvo		Solteiro		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Realizar tarefas domésticas	bcd ⁺		a		a		a			
$\chi^2_{KW}(3) = 41,753; p = 0,000$										
Diariamente	405	63,8%	76	79,5%	167	84,3%	54	87,1%	702	70,9%
2 a 5 vezes por semana	48	7,5%	9	9,2%	7	3,4%	4	6,1%	67	6,8%
1 vez por semana	50	7,9%	4	4,2%	2	,9%	0	0,0%	56	5,7%
1-3 vezes por mês	15	2,4%	1	1,0%	0	0,0%	0	0,0%	16	1,6%
Menos de 1 vez por mês	15	2,4%	0	0,0%	6	3,2%	0	0,0%	22	2,2%
Nunca	101	16,0%	6	6,1%	16	8,3%	4	6,8%	128	12,9%
Total	635	100,0%	96	100,0%	198	100,0%	62	100,0%	990	100,0%

	Casado		Separado		Viúvo		Solteiro		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Fazer artesanato, trabalhos manuais, reparações caseiras	cd				a		a			
	$\chi^2_{KW}(3) = 10,458; p = 0,015$									
Diariamente	48	7,5%	9	9,2%	19	9,5%	7	11,5%	83	8,3%
2 a 5 vezes por semana	39	6,2%	2	2,1%	14	7,0%	0	0,0%	55	5,6%
1 vez por semana	41	6,4%	6	6,3%	8	3,9%	3	5,2%	58	5,8%
1-3 vezes por mês	64	10,0%	6	6,1%	5	2,6%	1	1,1%	75	7,6%
Menos de 1 vez por mês	85	13,4%	20	21,1%	13	6,4%	6	9,6%	124	12,5%
Nunca	358	56,4%	53	55,2%	141	70,6%	46	72,4%	598	60,2%
Total	634	100,0%	96	100,0%	200	100,0%	63	100,0%	994	100,0%
Usar computador	bcd		ac		ab		c			
	$\chi^2_{KW}(3) = 60,399; p = 0,000$									
Diariamente	118	18,6%	32	32,9%	10	5,0%	14	22,8%	174	17,5%
2 a 5 vezes por semana	41	6,4%	5	4,7%	4	1,8%	6	10,1%	55	5,5%
1 vez por semana	25	3,9%	3	3,0%	3	1,2%	1	1,5%	31	3,1%
1-3 vezes por mês	10	1,5%	0	0,0%	0	0,0%	1	1,2%	10	1,0%
Menos de 1 vez por mês	14	2,2%	2	2,5%	1	0,7%	0	0,0%	18	1,8%
Nunca	429	67,5%	55	56,9%	183	91,2%	41	64,3%	708	71,0%
Total	636	100,0%	96	100,0%	201	100,0%	63	100,0%	997	100,0%
Participar em eventos promovidos por partidos políticos, sindicatos ou movimentos cívicos										
	$\chi^2_{KW}(3) = 7,394; n.s.$									
Diariamente	1	,2%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	,1%
2 a 5 vezes por semana	3	,4%	0	0,0%	0	0,0%	1	1,8%	4	,4%
1 vez por semana	2	,4%	1	1,5%	1	0,4%	0	0,0%	5	,5%
1-3 vezes por mês	10	1,5%	2	1,9%	2	0,9%	1	1,8%	14	1,5%
Menos de 1 vez por mês	29	4,5%	5	5,5%	4	2,0%	5	8,4%	43	4,4%
Nunca	590	92,9%	88	91,2%	194	96,7%	55	87,9%	928	93,2%
Total	635	100,0%	96	100,0%	201	100,0%	63	100,0%	996	100,0%
Visitar amigos e conhecidos ou convidá-los para sua casa	c		c		abd		c			
	$\chi^2_{KW}(3) = 18,242; p = 0,000$									
Diariamente	10	1,7%	2	2,5%	9	4,3%	2	2,7%	23	2,3%
2 a 5 vezes por semana	33	5,1%	7	7,6%	16	7,8%	7	10,5%	62	6,2%
1 vez por semana	103	16,2%	20	21,1%	18	9,0%	10	16,1%	152	15,2%
1-3 vezes por mês	176	27,8%	20	21,2%	32	16,0%	11	17,2%	240	24,1%
Menos de 1 vez por mês	146	22,9%	16	16,7%	27	13,4%	19	30,2%	208	20,9%
Nunca	167	26,2%	30	30,9%	100	49,6%	15	23,4%	311	31,2%
Total	635	100,0%	96	100,0%	201	100,0%	63	100,0%	995	100,0%

	Casado		Separado		Viúvo		Solteiro		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Realizar palavras cruzadas ou quebra-cabeças	c		c		abd		c			
$\chi^2_{KW}(3) = 17,715; p = 0,000$										
Diariamente	53	8,4%	8	8,0%	11	5,6%	5	7,3%	77	7,7%
2 a 5 vezes por semana	48	7,5%	9	9,1%	8	4,1%	6	10,0%	71	7,1%
1 vez por semana	61	9,6%	12	12,6%	15	7,4%	6	9,9%	94	9,5%
1-3 vezes por mês	27	4,3%	2	1,9%	3	1,4%	3	5,0%	35	3,5%
Menos de 1 vez por mês	27	4,3%	4	4,0%	2	1,1%	3	5,3%	36	3,7%
Nunca	419	66,0%	62	64,4%	162	80,4%	39	62,5%	682	68,5%
Total	635	100,0%	96	100,0%	201	100,0%	63	100,0%	996	100,0%
Fazer jardinagem ou cultivou uma horta	c		c		abd		c			
$\chi^2_{KW}(3) = 7,462; n.s.$										
Diariamente	131	20,6%	19	20,2%	50	24,7%	10	16,6%	210	21,1%
2 a 5 vezes por semana	68	10,7%	3	3,5%	27	13,5%	8	12,2%	106	10,7%
1 vez por semana	66	10,3%	3	3,0%	14	6,7%	5	8,0%	87	8,7%
1-3 vezes por mês	29	4,6%	2	2,0%	1	0,5%	2	3,5%	34	3,4%
Menos de 1 vez por mês	24	3,7%	2	2,5%	3	1,6%	1	1,2%	30	3,0%
Nunca	318	50,1%	66	68,8%	107	53,0%	37	58,5%	527	53,0%
Total	635	100,0%	95	100,0%	201	100,0%	63	100,0%	994	100,0%
Ver televisão	c		c		abd		c			
$\chi^2_{KW}(3) = 6,400; n.s.$										
Diariamente	615	96,5%	89	92,3%	190	94,4%	58	92,4%	952	95,4%
2 a 5 vezes por semana	13	2,0%	4	3,7%	5	2,3%	3	4,2%	23	2,4%
1 vez por semana	4	,6%	3	3,0%	1	0,4%	0	0,0%	8	,8%
1-3 vezes por mês	1	,2%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	,1%
Menos de 1 vez por mês	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	1,8%	1	,1%
Nunca	4	,7%	1	1,0%	6	3,0%	1	1,5%	12	1,2%
Total	637	100,0%	96	100,0%	201	100,0%	63	100,0%	998	100,0%
Ler	c		c		abd		c			
$\chi^2_{KW}(3) = 20,738; p = 0,000$										
Diariamente	320	50,6%	50	52,1%	77	38,4%	31	51,4%	478	48,3%
2 a 5 vezes por semana	83	13,1%	18	18,6%	30	15,1%	6	9,8%	137	13,8%
1 vez por semana	51	8,1%	11	11,8%	8	4,0%	9	14,7%	80	8,0%
1-3 vezes por mês	27	4,3%	1	1,5%	5	2,4%	0	0,0%	33	3,4%
Menos de 1 vez por mês	30	4,7%	4	4,6%	8	3,9%	5	7,9%	47	4,7%
Nunca	122	19,2%	11	11,4%	72	36,3%	10	16,2%	215	21,7%
Total	633	100,0%	96	100,0%	199	100,0%	61	100,0%	990	100,0%

	Casado		Separado		Viúvo		Solteiro		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Ouvir rádio	c		c		abd		c			
	$\chi^2_{KW}(3) = 22,708; p = 0,000$									
Diariamente	283	44,5%	42	43,3%	66	32,6%	35	56,0%	425	42,7%
2 a 5 vezes por semana	53	8,3%	4	4,2%	11	5,6%	5	8,6%	74	7,4%
1 vez por semana	36	5,7%	2	2,4%	10	5,1%	0	0,0%	49	4,9%
1-3 vezes por mês	16	2,5%	5	5,7%	3	1,6%	2	2,9%	27	2,7%
Menos de 1 vez por mês	35	5,5%	4	4,4%	6	2,9%	1	1,1%	46	4,6%
Nunca	213	33,5%	39	40,0%	105	52,2%	20	31,4%	376	37,8%
Total	635	100,0%	96	100,0%	201	100,0%	63	100,0%	996	100,0%
Tratar de animal de estimação										
	$\chi^2_{KW}(3) = 4,974; n.s.$									
Diariamente	17	28,0%	280	39,2%	49	48,3%	52	47,9%	397	40,4%
2 a 5 vezes por semana	2	2,5%	36	5,0%	1	1,4%	11	10,4%	50	5,1%
1 vez por semana	1	1,5%	13	1,8%	3	2,8%	1	0,8%	17	1,8%
1-3 vezes por mês	0	0,0%	5	0,7%	2	2,0%	4	3,8%	11	1,1%
Menos de 1 vez por mês	0	0,0%	15	2,1%	3	2,8%	6	5,3%	24	2,4%
Nunca	41	67,9%	366	51,3%	43	42,6%	34	31,8%	485	49,3%
Total	60	100,0%	714	100,0%	101	100,0%	108	100,0%	983	100,0%
Ouvir música	c		c		abd		c			
	$\chi^2_{KW}(3) = 35,035; p = 0,000$									
Diariamente	264	41,5%	50	51,7%	50	25,0%	29	45,9%	393	39,4%
2 a 5 vezes por semana	73	11,5%	6	6,1%	15	7,5%	6	9,8%	100	10,0%
1 vez por semana	53	8,4%	10	10,1%	12	5,8%	4	5,9%	78	7,9%
1-3 vezes por mês	16	2,4%	1	0,9%	9	4,3%	0	0,0%	25	2,5%
Menos de 1 vez por mês	29	4,6%	3	3,5%	13	6,4%	0	0,0%	45	4,6%
Nunca	201	31,6%	27	27,8%	102	51,0%	24	38,4%	354	35,6%
Total	636	100,0%	96	100,0%	201	100,0%	62	100,0%	996	100,0%
Passear	c		c		ab					
	$\chi^2_{KW}(3) = 16,216; p = 0,001$									
Diariamente	163	25,6%	30	31,3%	44	21,7%	14	22,3%	251	25,2%
2 a 5 vezes por semana	84	13,3%	14	14,1%	20	10,1%	9	14,5%	128	12,8%
1 vez por semana	184	29,0%	28	28,8%	41	20,6%	17	28,0%	270	27,2%
1-3 vezes por mês	47	7,4%	4	3,7%	21	10,4%	6	9,8%	77	7,8%
Menos de 1 vez por mês	60	9,4%	7	7,2%	25	12,2%	8	12,7%	99	10,0%
Nunca	97	15,3%	14	14,8%	50	25,0%	8	12,7%	170	17,1%
Total	635	100,0%	96	100,0%	201	100,0%	62	100,0%	995	100,0%

	Casado		Separado		Viúvo		Solteiro		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Praticar desporto	c		c		ab					
$\chi^2_{KW}(3) = 22,001; p = 0,000$										
Diariamente	85	13,4%	11	11,7%	23	11,3%	7	10,8%	126	12,6%
2 a 5 vezes por semana	94	14,8%	19	19,9%	16	8,0%	5	7,3%	134	13,4%
1 vez por semana	43	6,7%	8	7,9%	4	1,8%	4	6,5%	58	5,8%
1-3 vezes por mês	17	2,6%	5	4,9%	2	1,0%	2	3,8%	26	2,6%
Menos de 1 vez por mês	6	0,9%	2	2,2%	5	2,4%	1	1,8%	14	1,4%
Nunca	393	61,6%	51	53,3%	152	75,6%	44	69,8%	640	64,2%
Total	637	100,0%	96	100,0%	201	100,0%	63	100,0%	998	100,0%
Realizar alguma actividade artística										
$\chi^2_{KW}(3) = 6,056; n.s.$										
Diariamente	7	1,1%	3	2,9%	1	0,7%	1	1,1%	12	1,2%
2 a 5 vezes por semana	13	2,0%	2	1,7%	5	2,4%	2	3,5%	22	2,2%
1 vez por semana	7	1,2%	4	4,4%	4	2,2%	5	7,6%	21	2,1%
1-3 vezes por mês	11	1,7%	1	0,7%	6	2,7%	1	1,8%	18	1,8%
Menos de 1 vez por mês	27	4,3%	2	1,7%	2	1,0%	4	6,1%	35	3,5%
Nunca	571	89,8%	85	88,5%	183	90,8%	50	79,8%	889	89,2%
Total	636	100,0%	96	100,0%	201	100,0%	63	100,0%	997	100,0%
Ir ao cinema, concertos, teatro, museus, galerias ou exposições de arte	c		c		abd		c			
$\chi^2_{KW}(3) = 22,784; p = 0,000$										
Diariamente	0	,0%	0	0,0%	1	0,5%	0	0,0%	1	,1%
2 a 5 vezes por semana	1	,2%	1	0,8%	0	0,0%	0	0,0%	2	,2%
1 vez por semana	11	1,8%	4	4,5%	2	0,9%	2	3,5%	20	2,0%
1-3 vezes por mês	64	10,1%	11	11,2%	9	4,7%	11	17,0%	95	9,5%
Menos de 1 vez por mês	100	15,7%	19	20,2%	19	9,7%	8	13,2%	147	14,8%
Nunca	460	72,3%	60	63,3%	169	84,2%	42	66,3%	732	73,5%
Total	636	100,0%	95	100,0%	201	100,0%	63	100,0%	996	100,0%
Ir a eventos desportivos	cd		cd		ab		a			
$\chi^2_{KW}(3) = 19,635; p = 0,000$										
Diariamente	1	0,1%	0	0,0%	1	0,5%	0	0,0%	2	0,2%
2 a 5 vezes por semana	3	0,5%	3	2,7%	0	0,0%	0	0,0%	6	0,6%
1 vez por semana	22	3,4%	1	1,2%	3	1,4%	0	0,0%	26	2,6%
1-3 vezes por mês	47	7,4%	7	7,4%	7	3,3%	5	7,8%	66	6,6%
Menos de 1 vez por mês	80	12,5%	11	11,3%	13	6,5%	2	3,8%	106	10,6%
Nunca	484	76,1%	75	77,4%	177	88,2%	56	88,4%	792	79,4%
Total	636	100,0%	96	100,0%	201	100,0%	63	100,0%	997	100,0%

	Casado		Separado		Viúvo		Solteiro		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Jogar jogos de mesa	c									
$\chi^2_{\text{KW}}(3) = 25,509; p = 0,000$										
Diariamente	22	3,5%	5	5,3%	4	2,0%	0	0,0%	31	3,1%
2 a 5 vezes por semana	25	3,9%	3	3,1%	3	1,7%	1	1,8%	33	3,3%
1 vez por semana	47	7,4%	5	5,2%	8	3,9%	2	3,5%	62	6,3%
1-3 vezes por mês	25	4,0%	6	6,6%	7	3,4%	4	7,1%	43	4,3%
Menos de 1 vez por mês	75	11,8%	3	2,9%	7	3,3%	4	6,5%	89	8,9%
Nunca	441	69,3%	74	76,9%	172	85,7%	51	81,1%	739	74,1%
Total	636	100,0%	96	100,0%	201	100,0%	63	100,0%	997	100,0%
Ir a cursos ou acções de formação por sua iniciativa	c									
c										
ab										
$\chi^2_{\text{KW}}(3) = 16,208; p = 0,001$										
Diariamente	3	0,5%	2	2,2%	0	0,0%	1	1,8%	6	0,6%
2 a 5 vezes por semana	8	1,2%	2	1,9%	2	1,1%	2	3,0%	14	1,4%
1 vez por semana	4	0,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	0,4%
1-3 vezes por mês	11	1,8%		0,0%		0,0%		0,0%	11	1,1%
Menos de 1 vez por mês	54	8,4%	10	10,2%	4	1,9%	4	6,8%	72	7,2%
Nunca	555	87,5%	83	85,7%	195	96,9%	56	88,4%	889	89,3%
Total	635	100,0%	96	100,0%	201	100,0%	63	100,0%	996	100,0%

*Grupos que são significativamente diferentes entre si (comparação múltipla das médias das ordens. teste LSD para $p < 0,05$). Estado civil: (a) Casado, (b) Divorciado ou separado, (c) Viúvo, (d) Solteiro.

Quadro 4.5 Frequência de realização de actividades por situação profissional

	Empregado		Reformado		Desempregado		Doméstico		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Realizar tarefas domésticas	cd'									
d										
a										
ab										
$\chi^2_{\text{KW}}(3) = 16,661; p = 0,001$										
Diariamente	165	66,1	398	70,2	60	78,2	61	90,9	684	71,2
2 a 5 vezes por semana	21	8,6	34	6,0	6	7,8	2	3,3	64	6,6
1 vez por semana	23	9,2	26	4,6	5	6,1	1	1,4	55	5,7
1-3 vezes por mês	4	1,4	9	1,5	2	2,4	0	0,0	14	1,5
Menos de 1 vez por mês	7	2,7	12	2,1	1	1,5	1	1,1	21	2,1
Nunca	30	12,0	88	15,5	3	4,0	2	3,3	123	12,8
Total	249	100,0	567	100,0	77	100,0	68	100,0	961	100,0

	Empregado		Reformado		Desempregado		Doméstico		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Fazer artesanato, trabalhos manuais, reparações caseiras										
$\chi^2_{KW}(3) = 4,941; n.s.$										
Diariamente	11	4,6	61	10,7	6	7,2	3	5,0	81	8,4
2 a 5 vezes por semana	18	7,2	27	4,7	5	6,6	5	6,8	54	5,6
1 vez por semana	23	9,2	30	5,2	3	4,3	2	3,3	58	6,0
1-3 vezes por mês	22	8,8	41	7,2	6	7,3	6	8,5	74	7,7
Menos de 1 vez por mês	45	18,0	61	10,6	10	13,1	5	7,1	120	12,4
Nunca	129	52,2	353	61,6	47	61,6	47	69,2	576	59,8
Total	247	100,0	572	100,0	77	100,0	69	100,0	964	100,0
Usar computador	bd		ac		bd		ac			
$\chi^2_{KW}(3) = 92,483; p = 0,000$										
Diariamente	71	28,5	70	12,2	19	24,9	8	11,2	168	17,3
2 a 5 vezes por semana	24	9,7	25	4,3	5	6,6	1	2,1	55	5,7
1 vez por semana	12	4,7	9	1,6	7	8,6	2	2,8	30	3,1
1-3 vezes por mês	7	2,9	3	0,5	0	0,0	0	0,0	10	1,1
Menos de 1 vez por mês	6	2,4	6	1,0	5	7,1	1	1,4	18	1,8
Nunca	129	51,7	461	80,4	41	52,9	57	82,5	687	71,0
Total	249	100,0	573	100,0	77	100,0	69	100,0	967	100,0
Participar em eventos promovidos por partidos políticos, sindicatos ou movimentos cívicos										
	bcd		a		a		a			
$\chi^2_{KW}(3) = 13,957; p = 0,003$										
Diariamente	0	0,0	1	0,2	0	0,0	0	0,0	1	0,1
2 a 5 vezes por semana	3	1,2	0	0,0	0	0,0	1	1,4	4	0,4
1 vez por semana	3	1,1	2	0,3	0	0,0	0	0,0	5	0,5
1-3 vezes por mês	3	1,3	10	1,7	1	1,5	0	0,0	14	1,5
Menos de 1 vez por mês	21	8,5	17	2,9	3	3,4	1	1,4	41	4,3
Nunca	218	87,9	543	94,8	73	95,1	67	97,2	901	93,2
Total	248	100,0	573	100,0	77	100,0	69	100,0	966	100,0
Visitar amigos e conhecidos ou convidá-los para sua casa										
	bd		a		a		ac			
$\chi^2_{KW}(3) = 38,567; p = 0,000$										
Diariamente	8	3,1	14	2,5	0	0,0	1	2,1	23	2,4
2 a 5 vezes por semana	18	7,0	32	5,6	6	7,6	3	4,0	58	6,0
1 vez por semana	54	21,6	75	13,2	11	14,5	6	8,4	146	15,1
1-3 vezes por mês	72	28,9	125	21,9	24	31,2	12	17,5	233	24,1
Menos de 1 vez por mês	55	22,2	116	20,2	14	18,6	16	24,1	202	20,9
Nunca	43	17,2	209	36,6	22	28,1	30	44,0	304	31,4
Total	249	100,0	572	100,0	77	100,0	68	100,0	966	100,0

	Empregado		Reformado		Desempregado		Doméstico		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Realizar palavras cruzadas ou quebra-cabeças	d									
	$X^2_{KW}(3) = 9,073; p = 0,028$									
Diariamente	17	6,9	53	9,3	4	5,5	1	1,1	75	7,8
2 a 5 vezes por semana	18	7,4	41	7,2	7	9,3	4	5,7	71	7,3
1 vez por semana	28	11,1	46	8,0	8	10,4	8	12,0	90	9,3
1-3 vezes por mês	18	7,2	11	1,9	4	4,6	2	2,5	34	3,5
Menos de 1 vez por mês	14	5,5	17	2,9	6	7,7	0	0,0	36	3,8
Nunca	154	61,8	404	70,7	48	62,4	54	78,7	660	68,3
Total	249	100,0	572	100,0	77	100,0	69	100,0	966	100,0
Fazer jardinagem ou cultivou uma horta										
	$X^2_{KW}(3) = 2,441; n.s.$									
Diariamente	45	18,3	132	23,1	11	14,8	19	27,1	207	21,5
2 a 5 vezes por semana	21	8,3	66	11,6	10	12,4	6	8,5	102	10,6
1 vez por semana	31	12,6	43	7,6	6	7,4	6	9,0	86	8,9
1-3 vezes por mês	10	4,1	19	3,3	4	5,3	1	1,4	34	3,5
Menos de 1 vez por mês	12	4,8	15	2,6	1	1,5	2	3,2	30	3,1
Nunca	129	51,9	297	51,9	45	58,6	35	50,8	505	52,3
Total	248	100,0	572	100,0	77	100,0	69	100,0	965	100,0
Ver televisão										
	$X^2_{KW}(3) = 2,516; n.s.$									
Diariamente	234	94,1	547	95,4	76	98,5	66	94,6	922	95,2
2 a 5 vezes por semana	9	3,5	14	2,4	0	0,0	1	1,0	23	2,4
1 vez por semana	5	1,8	2	0,3	0	0,0	2	2,2	8	0,8
1-3 vezes por mês	1	0,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1
Menos de 1 vez por mês	0	0,0	0	0,0	1	1,5	0	0,0	1	0,1
Nunca	0	0,0	11	1,9	0	0,0	2	2,2	12	1,3
Total	249	100,0	573	100,0	77	100,0	69	100,0	968	100,0
Ler	bd a a									
	$X^2_{KW}(3) = 15,196; p = 0,002$									
Diariamente	135	54,7	270	47,3	37	50,0	26	38,6	469	48,8
2 a 5 vezes por semana	39	15,8	70	12,3	10	13,1	9	13,1	128	13,3
1 vez por semana	22	8,7	46	8,0	5	7,0	3	5,0	76	7,9
1-3 vezes por mês	9	3,8	17	3,0	3	3,5	3	4,9	33	3,4
Menos de 1 vez por mês	9	3,5	27	4,6	8	10,4	4	5,3	47	4,9
Nunca	33	13,5	141	24,8	12	16,2	23	33,1	210	21,8
Total	247	100,0	571	100,0	75	100,0	69	100,0	962	100,0

	Empregado		Reformado		Desempregado		Doméstico		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Ouvir rádio	bd		ac		bd		ac			
$\chi^2_{KW}(3) = 37,488; p = 0,000$										
Diariamente	142	57,1	207	36,3	39	51,2	20	29,1	409	42,3
2 a 5 vezes por semana	18	7,4	42	7,4	8	10,2	5	7,0	73	7,6
1 vez por semana	7	2,8	33	5,7	5	7,1	4	5,2	49	5,0
1-3 vezes por mês	5	1,8	19	3,4	0	0,0	1	2,1	25	2,6
Menos de 1 vez por mês	9	3,5	28	5,0	3	4,1	6	8,0	46	4,7
Nunca	68	27,3	242	42,3	21	27,5	34	48,6	365	37,7
Total	249	100,0	571	100,0	77	100,0	69	100,0	967	100,0
Tratar de animal de estimação	b		a				a			
$\chi^2_{KW}(3) = 14,621; p = 0,002$										
Diariamente	119	48,8	213	37,4	33	43,6	27	39,9	393	40,9
2 a 5 vezes por semana	15	6,3	27	4,8	6	7,5	1	2,1	50	5,2
1 vez por semana	6	2,4	10	1,7	1	1,0	1	1,4	17	1,8
1-3 vezes por mês	2	0,8	7	1,2	1	1,3	1	1,4	11	1,1
Menos de 1 vez por mês	6	2,4	11	1,9	5	6,3	2	3,5	24	2,5
Nunca	96	39,4	303	53,0	31	40,4	35	51,5	464	48,4
Total	244	100,0	571	100,0	76	100,0	68	100,0	959	100,0
Ouvir música	bd		ac		bd		ac			
$\chi^2_{KW}(3) = 44,271; p = 0,000$										
Diariamente	129	51,9	192	33,7	36	46,4	21	29,8	378	39,1
2 a 5 vezes por semana	24	9,6	48	8,5	16	20,6	7	10,2	95	9,8
1 vez por semana	19	7,6	41	7,2	10	12,9	7	9,4	76	7,9
1-3 vezes por mês	8	3,2	16	2,7	0	0,0	1	2,1	25	2,6
Menos de 1 vez por mês	9	3,5	25	4,5	3	3,7	8	10,9	45	4,6
Nunca	60	24,2	248	43,5	13	16,4	26	37,6	347	35,9
Total	249	100,0	571	100,0	77	100,0	69	100,0	966	100,0
Passear										
$\chi^2_{KW}(3) = 1,926; p = n.s.$										
Diariamente	47	19,1	164	28,7	16	20,2	14	20,2	241	25,0
2 a 5 vezes por semana	30	12,3	72	12,6	12	15,5	11	16,1	126	13,0
1 vez por semana	102	41,3	118	20,6	25	32,8	16	23,2	262	27,1
1-3 vezes por mês	24	9,8	37	6,4	7	8,6	6	8,2	73	7,6
Menos de 1 vez por mês	21	8,4	63	11,0	8	10,6	7	9,7	98	10,2
Nunca	23	9,2	118	20,6	9	12,3	16	22,6	166	17,2
Total	248	100,0	571	100,0	77	100,0	69	100,0	966	100,0

	Empregado		Reformado		Desempregado		Doméstico		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Praticar desporto	bd		ac		b		a			
$\chi^2_{\text{KW}}(3) = 22,155; p = 0,000$										
Diariamente	33	13,2	70	12,1	15	19,4	8	11,2	125	12,9
2 a 5 vezes por semana	43	17,3	72	12,6	7	9,0	10	14,6	132	13,6
1 vez por semana	31	12,5	14	2,5	8	10,1	2	2,4	55	5,7
1-3 vezes por mês	13	5,3	7	1,3	5	6,8	0	0,0	26	2,7
Menos de 1 vez por mês	1	0,6	8	1,4	2	2,4	2	2,5	13	1,3
Nunca	127	51,1	402	70,2	40	52,2	48	69,3	618	63,8
Total	249	100,0	573	100,0	77	100,0	69	100,0	968	100,0
Realizar alguma actividade artística	b		a							
$\chi^2_{\text{KW}}(3) = 8,325; p = 0,040$										
Diariamente	3	1,1	5	0,9	1	1,4	1	1,4	10	1,1
2 a 5 vezes por semana	5	2,2	13	2,3	1	1,2	2	2,4	22	2,2
1 vez por semana	10	3,9	6	1,0	4	5,0	1	1,4	20	2,1
1-3 vezes por mês	11	4,3	5	0,9	1	1,5	1	1,0	18	1,9
Menos de 1 vez por mês	10	4,2	17	3,0	2	2,2	4	6,0	34	3,5
Nunca	210	84,3	525	91,7	68	88,7	61	87,8	864	89,3
Total	249	100,0	572	100,0	77	100,0	69	100,0	967	100,0
Ir ao cinema, concertos, teatro, museus, galerias ou exposições de arte	bcd		a		a		a			
$\chi^2_{\text{KW}}(3) = 53,656; p = 0,000$										
Diariamente	0	0,0	1	0,2	0	0,0	0	0,0	1	0,1
2 a 5 vezes por semana	0	0,0	2	0,3	0	0,0	0	0,0	2	0,2
1 vez por semana	11	4,4	9	1,5	0	0,0	0	0,0	20	2,0
1-3 vezes por mês	40	16,1	41	7,2	10	12,6	2	2,4	92	9,6
Menos de 1 vez por mês	59	23,8	65	11,4	10	12,7	11	15,5	145	15,0
Nunca	138	55,8	454	79,4	57	74,7	57	82,1	707	73,1
Total	248	100,0	572	100,0	77	100,0	69	100,0	966	100,0
Ir a eventos desportivos	bd		ac		bd		ac			
$\chi^2_{\text{KW}}(3) = 33,814; p = 0,000$										
Diariamente	0	0,0	2	0,3	0	0,0	0	0,0	2	0,2
2 a 5 vezes por semana	1	0,3	1	0,2	4	4,9	0	0,0	6	0,6
1 vez por semana	5	2,1	12	2,1	4	5,2	3	4,5	24	2,5
1-3 vezes por mês	25	10,1	35	6,1	6	8,2	0	0,0	66	6,8
Menos de 1 vez por mês	44	17,5	48	8,4	6	7,6	2	3,5	100	10,4
Nunca	174	70,0	474	82,9	57	74,0	64	91,9	769	79,6
Total	249	100,0	572	100,0	77	100,0	69	100,0	967	100,0

	Empregado		Reformado		Desempregado		Doméstico		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Jogar jogos de mesa	bd		ac		bd		ac			
$\chi^2_{\text{KW}}(3) = 23,607; p = 0,000$										
Diariamente	2	0,7	23	3,9	4	5,2	1	1,0	29	3,0
2 a 5 vezes por semana	12	4,9	18	3,2	2	3,1	0	0,0	33	3,4
1 vez por semana	22	8,7	29	5,0	6	7,3	2	2,5	58	6,0
1-3 vezes por mês	15	5,9	21	3,8	5	7,1	1	2,2	43	4,4
Menos de 1 vez por mês	32	13,0	37	6,5	11	14,5	7	10,0	87	9,0
Nunca	166	66,8	444	77,7	48	62,8	58	84,2	717	74,2
Total	249	100,0	572	100,0	77	100,0	69	100,0	967	100,0
Ir a cursos ou acções de formação por sua iniciativa	bd		ac		bd		ac			
$\chi^2_{\text{KW}}(3) = 86,176; p = 0,000$										
Diariamente	3	1,1	1	0,1	2	2,4	0	0,0	5	0,5
2 a 5 vezes por semana	6	2,2	3	0,5	5	6,1	1	1,0	14	1,4
1 vez por semana	0	0,0	2	0,3	1	1,5	0	0,0	3	0,3
1-3 vezes por mês	7	2,9	2	0,4	1	1,9	0	0,0	11	1,2
Menos de 1 vez por mês	45	18,2	19	3,3	6	8,3	0	0,0	71	7,3
Nunca	188	75,5	544	95,3	61	79,7	69	99,0	862	89,2
Total	249	100,0	571	100,0	76	100,0	70	100,0	966	100,0

*Grupos que são significativamente diferentes entre si (comparação múltipla das médias das ordens. teste LSD para $p \leq 0,05$). Situação profissional: (a) Empregado, (b) Reformado, (c) Desempregado, (d) Doméstico.

Como é possível ver pelos dados apresentados no quadro que se segue (Quadro 4.6), a satisfação com as actividades de lazer varia significativamente segundo as características sociodemográficas dos indivíduos. Relativamente ao sexo, 75 por cento dos homens declaram estar muito satisfeitos ou muito satisfeitos, contra os 65,1 por cento das mulheres. Apesar de a percentagem, tanto para homens como para mulheres, ser elevada, é de destacar a diferença que se encontra entre estes dois grupos. Analisado o grau de satisfação pelos diferentes grupos etários, as diferenças encontram-se entre os indivíduos mais novos (50-65 anos), dos quais 72,2 por cento estão satisfeitos ou muito satisfeitos, e os indivíduos com mais idade (+75 anos), dos quais apenas 61,8 por cento se declaram satisfeitos ou muito satisfeitos com as suas actividades de lazer.

Em relação à escolaridade, as diferenças significativas manifestam-se entre aqueles que não têm qualquer grau de escolaridade (59,5 por cento satisfeitos ou muito satisfeitos) e os mais escolarizados (ensino secundário e ensino superior, com 75,3 por cento e 73,6 por cento satisfeitos ou muito

satisfeitos, respectivamente). Segundo o estado civil, é entre os casados e os viúvos que as diferenças se estabelecem. As pessoas casadas declaram maior satisfação (74,7 por cento satisfeitas ou muito satisfeitas) do que os viúvos (59,7 por cento satisfeitos ou muito satisfeitos). Por último, apreciando as diferenças entre as várias situações profissionais dos inquiridos, constata-se que há diferenças entre os activos empregados, 74,7 por cento dos quais se encontram satisfeitos ou muito satisfeitos, e os reformados com 66,9 por cento satisfeitos ou muito satisfeitos.

Em síntese, apesar de a satisfação com as actividades de lazer ser muito elevada, na sua maioria com percentagens acima dos 60 por cento, quem se declara mais satisfeito são, porém, os indivíduos do sexo masculino, os mais novos, os mais escolarizados, os casados e aqueles que se encontram ainda a trabalhar. Estes resultados vão ao encontro dos resultados relativos ao nível de participação em actividades organizadas para a terceira idade e reformados, assim como ao grau de pertença associativa. São aqueles que participam mais nestas actividades e os que declaram maior pertença associativa quem manifesta, também, um maior grau de satisfação com as actividades que praticam durante os seus tempos livres.

4.2 Actividades dentro e fora de casa

De forma a distinguir o conjunto das actividades, considerou-se a dicotomia *indoor/outdoor* (dentro e fora de casa).¹³ Ainda que esta classificação não seja coincidente com aquela que diferencia as actividades de natureza física passivas e activas, este critério permite avaliar o contexto social no qual se realizam. As actividades realizadas fora de casa, para além de pressuporem um determinado nível de actividade física, pressupõem também um nível diferente de envolvimento e participação social. As realizadas dentro de casa, para além de serem normalmente actividades mais passivas em termos físicos, são também praticadas, com frequência, a título individual (Silverstein & Parker, 2002; Avramov & Maskova, 2003; Agahi & Parker, 2005). O número de actividades praticadas é também fundamental, na medida em reforça o nível de participação em ambas as esferas (Baker *et al.*, 2005).

Saber se as pessoas saem de casa e passam tempo fora do âmbito privado é necessário para indagar sobre a prática de actividades nas duas esferas específicas (dentro e fora de casa). Questionadas se costumam sair de casa durante o fim-de-semana, 78,9 por cento dos inquiridos responderam afirmativamente, independentemente do tempo passado fora de casa. Esta distribuição encontra diferenças estatisticamente significativas ao nível do

¹³ Foram consideradas actividades praticadas no interior da casa as seguintes: tarefas domésticas; artesanato, trabalhos domésticos e reparações caseiras; usar um computador, visitar amigos ou convidá-los para sua casa, palavras cruzadas e quebra-cabeças; ver televisão; ler; ouvir rádio; ouvir música; jogar jogos de mesa. Foram consideradas actividades praticadas fora de casa as seguintes: participar em eventos promovidos, como os que são realizados por partidos políticos, sindicatos ou movimentos cívicos; jardinagem ou cultivar a horta; tratar e passear um animal doméstico; passear; praticar desporto; realizar uma actividade artística; ir ao cinema, concertos, teatro, museus, galerias ou exposições de arte; ir a eventos desportivos; ir a cursos ou acções de formação por sua iniciativa.

Quadro 4.6 Satisfação com as actividades de lazer por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional

	Muito insatisfeito(a)		Insatisfeito(a)		Nem satisfeito(a) nem insatisfeito(a)		Satisfeito(a)		Muito satisfeito(a)		Total		
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Sexo													
$U=111156,000; p = 0,000$													
Homens	1	0,2	25	5,7	84	19,1	253	57,7	76	17,3	439	100,0	
Mulheres	10	1,8	42	7,8	135	25,2	288	53,7	61	11,4	536	100,0	
Total	11	1,1	67	6,9	219	22,4	541	55,5	137	14,1	975	100,0	
Idade													
$\chi^2_{KW}(2) = 8,754; p = 0,013$													
50 - 64 anos	c ⁺	4	0,7	36	7,2	100	19,9	284	56,3	80	15,9	504	100,0
65 - 74 anos		4	1,5	15	5,4	64	22,9	160	57,6	35	12,7	278	100,0
+ 75 anos	a	3	1,6	16	8,2	55	28,4	98	50,5	22	11,3	194	100,0
Total		11	1,1	67	6,9	219	22,4	541	55,5	137	14,1	975	100,0
Escolaridade													
$\chi^2_{KW}(3) = 12,151; p = 0,007$													
Não sabe ler nem escrever	cd	2	3,8	5	9,3	16	27,4	30	50,7	5	8,8	59	100,0
Ensino básico		6	0,8	46	6,5	168	23,9	394	56,0	90	12,8	703	100,0
Ensino secundário	a	1	0,9	6	6,2	18	17,7	58	57,9	18	17,4	101	100,0
Ensino superior	a	2	1,8	10	9,1	16	15,5	54	50,7	24	22,9	106	100,0
Total		11	1,1	67	6,9	218	22,5	536	55,3	137	14,2	969	100,0
Estado civil													
$\chi^2_{KW}(3) = 18,973; p = 0,000$													
Casado	c	6	1,0	36	5,7	116	18,5	373	59,7	94	15,0	624	100,0
Divorciado ou separado		2	1,8	13	13,4	21	22,0	43	45,8	16	16,9	95	100,0
Viúvo	a	3	1,6	16	8,2	59	30,5	96	50,0	19	9,7	192	100,0
Solteiro		0	0,0	3	4,3	22	35,9	29	46,6	8	13,1	62	100,0
Total		11	1,1	67	6,9	217	22,3	541	55,6	137	14,0	973	100,0
Situação profissional													
$\chi^2_{KW}(3) = 8,364; p = 0,039$													
Empregado	b	2	0,8	19	7,8	41	16,7	136	55,7	46	19,0	245	100,0
Reformado	a	8	1,5	35	6,3	141	25,3	302	54,1	71	12,8	557	100,0
Desempregado		0	0,0	7	9,7	15	19,9	45	60,3	7	10,0	74	100,0
Doméstico		1	1,1	3	4,4	15	22,3	40	58,6	9	13,7	68	100,0
Total		11	1,1	65	6,8	211	22,4	522	55,3	134	14,3	943	100,0

*Grupos que são significativamente diferentes entre si (comparação múltipla das médias das ordens. teste LSD para $p \leq 0,05$). Idade: (a) 50-64 anos, (b) 65-74 anos, (c) mais de 75 anos. Escolaridade: (a) Não sabe ler nem escrever, (b) Ensino básico, (c) Ensino secundário, (d) Ensino Superior. Estado civil: (a) Casado, (b) Divorciado ou separado, (c) Viúvo, (d) Solteiro. Situação profissional: (a) Empregado, (b) Reformado, (c) Desempregado, (d) Doméstico.

Quadro 4.7 Sair de casa durante o fim-de-semana por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação na profissão

	Sim		Não		Total	
	n	%	N	%	n	%
Sexo						
$X^2(1) = 25,934; p = 0,000$						
Homens	343	86,4	54	13,6	397	100,0
Mulheres	367	72,4	140	27,6	508	100,0
Total	710	78,5	194	21,5	904	100,0
Idade						
$X^2(2) = 59,674; p = 0,000$						
50 - 64 anos*	393	86,4	62	13,6	455	100,0
65 - 74 anos	205	79,0	55	21,0	260	100,0
+ 75 anos*	112	59,0	78	41,0	190	100,0
Total	710	78,5	194	21,5	904	100,0
Escolaridade						
$X^2(3) = 53,125; p = 0,000$						
Não sabe ler nem escreve*	28	47,1	32	52,9	60	100,0
Ensino básico	508	77,9	144	22,1	653	100,0
Ensino secundário*	80	89,2	10	10,8	90	100,0
Ensino superior*	88	92,4	7	7,6	96	100,0
Total	705	78,5	193	21,5	898	100,0
Estado civil						
$X^2(3) = 19,832; p = 0,000$						
Casado*	477	82,1	104	17,9	581	100,0
Divorciado ou separado	66	80,0	17	20,0	83	100,0
Viúvo*	122	66,6	61	33,4	183	100,0
Solteiro	44	79,8	11	20,2	55	100,0
Total	709	78,6	193	21,4	902	100,0
Situação profissional						
$X^2(3) = 33,194; p = 0,000$						
Empregado*	204	90,3	22	9,7	226	100,0
Reformado*	385	74,0	135	26,0	520	100,0
Desempregado	58	84,9	10	15,1	68	100,0
Doméstico*	41	65,3	22	34,7	63	100,0
Total	688	78,4	189	21,6	878	100,0

*Categoria com relação significativa: *Adjusted residual* < -2 ou >2, para um nível de significância de 5%.

sexo, entre os homens (86,4%) que saem mais do que as mulheres (72,4%); ao nível da idade, entre os mais novos (86,4%) e as pessoas com mais de 75 anos (59%); ao nível da escolaridade, entre indivíduos mais escolarizados (92,4% e 89,2% para o ensino superior e ensino secundário, respectivamente) e sem qualquer nível de escolaridade (47,1%); ao nível do estado civil entre os casados (82,1%) e os viúvos (66,76%) e entre os empregados (90,3%) e as domésticas (65,3%) (Quadro 4.7). Entre os que declararam sair durante o fim-de-semana, apresenta-se no seguinte quadro (Quadro 4.8) o número médio de horas que o fazem.

Em média, os inquiridos passam cerca de cinco horas e meia fora de casa num fim-de-semana normal. Relativamente ao sexo dos inquiridos, os resultados são coincidentes com os obtidos sobre a participação social: são os homens que passam mais tempo fora de casa. Apesar de as diferenças não serem significativas relativamente à idade, os indivíduos mais novos, com níveis de escolaridade mais elevados (os indivíduos com o ensino superior declaram que passam fora de casa o dobro de horas daqueles que não têm qualquer grau de escolaridade), assim como os casados e divorciados/separados (não foram encontradas diferenças significativas) e os empregados (comparativamente aos reformados).

Diferenciando a prática de actividades entre as realizadas dentro e fora de casa, foi considerada a participação mais frequente¹⁴ em cada actividade e analisada segundo uma série de factores sociodemográficos, como se pode observar no Quadro 4.9. Em termos médios, para o total dos inquiridos, o número de actividades praticadas mais frequentemente dentro de casa é superior (4,7) às praticadas fora de casa (2). Os homens praticam mais actividades do que as mulheres, tanto dentro de casa (5,1 e 4,4) como fora de casa (2,1 e 1,9). As diferenças são também visíveis para os indivíduos dos diferentes escalões etários: quanto mais velhos, menos actividades dentro e fora de casa. Os mais novos (50-64 anos) realizam, em média 5,1 actividades dentro de casa e 2,2 fora, enquanto os mais velhos (+75 anos) praticam 3,6 actividades dentro e apenas 1,5 fora de casa.

Em relação à escolaridade, os indivíduos mais escolarizados destacam-se dos menos escolarizados no número médio de actividades praticadas dentro e fora de casa. Este valor chega, aliás, a ser o dobro entre estes dois grupos (6,2 e 2,8 dentro de casa e 2,6 e 1,2 fora casa, respectivamente). Em relação ao estado civil, o segmento que se destaca é o dos viúvos, que realizam menos actividades (4 dentro e 1,7 fora de casa); os divorciados e os solteiros, por sua vez, são os que realizam o maior número de actividades, nomeadamente fora de casa (5,2 e 5 dentro e 2,1 e 1,9 fora de casa, respectivamente). Considerando a situação profissional, os resultados evidenciam uma polarização entre os

¹⁴. A participação mais frequente inclui as categorias "diariamente", "duas a cinco vezes por semana" e "pelo menos duas vezes por semana" para o conjunto das actividades.

Quadro 4.8 Número médio de horas que passa fora de casa num dia de fim-de-semana por sexo, idade, estado civil, escolaridade e situação profissional

		média	desvio-padrão
Sexo			
$t(708) = 2,405; p = 0,016$			
Homens		5,9	5,4
Mulheres		5,0	4,6
Total		5,4	5,0
Idade			
$F(2,707) = 2,364; p = n.s$			
50 - 64 anos		5,8	5,1
65 - 74 anos		5,0	4,6
+ 75 anos		5,0	5,5
Total		5,4	5,0
Escolaridade			
$F(3,701) = 5,214; p = 0,001$			
Não sabe ler nem escrever	cd*	3,3	2,0
Ensino básico	d	5,2	4,8
Ensino secundário	a	6,1	5,4
Ensino superior	ab	6,9	6,3
Total		5,4	5,0
Estado civil			
$F(3,705) = 0,764; n.s.$			
Casado		5,5	5,2
Divorciado ou separado		5,6	4,7
Viúvo		5,2	5,2
Solteiro		4,4	3,0
Total		5,4	5,0
Situação profissional			
$F(3,684) = 5,252; p = 0,001$			
Empregado	b	6,6	5,5
Reformado	a	5,0	5,1
Desempregado		5,0	3,3
Doméstico		4,9	4,2
Total		5,4	5,0

*Grupos que são significativamente diferentes entre si (testes t dos contrastes e Tukey HSD, para $p \leq 0,05$). Escolaridade: (a) Não sabe ler nem escrever, (b) Ensino básico, (c) Ensino secundário, (d) Ensino superior. Situação profissional: (a) Empregado, (b) Reformado, (c) Desempregado, (d) Doméstico.

activos (indivíduos empregados ou em situação de desemprego) e os inactivos perante o mercado de trabalho (reformados e domésticas) ao nível das actividades desenvolvidas dentro de casa. Em média, os primeiros realizam mais uma actividade dentro de casa (5,3 para ambos) do que os segundos (4,4 e 4,1, respectivamente). Quanto às actividades realizadas fora de casa, as diferenças esbatem-se, apesar de se manterem significativas (entre 1,9 e 2,3 actividades para todos os grupos).

As diferenças são também visíveis ao analisar os resultados pelo estatuto socioeconómico dos indivíduos. Ao nível do rendimento, como seria de esperar, quanto maior o rendimento, maior o número de actividades realizadas dentro e fora de casa. Os indivíduos que declaram um nível de rendimento baixo praticam, em média, 3,8 actividades dentro de casa e 1,3 actividades fora de casa, enquanto aqueles que declaram ter um rendimento elevado realizam, em média, 5,5 e 2,3 actividades dentro e fora de casa, respectivamente. O mesmo é visível em relação à ocupação, aumentando a probabilidade de praticar mais actividades (dentro e fora de casa) proporcionalmente à ocupação socioprofissional: proprietários, dirigentes e profissionais liberais (5,8 actividades dentro e 2,5 fora de casa), bem como quadros médios e superiores (5,5 actividades dentro e 2,3 fora de casa), destacam-se pela realização de mais actividades relativamente aos restantes grupos.

Segundo a composição do agregado doméstico, todos os que vivem acompanhados praticam mais actividades (4,7 dentro de casa e duas fora de casa) do que aqueles que vivem sozinhos (4,5 dentro de casa e 1,8 fora de casa). O mesmo acontece relativamente à dimensão e à composição da rede pessoal. As pessoas com redes maiores praticam mais actividades, não sendo, porém, esta diferença significativa no caso das actividades praticadas dentro de casa. Já em relação à composição, as redes tendencialmente não-familiares, mais associadas à realização de actividades diversificadas, parecem conduzir a uma maior realização de actividades, quer no interior (5,1), quer no exterior de casa (2,2), comparativamente às redes tendencialmente familiares (4,6 dentro e duas fora de casa)

Para além dos factores socioeconómicos, importa igualmente analisar de que forma a saúde dos indivíduos influencia a prática destas actividades. Recorreu-se à análise de dois indicadores: o estado subjectivo de saúde e a presença de impedimentos físicos e psicológicos que dificultem a prática física de actividades. Os resultados, já esperados, indicam que quem declara melhor estado de saúde e poucos ou nenhuns impedimentos físicos ou psicológicos pratica mais actividades, tanto dentro como fora de casa, do que os indivíduos que declaram um pior estado de saúde e cujos impedimentos físicos e psicológicos dificultam a prática normal dessas actividades.

¹⁵. A variável “Aproximadamente, quantas horas passa fora de casa num sábado ou domingo, ou seja num dia de fim-de-semana?” foi dicotomizada em “sai de casa durante o fim-de-semana” e “não sai de casa durante o fim-de-semana”.

¹⁶. Comparar os valores dos η^2 para cada factor. Os η^2 representam a fracção da variabilidade total da variável dependente (número de actividades praticadas dentro e fora de casa), que é explicada pelas variáveis independentes (factores sociodemográficos).

Por último, incluímos na equação desta análise um indicador relativo à mobilidade¹⁵. Sair de casa durante o fim-de-semana introduz diferenças no número de actividades realizadas, se bem que estas diferenças não sejam muito elevadas. Em média, quem não sai de casa durante o fim-de-semana realiza menos uma actividade, quer dentro ou fora de casa.

É possível ainda identificar quais os factores sociodemográficos que apresentam maiores diferenças significativas deste conjunto de actividades¹⁶. Assim, ao nível das actividades realizadas dentro de casa, o nível de escolaridade é o factor mais diferenciador, seguindo-se a ocupação socioprofissional, o rendimento do agregado, a idade e o estado subjectivo de saúde. Em relação às actividades realizadas no exterior, o rendimento do agregado é, por sua vez, o factor que introduz maior diferenciação, seguido da escolaridade, da idade, da ocupação socioprofissional e do estado subjectivo de saúde.

Quadro 4.9 Número de actividades praticadas com mais frequência dentro e fora de casa

	Actividades indoor		Actividades outdoor			
	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão		
Sexo						
t (998) = 8,199; p = 0,000; η^2 = 0,032			t (998) = 8,199; p = 0,000; η^2 = 0,007			
Homens	5,1	1,8	2,1	1,2		
Mulheres	4,4	1,7	1,9	1,2		
Total	4,7	1,8	2,0	1,3		
Idade						
F (2,996) = 58,301; p = 0,000; η^2 = 0,105			F (2,996) = 25,309; p = 0,000; η^2 = 0,048			
50 - 64 anos	bc [*]	5,1	1,7	c	2,2	1,3
65 - 74 anos	ac	4,6	1,7	c	2,0	1,2
+ 75 anos	ab	3,6	1,6	ab	1,5	1,1
Total		4,7	1,8		2,0	1,3
Escolaridade						
F (3,988) = 86,928; p = 0,000; η^2 = 0,209			F (3,988) = 23,895; p = 0,000; η^2 = 0,068			
Não sabe ler nem escrever	bcd	2,8	1,4	bcd	1,2	1,0
Ensino básico	acd	4,4	1,7	acd	1,9	1,2
Ensino secundário	ab	6,0	1,7	ab	2,5	1,3
Ensino superior	ab	6,2	1,4	ab	2,6	1,2
Total		4,7	1,8		2,0	1,3
Estado civil						
F (3,993) = 15,606; p = 0,000; η^2 = 0,045			F (3,993) = 4,587; p = 0,000; η^2 = 0,014			
Casado	c	4,8	1,8	a	2,1	1,2
Divorciado ou separado	c	5,2	1,6	c	2,1	1,3
Viúvo	abd	4,0	1,7	ab	1,7	1,2
Solteiro	c	5,0	1,7		1,9	1,3
Total		4,7	1,8		2,0	1,3

	Actividades indoor		Actividades outdoor			
	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão		
Situação profissional						
$F(3,964) = 22,178; p = 0,000; \eta^2 = 0,065$			$F(3,964) = 8,794; p = 0,000; \eta^2 = 0,027$			
Empregado	bd	5,3	1,7	bd	2,3	1,3
Reformado	ac	4,4	1,8	a	1,9	1,2
Desempregado	bd	5,3	1,5		2,2	1,2
Doméstico	ac	4,1	1,7	a	1,9	1,3
Total		4,7	1,8		2,0	1,3
Rendimento do agregado						
$F(2,723) = 49,416; p = 0,000; \eta^2 = 0,120$			$F(2,723) = 31,280; p = 0,000; \eta^2 = 0,080$			
Baixo	bc	3,8	1,8	bc	1,3	1,2
Médio	ac	4,5	1,7	ac	1,9	1,3
Elevado	ab	5,5	1,7	ab	2,3	1,2
Total		4,7	1,8		2,0	1,3
Ocupação socioprofissional						
$F(4,909) = 31,272; p = 0,000; \eta^2 = 0,121$			$F(4,909) = 11,568; p = 0,000; \eta^2 = 0,048$			
Proprietários, dirigentes e profissionais liberais	cde	5,8	1,7	de	2,5	1,3
Quadros médios e superiores	cde	5,5	1,7	de	2,3	1,2
Executantes não manuais	abde	4,9	1,7	e	2,1	1,2
Trabalhadores manuais especializados	abce	4,4	1,8	ab	1,9	1,2
Trabalhadores manuais não especializados	abcd	3,8	1,6	abcd	1,6	1,2
Total		4,7	1,8		2,0	1,3
Agregado doméstico						
$t(998) = 4,484; p = 0,000; \eta^2 = 0,003$			$t(998) = 2,643; p = 0,008; \eta^2 = 0,008$			
Acompanhado		4,7	1,8		2,0	1,3
Sozinho		4,5	1,8		1,8	1,2
Total		4,7	1,8		2,0	1,3
Dimensão da rede						
$t(910) = -5,017; p = 0,004; \eta^2 = 0,009$			$t(910) = -3,579; p = 0,000; \eta^2 = 0,011$			
Pequena		4,6	1,8		1,9	1,2
Grande		5,0	1,8		2,2	1,3
Total		4,7	1,8		2,0	1,3
Composição da rede						
$t(902) = -1,925; n.s.$			$t(902) = -3,541; p = 0,009; \eta^2 = 0,008$			
Predominantemente familiar		4,6	1,8		2,0	1,2
Predominantemente não-familiar		5,1	1,7		2,2	1,3
Total		4,7	1,8		2,0	1,3

	Actividades indoor		Actividades outdoor			
	média	desvio-padrão	média	desvio-padrão		
Estado subjectivo de saúde						
$F(2,994) = 60,684; p = 0,000; \eta^2 = 0,105$			$F(2,994) = 21,253; p = 0,000; \eta^2 = 0,041$			
Má e muito má	bc	3,9	1,7	bc	1,5	1,2
Razoável	ac	4,5	1,7	ac	2,0	1,2
Boa e muito boa	ab	5,5	1,7	ab	2,3	1,3
Total		4,7	1,8		2,0	1,3
Impedimentos físicos e psicológicos						
$F(3,987) = 10,521; p = 0,000; \eta^2 = 0,031$			$F(3,987) = 6,804; p = 0,000; \eta^2 = 0,020$			
Nada	cd	4,9	1,8	d	2,1	1,2
Muito pouco		4,7	1,9	d	2,0	1,1
Um pouco	a	4,3	1,8	d	1,9	1,2
Muito	a	3,8	1,8	abc	1,4	1,3
Total		4,7	1,8		2,0	1,3
Sair de casa						
$t(902) = 9,167; p = 0,000; \eta^2 = 0,085$			$t(902) = 9,296; p = 0,000; \eta^2 = 0,122$			
Sim		5,0	1,7		2,2	1,2
Não		3,7	1,7		1,2	1,0
Total		4,7	1,8		2,0	1,3

*Grupos que são significativamente diferentes entre si (testes t dos contrastes e Tukey HSD, para $p \leq 0,05$). Idade: (a) 50-64 anos, (b) 65-74 anos, (c) mais de 75 anos. Escolaridade: (a) Não sabe ler nem escrever, (b) Ensino básico, (c) Ensino secundário, (d) Ensino superior. Estado civil: (a) Casado, (b) Divorciado ou separado, (c) Viúvo, (d) Solteiro. Situação profissional: (a) Empregado, (b) Reformado, (c) Desempregado, (d) Doméstico. Rendimento do agregado: (a) Baixo, (b) Médio, (c) Alto. Ocupação socioprofissional: (a) Proprietários, dirigentes e profissionais liberais, (b) Quadros médios e superiores, (c) Executantes não manuais, (d) Trabalhadores manuais especializados, (e) Trabalhadores manuais não especializados.

4.3 Prática de actividades individuais e colectivas diversificadas

Tendo em conta os diferentes tipos de ocupações de tempos livres realizadas pelos inquiridos, foi realizada uma análise de componentes principais¹⁷ (Quadro 4.10) com o objectivo de identificar os factores subjacentes ao conjunto das variáveis. O primeiro factor agrega a maior parte das actividades do nosso inquérito (11) e aponta, como dimensão latente, a adopção de práticas associadas ao conceito de envelhecimento activo. Trata-se, sobretudo, de actividades culturais/recreativas, sociais, expressivas e físicas. O conjunto destas actividades remete para os princípios preconizados pela ideologia do envelhecimento activo, cuja emergência levou à evidência dos efeitos positivos que a participação social e a prática de actividades nos tempos livres produzem no bem-estar dos idosos. Este factor agrega o conjunto de actividades que se deseja que as pessoas realizem a fim de envelhecerem de forma saudável e activa. Com base naquilo que afirmámos acerca do envelhecimento activo, este primeiro factor consubstancia-se, assim, num índice de práticas

¹⁷ Extracção forçada a três factores. Método de rotação Varimax com Normalização Kaiser

individuais e colectivas diversificadas que assumirá na análise que se segue o estatuto de variável dependente.

Os outros dois factores extraídos desta análise remetem para conjuntos de actividades essencialmente instrumentais, passivas e praticadas no interior de casa. As actividades que contribuem para o segundo factor referem-se a actividades maioritariamente realizadas pelos homens (jogar jogos de mesa, ir a eventos desportivos e realizar tarefas domésticas, neste caso em sentido negativo), e as que contribuem para o terceiro factor referem-se a actividades manuais, domésticas e passivas (jardinagem ou cultivo da horta; realizar artesanato, reparações caseiras, trabalhos manuais; tratar de um animal doméstico, realizar palavras-cruzadas e ver televisão). Tendo por base tanto considerações estatísticas¹⁸ como teóricas, estes dois factores não serão considerados nas análises seguintes.

¹⁸. Baixa percentagem da variância explicada e Alpha de Cronbach fraco.

Quadro 4.10 Análise de componentes principais das actividades de tempos livres

	Factor 1	Factor 2	Factor 3
Usar um computador	0,695	0,016	0,055
Ir ao cinema/concertos/teatro/museus	0,687	0,042	0,092
Ouvir música	0,594	0,227	0,029
Ouvir rádio	0,540	0,164	-0,021
Ir a cursos ou acções de formação por sua iniciativa	0,514	-0,125	-0,194
Praticar desporto	0,431	0,108	0,294
Ler	0,426	0,267	0,209
Participar em eventos promovidos, como os que são realizados por partidos políticos, sindicatos ou movimentos cívicos	0,397	-0,015	0,037
Passear	0,355	0,333	0,248
Visitar amigos/conhecidos ou convidá-los para sua casa	0,351	0,320	0,248
Realizar alguma actividade artística	0,281	-0,077	0,268
Jogar jogos de mesa	0,024	0,757	0,108
Ir a eventos desportivos	0,177	0,643	-0,028
Tarefas domésticas	0,179	-0,485	0,239
Jardinagem ou cultivar uma horta	-0,124	-0,001	0,667
Artesanato, trabalhos manuais, reparações caseiras	0,125	0,027	0,632
Tratar de um animal doméstico	0,143	0,068	0,482
Palavras cruzadas ou quebra-cabeças	0,184	0,239	0,244
Ver TV	-0,026	-0,009	0,188
Variância explicada (%)	18,1	7,4	7,0
Alpha de Cronbach	0,69	0,20	0,38
KMO		0,790	

¹⁹. A escala deste indicador foi recodificada em quatro categorias: “sem actividade”; “actividade baixa”; “actividade média”; e “actividade elevada”.

Interessa agora perceber de que forma os nossos inquiridos se distribuem de acordo com o índice de práticas individuais e colectivas diversificadas¹⁹ (Quadro 4.11). Quase metade da amostra assume um nível de actividade baixo (42,7%). Ao analisar este resultado pelos principais factores sociodemográficos, encontramos diferenças significativas que reforçam os padrões que têm sido delineados até aqui. Desta forma, percebe-se que os homens demonstrem níveis de actividade mais elevados do que as mulheres. Em termos de escalões etários, o decréscimo de actividade acontece à medida que aumenta a idade dos inquiridos. Quase metade dos inquiridos mais velhos (47,9%) não regista qualquer nível de actividade, contra os 18,3 por cento dos mais novos sem actividade.

Relativamente à escolaridade, quem tem graus elevados (ensino secundário e superior) apresenta níveis médios de actividade, enquanto aqueles que não possuem qualquer grau de escolaridade não registam actividade. Em relação ao estado civil, os viúvos são os menos activos (0,9%), opondo-se aos divorciados/separados e solteiros, que são os que registam níveis mais elevados de prática de actividades diversificadas (11,8% e 10,1%, respectivamente). No que toca à situação profissional dos inquiridos, ao rendimento e à ocupação socioeconómica, tal como foi descrito anteriormente, são sobretudo aqueles que ainda trabalham quem regista níveis de actividade mais elevados (10,5%), ou seja, os proprietários, dirigentes e profissionais liberais (18,7%), assim como os quadros médios e superiores (11,7%), com rendimentos mais elevados (10,1%). Considerando a configuração do agregado e das redes pessoais, verifica-se que quem vive acompanhado, integrando uma rede pessoal grande e predominantemente não-familiar, tende a praticar mais actividades. Por último, em relação ao estado de saúde subjectivo e à mobilidade dos indivíduos, quem pratica mais actividades são, como seria de esperar, aqueles que declaram ter um bom estado de saúde (12,4%), com poucos impedimentos físicos e psicológicos e que costumam sair de casa durante o fim-de-semana (6,7%).

No quadro seguinte (4.12), é possível analisar de novo os padrões descritos anteriormente, com base no valor médio que cada grupo assume neste indicador. Acrescentam-se ainda as diferenças introduzidas pelos factores sociodemográficos. A escolaridade, a ocupação socioprofissional, o rendimento, o estado subjectivo de saúde e as idades são, mais uma vez, os factores que introduzem maior diferenciação²⁰ em relação ao índice de práticas individuais e colectivas diversificadas associadas ao envelhecimento activo.

²⁰. Comparar os valores dos η^2 para cada factor.

Quadro 4.11 Prática de actividades individuais e colectivas diversificadas

	Sem actividade		Actividade baixa		Actividade média		Actividade alta		Total		
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Sexo											
$U=94146,500; p=0,000$											
Homens	77	17,2	191	42,8	150	33,6	28	6,4	447	100,0	
Mulheres	204	36,9	235	42,6	90	16,3	24	4,3	553	100,0	
Total	281	28,1	427	42,7	240	24,0	52	5,2	1000	100,0	
Idade											
$\chi^2_{KW}(2) = 112,381; p=0,000$											
0,000; $\eta^2 = 0,105$											
50 - 64 anos	bcd	93	18,3	211	41,3	166	32,4	41	8,0	511	100,0
65 - 74 anos	ac	90	31,5	129	44,9	57	20,0	10	3,6	287	100,0
+ 75 anos	ab	97	47,9	87	43,1	17	8,6	1	0,4	202	100,0
Total		281	28,1	427	42,7	240	24,0	52	5,2	1000	100,0
Escolaridade											
$\chi^2_{KW}(3) = 260,988; p=0,000$											
0,000; $\eta^2 = 0,209$											
Não sabe ler nem escrever	bcd	43	69,8	17	27,9	0	0,0	1	2,3	61	100,0
Ensino básico	acd	223	31,0	362	50,3	120	16,6	15	2,1	720	100,0
Ensino secundário	abd	10	9,5	24	23,3	57	55,2	12	12,0	104	100,0
Ensino superior	abc	2	2,2	22	20,2	61	56,2	23	21,5	108	100,0
Total		278	28,0	425	42,8	238	23,9	52	5,3	993	100,0
Estado civil											
$\chi^2_{KW}(3) = 62,039; p=0,000$											
0,000; $\eta^2 = 0,045$											
Casado	c	150	23,6	289	45,4	165	25,9	33	5,1	637	100,0
Div./Separado	c	22	22,4	32	32,8	32	33,0	11	11,8	96	100,0
Viúvo	abd	93	46,4	82	40,6	24	12,1	2	0,9	201	100,0
Solteiro	c	15	23,6	23	36,5	19	29,8	6	10,1	63	100,0
Total		280	28,1	425	42,6	240	24,1	52	5,2	998	100,0
Situação profissional											
$\chi^2_{KW}(3) = 77,023; p=0,000$											
Empregado	bd	38	15,2	94	37,8	91	36,6	26	10,5	249	100,0
Reformado	ac	197	34,3	245	42,8	114	19,8	18	3,1	573	100,0
Desempregado	bd	10	12,7	42	55,1	20	26,5	4	5,6	77	100,0
Doméstico	ac	29	42,5	30	43,8	7	10,2	2	3,5	69	100,0
Total		274	28,3	412	42,6	232	24,0	50	5,2	968	100,0

	Sem actividade		Actividade baixa		Actividade média		Actividade alta		Total		
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Rendimento do agregado											
$\chi^2_{\text{KW}}(2)=137,440; p=0,000$											
0,000; $\eta^2 = 0,120$											
Baixo	bc	55	45,1	56	46,0	11	9,0	0	0,0	122	100,0
Médio	ac	89	34,4	126	48,8	35	13,4	9	3,4	258	100,0
Elevado	ab	42	12,0	133	38,4	137	39,5	35	10,1	347	100,0
Total		185	25,5	315	43,3	182	25,1	44	6,0	726	100,0
Ocupação socioprofissional											
$\chi^2_{\text{KW}}(3)=106,497; p=0,000$											
0,000; $\eta^2 = 0,121$											
Proprietários, dirigentes e profissionais liberais	cde	7	9,7	19	27,2	31	44,4	13	18,7	70	100,0
Quadros médios e superiores	cde	16	10,6	49	33,0	66	44,7	17	11,7	148	100,0
Executantes não manuais	abde	61	23,5	112	43,0	72	27,8	15	5,8	260	100,0
Trab. manuais especializados	abce	97	33,4	146	50,6	42	14,5	4	1,4	289	100,0
Trab. manuais não especializados	abcd	72	49,4	63	42,9	11	7,7	0	0,0	147	100,0
Total		253	27,6	389	42,6	223	24,4	50	5,4	914	100,0
Agregado doméstico											
$U=82964,500; p=0,002$											
Acompanhado		209	26,1	346	43,3	201	25,2	43	5,4	799	100,0
Sozinho		72	35,8	81	40,1	39	19,6	9	4,5	201	100,0
Total		281	28,1	427	42,7	240	24,0	52	5,2	1000	100,0
Dimensão da rede											
$U=93986,500; p=0,000$											
$\eta^2 = 0,009$											
Pequena		166	29,0	253	44,1	131	22,9	23	4,0	574	100,0
Grande		78	23,2	137	40,6	96	28,5	26	7,8	338	100,0
Total		245	26,8	390	42,8	228	25,0	50	5,4	912	100,0
Composição da rede											
$U=71954,500; p=0,001$											
Pred. familiar		198	28,9	298	43,3	157	22,8	34	5,0	687	100,0
Pred. não-familiar		44	20,1	91	42,2	66	30,7	15	7,0	217	100,0
Total		242	26,8	389	43,1	223	24,7	50	5,5	904	100,0
Estado subjectivo de saúde											
$\chi^2_{\text{KW}}(2)=1035,217; p=0,000$											
0,000; $\eta^2 = 0,105$											
Má e muito má	bc	81	43,6	84	45,3	20	10,8	1	0,4	185	100,0
Razoável	ac	159	31,5	232	46,1	100	19,8	13	2,6	504	100,0
Boa e muito boa	ab	40	13,1	109	35,4	121	39,2	38	12,4	308	100,0
Total		280	28,0	425	42,6	240	24,1	52	5,2	997	100,0

	Sem actividade		Actividade baixa		Actividade média		Actividade alta		Total		
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Impedimentos físic/psic											
$\chi^2_{KW}(3)=32,314; p=0,000$											
0,000; $\eta^2= 0,031$											
Nada	cd	180	24,3	319	43,1	198	26,7	43	5,9	740	100,0
Muito pouco	d	8	19,0	22	54,7	8	20,6	2	5,6	40	100,0
Um pouco	a	52	36,7	59	40,9	26	17,9	7	4,6	143	100,0
Muito		33	48,1	27	39,2	9	12,7	0	0,0	68	100,0
Total		273	27,5	426	43,0	240	24,2	52	5,3	991	100,0

Sair de casa

$U=45311,500; p=0,000$

$\eta^2= 0,085$

Sim		140	19,7	329	46,4	193	27,2	48	6,7	710	100,0
Não		104	53,7	74	38,2	16	8,1	0	0,0	194	100,0
Total		245	27,0	403	44,6	209	23,1	48	5,3	904	100,0

Grupos que são significativamente diferentes entre si (comparação múltipla das médias das ordens. teste *LSD*, para $p \leq 0,05$). Idade: (a) 50-64 anos, (b) 65-74 anos, (c) mais de 75 anos. Escolaridade: (a) Não sabe ler nem escrever, (b) Ensino básico, (c) Ensino secundário, (d) Ensino superior. Estado civil: (a) Casado, (b) Divorciado ou separado, (c) Viúvo, (d) Solteiro. Situação profissional: (a) Empregado, (b) Reformado, (c) Desempregado, (d) Doméstico. Rendimento do agregado: (a) Baixo, (b) Médio, (c) Alto. Ocupação socioprofissional: (a) Proprietários, dirigentes e profissionais liberais, (b) Quadros médios e superiores, (c) Executantes não manuais, (d) Trabalhadores manuais especializados, (e) Trabalhadores manuais não especializados. Estado subjectivo de saúde: (a) Má e muito má, (b) Razoável, (c) Boa e muito boa. Impedimentos físicos e psicológicos: (a) Nada, (b) Muito pouco, (c) Um pouco, (d) Muito.

Por último, na tentativa de sintetizar a informação apresentada e analisada neste capítulo, foi construído um modelo de regressão²¹ que pretende encontrar os principais preditores do índice de práticas individuais e coletivas diversificadas (Quadro 4.13), o qual podemos denominar de índice de envelhecimento activo, cujos correlatos em termos de hábitos de saúde e estilos de vida em geral são previsíveis.

As variáveis preditoras foram introduzidas com base no pressuposto de que o índice é determinado por: (1) factores sociodemográficos; (2) configuração das redes pessoais; (3) saúde; (4) participação social e (5) representações sociais sobre o envelhecimento²².

Analisando o primeiro bloco do modelo, constata-se que as variáveis de caracterização sociodemográfica têm um forte poder preditivo neste modelo (45,6%) e as mais determinantes são a escolaridade, a idade, o estatuto socio-profissional, o rendimento do agregado e o sexo. Todos estes factores assumem um peso preditivo elevado neste modelo. Desta forma, são os homens; os mais novos; os mais escolarizados; com elevado estatuto socioprofissional e rendimento do agregado mais alto quem tende a assumir práticas de envelhecimento activo mais elevadas.

²¹. Análise de regressão linear, método Enter. Os valores são coeficientes de regressão estandardizados (betas), assinalados quando estatisticamente significativos: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

²². Sobre as representações sociais do envelhecimento, ver capítulo 5, "Saúde e Bem-Estar e Envelhecimento".

Quadro 4.12 Prática de actividades individuais e colectivas diversificadas

		média	desvio-padrão
Sexo			
$t(998) = 7,809; p = 0,000; \eta^2 = 0,058$			
Homens		2,3	0,8
Mulheres		1,9	0,8
Total		2,1	0,9
Idade			
$F(2,996) = 55,359; p = 0,000; \eta^2 = 0,100$			
50 - 64 anos	bc	2,3	0,9
65 - 74 anos	ac	2,0	0,8
+ 75 anos	ab	1,6	0,7
Total		2,1	0,9
Escolaridade			
$F(3,988) = 110,798; p = 0,000; \eta^2 = 0,252$			
Não sabe ler nem escrever	bcd	1,3	0,6
Ensino básico	acd	1,9	0,7
Ensino secundário	abd	2,7	0,8
Ensino superior	abc	3,0	0,7
Total		2,1	0,9
Estado civil			
$F(3,993) = 20,725; p = 0,000; \eta^2 = 0,059$			
Casado	c	2,1	0,8
Divorciado ou separado	c	2,3	1,0
Viúvo	abd	1,7	0,7
Solteiro	c	2,3	0,9
Total		2,1	0,9
Agregado doméstico			
$t(998) = 2,529; p = 0,012; \eta^2 = 0,006$			
Acompanhado		2,1	0,8
Sozinho		1,9	0,9
Total		2,1	0,9
Dimensão da rede			
$t(910) = -3,255; p = 0,001; \eta^2 = 0,017$			
Pequena		2,0	0,8
Grande		2,2	0,9
Total		2,1	0,9
Composição da rede			
$t(902) = -3,130; p = 0,002; \eta^2 = 0,011$			
Predominantemente familiar		2,0	0,8
Predominantemente não-familiar		2,2	0,9
Total		2,1	0,9

		média	desvio-padrão
Situação profissional			
$F(3,964) = 26,875; p = 0,000; \eta^2 = 0,077$			
Empregado	bd	2,4	0,9
Reformado	ac	1,9	0,8
Desempregado	bd	2,3	0,7
Doméstico	ac	1,7	0,8
Total		2,1	0,9
Rendimento do agregado			
$F(2,723) = 73,722; p = 0,000; \eta^2 = 0,169$			
Baixo	bc	1,6	0,6
Médio	ac	1,9	0,8
Elevado	ab	2,5	0,8
Total		2,1	0,9
Ocupação socioprofissional			
$F(4,909) = 29,906; p = 0,000; \eta^2 = 0,179$			
Proprietários, dirigentes e profissionais liberais	cde	2,7	0,9
Quadros médios e superiores	cde	2,6	0,8
Executantes não manuais	abde	2,2	0,8
Trabalhadores manuais especializados	abce	1,8	0,7
Trabalhadores manuais não especializados	abcd	1,6	0,6
Total		2,1	0,9
Estado subjectivo de saúde			
$F(2,994) = 76,466; p = 0,000; \eta^2 = 0,133$			
Má e muito má	bc	1,7	0,7
Razoável	ac	1,9	0,8
Boa e muito boa	ab	2,5	0,9
Total		2,1	0,9
Impedimentos físicos e psicológicos			
$F(3,987) = 9,494; p = 0,000; \eta^2 = 0,028$			
Nada	cd	2,1	0,9
Muito pouco	d	2,1	0,8
Um pouco	a	1,9	0,9
Muito	ab	1,6	0,7
Total		2,1	0,9
Sair de casa			
$t(902) = 10,310; p = 0,000; \eta^2 = 0,105$			
Sim		2,2	0,8
Não		1,5	0,6
Total		2,1	0,8

Ao introduzir o segundo bloco de variáveis, relativas à composição do agregado doméstico e à configuração das redes pessoais, é visível que o incremento na variância explicada do modelo final é residual, apenas 0,3 por cento. Quando analisada de forma bivariada, a configuração das redes pessoais tem impacto significativo na prática de actividades, como se verificou anteriormente (Quadros 4.11 e 4.12); no entanto, neste modelo, o conjunto destes factores não chega sequer a ser significativo. O fraco impacto das redes pessoais na prática das actividades pode ser interpretado pela sua dimensão e composição. De facto, os resultados mostram que as redes pessoais são muito pequenas (não mais do que dois elementos) e tendencialmente familiares. Desta forma, a pouca variabilidade deste factor não chega a introduzir uma diferenciação significativa no índice de práticas individuais e colectivas diversificadas.

Na introdução do terceiro bloco, com as variáveis relativas ao estado de saúde, observa-se um incremento significativo na percentagem explicada da variância do índice de práticas individuais e colectivas diversificadas (4%). O estado subjectivo de saúde assume, a par das variáveis do primeiro bloco, um forte factor preditivo.

O quarto bloco de variáveis, que remete para as várias formas de participação social, introduz igualmente um aumento significativo no modelo final (54,2%). A pertença associativa é o preditor mais forte, assim como a participação em actividades organizadas. O poder explicativo deste último conjunto de variáveis faz com que os factores sociodemográficos percam alguma preponderância no modelo final e apenas a escolaridade e o rendimento se mantenham significativos. Assim, demonstra-se que, quanto maior é o nível de pertença associativa e de participação organizada, maior é o índice de envelhecimento activo, controlando pelo factor sociodemográfico.

Finalmente, no quinto e último bloco, considerou-se que a forma como as pessoas entendem o envelhecimento poderia influenciar a prática de actividades, no sentido em que, quanto mais positivas fossem as representações da idade, maiores seriam as práticas de envelhecimento activo. No entanto, este factor não se revelou significativo e o incremento no modelo final é apenas de 0,6 por cento, mantendo-se o valor preditivo de todas as variáveis anteriores, excepto para a participação organizada que deixa de ser significativa.

Em suma, os principais factores preditivos são: os sociodemográficos, explicando uma elevada percentagem da variância do índice de práticas individuais e colectivas diversificadas, a saúde e a participação social, destacando-se os elevados valores preditivos das variáveis destes blocos. Por sua vez, as redes pessoais e as representações do envelhecimento não revelaram qualquer impacto no modelo final. Os indivíduos mais escolarizados, com rendimento elevado, declarando um bom estado de saúde e que aderem mais a associações, tendem

²³ Realizou-se uma análise exploratória com o objetivo de averiguar os requisitos mínimos para a análise paramétrica de dados. Seguindo os procedimentos recomendados (e.g., Judd & McClelland, 2001), verificou-se que os pressupostos para a análise paramétrica estão assegurados na medida em que a análise dos resíduos mostrou que estes são homogêneos e normalmente distribuídos. Estes procedimentos foram aplicados às restantes regressões realizadas no âmbito deste trabalho.

pois a ser, em Portugal, aqueles que mais adoptam as práticas individuais e colectivas diversificadas que estão associadas ao chamado envelhecimento activo.

Quadro 4.13 Preditores do Índice de prática de actividades individuais e colectivas diversificadas (regressão linear)²³

	Bloco 1 Sócio- demográficos	Bloco 2 Redes pessoais	Bloco 3 Saúde	Bloco 4 Participação	Bloco 5 Representações
Sexo (mulheres)	0,156*	0,155*	0,141*	0,070	0,084
Idade	-0,227**	-0,237**	-0,200*	-0,133	-0,117
Escolaridade	0,383***	0,357***	0,311***	0,251**	0,249**
Div./Separado (casado)	0,113	0,053	0,064	0,045	0,041
Viúvo (casado)	0,099	0,023	0,010	-0,068	-0,049
Solteiro (casado)	-0,009	-0,055	-0,050	-0,041	-0,039
Empregado (reformado)	0,064	0,058	0,043	0,078	0,087
Desempregado (reformado)	0,018	0,020	0,007	0,023	0,033
Doméstico (reformado)	0,114	0,126	0,123	0,098	0,098
Prop., dirig. e prof. liberais (trab. manuais esp.)	0,166*	0,177*	0,162*	0,135	0,133
Quadros médios e sup. (trab. manuais esp.)	0,174*	0,168	0,156	0,124	0,121
Executantes não manuais (trab. manuais esp.)	0,106	0,086	0,108	0,067	0,045
Trab. manuais não esp. (trab. manuais esp.)	0,027	0,018	0,022	-0,014	-0,008
Rendimento do agregado	0,167*	0,170*	0,163*	0,159*	0,154*
Agregado doméstico (viver acompanhado)		0,091	0,082	0,116	0,121
Composição da rede pessoal (rede familiar)		0,081	0,094	0,052	0,050
Dimensão da rede pessoal		0,069	0,056	0,020	0,021
Prestação de cuidados (sim)		0,061	0,067	0,045	0,047
Estado subjectivo de saúde			0,221***	0,230***	0,197**
Impedimentos físicos e psicológicos			0,065	0,071	0,094
Participação em actividades organizadas				0,127*	0,107
Pertença associativa				0,216***	0,192**
Participação informal em grupos				-0,008	0,005
Convívio com vizinhos				-0,112	-0,102
Representações do envelhecimento					0,115
	ΔR^2	0,015	0,039	0,052	0,008
	R^2 Ajustado	0,456	0,459	0,495	0,542

Realizando o mesmo exercício, com base no argumento de que as variáveis que determinam um impacto significativo na prática de actividades individuais e colectivas diversificadas, associadas ao envelhecimento activo diferem consoante o género, o modelo foi replicado separadamente para os homens (Quadro 4.14) e as mulheres (Quadro 4.15).

Quadro 4.14 Preditores do Índice de prática de actividades individuais e colectivas diversificadas dos homens (regressão linear)

	Bloco 1 Sócio- demográficos	Bloco 2 Redes pessoais	Bloco 3 Saúde	Bloco 4 Participação	Bloco 5 Representações
Idade	-0,106	-0,179	-0,160	-0,051	-0,043
Escolaridade	0,324**	0,285*	0,269*	0,144	0,116
Div./Separado (casado)	0,045	-0,152	-0,087	-0,078	-0,065
Viúvo (casado)	0,043	-0,243	-0,264	-0,221	-0,202
Solteiro (casado)	-0,009	-0,150	-0,152	-0,118	-0,180
Empregado (reformado)	0,218	0,166	0,152	0,133	0,157
Desempregado (reformado)	0,141	0,126	0,038	0,059	0,018
Prop., dirig. e prof. liberais (trab. manuais esp.)	0,176	0,196	0,183	0,082	0,094
Quadros médios e sup. (trab. manuais esp.)	0,252	0,208	0,183	0,113	0,142
Executantes não manuais (trab. manuais esp.)	0,059	0,006	0,011	-0,082	-0,117
Trab. manuais não esp. (trab. manuais esp.)	-0,005	-0,030	-0,036	-0,069	-0,064
Rendimento do agregado	0,179	0,212	0,171	0,179	0,159
Agregado doméstico (viver acompanhado)		0,314	0,334	0,225	0,218
Composição da rede pessoal (rede familiar)		0,149	0,137	0,176	0,161
Dimensão da rede pessoal		-0,006	-0,016	-0,060	-0,067
Prestação de cuidados (sim)		0,084	0,108	0,065	0,090
Estado subjectivo de saúde			0,229*	0,254**	0,194*
Impedimentos físicos e psicológicos			-0,040	-0,014	0,029
Participação em actividades organizadas				0,096	0,060
Pertença associativa				0,361***	0,304**
Participação informal em grupos				0,065	0,115
Convívio com vizinhos				-0,020	0,020
Representações do envelhecimento					0,214*
	ΔR^2	0,029	0,044	0,090	0,025
	R^2 Ajustado	0,397	0,397	0,435	0,546

Analisando os resultados, verifica-se que, para os homens, a nível dos factores sociodemográficos, apenas a escolaridade tem impacto significativo mas muito elevado. Ao nível das redes, estas não assumem qualquer valor preditivo significativo. O estado subjectivo de saúde, a par com a escolaridade, assume valores muito elevados e com a introdução das variáveis relativas à participação social, a escolaridade deixa de ser o factor prevalente. A pertença associativa dos homens é um factor muito importante na orientação para a prática de actividades individuais e colectivas diversificadas. Por último, e contrariamente ao que sucede no modelo geral, as representações sociais constituem um factor explicativo. Uma representação mais optimista do envelhecimento, influi positivamente na orientação ao envelhecimento activo.

Quadro 4.15 Preditores do Índice de prática de actividades individuais e colectivas diversificadas das mulheres (regressão linear)

	Bloco 1 Sócio- -demográficos	Bloco 2 Redes pessoais	Bloco 3 Saúde	Bloco 4 Participação	Bloco 5 Representações
Idade	-0,335**	-0,293*	-0,251*	-0,214	-0,208
Escolaridade	0,409***	0,364**	0,329**	0,341**	0,348**
Div./Separado (casado)	0,130	0,124	0,147	0,141	0,146
Viúvo (casado)	0,159	0,136	0,128	0,067	0,083
Solteiro (casado)	0,009	-0,002	0,006	0,016	0,028
Empregado (reformado)	-0,089	-0,082	-0,082	-0,021	-0,021
Desempregado (reformado)	-0,127	-0,119	-0,113	-0,103	-0,089
Doméstico (reformado)	0,143	0,177	0,170	0,148	0,146
Prop., dirig. e prof. liberais (trab. manuais esp.)	0,184	0,183	0,139	0,119	0,111
Quadros médios e sup. (trab. manuais esp.)	0,132	0,131	0,077	0,077	0,062
Executantes não manuais (trab. manuais esp.)	0,189	0,181	0,183	0,172	0,153
Trab. manuais não esp. (trab. manuais esp.)	0,052	0,066	0,057	0,012	0,014
Rendimento do agregado	0,175	0,166	0,206	0,178	0,177
Agregado doméstico (viver acompanhado)		-0,014	-0,034	-0,024	-0,025
Composição da rede pessoal (rede familiar)		0,070	0,062	-0,013	-0,004
Dimensão da rede pessoal		0,132	0,108	0,083	0,083
Prestação de cuidados (sim)		0,102	0,101	0,095	0,093
Estado subjectivo de saúde			0,219*	0,181	0,170
Impedimentos físicos e psicológicos			0,147	0,115	0,121
Participação em actividades organizadas				0,100	0,091
Pertença associativa				0,044	0,023
Participação informal em grupos				-0,103	-0,100
Convívio com vizinhos				-0,234*	-0,224*
Representações do envelhecimento					0,060
	ΔR^2	0,027	0,041	0,053	0,001
	R^2 Ajustado	0,432	0,430	0,464	0,493

Relativamente às mulheres, verifica-se que, em termos sociodemográficos, a idade e a escolaridade são os factores mais determinantes. Aqui, tal como no modelo geral e tal como no modelo para os homens, o bloco relativo às redes pessoais não é significativo e chega mesmo a diminuir o valor da variância explicada. A introdução das variáveis sobre saúde aumenta este valor, perdendo a idade o seu valor explicativo. Ao nível da participação, o único factor determinante é o convívio com os vizinhos e a sua introdução, provoca a uma diminuição do valor explicativo do estado subjectivo de saúde. Relativamente às representações, para as mulheres, a forma como o envelhecimento é concebido não é relevante.

Em resumo, os factores que determinam uma maior prática de actividades individuais e colectivas diversificadas são distintos para homens e para mulheres. A orientação para prática das actividades de envelhecimento activo é tanto mais forte quanto melhor for o estado de saúde, maior a adesão a associações e mais positiva a visão do envelhecimento, no caso dos homens, e quanto mais elevado for o nível de escolaridade e o convívio com os vizinhos, no caso das mulheres.

4.4 Síntese conclusiva

De acordo com literatura referida, e com base nas práticas preconizadas pelo envelhecimento activo, os dados empíricos sugerem que tais práticas (culturais, sociais, expressivas, físicas e instrumentais) promovem resultados positivos na saúde e bem-estar dos indivíduos, como de facto se verificará de novo no capítulo 5.

Analisando a distribuição percentual da prática de actividades, foi possível definir um padrão de ocupação dos tempos livres dos seniores portugueses. À semelhança dos resultados obtidos relativamente ao nível de participação formal, os homens realizam mais actividades do que as mulheres. Estas apenas se destacam na realização das actividades instrumentais (tarefas domésticas, artesanato e reparações caseiras). A idade, assim como a escolaridade, o estado civil e a situação profissional introduzem variações significativas nesta distribuição. Os mais novos realizam mais actividades e o número e a frequência da realização de actividades vai diminuindo para os indivíduos mais velhos. Relativamente à escolaridade, as diferenças encontradas estabelecem distinções entre os indivíduos sem qualquer nível de escolaridade ou com um nível baixo e aqueles que têm níveis de escolaridade mais elevados; em resumo, quanto mais escolarizados, maior a tendência para a prática destas actividades. Os viúvos são o grupo que realiza menos actividades, confirmando novamente a tendência para o isolamento. Por último, considerando a situação profissional, foram identificadas tendências que diferenciam os activos (empregados e desempregados) e os inactivos (domésticas e reformados). Apesar de ainda se encontrarem no mercado de trabalho e, como tal, com menor disponibilidade de tempo, os activos, sobretudo os empregados, são quem realiza o maior número de actividades. Quem realiza mais actividades sente-se, geralmente, mais satisfeito em relação a esta prática (pessoas do sexo masculino, mais novas, mais escolarizadas, casadas e ainda a trabalhar).

De forma a conhecer que tipo de actividades os idosos realizam, estas foram classificadas de acordo com o facto de serem realizadas dentro ou fora de casa, e verificou-se que, apesar de a maior parte dos inquiridos sair frequentemente

de casa, o tempo livre não é ocupado de forma fisicamente activa (Avramov & Maskova, 2003), corroborando dados da OCDE e MTUS²⁴. São sobretudo as actividades realizadas dentro de casa, logo as mais passivas fisicamente (ver televisão, ler, ouvir rádio), as que são praticadas em maior número.

²⁴. *Multinational Time Use Study.*

Na última secção do capítulo, foi construído um indicador com base no conjunto das actividades realizadas, que agrega aquelas que estão claramente associadas ao envelhecimento activo. Trata-se de actividades individuais e colectivas, diversificadas, de âmbito cultural, físico e expressivos, relativamente às quais apenas 30 por cento dos inquiridos atingem a média (24%) ou se situam acima da média (5%), sendo a média pontual deste indicador 2,1 numa escala de 1 a 4.

Finalmente, no modelo de regressão, verificou-se que os factores socio-demográficos constituem o principal determinante, nomeadamente a escolaridade e a idade, assim como o rendimento, o estado subjectivo de saúde²⁵ e as formas de participação social formais. Assim, são os homens mais novos, mais escolarizados, com boa percepção do seu estado de saúde e que participam activamente quem tende a adoptar mais frequentemente as práticas de envelhecimento activo.

²⁵. A associação entre prática de actividades e saúde assume as duas direcções. Ambos os factores determinam e resultam no outro (Agahi, Silverstein and Parker, 2011).

O mesmo exercício, segundo o género, mostra que as variáveis com um impacto significativo na prática de actividades individuais e colectivas diversificadas, associadas ao envelhecimento activo, diferem segundo o género. Relativamente aos homens, a pertença associativa, enquanto forma de participação social, é um factor determinante na orientação para a prática de actividades individuais e colectivas diversificadas. Destaca-se igualmente o poder preditivo das representações positivas do envelhecimento. No caso das mulheres, para além da escolaridade, a participação social informal, ao nível do convívio com os vizinhos, é um forte preditor para a orientação no sentido do envelhecimento activo.

O paradigma do envelhecimento activo adopta uma abordagem positiva sobre o envelhecimento, com o objectivo de potenciar o desenvolvimento humano e combater as discriminações com base na idade (Moody, 2006), levando a que se assista a uma nova forma de entender o envelhecimento (Biggs *et al.*, 2006). No entanto, apesar de possuir potencialidades evidentes, a experiência mostra que, até agora, seguramente numa sociedade com as características da portuguesa, ainda incapaz de abarcar a totalidade da diversidade social e que, em certas situações, em vez de a atenuar, acentua a marginalização das pessoas mais velhas.

A dimensão ideológica do envelhecimento activo revela-se, desta forma, no perfil elitista daqueles que mais aderem às suas práticas. Assim, o efeito positivo que as práticas de envelhecimento activo têm, de facto, na qualidade

de vida das pessoas, está muito desigualmente distribuído entre os seniores e, de forma geral, discrimina os mais velhos, os mais pobres e os menos instruídos. O aspecto mais positivo dos resultados observados reside no facto de a população do primeiro segmento sénior (50-64 anos) revelar já uma propensão maioritária para a adopção das práticas associadas ao envelhecimento activo, daí sendo de esperar efeitos ao nível do seu futuro estado de saúde.

Capítulo 5

Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento

O declínio gradual do estado de saúde é o factor mais frequentemente associado à idade e, porventura, o mais condicionante do processo de envelhecimento, em particular se a situação de doença for crónica e múltipla, e se provocar incapacidades físicas e psicológicas que afectem o quotidiano das pessoas mais velhas e a sua autonomia.

Diversos factores podem contribuir para um melhor estado de saúde e para a forma como este é percebido, assim como para o bem-estar e para um sentimento de maior felicidade. Com efeito, a análise empírica tem demonstrado que existe uma clara relação entre, por um lado, os usos do tempo e a prática de actividades; o grau de integração social; a intensidade e a qualidade das relações sociais; bem como o apoio emocional e instrumental que os idosos podem receber (mas também prestar), e por outro lado, a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida na velhice (Bankhoff, 1983; Fernández-Ballesteros, 2002; Litwin, 2000; Schaefer, Coyne, & Lazarus, 1981).

No âmbito da saúde, é comum as pessoas mais velhas necessitem de maior apoio em situação de doença, em particular quando as suas capacidades funcionais ficam afectadas, temporária ou permanentemente, e sentem dificuldades em desenvolver as suas actividades quotidianas (Fernández-Ballesteros, 2002). No entanto, mais recentemente, a investigação tem procurado ir para além do apoio que as redes pessoais e sociais podem proporcionar aos idosos em caso de doença. Os estudos sobre o envelhecimento centrados nas relações sociais e noutros conceitos conexos, em diferentes contextos e sociedades, têm evidenciado uma clara relação com um melhor estado de saúde e o bem-estar ao longo da vida, em particular na velhice (Antonucci, Sherman, & Akiyama, 1996; Sirven & Debrand, 2008).

Não obstante certas dificuldades (Schreurs & Ridder, 2000), os resultados empíricos têm demonstrado que as pessoas mais integradas socialmente, com mais relacionamentos e mais satisfeitas com a qualidade desses relacionamentos, evidenciam um melhor estado de saúde do que as pessoas com menos relações sociais, concluindo-se que as redes e o apoio sociais exercem uma clara influência sobre a saúde (Cohen & Syme, 1985; Fernández-Ballesteros, 2002) e até na redução dos riscos de mortalidade (Musick, House,

& Williams, 2004). Mais do que o apoio efectivo e instrumental que pode ser recebido em caso de necessidade, são os factores relacionados com o apoio percebido, isto é, o reconhecimento de que esse apoio pode ser obtido, que tendem a produzir um efeito mais forte e consistente na saúde e no bem-estar dos mais idosos (Norris & Kaniasty, 1996; Paúl, 2005).

O mesmo acontece com os indicadores relativos à qualidade de vida. Sabendo-se que este é um conceito multidimensional composto por várias condições e ingredientes ao longo da vida, a generalidade dos estudos tem mostrado que as relações sociais emergem sempre como uma das condições cruciais para a qualidade de vida dos idosos, na medida em que a generalidade dos seres humanos agem como um ser social com necessidade de se relacionar com outros para o seu bem-estar (Fernández-Ballesteros, 1998). A globalidade dos impactos das redes sociais e do apoio social acaba mesmo por ter reflexo na mortalidade. Com efeito, o apoio social estrutural ou funcional é, em grande medida, um “preditor de todas as causas de mortalidade, mesmo controlando para a idade, o género, o estatuto socioeconómico e o estado inicial de saúde” (Paúl, 2005, p. 278; Uchino, 2004).

Por outro lado, o interesse da investigação na área do envelhecimento em estudar as ocupações e as actividades das pessoas mais velhas tem vindo também a aumentar (Cornwell, Laumann, & Schumm, 2008; Jong Gierveld & Havens, 2004). Estas últimas vão desde o prolongamento da vida activa (trabalho remunerado) até ao voluntariado organizado e outras formas de participação na vida pública (Kohli, Hank, & Künemund, 2009). A conceptualização deste tipo de enfoque analítico tem mudado ao longo do tempo. Como refere Kohli (2009, p. 328):

Originalmente, a ênfase era colocada, em primeiro lugar, nas actividades e nos papéis reservadas aos idosos e, mais tarde, nas propriedades dos campos sociais em que participam. Nos anos mais recentes, tem ocorrido uma mudança no sentido do afastamento das conceptualizações de integração social com enfoque nos papéis e nas actividades [...] para um tratamento mais orientado à análise das redes e à discussão sobre o capital social (ver Cornwell, *et al.*, 2008; Pichler & Wallace, 2007).

O mesmo autor chama a atenção para o facto de a actividade, a rede e o capital social serem, do ponto de vista analítico, quase sempre tratados separadamente, considerando que tal não é o mais apropriado quando se pretende analisar “o modo como os idosos permanecem socialmente conectados no decorrer dos últimos estádios do curso de vida”, devendo-se, ao invés, articular as três abordagens, na medida em que:

A categoria “actividade” refere-se às oportunidades e às solicitações que tornam os indivíduos socialmente activos, enquanto a categoria “rede” centra-se nos relacionamentos sociais que estão subjacentes a essas oportunidades e solicitações (Kohli, *et al.*, 2009, p. 329; ver Gray, 2009).

Em termos gerais, o capital social refere-se à forma como os indivíduos participam na sociedade e as ligações e vínculos sociais que desenvolvem (Pichler & Wallace, 2007), tendo em conta o contexto social e cultural em que se inserem (Delhey & Newton, 2005). Num sentido mais amplo, o capital social é uma medida de integração e coesão social, com implicações decisivas na saúde, na qualidade de vida e no bem-estar dos mais velhos (Pichler & Wallace, 2007).

Neste capítulo, começa-se por analisar o estado de saúde subjectivo da população inquirida, bem como outros indicadores de morbilidade objectiváveis, tais como a existência de doenças crónicas, impedimentos e limitações físicas e psicológicas a elas associadas, bem como a necessidade de receber cuidados de saúde. São ainda tidos em consideração indicadores de pró-morbilidade que indiciam propensão para alguma forma de mal-estar físico e/ou psíquico no quotidiano. Feita a análise deste quadro geral da morbilidade e pró-morbilidade, assim como o perfil demográfico e socioeconómico associado, procura-se identificar os principais preditores da avaliação subjectiva do estado de saúde, tendo em conta um conjunto de dimensões que reúnem indicadores sociodemográficos, características das redes pessoais e actividades sociais praticadas, indicadores de saúde, actividade sexual e sentimento de felicidade. De seguida, realiza-se ainda o mesmo exercício para homens e mulheres em separado, procurando identificar quais os factores explicativos mais importantes segundo o género.

Na segunda parte do texto, é analisado o sentimento de felicidade em relação à vida e alguns indicadores relacionados com o bem-estar, nomeadamente no âmbito das relações interpessoais, no que diz respeito ao apoio emocional e à manifestação de afectos, bem como a actividade sexual. Seguidamente, é ainda analisada, se bem que de forma breve, uma importante dimensão do bem-estar e da qualidade de vida que são as condições de habitação dos inquiridos. Finalmente, aborda-se um conjunto de indicadores relativos às representações do envelhecimento, cuja importância pode ser decisiva para a forma optimista ou pessimista como o envelhecimento é percebido ou vivido.

Tal como na avaliação do estado de saúde, conclui-se esta secção com a identificação dos preditores do sentimento de felicidade para o conjunto dos inquiridos e por género, utilizando para o efeito as mesmas dimensões

(sociodemografia, redes pessoais, actividades sociais, saúde e actividade sexual), embora adequando os factores potencialmente explicativos dentro de cada dimensão a este propósito, tendo em conta as orientações teóricas conhecidas.

5.1 Estado de saúde

5.1.1 Estado de saúde subjectivo

Em média, os portugueses com idade igual ou superior a 50 anos declaram ter uma saúde razoável (3,13). Percentualmente, metade dos inquiridos consideram que têm uma saúde razoável (50,4%) e pouco menos de um terço uma saúde boa ou muito boa (30,8%); apenas 18,3 por cento avaliam o seu estado de saúde negativamente, considerando-o mau ou muito mau. Como seria expectável, e de acordo com a literatura sobre as desigualdades em saúde (Daniels, Kennedy, & Kawachi, 2000; Marmot, 2007), a avaliação que os inquiridos fazem do seu estado de saúde tende a piorar significativamente, de forma gradual, com o avançar da idade, sobretudo entre as mulheres e entre quem tem níveis de escolaridade inferiores (instrução primária ou menos) e um estatuto socioeconómico mais baixo (trabalhadores manuais especializados e não especializados). Inversamente, o capital escolar (níveis de escolaridade) e o estatuto socioeconómico surgem como importantes preditores de um melhor estado de saúde (quem frequentou o ensino superior ou o secundário e quem é, profissionalmente, quadro médio ou superior, ou é proprietário, dirigente ou profissional liberal).

Quadro 5.1 Estado de saúde subjectivo

	n	%
Muito má	53	5,3
Má	133	13,3
Razoável	504	50,4
Boa	246	24,6
Muito boa	62	6,2
NS/NR	2	0,2
Total	1000	100,0

Quadro 5.2 Estado de saúde subjectivo por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional (média)

Idade	$F(2, 994) = 43,147; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
50 a 64 anos	3,36	a ²⁶	0,844
65 a 74 anos	3,02	b	0,885
Igual ou superior a 75 anos	2,72	c	0,920
Total	3,13		0,908
Género	$F(1, 995) = 49,395; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Masculino	3,35		0,850
Feminino	2,96		0,915
Total	3,13		0,908
Escolaridade	$F(5, 984) = 27,134; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Não sabe ler nem escrever	2,51	a	0,958
Sabe ler e escrever /1º ciclo do ens. básico	2,93	ab	0,861
3º ciclo do ensino básico	3,31	b	0,816
2º ciclo do ensino básico	3,32	b	0,873
Secundário	3,49	c	0,818
Superior	3,70	d	0,814
Total	3,13		0,907
Ocupação socioprofissional	$F(4, 907) = 16,820; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Quadros médios e superiores	3,52	a	0,838
Proprietários, dirigentes e profissionais liberais	3,50	a	0,811
Executantes não manuais	3,16	b	0,907
Trabalhadores manuais especializados	2,99	bc	0,902
Trabalhadores manuais não especializados	2,82	c	0,845
Total	3,13		0,908

²⁶. Grupos que são significativamente diferentes entre si (testes t dos contrastes e Tukey HSD, para $p \leq 0,05$); a mesma letra identifica médias que são semelhantes.

5.1.2 Doença crónica e incapacidades

Percentualmente, um pouco mais de metade dos portugueses com mais de 50 anos declara ter pelo menos uma doença crónica diagnosticada por um médico (53,8%); 21,4 por cento referem ter pelo menos duas e 8,5 por cento têm três ou mais doenças crónicas. A existência de pelo menos uma doença crónica aumenta significativamente a partir dos 65 anos, tendo especial incidência a partir dos 75 anos, sobretudo entre as mulheres, entre as pessoas com níveis de instrução baixos (ensino primário ou menos vs. ensino secundário e superior) e entre os trabalhadores manuais não especializados (vs. quadros médios e superiores).

Quadro 5.3 Existência de doença ou problema crónico de saúde diagnosticado por um médico (incluindo doenças físicas ou psíquicas)

	n	%
Sim	538	53,8
Não	460	46,0
NS/NR	1	0,1
Total	1000	100,0

Refira-se que a anotação da existência de patologias e a respectiva distribuição pela tipologia de doenças crónicas não tem um valor epidemiológico em sentido estrito, uma vez que a sua declaração e denominação dependem inteiramente da responsabilidade do inquirido e não de uma fonte médica, sendo posteriormente essas doenças categorizadas por nós. Dito isto, três grandes grupos de doenças crónicas estão associados à população portuguesa com mais de 50 anos: 44,8 por cento dos doentes crónicos declaram ter uma doença do aparelho circulatório; 29,5 por cento referem ter uma doença do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo; e 24,7 por cento doenças endócrinas, nutricionais, metabólicas e imunitárias, nomeadamente diabetes do tipo B. Num segundo plano, surgem ainda as doenças do aparelho digestivo (11,4%), as doenças do aparelho respiratório (9,8%), as doenças do aparelho geniturinário (7,8%), neoplasias (7,3%) e doenças do sistema nervoso (6%). Com menor expressão surgem os transtornos mentais e comportamentais (3,5%), as doenças dos olhos e anexos (2,5%), as doenças do ouvido e apófise mastóide (1,6%), as doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos (1,5%), as doenças da pele e do tecido celular subcutâneo (1,3%) e as doenças infecciosas e parasitárias (0,6%).

Como seria de esperar, a maioria dos inquiridos, cerca de três quartos (74%), refere que não tem qualquer dificuldade em realizar actividades normais com a família ou amigos devido a problemas de saúde físicos ou psicológicos. Dos restantes, 14,3 por cento afirmam que têm um pouco de dificuldade e 6,8 por cento muita dificuldade; 4 por cento referem ainda que sentem dificuldades, embora muito poucas.

Quadro 5.4 Existência de doença ou problema crónico de saúde diagnosticado por um médico (incluindo doenças crónicas ou psíquicas) por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional

		Sim	Não	Total
Idade				
<i>p</i> =0,000 ≤ 0,05				
50 a 64 anos	n	227	282	509
	%	44,6	55,4	100,0
65 a 74 anos	n	177	110	287
	%	61,7	38,3	100,0
Iguar ou superior a 75 anos	n	135	68	203
	%	66,5	33,5	100,0
Género				
<i>p</i> =0,000 ≤ 0,05				
Masculino	n	191	256	447
	%	42,7	57,3	100,0
Feminino	n	347	205	552
	%	62,9	37,1	100,0
Escolaridade				
<i>p</i> =0,000 ≤ 0,05				
Não sabe ler nem escrever	n	41	21	62
	%	66,1	33,9	100,0
Sabe ler e escrever /1º ciclo do ens. básico	n	307	208	515
	%	59,6	40,4	100,0
2º ciclo do ensino básico	n	29	36	65
	%	44,6	55,4	100,0
3º ciclo do ensino básico	n	69	70	139
	%	49,6	50,4	100,0
Secundário	n	47	57	104
	%	45,2	54,8	100,0
Superior	n	44	64	108
	%	40,7	59,3	100,0
Ocupação socioprofissional				
<i>p</i> =0,000 ≤ 0,05				
Proprietários, dirigentes e profissionais liberais	n	37	33	70
	%	52,9	47,1	100,0
Quadros médios e superiores	n	64	84	148
	%	43,2	56,8	100,0
Executantes não manuais	n	148	110	258
	%	57,4	42,6	100,0
Trabalhadores manuais especializados	n	151	138	289
	%	52,2	47,8	100,0
Trabalhadores manuais não especializados	n	94	53	147
	%	63,9	36,1	100,0

Quadro 5.5 Tipo de doença crónica²⁷

	n	%
Neoplasias (tumores)	39	7,3
Doenças infecciosas e parasitárias	3	0,6
Doenças endócrinas, nutricionais, metabólicas e imunitárias	133	24,7
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	8	1,5
Transtornos mentais e comportamentais	19	3,5
Doenças do sistema nervoso	33	6,0
Doenças do aparelho circulatório	241	44,8
Doenças do aparelho respiratório	53	9,8
Doenças do aparelho digestivo	61	11,4
Doenças do aparelho geniturinário	42	7,8
Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo	7	1,3
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	159	29,5
Doenças do olho e anexos	13	2,5
Doenças do ouvido e apófise mastóide	9	1,6
NS/NR	15	2,8

Quadro 5.6 Dificuldade em realizar actividades normais com a família ou amigos devido a problemas de saúde físicos ou psicológicos (nas últimas quatro semanas)

	n	%
Nada	740	74,0
Muito pouco	40	4,0
Um pouco	143	14,3
Muito	68	6,8
NS/NR	9	0,9
Total	1000	100,0

Face a este quadro global de morbilidade, apenas 9,8 por cento da população com mais de 50 anos de idade menciona ter necessidade de alguém que lhe preste cuidados de saúde no domicílio de forma permanente, necessidade essa que tende a aumentar de forma gradual à medida que a idade avança, existindo 17,3 por cento de idosos com idade igual ou superior a 75 anos a precisar desse auxílio; são as mulheres e os inquiridos com baixo estatuto socioeconómico (escolaridade igual ou inferior à instrução primária e quem é trabalhador manual não especializado) que mais necessitam da prestação de cuidados, repetindo assim o padrão demográfico

e socioeconómico associado à maior morbidade. A prestação de cuidados de saúde é realizada em particular por familiares directos como os filhos, em quase metade dos casos (48,1%), e o cônjuge (40,5%). Cerca de um quarto dos casos recebe cuidados de profissionais de saúde (24,5%). Uma parte significativa recebe ainda o apoio de outros familiares (18,8%). Já o auxílio de empregados domésticos, de prestadores de cuidados ao domicílio ou de outras pessoas que não sejam familiares tem muito pouca expressão (4,2% e 3,4%, respectivamente). Assinale-se ainda uma percentagem algo significativa de pessoas que referem não ter quem lhes preste esses cuidados de saúde de que necessitam (10,5%).

Quadro 5.7 Necessidade de ter alguém que preste cuidados de saúde

	n	%
Sim	98	9,8
Não	900	90,0
NS/NR	2	0,2
Total	1000	100,0

5.1.3 Pró-morbilidade

Para além da auto-avaliação do estado de saúde e das doenças crónicas, designámos genericamente como pró-morbilidade os indicadores que indiciam propensão para alguma forma de mal-estar físico e/ou psíquico quotidiano sentido pela população inquirida, tais como as perturbações do sono, os sentimentos de tristeza e solidão, as dificuldades de concentração ou ainda a dor física, independentemente das suas eventuais explicações médicas, que estão fora do âmbito do nosso estudo. Deste conjunto de indicadores, a dor física, as dificuldades em adormecer e o sentimento de tristeza são os que assumem maior preponderância: 28,9% dos portugueses com mais de 50 anos declara que sente muitas vezes dor e 26,1% algumas vezes, somando assim mais de metade dos inquiridos que experiencia esta forma de sofrimento com alguma regularidade (55%); um pouco menos de metade (47,2%) sente dificuldade em adormecer algumas ou muitas vezes (23,9% e 23,3%, respectivamente) e 42,6% sente-se triste algumas ou muitas vezes (28,5% e 14,1%, respectivamente). Já o sentimento de depressão é sentido algumas vezes ou muitas vezes por mais de um terço dos inquiridos (37,2%), enquanto as dificuldades de concentração somam 33,1% (23,1% algumas vezes e 10,0% muitas vezes). Finalmente, um pouco mais de um quarto das pessoas (26,6%) declara que se sente sozinha algumas vezes ou muitas vezes (16,9% e 9,7%, respectivamente), sendo este o factor menos determinante no contexto da pró-morbilidade.

Quadro 5.8 Necessidade de ter alguém que preste cuidados de saúde por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional

		Sim	Não	Total
Idade				
$p=0,000 \leq 0,05$				
50 a 64 anos	n	26	485	511
	%	5,1	94,9	100,0
65 a 74 anos	n	37	248	285
	%	13,0	87,0	100,0
Iguar ou superior a 75 anos	n	35	167	202
	%	17,3	82,7	100,0
Género				
$p=0,008 \leq 0,05$				
Masculino	n	32	413	445
	%	7,2	92,8	100,0
Feminino	n	66	487	553
	%	11,9	88,1	100,0
Escolaridade				
$p=0,000 \leq 0,05$				
Não sabe ler nem escrever	n	12	50	62
	%	19,4	80,6	100,0
Sabe ler e escrever /1º ciclo do ens. básico	n	71	443	514
	%	13,8	86,2	100,0
2º ciclo do ensino básico	n	3	62	65
	%	4,6	95,4	100,0
3º ciclo do ensino básico	n	6	132	138
	%	4,3	95,7	100,0
Secundário	n	2	102	104
	%	1,9	98,1	100,0
Superior	n	4	104	108
	%	3,7	96,3	100,0
Ocupação socioprofissional				
$p=0,012 \leq 0,05$				
Proprietários, dirigentes e profissionais liberais	n	1	68	69
	%	1,4	98,6	100,0
Quadros médios e superiores	n	9	139	148
	%	6,1	93,9	100,0
Executantes não manuais	n	23	237	260
	%	8,8	91,2	100,0
Trabalhadores manuais especializados	n	30	259	289
	%	10,4	89,6	100,0
Trabalhadores manuais não especializados	n	22	125	147
	%	15,0	85,0	100,0

Quadro 5.9 Pessoas que prestam cuidados de saúde (resposta múltipla)

	n	%
Filho	46	48,1
Cônjuge	39	40,5
Outros familiares	17	18,8
Profissional de saúde/outro auxiliar profissional	23	24,5
Empregado(a) doméstico(a)/prestador cuidados ao domicílio	4	4,2
Outros não-familiares	3	3,4
Não tem ninguém	10	10,5

Quadro 5.10 Frequência de indicadores de pró-morbilidade

	Nunca		Raramente		Algumas vezes		Muitas vezes		NS/NR		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Deprimido	472	47,3	150	15,0	251	25,1	121	12,1	5	0,5	1000	100
Se sentiu triste	417	41,7	156	15,6	285	28,5	141	14,1	2	0,2	1000	100
Se sentiu sozinho	634	63,5	94	9,5	169	16,9	97	9,7	5	0,5	1000	100
Dificuldades em adormecer	419	41,9	109	10,9	239	23,9	233	23,3	1	0,1	1000	100
Dificuldades de concentração	516	51,6	148	14,8	231	23,1	100	10,0	3	0,3	1000	100
Sentiu dor física	344	34,4	105	10,5	261	26,1	289	28,9	2	0,2	1000	100

Estes indicadores apresentam um considerável grau de consistência entre si²⁸ e níveis de correlação positivos moderados de cada um com o conjunto dos restantes.²⁹ Isto significa que cada sintoma tem uma parte que é comum aos restantes, mas que também tem algo de específico. As maiores correlações verificam-se entre o sentimento de tristeza e a depressão, o que evidencia a importância da latência da dimensão psicológica.³⁰ Se isolarmos estes dois sintomas individualmente, verificamos que cada um deles se correlaciona sobretudo com o sentimento de solidão, para além da já indicada correlação entre si.³¹

Conjugando num único índice os seis indicadores analisados, os quais apresentam, como vimos, um elevado grau de consistência entre si, verifica-se que a propensão para a morbilidade afecta uma fracção significativa da população inquirida com 50 ou mais anos, ou seja, cerca de um terço apresenta uma tendência de pró-morbilidade média ou alta (27,5% e 7,1%, respectivamente). Previsivelmente e de acordo com as características sociodemográficas associadas às desigualdades perante a saúde e a doença que temos vindo a enunciar,

²⁸. Alpha de Cronbach = 0,81.

²⁹. Tristeza $r=0,714$; depressão $r=0,684$; dificuldades de concentração $r=0,555$; sozinho $r=0,553$; dor física $r=0,502$; e dificuldades em adormecer $r=0,465$.

³⁰. Esta observação é corroborada pela *Análise Factorial em Componentes Principais* com rotação *Varimax* que apenas identifica uma dimensão latente que explica 52,7 por cento da variância ($KMO=0,843$), liderada por estes dois sintomas.

³¹. Tristeza: deprimido $r=0,667$; sozinho $r=0,599$; dificuldades de concentração $r=0,486$; dor física $r=0,432$; e dificuldades em adormecer $r=0,378$. Depressão: Tristeza $r=0,667$; sozinho $r=0,510$; dificuldades de concentração $r=0,503$; dor física $r=0,416$; e dificuldades em adormecer $r=0,370$.

quanto mais idosa for a pessoa, maior a propensão para a morbilidade, predominando a mesma tendência entre as mulheres e as pessoas com baixo nível de instrução (instrução primária ou menos) e estatuto socioeconómico baixo (trabalhadores manuais especializados e não especializados).

Quadro 5.11 Índice de pró-morbilidade

	n	%
Pró-morbilidade nula	264	26,4
Pró-morbilidade baixa	389	38,9
Pró-morbilidade média	275	27,5
Pró-morbilidade alta	71	7,1
Total	999	100,0

³². Grupos que são significativamente diferentes entre si (testes t dos contrastes e Tukey HSD, para $p \leq 0,05$); a mesma letra identifica médias que são semelhantes.

Quadro 5.12 Pró-morbilidade por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional (média)

Idade	$F(2, 995) = 28,436; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Igual ou superior a 75 anos	2,42	a ³²	0,817
65 a 74 anos	2,17	b	0,820
50 a 64 anos	1,93	c	0,802
Total	2,10		0,817
Género	$F(1, 996) = 123,348; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Feminino	2,34		0,824
Masculino	1,80		0,700
Total	2,10		0,817
Escolaridade	$F(5, 986) = 18,281; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Não sabe ler nem escrever	2,52	a	0,785
Sabe ler e escrever /1º ciclo do ens. básico	2,25	ab	0,836
2º ciclo do ensino básico	2,07	bc	0,786
3º ciclo do ensino básico	2,01	bc	0,745
Secundário	1,79	cd	0,733
Superior	1,64	d	0,590
Total	2,10		0,817
Ocupação socioprofissional	$F(4, 908) = 16,485; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Trabalhadores manuais não especializados	2,40	a	0,854
Trabalhadores manuais especializados	2,17	ab	0,831
Executantes não manuais	2,11	b	0,809
Proprietários, dirigentes e profissionais liberais	1,80	c	0,665
Quadros médios e superiores	1,73	c	0,648
Total	2,09		0,817

5.1.4 Preditores da avaliação subjectiva do estado de saúde

Finalmente, a fim de estabelecermos os principais preditores do estado de saúde subjectivo, foram colocados em equação um conjunto de factores divididos por seis blocos que pretendem dar conta, cada um deles, de dimensões fundamentais da vida dos indivíduos que têm vindo a ser analisadas ao longo de todo o estudo. Assim, o primeiro bloco junta factores sociodemográficos; o segundo e o terceiro acrescentam indicadores de redes pessoais e de actividades sociais; o quarto adiciona factores de saúde; o quinto, indicadores relativos à vida sexual; e, por fim, um bloco que coloca apenas mais uma única variável referente ao sentimento de felicidade. A análise em blocos permite assim verificar qual o peso gradual que cada potencial factor explicativo assume em cada conjunto de variáveis em equação, à medida que outras novas vão sendo adicionadas.

Começando por analisar apenas o conjunto de preditores demográficos e socioeconómicos, os resultados evidenciam os já conhecidos factores explicativos associados às desigualdades na saúde encontrados noutros estudos em Portugal, que seguem aliás as conclusões da literatura internacional a este respeito (Cabral & Silva, 2009, 2010; Cabral, Silva, & Mendes, 2002; Marmot, 2007). Neste estudo, essas desigualdades tenderão ainda a ser agravadas pela circunstância de se estar a estudar uma população mais velha, ou seja, com idades a partir dos 50 anos, que engloba um grupo muito significativo de portugueses mais idosos com um estatuto socioeconómico mais baixo e com carreiras contributivas associadas a baixos salários. Esta maior desigualdade socioeconómica tenderá a repercutir-se nas desigualdades em saúde propriamente ditas.

A regressão linear abaixo mostra, contudo, que o perfil sociodemográfico da população não explica mais do que 19,7 por cento da variância do estado de saúde subjectivo; factores como a idade e o género, e depois a escolaridade, a ocupação socioprofissional e o rendimento revelam-se determinantes: os mais idosos e as mulheres, assim como os inquiridos menos escolarizados e com menor estatuto socioeconómico tendem a declarar pior estado de saúde. Quando se introduzem outros preditores relacionados com as redes pessoais dos inquiridos (bloco 2)³³ verifica-se que o número de relacionamentos pessoais é também um preditor preponderante da avaliação do estado de saúde, associada a todos os indicadores já referidos. Ao colocar na equação indicadores relacionados com as actividades sociais (bloco 3), observa-se que os preditores socioeconómicos tendem a perder relevância, mantendo-se apenas a idade e o género com poder explicativo, a par da frequência de actividades realizadas fora de casa e da prática de actividades individuais e sociais associadas ao envelhecimento activo:³⁴ Quanto mais

³³ Ver Capítulo 2, onde é explicada a construção dos índices relativos à dimensão (no ponto 2.1.1) e à composição (no ponto 2.1.2) da rede.

³⁴ Ver capítulo 4, ponto 4.3 ("Prática de actividades individuais e colectivas diversificadas"), onde é explicada a construção dos índices de actividades sociais.

frequentemente os inquiridos praticarem actividades fora de casa e adoptarem as práticas associadas ao envelhecimento activo, melhor estado de saúde tendem a declarar.

Como seria de esperar, quando se acrescentam factores estritos de saúde (bloco 4), como são a existência de pelo menos uma doença crónica e de impedimentos físicos e psicológicos, estes assumem-se como os factores explicativos mais importantes na avaliação que os inquiridos fazem do seu estado de saúde, subindo a variância explicada para quase o dobro (40,1%), embora os restantes preditores que acabámos de referir do bloco anterior mantenham o seu poder explicativo (à excepção da distinção entre homens e mulheres que deixa de ser importante, bem como da dimensão da rede pessoal, que volta a assumir relevância explicativa). Finalmente, quando se analisa os dois blocos seguintes (blocos 5 e 6), onde se adicionam a actividade sexual e o sentimento de felicidade,³⁵ verifica-se mais uma vez que todos esses preditores significativos anteriores continuam a ser relevantes, passando a ser significativa também a valorização da sexualidade e um sentimento de optimismo em relação à vida.

³⁵. A actividade sexual e o sentimento de felicidade, apesar de já terem sido avançados enquanto preditores do estado de saúde subjectivo, são analisados na segunda parte deste capítulo.

Em suma, quanto maior for a rede social em que o inquirido se insere; quanto mais diversificada e frequente for a prática de actividades individuais e sociais, sobretudo fora de casa; quanto mais se valorizar e mais frequente for a actividade sexual; e quanto mais felizes os inquiridos se considerarem, melhor será o seu estado de saúde subjectivo. Apesar da perda relativa da relevância dos preditores socioeconómicos neste modelo, este não deixa, como também aqui ficou demonstrado, de assumir um importante poder explicativo no estado de saúde subjectivo. Inversamente ao que alguma da literatura tem vindo a sugerir, em Portugal o facto de se viver sozinho não parece ser um preditor do estado de saúde subjectivo, assim como a composição da rede (rede mais familiar *vs.* mais heterogénea ou não-familiar) (Hatch & Bulcroft, 1992; Paúl, 1994, 2005; Tennstedt & McKinlay, 1989).

Naturalmente, a existência de doenças crónicas e de impedimentos físicos desempenham o papel mais determinante na avaliação do estado de saúde. No entanto, o facto de os restantes preditores significativos manterem a sua relevância ao longo de todo o modelo, com ou sem introdução das variáveis doença e impedimentos físicos, só reforça o poder explicativo desses factores para a existência de um estado de saúde subjectivo mais positivo.

Quadro 5.13 Preditores da avaliação subjectiva do estado de saúde (regressão linear)

	Bloco 1 Sociodemográficos	Bloco 2 Redes pessoais	Bloco 3 Actividades sociais	Bloco 4 Saúde	Bloco 5 Actividade sexual	Bloco 6 Sentimento de felicidade
Idade	-0,182***	-0,198***	-0,160**	-0,116**	-0,117*	-0,117*
Género (feminino)	0,155***	0,154***	0,117**	0,033	0,019	0,023
Escolaridade	0,140**	0,137**	0,042	0,024	0,032	0,045
Prop. dirigentes e prof. liberais (trab. manuais esp.)	0,100*	0,097*	0,075	0,069	0,067	0,068
Quadros médios e superiores (trab. manuais esp.)	0,063	0,057	0,044	0,026	0,013	0,013
Executantes não manuais (trab. manuais esp.)	0,022	0,022	0,016	0,019	0,013	0,021
Trab. manuais não especializados (trab. manuais esp.)	-0,021	-0,016	0,000	0,005	0,001	0,002
Empregado (reformado)	0,083	0,075	0,052	-0,029	-0,018	-0,010
Desempregado (reformado)	0,009	0,011	-0,015	-0,029	-0,030	-0,029
Doméstico (reformado)	0,099*	0,099*	0,081*	0,027	0,033	0,039
Rendimento	0,093*	0,104*	0,052	0,005	0,007	-0,008
Dimensão da rede		0,076*	0,052	0,090**	0,088**	0,089**
Composição rede (rede familiar)		-0,049	-0,050	-0,038	-0,033	-0,019
Viver sozinho (acompanhado)		0,040	0,029	0,010	0,014	0,037
Número de actividades praticadas dentro de casa			0,114	0,088	0,085	0,085
Número de actividades praticadas fora de casa			0,109	0,157*	0,167**	0,169**
Número de actividades praticadas com maior frequência dentro de casa			-0,067	-0,054	-0,062	-0,052
Número de actividades praticadas com maior frequência fora de casa			0,159**	0,167**	0,176***	0,176***
Pertença associativa			-0,031	0,025	0,028	0,036
Índice de práticas associadas ao envelhecimento activo			0,243**	0,196**	0,187**	0,143*
Doença crónica (sim)				0,381***	0,372***	0,369***
Impedimentos físicos e psicológicos				-0,128***	-0,135***	-0,110**
Actividade sexual nos últimos três meses (sim)					0,085*	0,110**
Importância da actividade sexual					0,110**	0,106**
Sentimento de felicidade						0,141***
ΔR^2	0,211	0,009	0,042	0,161	0,008	0,015
R^2 Ajustado	0,197	0,202	0,237	0,401	0,408	0,422

Análise de regressão linear, método Enter. Os valores são coeficientes de regressão estandardizados (betas), assinalados quando estatisticamente significativos: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Quadro 5.14 Preditores da avaliação subjectiva do estado de saúde dos homens
(regressão linear)

	Bloco 1 Sociodemográficos	Bloco 2 Redes pessoais	Bloco 3 Actividades Sociais	Bloco 4 Saúde	Bloco 5 Actividade sexual	Bloco 6 Sentimento de felicidade
Idade	-0,329***	-0,340***	-0,282***	-0,216***	-0,218***	-0,211***
Escolaridade	0,138	0,147	0,006	0,014	0,019	0,051
Prop. dirigentes e prof. liberais (trab. manuais esp.)	0,084	0,072	0,054	0,059	0,063	0,059
Quadros médios e superiores (trab. manuais esp.)	0,036	0,027	0,046	0,016	0,010	0,005
Executantes não manuais (trab. manuais esp.)	0,040	0,040	0,062	0,055	0,044	0,049
Trab. manuais não especializados (trab. manuais esp.)	-0,014	-0,029	0,004	-0,009	-0,009	-0,010
Empregado (reformado)	0,008	-0,007	-0,025	-0,113	-0,107	-0,097
Desempregado (reformado)	-0,071	-0,063	-0,084	-0,100	-0,104	-0,098
Rendimento	0,107	0,106	0,046	-0,029	-0,024	-0,046
Dimensão da rede		0,102	0,062	0,117*	0,108*	0,104*
Composição rede (rede familiar)		-0,025	-0,026	-0,002	0,000	0,008
Viver sozinho (acompanhado)		0,024	0,002	-0,054	-0,047	-0,018
Número de actividades praticadas dentro de casa			0,222*	0,066	0,044	0,061
Número de actividades praticadas fora de casa			0,136	0,210*	0,222*	0,229**
Número de actividades praticadas com maior frequência dentro de casa			-0,149	-0,036	-0,060	-0,060
Número de actividades praticadas com maior frequência fora de casa			0,178*	0,220**	0,235***	0,240***
Pertença associativa			-0,148*	-0,047	-0,047	-0,040
Índice de práticas associadas ao envelhecimento activo			0,333**	0,291**	0,308**	0,250*
Doença crónica (sim)				0,398***	0,385***	0,371***
Impedimentos físicos e psicológicos				-0,122**	-0,121*	-0,105*
Actividade sexual nos últimos 3 meses (sim)					0,086	0,101
Importância da actividade sexual					0,142**	0,151**
Sentimento de felicidade						0,139**
ΔR^2	0,202	0,010	0,091	0,156	0,014	0,015
R^2 Ajustado	0,177	0,179	0,258	0,420	0,432	0,446

Análise de regressão linear, método Enter. Os valores são coeficientes de regressão estandardizados (betas), assinalados quando estatisticamente significativos: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Quadro 5.15 Preditores da avaliação subjectiva do estado de saúde das mulheres
(regressão linear)

	Bloco 1 Sociodemográficos	Bloco 2 Redes pessoais	Bloco 3 Actividades sociais	Bloco 4 Saúde	Bloco 5 Actividade sexual	Bloco 6 Sentimento de felicidade
Idade	-0,049	-0,058	-0,034	-0,032	-0,036	-0,042
Escolaridade	0,157*	0,151*	0,068	0,034	0,049	0,051
Prop. dirigentes e prof. liberais (trab. manuais esp.)	0,156**	0,155**	0,148*	0,085	0,077	0,077
Quadros médios e superiores (trab. manuais esp.)	0,079	0,073	0,050	0,023	0,000	-0,002
Executantes não manuais (trab. manuais esp.)	0,014	0,016	-0,001	-0,007	-0,018	-0,012
Trab. manuais não especializados (trab. manuais esp.)	-0,020	-0,011	0,001	0,007	-0,004	-0,007
Empregado (reformado)	0,160*	0,154*	0,117	0,033	0,048	0,059
Desempregado (reformado)	0,075	0,070	0,046	0,032	0,034	0,032
Doméstico (reformado)	0,174**	0,173**	0,152*	0,068	0,074	0,081
Rendimento	0,096	0,106	0,067	0,055	0,057	0,048
Dimensão da rede		0,066	0,045	0,059	0,062	0,071
Composição rede (rede familiar)		-0,056	-0,060	-0,061	-0,053	-0,033
Viver sozinho (acompanhado)		0,015	0,007	0,039	0,038	0,056
Número de actividades praticadas dentro de casa			0,040	0,144	0,150	0,134
Número de actividades praticadas fora de casa			0,093	0,135	0,138	0,133
Número de actividades praticadas com maior frequência dentro de casa			-0,036	-0,088	-0,093	-0,082
Número de actividades praticadas com maior frequência fora de casa			0,158	0,139	0,142	0,136
Pertença associativa			0,059	0,079	0,081	0,085
Índice de práticas associadas ao envelhecimento activo			0,209	0,107	0,086	0,059
Doença crónica (sim)				0,371***	0,364***	0,366***
Impedimentos físicos e psicológicos				-0,127*	-0,135**	-0,100
Actividade sexual nos últimos 3 meses (sim)					0,089	0,124
Importância da actividade sexual					0,087	0,074
Sentimento de felicidade						0,153**
ΔR^2	0,183	0,008	0,029	0,157	0,008	0,016
R^2 Ajustado	0,156	0,155	0,169	0,332	0,336	0,351

Análise de regressão linear, método Enter. Os valores são coeficientes de regressão estandardizados (betas), assinalados quando estatisticamente significativos: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Quando se realiza o mesmo exercício para homens e mulheres em separado (quadros 5.14 e 5.15), verifica-se que a idade assume-se como um preditor do estado de saúde muito mais importante para os primeiros, assim como a dimensão da rede, o número e a frequência de actividades praticadas fora de casa, e ainda as práticas de actividades associadas ao envelhecimento activo. A importância da actividade sexual é também mais relevante para explicar um melhor estado de saúde subjectivo nos homens do que nas mulheres. Inversamente, os preditores socioeconómicos parecem assumir maior pertinência para as mulheres, sendo apenas significativos, para além deles, os factores relacionados com a saúde e o sentimento de felicidade, que são aliás também comuns aos homens. A variabilidade das redes pessoais e das actividades sociais em número e em qualidade, bem com a actividade sexual, parecem ser factores que contribuem menos para o estado de saúde subjectivo nas mulheres tendo em conta este modelo proposto. De acordo com os valores da variância explicada nos diversos blocos por género, o modelo parece ajustar-se melhor aos homens do que às mulheres.

5.2 Felicidade e bem-estar

As noções de “felicidade” e de “bem-estar” sempre estiveram associadas à concepção comum do que é ter uma vida satisfatória. Encerram a noção de que aquilo que é importante para uma boa vida não está na presença de um conjunto específico de circunstâncias e nas condições objectivas que se possuem, mas sim no impacto que estas têm sobre a forma como as pessoas se sentem na vida. Por outras palavras, a satisfação que cada pessoa sente com a vida em geral capta uma avaliação reflexiva sobre a forma como ela se desenrola quotidianamente. Permite, por um lado, avaliar quais as circunstâncias e as condições que são importantes para o bem-estar subjectivo e, por outro lado, ajuda a medir e a compreender a diferença entre as condições objectivas de vida que cada pessoa experiencia e a forma como avaliam essas condições (Dolan, Peasgood, & White, 2008; Kahneman & Krueger, 2006).

A fim de captar esta importante dimensão, nesta segunda parte do texto começa-se por analisar um indicador genérico relativo ao sentimento de felicidade perante a vida e, de seguida, alguns indicadores específicos relacionados com o bem-estar, nomeadamente no âmbito das relações interpessoais, como o apoio emocional e a manifestação de afectos, bem como a importância e a prática da sexualidade; as condições de habitação da população inquirida, centrais para a qualidade de vida, são ainda alvo de uma análise sucinta. Por fim, aborda-se um conjunto de indicadores que pretendem dar conta das representações existentes na sociedade sobre o envelhecimento.

Este conjunto de indicadores, a par de outros relevantes relacionados com o estado de saúde e com a prática de actividades sociais, constituirão no final um modelo de análise onde se pretende identificar os principais preditores para o bem-estar existencial dos seniores em Portugal.

5.2.1 Sentimento de felicidade

Em termos globais e em média, os portugueses com idade igual ou superior a 50 sentem-se felizes com a sua vida em geral (3,70). Percentualmente, mais de dois terços dos inquiridos consideram-se felizes ou muito felizes (68,1%), enquanto cerca de um quarto não se sente feliz nem infeliz (24,6%). Muito poucos revelam sentirem-se infelizes ou muito infelizes (6,9%). Esse sentimento genérico de felicidade tende no entanto a diminuir, em média, com o avançar da idade e é menor entre as mulheres e entre quem tem um estatuto socioeconómico mais baixo (trabalhadores manuais não especializados vs. proprietários, dirigentes e profissionais liberais, quadros médios e superiores) e nível de escolaridade igualmente mais baixo (instrução primária ou menos). O padrão demográfico e socioeconómico aqui encontrado é o mesmo da morbilidade e da pró-morbilidade, o que indicia que a saúde associada à idade será um factor explicativo determinante para o sentimento de felicidade e de bem-estar, secundarizando outros aspectos importantes de socialização. Esta hipótese será testada mais à frente.

Quadro 5.16 Sentimento de felicidade

	n	%
Muito infeliz	11	1,1
Infeliz	58	5,8
Nem feliz nem infeliz	246	24,6
Feliz	587	58,8
Muito feliz	93	9,3
NS/NR	5	0,5
Total	1000	100,0

5.2.2 Relações interpessoais

As relações interpessoais são fundamentais para o bem-estar e felicidade de cada pessoa. A frequência do contacto com os outros e a qualidade dessas relações são determinantes cruciais desses dois sentimentos: o tempo passado com os outros, sejam familiares, amigos, vizinhos ou colegas, e as

actividades realizadas em conjunto tornam a vida mais satisfatória; a rede social em que cada individuo se insere pode gerar apoio material ou emocional em momentos de necessidade, assim como proporcionar oportunidades de realização pessoal e potenciar a participação cívica e social. Para além disso, a natureza das interações sociais pode também gerar implicações para lá do círculo mais próximo das relações, com influências sociais importantes em termos gerais e potenciando as relações de confiança com os outros e com as instituições em geral.

³⁶. Grupos que são significativamente diferentes entre si (testes t dos contrastes e Tukey HSD, para $p \leq 0,05$); a mesma letra identifica médias que são semelhantes.

Quadro 5.17 Sentimento de felicidade por idade, género, escolaridade e ocupação socio-profissional (média)

	$F(2, 992) = 17,244; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
50 a 64 anos	3,82	a ³⁶	0,681
65 a 74 anos	3,64	b	0,829
Igual ou superior a 75 anos	3,46	c	0,808
Total	3,70		0,764
Género	$F(1, 995) = 49,395; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Masculino	3,84		0,639
Feminino	3,58		0,834
Total	3,70		0,764
Escolaridade	$F(5, 983) = 6,350; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Superior	3,91	a	0,699
Secundário	3,85	a	0,635
3º ciclo do ensino básico	3,78	a	0,661
2º ciclo do ensino básico	3,75	a	0,706
Sabe ler e escrever /1º ciclo do ens. básico	3,63	ab	0,787
Não sabe ler nem escrever	3,34	b	0,975
Total	3,70		0,765
Ocupação socioprofissional	$F(4, 904) = 8,759; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Proprietários, dirigentes e profissionais liberais	3,95	a	0,616
Quadros médios e superiores	3,88	ab	0,628
Executantes não manuais	3,70	b	0,792
Trabalhadores manuais especializados	3,69	b	0,749
Trabalhadores manuais não especializados	3,43	c	0,819
Total	3,70		0,759

Como vimos no capítulo dedicado à análise das redes interpessoais (capítulo 2, ponto 2.1), a esmagadora maioria dos inquiridos afirma que pode contar com alguém quando sente necessidade de ser apoiado emocionalmente (88%), enquanto 12 por cento não tem a quem recorrer quando se

sente triste ou só. Os homens tendem a não perder esse apoio em idades mais avançadas, até porque tendem a viver menos do que as mulheres; por contraste, as mulheres apresentam uma perda substancial do apoio emocional à medida que envelhecem e tendem a enviuvar, sendo esse apoio dado sobretudo por familiares que predominam nas redes mais extensas, como os filhos e cônjuges. Como foi referido também, cerca de um terço dos inquiridos (33,1%) reconhece que, no último ano, sentiu algumas vezes a necessidade de receber apoio emocional, existindo uma percentagem significativa – 14,9 por cento – que sentiu essa necessidade muitas vezes. Um grupo muito substancial de pessoas (34,9%) afirma mesmo que gostaria de ter mais apoio quando se sente triste ou só, indiciando assim um sentimento considerável de solidão e de falta de amparo emocional, sobretudo à medida que a idade avança e entre as mulheres.

A manifestação de afectos é outro importante indicador do bem-estar, seja no seio da família, seja na esfera das relações de amizade. Como se observa no quadro a seguir, e excluindo cerca de um quarto dos inquiridos (25,4%) que não tem companheiro ou marido/esposa, a maioria refere que, nas últimas quatro semanas abraçou, beijou ou acariciou o seu cônjuge (54,3%), enquanto 19,2 por cento o fez duas a cinco vezes por semana e 7,7 por cento uma vez por semana. Uma percentagem não despreciable de pessoas declara, em contrapartida, nunca ter ou ter muito pouco esses gestos de afecto (9,9% nunca, 2,8% uma a três vezes por mês e 1,7% menos de uma vez por mês). Em média, os idosos com mais de 75 anos, as mulheres e os inquiridos com menor escolaridade (instrução primária ou menos) e de baixo estatuto socioeconómico (trabalhadores manuais não especializados) são quem menos oportunidade tem de se exprimir através de gestos afectuosos com o seu cônjuge.

Quadro 5.18 Frequência com que abraçou, beijou ou acariciou o/a seu/sua companheiro(a), marido/esposa nas últimas quatro semanas

	n	%
Diariamente	405	54,3
2 a 5 vezes por semana	143	19,2
1 vez por semana	57	7,7
1 a 3 vezes por mês	21	2,8
Menos de 1 vez por mês	12	1,7
Nunca	74	9,9
NS/NR	33	4,4
Total	745	100,0

Quadro 5.19 Frequência com que abraçou, beijou ou acariciou o/a seu/sua companheiro(a), marido/esposa nas últimas quatro semanas por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional (média)

	$F(2, 709) = 7,670; p = 0,001 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Igual ou superior a 75 anos	2,55	a ³⁷	1,992
65 a 74 anos	2,13	B	1,680
50 a 64 anos	1,87	b	1,433
Total	2,04		1,609
Género	$F(1, 710) = 14,523; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Feminino	2,28		1,808
Masculino	1,82		1,375
Total	2,04		1,609
Escolaridade	$F(5, 704) = 3,450; p = 0,004 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Não sabe ler nem escrever	2,76	a	2,209
Sabe ler e escrever /1º ciclo do ens. básico	2,20	ab	1,739
3º ciclo do ensino básico	1,94	b	1,416
Secundário	1,80	b	1,326
2º ciclo do ensino básico	1,79	b	1,187
Superior	1,68	b	1,396
Total	2,04		1,611
Ocupação socioprofissional	$F(4, 654) = 8,137; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Trabalhadores manuais não especializados	2,93	a	2,101
Trabalhadores manuais especializados	2,10	b	1,609
Executantes não manuais	1,93	b	1,483
Quadros médios e superiores	1,76	b	1,433
Proprietários, dirigentes e profissionais liberais	1,78	b	1,307
Total	2,04		1,629

³⁷ Grupos que são significativamente diferentes entre si (testes t dos contrastes e Tukey HSD, para $p \leq 0,05$); a mesma letra identifica médias que são semelhantes.

A frequência com que abraçou ou teve gestos afectuosos com uma pessoa adulta que não o cônjuge decresce acentuadamente, como seria de esperar. Pouco mais de um quarto dos inquiridos refere que o faz diariamente (28,4%), enquanto cerca de um terço o faz várias vezes por semana (18,9% duas a cinco vezes por semana e 14,2% uma vez por semana). Os restantes inquiridos raramente ou nunca têm estes gestos afectuosos para com alguém (5,9% uma a três vezes por mês, 6,2% menos de uma vez por mês e 24,4% nunca). Não existindo diferenças significativas por idade e por nível de escolaridade, em média, os homens e os inquiridos com menor estatuto socioeconómico são quem menos exprime afecto em relação a outras pessoas.

Quadro 5.20 Frequência com que abraçou ou teve gestos afectuosos com uma pessoa adulta (excluindo o/a seu/sua companheiro/a, marido/esposa) nas últimas quatro semanas

	n	%
Diariamente	284	28,4
2 a 5 vezes por semana	189	18,9
1 vez por semana	142	14,2
1 a 3 vezes por mês	59	5,9
Menos de 1 vez por mês	62	6,2
Nunca	244	24,4
NS/NR	20	2,0
Total	1000	100,0

Quadro 5.21 Frequência com que abraçou ou teve gestos afectuosos com uma pessoa adulta (excluindo o/a seu/sua companheiro/a, marido/esposa) nas últimas quatro semanas por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional (média)

³⁸. Grupos que são significativamente diferentes entre si (testes t dos contrastes e Tukey HSD, para $p \leq 0,05$); a mesma letra identifica médias que são semelhantes.

	n.s.	Desvio-Padrão
Igual ou superior a 75 anos	3,39	1,959
65 a 74 anos	3,26	1,934
50 a 64 anos	3,01	1,988
Total	3,16	1,971
Género	$F(1, 977) = 18,708; p = 0,000 \leq 0,05$	Desvio-Padrão
Masculino	3,46	1,956
Feminino	2,92	1,951
Total	3,16	1,971
Escolaridade	n.s.	Desvio-Padrão
Não sabe ler nem escrever	3,52	2,092
Sabe ler e escrever /1º ciclo do ens. básico	3,37	2,035
2º ciclo do ensino básico	3,18	1,932
3º ciclo do ensino básico	2,89	1,899
Secundário	2,80	1,906
Superior	2,73	1,607
Total	3,16	1,971
Ocupação socioprofissional	$F(4, 892) = 5,334; p = 0,000 \leq 0,05$	Desvio-Padrão
Trabalhadores manuais não especializados	3,57	a ³⁸
Trabalhadores manuais especializados	3,41	a
Proprietários, dirigentes e profissionais liberais	3,16	Ab
Executantes não manuais	2,94	B
Quadros médios e superiores	2,73	B
Total	3,16	

Quanto à frequência de gestos afectuosos com uma criança, cerca de um terço dos inquiridos refere que o faz diariamente (35%) e outro terço com alguma frequência (18,5% duas a cinco vezes por semana e 15,5% uma vez por semana); o restante terço nunca ou quase nunca tem contacto com crianças (7,6% uma a três vezes por mês, 5,4% menos de uma vez por mês e 17,2% nunca). Em média, as pessoas com mais de 75 anos são quem teve menos gestos afectuosos com crianças, não existindo diferenças significativas entre homens e mulheres, nem por nível de escolaridade ou estatuto socioeconómico.

Quadro 5.22 Frequência com que deu mimos, abraçou ou teve gestos afectuosos com uma criança nas últimas quatro semanas

	n	%
Diariamente	350	35,0
2 a 5 vezes por semana	185	18,5
1 vez por semana	155	15,5
1 a 3 vezes por mês	76	7,6
Menos de 1 vez por mês	54	5,4
Nunca	172	17,2
NS/NR	7	0,7
Total	1000	100,0

5.2.3 Importância e prática da sexualidade

A actividade sexual é um importante factor para o bem-estar e para a qualidade de vida, embora poucos estudos existam sobre o comportamento sexual dos idosos (Lindau *et al.*, 2007). Sabe-se, no entanto, que a actividade sexual muda com a idade e que está associada ao estado de saúde, na medida em que as alterações fisiológicas e a doença podem afectar e até inibir a função sexual (Laumann, Nicolosi, & Glasser, 2005; Schover, 2000). Apesar disso, muitas pessoas de idade mantêm relacionamentos íntimos com desejo e actividade sexual durante toda a sua vida, embora as mulheres tendam a perder os seus parceiros mais cedo devido à viuvez (Nicolosi, Laumann, & Glasser, 2004).

Em Portugal, mais de metade dos inquiridos com 50 anos ou mais assume que o sexo é importante ou muito importante nas suas vidas (53,9%), enquanto pouco mais de um terço refere que é pouco ou nada importante (37,4%). Em média (quadro 25), a importância atribuída à sexualidade vai decaindo gradualmente e de forma significativa com o avançar da idade. As mulheres são quem tende a dar-lhe menor importância, assim como os inquiridos menos escolarizados (instrução primária ou menos) e com menor estatuto socioeconómico (trabalhadores manuais, especializados e não especializados).

Quadro 5.23 Frequência com que deu mimos, abraçou ou teve gestos afectuosos com uma criança nas últimas quatro semanas por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional (média)

	$F(2, 989) = 20,643; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Igual ou superior a 75 anos	3,55	a ³⁹	1,943
65 a 74 anos	2,65	b	1,751
50 a 64 anos	2,61	b	1,796
Total	2,81		1,850
Género	$F(1, 990) = 7,249; p = 0,007 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Masculino	2,99		1,905
Feminino	2,67		1,793
Total	2,81		1,850
Escolaridade	n.s.		Desvio-Padrão
Não sabe ler nem escrever	3,31		1,974
Superior	3,06		1,908
3º ciclo do ensino básico	2,78		1,764
Sabe ler e escrever /1º ciclo do ens. básico	2,73		1,858
Secundário	2,93		1,909
2º ciclo do ensino básico	2,50		1,567
Total	2,81		1,850
Trabalhadores manuais não especializados	3,02		1,941
Proprietários, dirigentes e profissionais liberais	2,90		1,779
Trabalhadores manuais especializados	2,86		1,866
Quadros médios e superiores	2,75		1,853
Executantes não manuais	2,64		1,773
Total	2,81		1,844

³⁹ Grupos que são significativamente diferentes entre si (testes t dos contrastes e Tukey HSD, para $p \leq 0,05$); a mesma letra identifica médias que são semelhantes.

Quadro 5.24 Importância que a sexualidade assume na vida dos inquiridos

	n	%
Nada importante	235	23,5
Pouco importante	139	13,9
Importante	365	36,5
Muito importante	174	17,4
NS/NR	86	8,6
Total	1000	100,0

Quadro 5.25 Importância que a sexualidade assume na vida dos inquiridos por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional (média)

	$F(2, 910) = 71,207; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
50 a 64 anos	2,86	a ⁴⁰	0,943
65 a 74 anos	2,33	b	1,072
Igual ou superior a 75 anos	1,87	c	1,029
Total	2,53		1,071
	$F(1, 911) = 174,941; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Masculino	2,99		0,900
Feminino	2,13		1,046
Total	2,52		1,071
	$F(5, 902) = 19,287; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Superior	2,97	a	0,837
Secundário	2,87	a	0,924
2º ciclo do ensino básico	2,87	a	0,974
3º ciclo do ensino básico	2,76	ab	0,979
Sabe ler e escrever /1º ciclo do ens. básico	2,34	b	1,093
Não sabe ler nem escrever	1,67	c	0,979
Total	2,52		1,069
	$F(4, 835) = 12,233; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Proprietários, dirigentes e profissionais liberais	2,86	a	0,929
Quadros médios e superiores	2,85	a	0,899
Executantes não manuais	2,65	ab	1,040
Trabalhadores manuais especializados	2,49	b	1,067
Trabalhadores manuais não especializados	2,08	c	1,131
Total	2,52		1,060

⁴⁰. Grupos que são significativamente diferentes entre si (testes t dos contrastes e Tukey HSD, para $p \leq 0,05$); a mesma letra identifica médias que são semelhantes.

Como se observa no quadro a seguir, 50,6 por cento dos inquiridos declara ter tido relações sexuais nos últimos três meses, contra 44,3 por cento que não o fez. A prática sexual também diminui gradualmente e de forma muito significativa com a idade (passando de 72,2% para 44,3% e depois para 15,6% para quem tem entre 50 e 64 anos, 65 e 74 anos, e mais de 75 anos, respectivamente). As mulheres são quem menos declara ter tido relações sexuais nos últimos três meses, assim como os inquiridos menos escolarizados (instrução primária ou menos) e com menor estatuto socioeconómico (trabalhadores manuais não especializados), sendo de supor que uma percentagem significativa dessas mulheres são viúvas.

Quadro 5.26 Prática de relações sexuais nos últimos três meses

	n	%
Sim	462	50,6
Não	405	44,3
NS/NR	47	5,0
Total	914	100,0

Quadro 5.27 Prática de relações sexuais nos últimos três meses por idade, gênero, escolaridade e ocupação socioprofissional

		Sim	Não	Total
Idade				
<i>p=0,000 ≤ 0,05</i>				
50 a 64 anos	n	330	127	457
	%	72,2	27,8	100,0
65 a 74 anos	n	105	132	237
	%	44,3	55,7	100,0
Iguar ou superior a 75 anos	n	27	146	173
	%	15,6	84,4	100,0
Gênero				
<i>p=0,000 ≤ 0,05</i>				
Masculino	n	288	121	409
	%	70,4	29,6	100,0
Feminino	n	175	284	459
	%	38,1	61,9	100,0
Escolaridade				
<i>p=0,000 ≤ 0,05</i>				
Não sabe ler nem escrever	n	6	44	50
	%	12,0	88,0	100,0
Sabe ler e escrever /1º ciclo do ens. básico	n	197	239	436
	%	45,2	54,8	100,0
2º ciclo do ensino básico	n	42	18	60
	%	70,0	30,0	100,0
3º ciclo do ensino básico	n	74	50	124
	%	59,7	40,3	100,0
Secundário	n	66	28	94
	%	70,2	29,8	100,0
Superior	n	75	23	98
	%	76,5	23,5	100,0
Ocupação socioprofissional				
<i>p=0,000 ≤ 0,05</i>				
Proprietários, dirigentes e profissionais liberais	n	48	21	69
	%	69,6	30,4	100,0
Quadros médios e superiores	n	83	51	134
	%	61,9	38,1	100,0
Executantes não manuais	n	137	89	226
	%	60,6	39,4	100,0
Trabalhadores manuais especializados	n	134	112	246
	%	54,5	45,5	100,0
Trabalhadores manuais não especializados	n	35	90	125
	%	28,0	72,0	100,0

5.2.4 Condições de habitação

As condições de habitação estão no topo das necessidades materiais, constituindo-se como um dos factores fundamentais para o bem-estar, assim como um importante determinante das desigualdades sociais associadas à saúde e à doença (física e mental). Em termos globais, perto de metade da população com idade igual ou superior a 50 anos vive numa casa de média qualidade (46,4%), enquanto 36,7 por cento habita uma casa modesta. Dos restantes, 12,2 por cento habitam numa casa muito boa ou de luxo, existindo no outro extremo 1,4 por cento de pessoas que moram numa casa degradada. Tanto a avaliação da qualidade da habitação como do seu estado de conservação resultam da observação do inquiridor, não constituindo por isso uma informação dada por cada inquirido a respeito da casa onde mora.

Quanto ao estado de conservação, mais de dois terços (67,6%) habitam em casas em perfeito ou bom estado, enquanto 19,3 por cento moram em casas que necessitam de pequenas obras de reparação. As restantes 10,3 por cento habitações necessitam de médias ou grandes obras de reparação. Não existindo diferenças sociodemográficas como o género ou a idade, as habitações a necessitar de obras de reparação pertencem, como seria de esperar, a quem tem baixos níveis socioeconómicos, isto é, com níveis de escolaridade inferiores (instrução primária ou menos) e que são ou foram, profissionalmente, trabalhadores manuais.

Quadro 5.28 Qualidade da habitação

	n	%
Casa degradada	14	1,4
Casa modesta	367	36,7
Casa média	464	46,4
Casa muito boa	112	11,2
Casa de luxo	10	1,0
NS/NR	34	3,4
Total	1000	100,0

Quadro 5.29 Estado de conservação da habitação

	n	%
Em perfeito/bom estado de conservação	676	67,6
A necessitar de obras de reparação	193	19,3
A necessitar de médias obras de reparação	80	8,0
A necessitar de grandes obras de reparação	23	2,3
NS/NR	28	2,8
Total	1000	100,0

Quadro 5.30 Estado de conservação da habitação por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional

		Em perfeito/ bom estado de conservação	A necessitar de obras de reparação	A necessitar de médias obras de reparação	A necessitar de grandes obras de reparação	Total
Idade						
<i>p=0,083 > 0,05</i>						
50 a 64 anos	n	362	89	38	9	498
	%	72,7	17,9	7,6	1,8	100,0
65 a 74 anos	n	195	51	25	8	279
	%	69,9	18,3	9,0	2,9	100,0
Iguar ou superior a 75 anos	n	119	53	17	6	195
	%	61,0	27,2	8,7	3,1	100,0
Género						
<i>p=0,811 > 0,05</i>						
Masculino	n	307	81	34	10	432
	%	71,1	18,8	7,9	2,3	100,0
Feminino	n	369	113	46	12	540
	%	68,3	20,9	8,5	2,2	100,0
Escolaridade						
<i>p=0,000 ≤ 0,05</i>						
Não sabe ler nem escrever	n	29	20	8	4	61
	%	47,5	32,8	13,1	6,6	100,0
Sabe ler e escrever /1º ciclo do ens. básico	n	328	117	47	12	504
	%	65,1	23,2	9,3	2,4	100,0
2º ciclo do ensino básico	n	46	9	4	2	61
	%	75,4	14,8	6,6	3,3	100,0
3º ciclo do ensino básico	n	98	24	8	2	132
	%	74,2	18,2	6,1	1,5	100,0
Secundário	n	85	9	6	2	102
	%	83,3	8,8	5,9	2,0	100,0
Superior	n	86	14	6	0	106
	%	81,1	13,2	5,7	0,0	100,0
Ocupação socioprofissional						
<i>p=0,000 ≤ 0,05</i>						
Proprietários, dirigentes e profissionais liberais	n	58	6	2	0	66
	%	87,9	9,1	3,0	,0	100,0
Quadros médios e superiores	n	120	16	5	3	144
	%	83,3	11,1	3,5	2,1	100,0
Executantes não manuais	n	177	55	17	9	258
	%	68,6	21,3	6,6	3,5	100,0
Trabalhadores manuais especializados	n	181	57	34	6	278
	%	65,1	20,5	12,2	2,2	100,0
Trabalhadores manuais não especializados	n	82	41	16	4	143
	%	57,3	28,7	11,2	2,8	100,0

5.2.5 Representações do envelhecimento

As representações que cada indivíduo tem do processo de envelhecimento – do seu e do dos outros – é resultado não só das suas vivências como das atitudes globais formadas na sociedade. Essa percepção contribui para o seu bem-estar quotidiano bem como para aquele que projectam quanto ao seu futuro, gerando perspectivas mais optimistas ou mais pessimistas quanto àquilo que significa envelhecer. Para quem tem mais de 50 anos, o envelhecimento significa sobretudo, segundo as perguntas feitas, ainda ser capaz de aprender coisas novas e ter mais tempo livre (80,9% e 78,9% concordam parcial ou totalmente com estas afirmações, respectivamente). Para cerca de dois terços, o envelhecimento não inibe de se continuar a fazer planos e a experiência de vida possibilita saber melhor o que se quer (67,8% e 66,5% concordam parcial ou totalmente, respectivamente). Os aspectos negativos colhem menos concordância: ainda assim, 39,2 por cento concordam em parte ou totalmente que o envelhecimento fará com que as pessoas se sintam cada vez mais sozinhas e cerca de um quarto concorda também, parcial ou totalmente, que as pessoas tenderão, com o avançar da idade, a aproveitar cada vez menos a vida e a sentir-se cada vez menos respeitadas (24,6% e 23,4% respectivamente). Finalmente, 18 por cento concordam parcial ou totalmente que os mais velhos sentem que não fazem falta.

Quadro 5.31 Representações do envelhecimento

	Discordo totalmente		Discordo um pouco		Não concorda nem discorda		Concordo um pouco		Concordo totalmente		NS/NR		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sentir-se cada vez menos respeitado(a)	489	48,9	201	20,1	64	6,4	164	16,4	70	7,0	11	1,1	1000	100,0
Sentir-se cada vez mais sozinho(a)	332	33,2	194	19,4	75	7,5	236	23,6	156	15,6	7	7,0	1000	100,0
Saber melhor o que se quer	46	4,6	91	9,1	173	17,3	349	34,9	316	31,6	24	2,4	1000	100,0
Continuar a fazer planos	94	9,4	134	13,4	86	8,6	303	30,3	375	37,5	8	0,8	1000	100,0
Aproveitar cada vez menos a vida	428	42,8	230	23,0	81	8,1	161	16,1	85	8,5	15	1,5	1000	100,0
Sentir que não se faz falta	510	51,1	222	22,2	68	6,8	118	11,8	62	6,2	18	1,8	1000	100,0
Ainda ser capaz de aprender coisas novas	58	5,8	80	8,0	46	4,6	284	28,4	525	52,5	7	0,7	1000	100,0
Ter mais tempo livre	46	4,6	74	7,4	85	8,5	302	30,2	487	48,7	6	0,6	1000	100,0

Este conjunto de indicadores pode ser agrupado de modo a construir um índice valorativo genérico da representação do envelhecimento, através da recodificação e orientação da escala de cada indicador no mesmo sentido, em que o ponto mais baixo da escala (1) significa uma perspectiva pessimista do envelhecimento e o ponto mais alto (5) uma perspectiva otimista do envelhecimento.⁴¹ Com base na leitura desse índice, como se observa no quadro seguinte, os portugueses com mais de 50 anos têm, em média, uma perspectiva positiva do envelhecimento (3,85), diminuindo contudo significativamente esse optimismo com o avançar da idade. Os homens, os inquiridos mais escolarizados (que frequentaram mais do que o terceiro ciclo) e estatuto socioeconómico mais alto (proprietários, dirigentes e profissionais liberais, bem como quadros médios e superiores) tendem a manifestar atitudes mais optimistas em relação ao envelhecimento, inversamente ao que acontece entre as mulheres, entre as pessoas com baixa escolaridade (não ultrapassam a instrução primária) e entre os trabalhadores manuais (especializados e não especializados), que assumem uma perspectiva mais pessimista sobre aquilo que significa envelhecer.

⁴¹. Alpha de Cronbach = 0,71.

⁴². Grupos que são significativamente diferentes entre si (testes t dos contrastes e Tukey HSD, para $p \leq 0,05$); a mesma letra identifica médias que são semelhantes.

Quadro 5.32 Índice valorativo genérico da representação do envelhecimento (média)

	$F(2, 994) = 51,669; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
50 a 64 anos	4,01	a ⁴²	0,682
65 a 74 anos	3,86	b	0,743
Igual ou superior a 75 anos	3,41	c	0,716
Total	3,85		0,742
Género	$F(1, 995) = 13,221; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Masculino	3,94		0,679
Feminino	3,77		0,782
Total	3,85		0,742
Escolaridade	$F(5, 984) = 23,508; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Superior	4,17	a	0,693
Secundário	4,16	a	0,564
3º ciclo do ensino básico	4,08	a	0,653
2º ciclo do ensino básico	3,93	ab	0,610
Sabe ler e escrever / 1º ciclo do ens. básico	3,70	b	0,748
Não sabe ler nem escrever	3,30	c	0,747
Total	3,85		0,765
Ocupação socioprofissional	$F(4, 906) = 21,184; p = 0,000 \leq 0,05$		Desvio-Padrão
Proprietários, dirigentes e profissionais liberais	4,20	a	0,545
Quadros médios e superiores	4,12	ab	0,614
Executantes não manuais	3,92	bc	0,722
Trabalhadores manuais especializados	3,75	c	0,754
Trabalhadores manuais não especializados	3,49	d	0,711
Total	3,85		0,733

5.2.6 Preditores do sentimento de felicidade

O mesmo procedimento estatístico realizado para o estado de saúde é agora utilizado para encontrar os principais preditores do sentimento de felicidade. A designação dos blocos utilizados é a mesma pela natureza dos indicadores que os constituem, embora com algumas redefinições quanto à escolha das variáveis mais adequadas quando se pretendem encontrar os factores explicativos do sentimento de felicidade.

Começando por analisar o primeiro bloco, observa-se desde logo que o perfil sociodemográfico dos inquiridos não explica mais do que 10,7 por cento da variância do sentimento de felicidade. Ainda assim, as mulheres e os mais idosos tendem a declarar-se menos felizes; o rendimento é, no entanto, o factor explicativo mais importante, concluindo-se que, quanto menor for o rendimento disponível dos inquiridos, menor será o sentimento de felicidade.

Com efeito, quando se introduzem novos preditores relacionados com as redes pessoais (bloco 2), verifica-se que o rendimento é o único factor que se mantém com o mesmo nível de significância, deixando o género e a idade de ter importância. A par do menor rendimento, viver sozinho, a frequência com que sentem necessidade de maior apoio emocional quando se sentem tristes ou sós e a ausência de manifestação de afectos revelam-se os preditores decisivos para que os inquiridos se sintam menos felizes.

Estes factores mantêm a sua relevância, embora o rendimento perca alguma preponderância e a escolaridade e a composição da rede pessoal passem a ser significativos quando se introduzem novos indicadores relacionados com as actividades sociais (bloco 3). Assim, a juntar aos preditores referidos, quanto menor for a prática de actividades sociais individuais e sociais diversificadas (associadas ao índice de envelhecimento activo e quanto menos positivas forem as representações do envelhecimento, assim como quanto menor for a escolaridade e quanto menos as relações estiverem centradas na família, menor é o sentimento de felicidade declarado.

A centralidade das relações familiares para a felicidade aqui encontrada parece ir de certa forma contra as conclusões de estudos internacionais que referem que, fora do âmbito familiar, os idosos que têm mais amigos, que mantêm contactos mais regulares com estes e que retiram alguma satisfação com a qualidade dessas relações manifestam consideravelmente menos sentimentos de solidão, observando-se uma correlação positiva entre ter amigos e a satisfação com a vida e a auto-estima (Mullins & Dugan, 1990; Mullins, Smith, Colquitt, & Mushel, 1996). Mesmo entre os idosos casados e com filhos, aqueles que mantêm mais amigos e com alguma proximidade revelam, segundo a literatura, índices mais baixos de solidão do que aqueles que restringem os seus relacionamentos à sua própria família (Hall-Elston & Mullins, 1999).

Quadro 5.33 Preditores do sentimento de felicidade (regressão linear)

	Bloco 1 Sócio- demográficos	Bloco 2 Redes pessoais	Bloco 3 Actividades sociais	Bloco 4 Saúde	Bloco 5 Actividade sexual
Idade	-0,107*	-0,040	0,025	0,037	0,080
Género (feminino)	0,102**	,073	0,053	0,039	-0,002
Escolaridade	-0,014	-0,002	-0,104*	-0,108*	-0,109*
Prop. dirigentes e prof. liberais (trab. manuais esp.)	0,023	0,017	-0,002	-0,013	-0,014
Quadros médios e superiores (trab. manuais esp.)	0,006	0,012	0,008	0,003	0,011
Executantes não manuais (trab. manuais esp.)	-0,065	-0,055	-0,075	-0,076	-0,078
Trab. manuais não especializados (trab. manuais esp.)	-0,023	0,011	0,025	0,019	0,024
Empregado (reformado)	0,024	0,012	0,023	0,015	0,008
Desempregado (reformado)	0,067	0,065	0,032	0,029	0,028
Doméstico (reformado)	0,018	0,007	-0,012	-0,024	-0,032
Rendimento do agregado	0,237***	0,164***	0,092*	0,081	0,068
Estado da habitação	-0,068	-0,026	-0,007	-0,009	0,002
Dimensão da rede		-0,034	-0,050	-,055	-0,054
Composição rede (rede familiar)		-0,068	-0,079*	-0,075*	-0,074*
Viver sozinho (acompanhado)		-0,158***	-0,147***	-0,148***	-0,143***
Frequência da necessidade de ser apoiado emocionalmente		-0,220***	-0,182***	-0,156***	-0,154***
Gostaria de ser mais apoiado emocionalmente (não)		-0,058	-0,015	-0,007	-0,005
Manifestação de afectos		-0,169***	-0,095*	-0,097	-0,092*
Pertença associativa			-0,060	-0,060	-0,064
Índice de práticas associadas ao envelhecimento activo			0,158***	0,142**	0,118*
Representações do envelhecimento			0,317***	0,286***	0,275***
Estado de saúde subjectivo				0,106*	0,117**
Doença crónica (sim)				-,033	-0,038
Impedimentos físicos e psicológicos				-,073	-0,055
Actividade sexual nos últimos 3 meses (sim)					-0,157***
Importância da actividade sexual					0,006
ΔR^2	0,126	0,119	0,93	0,12	0,16
R^2 Ajustado	0,107	0,221	0,314	0,322	0,336

Análise de regressão linear, método Enter. Os valores são coeficientes de regressão estandardizados (betas), assinalados quando estatisticamente significativos: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Com efeito, a importância dos relacionamentos familiares e de amizade ou semelhantes não é idêntica quando se pretende analisar a sua contribuição para o bem-estar dos mais velhos: enquanto a maioria da investigação demonstra que o contacto com amigos é determinante, os estudos que mostram a relevância da interacção dos idosos com os membros da família para esse mesmo bem-estar é relativamente diminuta e essa relação menos evidente (Hatch & Bulcroft, 1992). Neste sentido, como refere Constança Paúl (2005, pp. 278-279), “devemos diferenciar entre as redes familiares e as redes de amigos, sendo que a primeira é ‘involuntária’ e baseada no sentido de obrigação, enquanto a segunda é uma escolha voluntária, o que produz efeitos diferentes na qualidade de vida dos idosos, sendo potencialmente mais positivo o efeito das redes de suporte de amigos e vizinhos”.

Não obstante a extrema importância, para o bem-estar dos idosos, das relações afectivas e dos cuidados prestados no âmbito familiar, até porque a família assume a esmagadora maioria das tarefas de apoio (Paúl, 1994; Tennstedt & McKinlay, 1989), uma das razões apontadas para que as relações familiares não sejam tão positivas reside no facto de ser “frequente promover-se o paternalismo com o que isso implica de indução de menor bem-estar e satisfação de vida, senão mesmo de precipitação do declínio cognitivo dos idosos”, já que um dos pilares básicos do envelhecimento activo é “a preservação da autonomia pelo menos a nível psicológico (controlo) e social (participação)” (Paúl, 1997; 2005, pp. 283-284). O facto de as relações extrafamiliares em Portugal serem um preditor menos importante para a felicidade poderá ficar a dever-se à maior relevância atribuída à família e à supremacia das relações intrafamiliares comparando com outros países europeus (Torres, Mendes, & Lapa, 2008), o que limitaria os benefícios descritos associados a redes pessoais mais heterogéneas.

Finalmente, para além de todos os factores referidos, verifica-se ainda que tanto o estado de saúde subjectivo (em detrimento de condições mais objectivas de saúde, como a existência de doenças crónicas ou impedimentos físicos e psicológicos), assim como a actividade sexual, são também factores significativos (blocos 4 e 5): como era de esperar, quanto pior for o estado de saúde e quanto menor for actividade sexual, menor será o sentimento de felicidade declarado.

Em resumo, e observando a evolução dos valores das variâncias explicadas, subindo de 10,7 por cento do 1.º bloco para 22,1 por cento do 2.º bloco e deste para 31,4 por cento do bloco 3 (com variações pequenas depois para os dois últimos blocos), podemos concluir que as dimensões relativas às redes pessoais e às actividades sociais são as mais determinantes para o estado de felicidade dos inquiridos. Com efeito, quem não vive só e quanto

mais as redes pessoais estiverem confinadas à família; quanto menor for a necessidade de apoio emocional; quanto maior for a manifestação de afectos; quanto maior for a prática de actividades individuais e sociais diversificadas; e quanto mais positivas forem as representações do envelhecimento, maior será o sentimento de felicidade gerado nos inquiridos. O factor idade e o género, a escolaridade, assim como, sobretudo, o rendimento e o estado de saúde subjectivo, assumem também alguma importância, embora pareça existir alguma desvalorização das condições de vida objectivas no conjunto de factores que podem contribuir para o sentimento de felicidade.

Estes resultados estão, assim, em consonância com as principais conclusões dos estudos sobre o envelhecimento, quando identificam as ligações sociais no âmbito do desenvolvimento de actividades profissionais, cívicas, lúdicas e culturais ou outras fora de casa, ou mesmo no seio da família, como importantes preditores de um envelhecimento activo e bem-sucedido, com qualidade e maior satisfação com a vida, contra um potencial isolamento que a transição para a terceira e quarta idades pode trazer (Fernández-Ballesteros *et al.*, 2010; Kohli, *et al.*, 2009).

Mais especificamente em relação à importância das redes pessoais, muitos estudos realizados ao longo do tempo têm demonstrado o papel crucial dos laços sociais e do apoio social (efectivo ou percebido) para a qualidade de vida dos mais velhos de uma forma geral (Bowling, 2007; Fernández-Ballesteros, *et al.*, 2010; Hsu, 2006; Knight & Ricciardelli, 2003; Matsubayashi, Ishine, Wada, & Okumiya, 2006; Phelan, Anderson, Lacroix, & Larson, 2004; Ryff, 1989; Von Faber *et al.*, 2001) e, por maioria de razão, em situações de menor autonomia (Paúl, 2005).

Como atesta Fernández-Ballesteros (2010, p. 52), a partir da revisão que fez de vários estudos existentes sobre a percepção dos idosos de diferentes idades acerca daquilo que é, para eles, “envelhecer bem”, em sociedades e culturas diversas e recorrendo a diferentes metodologias:

Os itens que receberam as médias mais elevadas na maioria dos países foram: ‘permanecer de boa saúde até morrer’, ‘ser capaz de cuidar de mim’, ‘ter família e amigos com quem posso contar’ e ‘sentir-me bem comigo mesmo’. [...] Assim, a saúde, a independência, as relações sociais e a satisfação com a vida parecem ser os factores que surgem de forma mais generalizada e consistente no que significa envelhecer bem entre os mais velhos.

O mesmo autor acrescenta ainda que os factores associados a um modelo biomédico tendem a ser cada vez mais secundarizados, relativamente à esfera

dos relacionamentos, na percepção que os idosos têm sobre envelhecer com qualidade (Fernández-Ballesteros, *et al.*, 2010, p. 52), concluindo que na globalidade desses estudos:

Dois itens colhem as médias mais baixas na maioria dos países: ‘viver muito tempo’ e ‘poder trabalhar depois da idade da reforma’; o que significa que, contrariamente ao que nos diz a perspectiva biomédica, a maior longevidade não foi considerada um dos factores mais importantes do envelhecimento bem-sucedido.

Feita esta análise global, quando se observa o peso das diversas dimensões e preditores por género, verifica-se que, no que diz respeito ao perfil sociodemográfico, o rendimento parece ser um factor com maior influência na felicidade dos homens, assim como a escolaridade. Na dimensão das redes pessoais, viver sozinho é um preditor relevante tanto para homens como mulheres, embora a manifestação de afectos seja mais determinante para a felicidade nos homens, enquanto a frequência da necessidade de apoio emocional seja mais importante para determinar a felicidade das mulheres. Na dimensão das actividades sociais, a adopção das práticas associadas ao envelhecimento activo é mais relevante para a felicidade dos homens do que para as mulheres, sendo igualmente importantes as representações que ambos têm sobre o envelhecimento. Finalmente, o poder explicativo do estado de saúde subjectivo tem maior preponderância nos homens, enquanto os impedimentos físicos e psicológicos são mais decisivos para a felicidade nas mulheres, assim como a ausência de actividade sexual, sugerida pelo sinal negativo com que esta variável surge no modelo em relação à felicidade, podendo apontar nomeadamente para a situação das viúvas.

Quadro 5.34 Preditores do sentimento de felicidade nos homens (regressão linear)

	Bloco 1 Sócio- demográficos	Bloco 2 Redes pessoais	Bloco 3 Actividades sociais	Bloco 4 Saúde	Bloco 5 Actividade sexual
Idade	-0,054	-0,005	0,036	0,075	0,093
Escolaridade	-0,141	-0,127	-0,256	-0,248**	-0,251**
Prop. dirigentes e prof. liberais (trab. manuais esp.)	0,107	0,069	0,053	0,051	0,044
Quadros médios e superiores (trab. manuais esp.)	0,103	0,071	0,098	0,083	0,082
Executantes não manuais (trab. manuais esp.)	0,005	0,017	0,007	0,003	0,000
Trab. manuais não especializados (trab. manuais esp.)	-0,012	0,004	0,029	0,023	0,022
Empregado (reformado)	0,083	0,067	0,063	0,051	0,047
Desempregado (reformado)	0,036	0,066	0,016	0,018	0,020
Rendimento do agregado	0,216**	0,208**	0,144*	0,128	0,122
Estado da habitação	-0,040	-0,003	0,029	0,047	0,060
Dimensão da rede		-0,019	-0,030	-0,041	-0,035
Composição rede (rede familiar)		-0,025	-0,054	-0,042	-0,034
Viver sozinho (acompanhado)		-0,116	-0,133*	-0,136*	-0,145*
Frequência da necessidade de ser apoiado emocionalmente		-0,103	-0,075	-0,032	-0,018
Gostaria de ser mais apoiado emocionalmente (não)		-0,109	-0,086	-0,090	-0,085
Manifestação de afectos		-0,218***	-0,151**	-0,165**	-0,162**
Pertença associativa			-0,110	-0,083	-0,085
Índice de práticas associadas ao envelhecimento activo			0,223**	0,159*	0,150
Representações do envelhecimento			0,262***	0,256***	0,260***
Estado de saúde subjectivo				0,172**	0,188**
Doença crónica (sim)				0,051	0,056
Impedimentos físicos e psicológicos				0,031	0,043
Actividade sexual nos últimos 3 meses (sim)					-0,110
Importância da actividade sexual					-0,078
ΔR^2	0,076	0,098	0,098	0,026	0,08
R^2 Ajustado	0,042	0,124	0,219	0,237	0,240

Análise de regressão linear, método Enter. Os valores são coeficientes de regressão estandardizados (betas), assinalados quando estatisticamente significativos: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Quadro 5.35 Preditores do sentimento de felicidade nas mulheres (regressão linear)

	Bloco 1 Sócio- demográficos	Bloco 2 Redes pessoais	Bloco 3 Actividades sociais	Bloco 4 Saúde	Bloco 5 Actividade sexual
Idade	-0,125	-0,090	0,002	0,009	0,066
Escolaridade	0,079	0,077	-0,008	-0,012	-0,032
Prop. dirigentes e prof. liberais (trab. manuais esp.)	-0,035	-0,007	-0,025	-0,027	-0,013
Quadros médios e superiores (trab. anuais esp.)	-0,055	-0,016	-0,059	-0,051	-0,015
Executantes não manuais (trab. manuais esp.)	-0,134	-0,116	-0,152*	-0,134*	-0,111
Trab. manuais não especializados (trab. manuais esp.)	-0,022	0,010	0,008	0,006	0,027
Empregado (reformado)	0,015	-0,018	0,001	-0,007	-0,024
Desempregado (reformado)	0,097	0,066	0,051	0,041	0,029
Doméstico (reformado)	0,009	-0,014	-0,037	-0,044	-0,054
Rendimento do agregado	0,241***	0,110	0,060	0,040	0,018
Estado da habitação	-0,073	-0,024	-0,012	-0,019	-0,007
Dimensão da rede		-0,054	-0,086	-0,085	-0,090
Composição rede (rede familiar)		-0,092	-0,092	-0,079	-0,090
Viver sozinho (acompanhado)		-0,168**	-0,134*	-0,124*	-0,106
Frequência da necessidade de ser apoiado emocionalmente		-0,301***	-0,235***	-0,214***	-0,214***
Gostaria de ser mais apoiado emocionalmente (não)		-0,024	0,028	0,040	0,044
Manifestação de afectos		-0,151**	-0,064	-0,064	-0,062
Pertença associativa			-0,049	-0,059	-0,058
Índice de práticas associadas ao envelhecimento activo			0,123	0,121	0,105
Representações do envelhecimento			0,367***	0,341***	0,307***
Estado de saúde subjectivo				0,078	0,098
Doença crónica (sim)				-0,072	-0,080
Impedimentos físicos e psicológicos				-0,121*	-0,114*
Actividade sexual nos últimos 3 meses (sim)					-0,204***
Importância da actividade sexual					0,023
ΔR^2	0,140	0,150	0,095	0,016	0,030
R^2 Ajustado	0,107	0,247	0,341	0,351	0,378

Análise de regressão linear, método Enter. Os valores são coeficientes de regressão estandardizados (betas), assinalados quando estatisticamente significativos: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

As diferenças de género aqui encontradas quanto à importância de alguns preditores para o sentimento de felicidade vão ao encontro das conclusões dos estudos que evidenciam que as mulheres dão maior importância à intimidade emocional; por seu turno, os homens tendem a atribuir maior importância às actividades associadas ao envelhecimento activo.

5.3 Síntese conclusiva

Como tem vindo a ser demonstrado ao longo do estudo, existem diversos factores dos mais variados tipos que condicionam o quadro de vida da população sénior e que são, portanto, cruciais para a compreensão dos processos de envelhecimento. No entanto, envelhecer bem, com qualidade de vida e de forma saudável, implica, naturalmente, a existência de boas condições de saúde, as quais embora não podendo estar desligadas do modo de vida dos indivíduos, das actividades com que estes ocupam o tempo e das relações que estabelecem com os outros, são por si só decisivas, e talvez as mais condicionantes, para um envelhecimento activo, sobretudo na grande idade.

Se, em média, os portugueses com mais de 50 anos declaram ter uma saúde razoável, esta tende a agravar-se significativamente, de forma gradual, à medida que se envelhece, em particular entre as mulheres e entre quem tem menor estatuto socioeconómico e menos instrução, com a maior incidência de doenças crónicas, sobretudo do foro circulatório, osteo-muscular e endócrino. Uma parte significativa da população com mais de 75 anos (17,3%) necessita mesmo de receber cuidados em casa, que estão a cargo sobretudo dos filhos ou dos cônjuges, em resultado de impedimentos físicos e psíquicos associados a doenças crónicas potencialmente incapacitantes.

Para além da avaliação do estado de saúde e das condições objectivas de saúde, três quartos da população inquirida apresentam uma propensão para a morbidade média ou alta, muito associada por um lado à existência de dor e à dificuldade em adormecer e, por outro lado, à tristeza e à depressão, correlacionadas com o sentimento de solidão declarado, que aumenta significativamente com o decorrer da idade, predominando a mesma tendência demográfica e socioeconómica da morbidade propriamente dita.

Se a saúde condiciona, em grande medida, o que as pessoas podem fazer, as condições de vida, as actividades que desenvolvem e a natureza das redes pessoais e sociais que estabelecem contribuem também, em grande medida, para um melhor estado de saúde subjectivo. Com efeito, a dimensão da rede social em que cada inquirido se move e a frequência das práticas associadas ao envelhecimento activo, em particular se ocorrerem fora de casa, são importantes preditores de um melhor estado de saúde subjectivo, a par dos já

conhecidos efeitos das desigualdades demográficas e socioeconómicas associadas à saúde e à doença, que tenderão a perder boa parte da sua força a favor dos primeiros e, naturalmente, da morbidade propriamente dita e dos impedimentos físicos e psicológicos a ela associada.

Como vimos, alguns destes factores parecem não ter a mesma importância para homens e mulheres: a idade, a variabilidade das redes pessoais e as práticas associadas ao envelhecimento activo tendem a ser factores mais explicativos para o estado de saúde subjectivo dos homens, enquanto os preditores socioeconómicos tendem a contribuir mais para o estado de saúde das mulheres.

Em suma, tal como muitos estudos sobre o envelhecimento têm demonstrado (Fernández-Ballesteros, *et al.*, 2010), também em Portugal parece existir uma relação virtuosa entre aquilo que a literatura tem designado por envelhecimento activo e um estado de saúde subjectivo mais positivo das pessoas mais velhas. Nessa relação virtuosa não se pode contudo menosprezar o peso que a doença associada ao factor idade, assim como as próprias trajectórias de vida individuais, terão no condicionamento do quadro de vida de cada pessoa nesta fase da vida, o qual possibilita ou inviabiliza muito do que constitui um envelhecimento activo.

Quanto à satisfação com a vida, em média, os inquiridos sentem-se felizes, sendo baixa a percentagem daqueles que se sentem infelizes ou muito infelizes. Tal como na avaliação do estado de saúde, o sentimento genérico de felicidade tende também a diminuir, significativamente, com o avançar da idade e é menor entre as mulheres e entre quem tem estatuto socioeconómico mais baixo. Como vimos, os factores relativos às redes e às actividades sociais são os mais determinantes para o sentimento de felicidade dos inquiridos, secundarizando em parte as condições de vida objectivas e a própria idade, embora o rendimento e a escolaridade, bem como o estado de saúde subjectivo, assumam também alguma relevância. De facto, a coabitação e as relações centradas na família, assim como a frequência da manifestação de afectos e o maior apoio emocional, são preditores essenciais para um maior sentimento de felicidade, tal como as actividades sociais associadas ao envelhecimento activo e as representações mais optimistas da velhice.

Estes preditores parecem, no entanto, assumir importâncias distintas para homens e mulheres. O rendimento, a escolaridade e o estado de saúde subjectivo, bem como a manifestação de afectos e a adopção de práticas associadas ao envelhecimento activo, tendem a ser mais importantes para a felicidade dos homens, enquanto o apoio emocional e os impedimentos físicos e psicológicos são mais determinantes para as mulheres.

Constata-se assim que, de uma forma geral, as características das redes pessoais em que as pessoas mais velhas se inserem e a forma como ocupam o

seu tempo livre são fundamentais, tanto para o seu estado de saúde subjetivo como para o sentimento de felicidade. Se a avaliação que cada pessoa faz do seu estado de saúde está, como é óbvio, também fortemente condicionada pela doença associada à idade, o sentimento de felicidade tende a depender menos de factores estruturais e de condições objectivas de vida, assumindo as redes pessoais e as actividades associadas ao envelhecimento activo um papel crucial, que podem contribuir, de certa forma, para anular, ou pelo menos compensar, o efeito de idade. Por outras palavras, é-se necessariamente mais doente à medida que se envelhece, mas não se é necessariamente mais infeliz se houver qualidade de vida, actividades individuais e sociais diversificadas que preencham o quotidiano, bem como uma rede de relacionamentos estável que, em conjunto, ajudem a projectar uma visão mais optimista do envelhecimento.

Conclusão

Envelhecimento activo e curso de vida: pragmática, ideologia e biopolítica

Tendo em conta as limitações legais e metodológicas contidas na Nota respectiva, que excluem as pessoas institucionalizadas bem como aquelas que colocam demasiadas dificuldades físicas e/ou cognitivas à entrevista directa, a amostra definitiva foi ponderada de forma a corresponder à população alvo com 50 ou mais anos, são três as principais conclusões a extrair do presente estudo, entre muitos outros resultados relevantes que foram destacados ao longo dos diversos capítulos em que dividimos este Relatório:

- i)** em primeiro lugar, verifica-se que a adopção das práticas associadas às recomendações do envelhecimento activo por parte dos seniores portugueses é claramente minoritária: cerca de 30 por cento apenas;
- ii)** em compensação, observou-se simultaneamente que mais de metade da população sénior, situada na faixa etária dos 50-64 anos, apresenta taxas de adesão às práticas associadas ao envelhecimento activo quase cinco vezes superiores às do segmento mais idoso (75+); isto significa que, dada a evolução previsível dos determinantes sociais da adesão a essas práticas, nomeadamente a escolaridade, tudo leva a crer que a gradual substituição das actuais coortes fará com que os seniores portugueses apresentem, num futuro próximo, um perfil de adesão sociocultural às práticas de envelhecimento activo bastante mais consentâneo com as recomendações das agências internacionais;
- iii)** por último, confirmou-se que, contrariamente àquilo que a ideologia do envelhecimento activo parece por vezes induzir, o efeito de idade – em suma, a combinação dos efeitos biofisiológicos, cognitivos e sociais do curso de vida – tende a exercer o seu impacto, virtualmente, a todos os níveis da existência dos indivíduos, confirmando portanto as teses, por mais atenuados e dilatados no tempo que esses efeitos sejam, da desvinculação gradual dos mais idosos em relação à participação na vida social e até familiar.

Analisemos, então, os resultados que ilustram, sucessivamente, estas três grandes conclusões acerca dos processos de envelhecimento em Portugal, à

luz das dimensões privilegiadas pelo estudo, a saber, as redes interpessoais e sociais, bem como as modalidades de ocupação do tempo livre, da população sénior portuguesa, segundo os seus atributos sociodemográficos, o seu posicionamento no ciclo de vida, o seu estado de saúde e os sentimentos de felicidade e bem-estar.

As práticas de envelhecimento activo e os seus determinantes

O estudo das ocupações e actividades desenvolvidas pelos seniores portugueses nos seus tempos livres, apesar da ausência de indicadores relativos aos hábitos alimentares e aos estilos de vida saudáveis (como não fumar nem ingerir álcool), permitiu identificar um conjunto de práticas tipicamente associadas ao paradigma do envelhecimento activo, conjunto esse sem dúvida correlacionado com as demais recomendações do dito paradigma. Em contrapartida, a análise dos determinantes sociodemográficos, comportamentais e atitudinais daquelas práticas pôs à vista, imediatamente, algumas das dimensões ideológicas do envelhecimento activo que é essencial distinguir da sua benéfica função pragmática.

Norbert Elias já se antecipara à difusão do paradigma, há cerca de 30 anos, para denunciar aquela que é, porventura, a mais importante dimensão ideológica do envelhecimento activo, a saber, o “encobrimento da morte” (2001: 56), ao qual voltaremos mais à frente. Contudo, tão importante quanto essa denúncia é a sua preciosa anotação segundo a qual, do mesmo modo que o sentido que cada um de nós tem ou não a capacidade de atribuir à vida é socialmente diferenciado (2001: 67), também existe uma óbvia “conexão entre a maneira como uma pessoa vive e a maneira como morre” (2001: 71).

Com efeito, o peso dos determinantes sociais nas práticas associadas ao envelhecimento activo em Portugal é esmagador. Como vimos anteriormente (Quadro 4.13), juntamente com a idade e o género, a escolaridade, o estatuto socioprofissional e o rendimento do agregado familiar, por esta ordem de peso estatístico, os determinantes sociodemográficos são responsáveis perto de 46 por cento da variância explicada; se a estes atributos acrescentarmos o estado de saúde, que por sua vez é determinado por aqueles mesmos factores – o que faz da adopção das práticas de envelhecimento activo, conforme já mostrámos noutro estudo (Cabral & Silva, 2009: 154-155), uma espécie de duplicação automática das desigualdades em saúde –, a variância explicada do modelo de adesão ao envelhecimento activo eleva-se praticamente a 50 por cento.

Por outras palavras, o perfil demográfico, os atributos sociais e a evolução da saúde a eles associada condicionam, por si sós, a adopção das boas práticas quotidianas de envelhecimento activo por parte de metade da população

sénior. Dito ainda de outro modo, apesar dos benefícios indiscutíveis dessas práticas para o estado de saúde e para o próprio sentimento de bem-estar pessoal, como mostrámos também (Quadros 5.13 e 5.33), a par da vasta informação disponível a este respeito, nem por isso a grande maioria da população sénior adoptou essas boas práticas. A tentativa de responsabilizar as pessoas pela sua própria qualidade de vida na velhice equivale, portanto, a desconhecer, para não dizer negar, os pesados efeitos dos determinantes sociais sobre o estado de saúde e o envelhecimento activo, constituindo em última análise uma estigmatização suplementar da velhice, conforme mostrou a antropóloga Susana Matos Viegas para Portugal (Viegas & Gomes, 2007). É pois essa decisiva conexão social entre a forma de viver e as formas de envelhecer e de morrer, concomitantemente às ameaças do estigma e da quebra dos laços sociais para os mais velhos, que compete à investigação científica documentar e analisar, competindo por seu turno às políticas públicas assumi-la e corrigi-la em tempo útil ou compensá-la se já não for a tempo de a corrigir.

Dito isto, a evolução previsível dos processos de envelhecimento da população portuguesa será, a este respeito, tanto mais positiva quanto a substituição das actuais coortes mais velhas (75+) por aquelas que se aproximam agora dos 60 e dos 70 anos corresponderá a uma significativa elevação da escolaridade média, assim como do estatuto socioprofissional e do rendimento familiar da população sénior. Com efeito, a análise da prática do conjunto de ocupações e actividades individuais e colectivas associadas ao paradigma do envelhecimento activo (Quadro 4.11), segundo as três faixas etárias da nossa amostra, revela claramente que o efeito automático da idade, ou seja, da substituição das coortes, arrastará consigo uma evolução extremamente favorável à adopção daquelas práticas, em virtude dos perfis das novas coortes seniores. Basta atentar nos níveis de escolaridade e na sua associação às práticas de envelhecimento activo, com a influência positiva que vimos que estas últimas têm no estado de saúde e no próprio bem-estar existencial dos inquiridos, para ser optimista neste domínio.

Tendo a população com 50 ou mais anos uma taxa média de adesão às práticas de envelhecimento activo de 24 por cento e uma taxa alta de cerca de 5,2 por cento, em conjunto, a taxa de adopção das práticas de envelhecimento activo aproxima-se dos 30 por cento. Ora, enquanto as pessoas com 75 ou mais anos apresentam uma taxa de “actividade” de 9 por cento apenas, o segmento dos 65-74 anos tem uma taxa de perto de 24 por cento e o segmento mais jovem, entre os 50-64 anos, eleva-se já a 40 por cento, ou seja, acima do quádruplo do segmento mais velho. Em boa parte, isso deve-se à própria idade, mas ainda mais à elevação da escolaridade correlativa das novas coortes: enquanto apenas 1 ou 2 por cento dos inquiridos que não sabem ler

nem escrever aderem às “boas práticas” e aqueles com o ensino básico têm uma taxa de adesão abaixo de 19 por cento, os inquiridos com o secundário apresentam já uma taxa de adesão superior a dois terços e aqueles que possuem o ensino superior uma taxa acima dos 80 por cento, ou seja, 50 vezes mais do que o segmento menos instruído. Portanto, o simples aumento da escolaridade das coortes nascidas depois de 1950, relativamente às coortes anteriores, terá o efeito automático, *ceteris paribus*, de fazer crescer substancialmente a adopção das práticas associadas ao envelhecimento activo. O efeito do rendimento familiar médio, estreitamente associado como está à escolaridade, deverá ter, apesar da actual crise, uma evolução similar.

Algo de semelhante se passará no futuro próximo no que diz respeito às mulheres por motivos igualmente relacionadas com a escolaridade e o rendimento, já que elas acederam mais tarde aos graus superiores de ensino mas, entretanto, ultrapassaram os homens no ensino universitário. No momento presente, até pelo efeito de longevidade favorável ao sexo feminino mas desfavorável à escolaridade, as mulheres ainda apresentam uma taxa conjunta de adesão média e alta ao envelhecimento activo que é metade da dos homens (20% contra 40%). Acresce que, independentemente do género, o aumento da adesão às práticas estudadas será tanto mais rápido quanto a ideologia do envelhecimento activo comporta numerosos motivos espúrios, como a moda ou o culto do corpo, que estão no entanto positivamente associados aos estilos de vida preconizados pelo dito paradigma. Pelo contrário, os actuais hábitos socioculturais e económicos relativos à alimentação, nomeadamente no caso das crianças, não são de molde a combater o grave problema da obesidade e das doenças graves a ela associadas. O combate à obesidade tem sido abordado pelo paradigma do envelhecimento activo de forma prevalentemente ideológica, responsabilizando e estigmatizando os “gordos”, em vez de abordar o problema como uma questão pragmática e urgente de políticas públicas apontadas à regulamentação da produção e da comercialização dos bens alimentares (Bergeron *et al.*, 2011).

As diferenças de género que assinalámos há pouco dependem, sobretudo, de uma diferenciação sociocultural relativa ao chamado lugar da mulher na sociedade, que o aumento da escolaridade e a menor desigualdade ante o mercado de trabalho têm vindo a atenuar rapidamente em Portugal nas últimas décadas. Contudo, as diferenças de género radicam também em dimensões relativas à diferenciação das mulheres ante a longevidade e ante o seu percurso sexual e reprodutivo. É o conjunto destas formas de diferenciação de género e de sexo que encontramos numa exploração das atitudes e comportamentos diferenciados dos homens e das mulheres ante o estado de saúde e o sentimento de bem-estar existencial, exploração esta

que revelou dois perfis fenomenologicamente diferentes. Homens e mulheres envelhecem, pois, de forma diversa, independentemente de muitas das variáveis sociológicas.

Se é verdade que a estrutura do modelo do estado de saúde subjectivo é similar para os homens e as mulheres no que respeita ao peso do factor sociodemográfico e do efectivo estado de saúde (doenças crónicas e impedimentos físicos ou psíquicos: ver Quadros 5.13, 5.14 e 5.15), o modelo revela-se mais ajustado à realidade masculina (45% da variância explicada) do que à feminina (35%). Por outro lado, o perfil masculino distingue-se pela saliência da variável idade, das actividades *outdoor*, da dimensão das redes pessoais e da importância da actividade sexual, que não possuem qualquer saliência no modelo das mulheres, para quem a variável sociodemográfica mais saliente é a condição socioprofissional, nomeadamente a distinção entre as mulheres activas e as domésticas. Vale a pena acentuar, portanto, que enquanto a percepção do estado de saúde dos homens é devastadoramente afectada pela idade, mas positivamente compensada pelas redes pessoais, pelas actividades *indoor* e *outdoor*, pelas práticas do envelhecimento activo e a própria importância da actividade sexual, nenhum destes factores afecta, positiva ou negativamente, o estado de saúde subjectivo das mulheres.

No que diz respeito ao sentimento de felicidade e bem-estar (Quadros 5.33, 5.34 e 5.35), o modelo para os homens tem um poder explicativo bastante menor (24%) do que para as mulheres (38%) e a sua fenomenologia é claramente diversa, embora ambos os géneros sejam muito sensíveis às representações mais ou menos positivas do envelhecimento. Para além dos factores sociodemográficos, cujo peso é comparativamente baixo para ambos os géneros, os homens revelam sentir mais o peso do facto de viverem sós e a falta de manifestações de afecto do que as mulheres, as quais, pelo seu lado, revelam sentir mais a falta de apoio emocional e de mobilidade física, assim como a falta de actividade sexual, que aparentemente não é sentida pelos homens e que constitui seguramente um efeito da longevidade feminina (viuvez), enquanto os homens são sobretudo afectados pela falta de saúde.

Confirma-se, pois, que apesar da similitude genérica do modelo de felicidade dos homens e das mulheres, a fenomenologia do bem-estar existencial de cada um dos géneros é substancialmente diferente. Por outras palavras, a estrutura do modelo é similar ao nível dos factores sociodemográficos e a saúde, sobretudo ao nível das representações do envelhecimento, que são o factor com maior peso na variância explicada, mas a sua fenomenologia, ou seja, as percepções, motivações e intenções do “mundo da vida” (Husserl, 1999), subjacentes a determinados factores com maior ou menor peso no nosso modelo interpretativo, é substancialmente diversa entre mulheres e

homens. Em nossa opinião, esta observação é relevante para as próprias políticas destinadas a um e outro género da população mais velha.

Para concluir esta secção, outra dimensão fundamental da ideologia do envelhecimento activo, cuja evolução permanece pouco definida, em virtude da própria conjuntura económica e financeira, é a questão do trabalho sénior, ou seja, na prática, o duplo problema do adiamento da idade da reforma e do trabalho após a reforma, em confronto com a dimensão da competição intergeracional no duplo terreno do mercado do trabalho e da solidariedade sistémica ante o financiamento dos sistemas de pensões e de saúde (Daniels, 1988; Mendes, 2005; Mendes 2011). Com esta alusão à solidariedade sistémica, estamos a referir-nos ao risco estrutural de conflito intergeracional em torno do emprego, da reforma e da saúde, bem como ao risco de mútua estigmatização, assinalados entre outros por sociólogos como Bryan Turner (1989; 1995; 1999). As tentativas de refutação da tese do conflito intergeracional latente (Irwin, 1996; Irwin, 1999; e sobretudo Attias-Donfut, 1995) pecam, em nossa opinião, por deslocar a questão para a entreaajuda familiar, a qual não só não alivia como acentua a iniquidade sistémica entre coortes, pois essa entreaajuda nada tem de sistémico, já que opera apenas ao nível da redistribuição de recursos entre duas ou três gerações da mesma família.

Ora, no âmbito restrito do nosso estudo, tudo quanto é possível dizer a este respeito é que, numa perspectiva longitudinal, como aquela que adoptámos em relação à análise dos efeitos da idade, da escolaridade, do rendimento e do género, há igualmente uma predisposição favorável ao envelhecimento activo da parte do segmento mais jovem da nossa amostra (50-64 anos), nomeadamente no que respeita a cerca de metade dos inquiridos profissionalmente activos, que revela uma atitude prospectiva favorável ao envelhecimento activo, no duplo sentido já referido do adiamento da idade da reforma e do trabalho após a dita reforma. Contudo, como foi assinalado, esta predisposição não deixa de entrar em conflito, sobretudo na presente situação de crise, com o risco de desemprego e outras dimensões da conjuntura económica e financeira. Todo este conjunto de efeitos e contra efeitos, em operação simultânea, está igualmente dependente das políticas públicas em matéria de flexibilização do mercado de trabalho e da reforma, assim como de eventuais incentivos ao empreendedorismo e ao próprio voluntariado dos seniores.

Curso de vida e desvinculação

Marcado pela passagem dos anos, o curso de vida é não só pautado por uma espécie de calendário, assinalado por transições comuns a quase todos os processos de envelhecimento, como a reforma e a viuvez, mas também por

aquilo a que Norbert Elias chamava, graficamente, o “gradual arrefecimento dos laços sociais” (Elias, 2001), o qual surge como uma forma de desvinculação, simultaneamente social e existencial, em relação às próprias recomendações e benefícios do envelhecimento activo. O tema da desvinculação é inseparável da literatura sobre o envelhecimento, desde as representações optimistas, se não mesmo idealizadas, da velhice activa, às quais podemos dar o nome de cicerónicas, do nome do senador romano do século I antes de Cristo (Cícero, 2008), de algum modo modernizadas e transformadas em política pública pelo paradigma do envelhecimento activo; até às representações opostas, a que podemos chamar melancólicas ou realistas, conforme as inclinações do analista, como a do citado Norbert Elias ou a de Simone de Beauvoir no seu admirável ensaio fenomenológico (De Beauvoir, 1970), mas também, em chave muito diversa, a representação sociológica funcionalista originária do *disengagement* (Cumming & Henry, 1961).

Ora, um estudo sociológico sobre os processos de envelhecimento como aquele que aqui pretendemos apresentar não pode, por definição, deixar de combinar o estruturalismo dos determinantes sociais de tais processos com as dimensões fenomenológicas do declínio vital. Uma solução recente, oriunda da crítica feita pela importante literatura francófona sobre o envelhecimento ao funcionalismo norte-americano, assim como à sociologia do “activismo”, é a da reconciliação da abordagem fenomenológica com a sociologia dos determinantes, rejeitando simultaneamente o funcionalismo ou uma sociologia que, no seu aparente oposto, pretendesse, parafraseando Bourdieu, que “la vieillesse n’existe pas”, como por vezes o paradigma do envelhecimento activo parece fazer crer.

Vincent Caradec, no seu ensaio de síntese, *Sociologie de la Vieillesse* (2004: 88 segs.), recupera a contribuição de Barthe, Clément & Drulhe (1998) acerca daquilo a que estes chamam *la déprise*, à letra: “abrir mão”, que aqui optámos por designar por *desvinculação*, desde o arrefecimento dos laços sociais até algo tão banal como aquilo a que Caradec chama, noutro texto, a *démotorisation* (Caradec, 1998), ou seja, o que acontece quando a pessoa idosa, à medida que avança em idade, vai perdendo a capacidade de guiar automóvel e se torna, assim, cada vez mais dependente dos outros.

Basta, com efeito, estabelecer uma tábua de correlações da idade com a bateria de índices e indicadores mais importantes, como as variáveis sociográficas da escolaridade ($r=-,293$) e o rendimento familiar ($r=-,244$); como o estado de saúde ($r=-,318$); como as redes pessoais ($r=-,021$) e sociais ($r=-,136$), bem como a adopção das práticas associadas ao envelhecimento activo ($r=-,336$) e as actividades *outdoor* ($r=-,201$); ou ainda como as representações do envelhecimento ($r=-,291$) e o sentimento de bem-estar ($r=-,187$), para verificar

que a idade está negativamente correlacionada com todos eles sem excepção, de forma mais ou menos intensa e por vezes bastante forte, como as práticas de envelhecimento activo e o estado de saúde. Seja a que nível for da existência e dos sentimentos, observa-se, mais cedo ou mais tarde, no curso da vida, concretamente numa sociedade como a portuguesa, algo que se poderia designar como um declínio vital, uma desvinculação dos laços pessoais e sociais.

Isso é claro desde as redes primárias analisadas no capítulo 2 até às modalidades pró-activas de participação social, passando pelas práticas associadas ao envelhecimento activo (capítulos 3 e 4): quase todos os tipos de vínculo estudados se vão reduzindo, tipicamente com a chegada da *grande idade* (75+), como assinalava já a sociologia da *déprise*. Embora as diferenças entre as faixas etárias não sejam estatisticamente significativas, no que diz respeito às redes interpessoais, se é certo que a sua dimensão não está linearmente correlacionada com a idade, é porque eles crescem da faixa mais nova (50-64 anos) para a do meio (65-74 anos), para depois cair abruptamente no grupo mais velho (75+ anos). O mesmo se passa linearmente a partir dos 75, sobretudo no que diz respeito aos homens, com a limitação da composição da rede à família próxima e com a diminuição da frequência dos contactos. Em resumo, a partir dos 75, de acordo com a nossa segmentação etária, verifica-se sistematicamente uma diminuição do tamanho da rede, uma limitação ao círculo familiar e uma frequência menor de contactos interpessoais. Algo de similar se passa com a maioria das múltiplas modalidades de envolvimento social, seja a pertença associativa ou a participação em actividades orientadas para a terceira idade, ou ainda em grupos informais e também com as relações de intimidade e até a prestação de cuidados, tanto em relação a crianças como ou a outros adultos. São de resto os mais idosos quem menos satisfação retira das suas actividades de lazer.

Se é verdade que os indicadores relativos às redes pessoais apontam no sentido de o processo de desvinculação correlativo da idade ser mais brusco do que gradual, pois todos eles se aceleram a partir da faixa dos 75, situando-se a faixa dos 65 aos 74 geralmente na “média” e não sendo as suas diferenças em relação à faixa dos 50-64 significativas, já no que diz respeito às práticas e actividades associadas ao paradigma do envelhecimento activo, a desvinculação é gradual, diminuindo portanto a adesão ao paradigma, como vimos, à medida que os inquiridos avançam de faixa. Do mesmo modo, uma dimensão com forte componente psicológica, como o sentimento de bem-estar existencial, também não deixa de ser negativamente afectada pela idade.

Naturalmente, uma parte muito importante deste aparente efeito de idade deve-se, na realidade, aos perfis sociodemográficos de cada faixa etária, caracterizando-se a população mais idosa, logo a partir dos 65, como vimos

no primeiro capítulo, não só por acentuados défices de capital escolar e por taxas de inactividade profissional (reformados e domésticas) acima de 95 por cento, mas também (Capítulo 5) por um estado de saúde subjectivo gradualmente pior à medida que a idade avança e que é acompanhado por uma prevalência de doenças crónicas que atinge 65 por cento entre as pessoas com 75 ou mais anos.

É, pois, difícil deixar de acompanhar os irónicos comentários de Norbert Elias acerca da adopção de hábitos saudáveis, feitos aliás com grande antecipação à difusão do paradigma do envelhecimento activo, quando ele escreve aos 86 anos de idade:

Mais do que nunca, podemos hoje esperar – com a habilidade dos médicos, a dieta e os remédios – o adiamento da morte. Nunca antes na história da humanidade os métodos mais ou menos científicos de prolongar a vida foram discutidos de maneira tão incessante [...] O sonho do elixir da vida e da fonte da juventude é muito antigo, mas só tomou uma forma científica – ou pseudocientífica – nos nossos dias. A constatação de que *a morte é inevitável está encoberta* pelo empenho em adiá-la cada vez mais com a ajuda da medicina e da prevenção, e com a esperança de que tudo isso talvez funcione (2001: 56; sublinhados nossos).

Reconduzido assim o paradigma do envelhecimento activo às suas devidas proporções, não podemos terminar o nosso estudo sem dizer, no entanto, que os processos de envelhecimento em Portugal estão a conhecer uma mudança muito significativa, na qual a maioria dos factores em jogo, nomeadamente a adopção de práticas de envelhecimento activo, parece convergir no bom sentido, isto é, no de uma vida mais longa, com mais qualidade e também com maior capacitação individual e colectiva. Com efeito, a percentagem dos inquiridos (50+) que declararam ter necessidade de cuidados de saúde regulares é apenas de 10 por cento, subindo para 13 por cento na faixa dos 65-74 e para 17 por cento na dos 75 ou mais anos, enquanto as políticas públicas para a terceira idade estão quase exclusivamente orientadas para a prestação de cuidados a esta reduzida percentagem de idosos carentes. Com efeito, a representação mediática recorrente do idoso abandonado e carente não tem expressão significativa na nossa amostra e não corresponde, de facto, à generalidade da população inquirida.

Isto não quer dizer, obviamente, que não haja, num país onde o envelhecimento demográfico não cessa de aumentar e a taxa de fecundidade é das mais baixas do mundo, muitos progressos a fazer nem inúmeros riscos a acautelar, no sentido de continuar a estudar toda a gama de dimensões

dos processos de envelhecimento e de contribuir para o desenho e a aplicação de políticas públicas à altura de desafios como a dependência maciça e essa “bomba-relógio” que são as demências e a doença de Alzheimer (Caldas & Mendonça, orgs., 2005), entre outras políticas, a de “ajudar quem ajuda”, como acontece em França (<http://www.plan-alzheimer.gouv.fr/-aider-les-aidants-.html>).

A biopolítica do envelhecimento

Assim, contra os riscos para os quais aquela representação do velho pobre, só e carente não deixa de alertar, escreveu o psiquiatra português António Leuschner:

Solidão, isolamento, abandono, rejeição e estigma são faces da mesma ameaça, à medida que as redes da pessoa – o seu “capital social” – se vão debilitando. Investir nesse “capital” é hoje [...] determinante da qualidade de vida de todas as pessoas, mormente das mais idosas (2009: 327).

Para concluir de vez: há um óbice que sobredetermina a biopolítica do envelhecimento. Para além de se não poder falar propriamente, como indicámos na Introdução, de um grupo etário com atributos ou interesses comuns, a capacidade de mobilização dos seniores é correlativa da sua própria idade. Por outras palavras, é quando os idosos mais necessitam de se mobilizar e organizar para a defesa dos seus interesses e, sobretudo, para exprimir eles próprios os seus desejos e aspirações, é nessa altura que as forças mais faltam para o fazer. O nosso estudo mostra que há, a este respeito, algumas mudanças, na medida em que as coortes mais novas do segmento sénior, sobretudo os reformados na faixa dos 50-64, revelam maior predisposição para o associativismo, a mobilização cívica e a participação social em geral. Porém, só um estudo longitudinal mostrará se esta predisposição se manterá à medida que essas coortes irão envelhecendo. O seu nível de instrução comparativamente mais elevado permite igualmente pensar, como vimos a propósito da adopção das práticas de envelhecimento activo”, que as próximas coortes de idosos serão dotadas de um capital social superior às actuais.

Seja como for, essa predisposição muito raramente tem sido investida de forma concreta na defesa dos direitos e aspirações específicos das pessoas mais velhas. Isso pode dever-se não tanto a uma espécie de pudor ante a defesa dos seus próprios interesses ou a uma espécie de intimidação simbólica que já foi usada contra a mobilização sénior da década de 80 do século passado, aquando da emergência de vários movimentos de seniores e de reformados

associados ao *grey power*, ou “poder grisalho” (Ginn, 1993; Viriot-Durandal, 2003); mas talvez, mais ainda, pela dificuldade em assumir o seu próprio envelhecimento e os riscos a ele associados, em especial o efeito de contagem-decrescente resultante do *feed-back* da morte e da sua aproximação.

Este evitamento da morte e do próprio envelhecimento parece, efectivamente, prevalecer entre os idosos portugueses, segundo os *focus-groups* realizados, traduzindo-se por uma estratégia ingénua de adiar a idade a partir da qual se considera que uma pessoa é “velha” em função das próprias idades dos participantes. Algo de semelhante se verificou no estudo promovido pelo Instituto do Envelhecimento sobre o estereótipo, o preconceito e a discriminação contra os idosos (Lima, 2011).

Seja qual for a conjugação de factores, desde o baixo capital social às estratégias de evitamento, a verdade é que o associativismo sénior em Portugal é virtualmente desconhecido, comparativamente aos países mais desenvolvidos, como a própria Espanha, cuja Confederación Española de Organizaciones de Mayores se propõe “a imprescindível união de todos os *Mayores* em plataformas de mais ampla representação [...] que serão as interlocutoras válidas ante a administração central”, a fim de evitar que, segundo escreve o Plano Gerontológico espanhol, “as pessoas ‘mayores’ do nosso país continuem sem ter o protagonismo que em boa verdade lhes deveria corresponder, pelo seu peso demográfico, social e económico, verificando-se que em muitos casos e a muitos níveis se tomam decisões que lhes dizem directamente respeito sem serem consultadas adequadamente” (<http://ceoma.org/es/quienes-somos>).

Com efeito, em Portugal, presentemente, nem as políticas públicas nem tão pouco as instituições da igreja e da própria sociedade civil (Capucha, 2005) parecem contar com qualquer papel significativo dos seniores na definição e aplicação das suas intervenções e iniciativas. Além de carecerem manifestamente de integração (Velo, 2008), tanto as políticas públicas como as medidas societárias destinadas à chamada terceira idade são decididas e implementadas totalmente de cima para baixo (*topdown*), apesar ou talvez por causa da sua declarada boa intenção. Na realidade, não existem em Portugal quaisquer organizações de idosos que falem em nome próprio e da sua diferença, a qual é de resto iludida, senão recalcada, pela ideologia do envelhecimento activo. Em suma, a biopolítica do envelhecimento e da velhice sofre, pois, daquilo que constitui o seu próprio *habitus*, o qual joga, em contraste evidente com o *habitus* da juventude, contra a mobilização, na medida em que faltam à terceira idade as disposições, os recursos e o capital social de que ela carece por definição (Schafft & Brown, 2003; para a cidade de Lisboa, Cabral *et al.*, 2011).

A experiência e sabedoria com que os velhos são gratificados pela ideologia do envelhecimento activo terão sido outrora, como mostrou Simone de Beauvoir, atributos efectivamente usados a seu favor pelos membros mais velhos das elites tradicionais. Porém, hoje em dia, por efeito do desfasamento intergeracional no plano socioeconómico e, mais ainda, dos desfasamentos geracionais a nível educacional e informacional, evidenciados pelo baixo uso das novas tecnologias, como o computador, entre os seniores portugueses a partir dos 65 anos, devido a tudo isso e à ideologia pós-modernista de apologia da juventude, aquilo que caracteriza a velhice em Portugal não é, seguramente, o respeito outrora devido aos velhos, segundo uma lenda benévola, mas sim a despossessão dos atributos que conferem poder na nossa sociedade, o que os transforma, tipicamente, em objectos de discriminação mais paternalista do que agressiva.

Resta em Portugal, à biopolítica do envelhecimento, o peso demográfico dos idosos e a respectiva tradução na política de pensões, cuja sustentabilidade e reforma ganhariam, obviamente, com a opinião de plataformas genuinamente representativas dos reformados, já que os activos estão representados em sede de Concertação Social; o mesmo se diga, *mutatis mutandis*, do Sistema Nacional de Saúde. Para as políticas públicas que poderiam contribuir, tanto a nível nacional como autárquico, para o bem-estar da população mais velha, na ausência das mencionadas plataformas, resta apenas o peso do número e a sua tradução eleitoral, cuja presente inércia pode no entanto vir a conhecer algum surto de mobilização. Isso já aconteceu no passado, aquando da criação do “Partido da Solidariedade Nacional” e da eleição do Professor Manuel Sérgio para a Assembleia da República em 1991, e como acontece recorrentemente em vários países, sob formas diversas, em função das suas conjunturas reivindicativas próprias, como por exemplo nas eleições britânicas de 2005, em que a idade foi um factor-chave da mobilização (Danielson, 2005).

Referências bibliográficas

- Aboim, Sofia (2003), “Evolução das estruturas domésticas”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, pp. 13-30.
- Agahi, Neda & Mart G. Parker (2005), “Are today’s older people more active than their predecessors? Participation in leisure-time activities in Sweden in 1992 and 2002”, in *Ageing & Society*, 25, pp. 925-941.
- Agahi, Neda, Merrill Silversein & Marti G. Parker (2011), “Late-life and earlier participation in leisure activities: their importance for survival among older persons”, in *Adaptation and Aging*, 35 (3), pp. 210-222.
- Ajrouch, Kristine J., Alysia Y. Blandon & Toni C. Antonucci (2005), “Social networks among men and women: the effects of age and socioeconomic Status”, in *Journal of Gerontology*, 60B (6), pp. S311-S317.
- Albrecht, Stan (1980), “Reactions and Adjustments to Divorce: Differences in the Experiences of Males and Females”, in *Family Relations*, vol. 29, n°1, pp. 59-68.
- Allen, W. David (2000), “Social networks and self-employment”, in *Journal of Socio-Economics*, 29, pp. 487-501.
- Almeida, Mariana F. (2007) “Envelhecimento: activo? Bem sucedido? Saudável? Possíveis coordenadas de análise...”, in *Fórum Sociológico*, 17, II série. Lisboa. CESNOVA.
- Antonucci, T. C., Sherman, A. M., & Akiyama, H. (1996). “Social networks, support and integration”, in J. E. Birren (Ed.), *Encyclopedia of Gerontology*. New York. Academic Press.
- Antonucci, Toni; Akiyama, Hiroko (1995), “Convoys of social relations: Family and friendships within a life span context”, in Blieszner, Rosemary & Bedford, Victoria (eds.), *Handbook of aging and the family*, Connecticut. Greenwood Press, pp. 355-372.
- Attias-Donfut, C. (org.) (1995), *Les solidarités Entre Générations : Vieillesse, Familles, État*. Paris. Nathan.
- Avramov, Dragana & Miroslava Mskova (2003), *Active Ageing in Europe*, vol.1, Population Studies, 41. Strasbourg. Council of Europe Publishing.
- Bailey, Stefanie; Marsden, Peter (1999), “Interpretation and interview context: examining the general social survey generator using cognitive methods”, in *Social Networks*, 21, pp. 287-309.
- Baker, Lindsey A., Lawrence P. Cahalin, Kerstion Gerst & Jeffrey A. Burr (2005), “Productive activities and subjective well-being among older adults: the influence of number of activities and time commitment”, in *Social Indicators Research*, 75, pp. 431-458.
- Bankhoff, E. A. (1983). “Social support and adaptation to widowhood”, in *Journal of Marriage and the Family*, 45, 827-839.
- Barthe, J.-F., S. Clément, and M. Drulhe (1998), “Vieillesse ou vieillissement? Les processus d’organisation des modes de vie chez les personnes âgées”, in *Le Cahiers de la Recherche sur le Travail Social*, 15, pp. 11-31.
- Bearman, Peter; Parigi, Paolo (2004), “Cloning headless frogs and other important matters: Conversation topics and network structure”, in *Social Forces*, 83, pp. 535-557.

- Bergeron, H., P. Castel, and E. Noguez (2001), "Un entrepreneur privé de politique publique: La lutte contre l'obésité, entre santé publique et intérêt privé", in *Revue Française de Science Politique*, 2011, 61, pp. 201-229.
- Biggs, Simon, Chris Phillipson, Anne-Marie Money & Rebecca Leach (2006) "The age-shift: observations on social policy, ageism and the dynamics of the adult life-course", in *Journal of Social Work Practice*, 20 (3), pp. 239-250.
- Bowling, A. (2007). "Aspiration for older age in the 21st century: what is successful ageing?", in *International Journal of Ageing and Human Development*, 64 (3), pp. 263-297.
- Broese van Groenou, Marjolein; van Tilburg, Theo (2003). "Network size and support in old age: Differentials by socio-economic status in childhood and adulthood", in *Ageing and Society*, vol. 23, pp. 625- 635.
- Browning, Christopher; Cagney, Kathleen (2002), "Neighborhood structural disadvantage, collective efficacy, and self-rated physical health in an urban setting", in *Journal of Health and Social Behavior*, vol. 43, n° 4, pp. 383-399.
- Cabral, M. V., Silva, P. A., & Mendes, H. (2002). *Saúde e Doença em Portugal - Inquérito aos Comportamentos e Atitudes da População Portuguesa Perante o Sistema Nacional de Saúde*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.
- Cabral, Manuel Villaverde (2008), "Efeito Metropolitano e Cultura Política: Novas Modalidades de Exercício da Cidadania na Metrópole de Lisboa", in Manuel Villaverde Cabral e Filipe Carreira da Silva (org.), *Cidade e Cidadania*, pp. 213-241. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.
- Cabral, M. V. (2008), "Cognição, capital humano e capital social", in Cabral, M. V. (org.), *Sucesso e Insucesso: escola, economia e sociedade*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cabral, M. V., & Silva, P. A. (2009). *O Estado da Saúde em Portugal*. Lisboa. Imprensa de Ciência Sociais.
- Cabral, M. V., & Silva, P. A. (2010). *A Adesão à Terapêutica em Portugal - Atitudes e Comportamentos da População Portuguesa Perante a Prescrição Médica*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.
- Cabral, Manuel Villaverde, Pedro Alcântara da Silva, Mariana Ferreira de Almeida & Susana Gabaço (2011), *Seniores de Lisboa: Capital Social e Qualidade de Vida*. Relatório final. Instituto do Envelhecimento da Universidade de Lisboa. Disponível em http://www.i envelhecimento.ul.pt/images/stories/Relatorios/Seniores_Lisboa_final_online_01032012.pdf
- Caldas, A. C. & Mendonça, A. (cords.) (2005). *A doença de Alzheimer e outras demências em Portugal*. Lisboa-Porto. LIDEL.
- Campbell, Karen; Lee, Barrett (1992), "Sources of personal neighbor networks: social integration, need, time?", in *Social Forces*, 70 (4), pp. 1077-1100.
- Capucha, Luís (2005), "Envelhecimento e políticas sociais: novos desafios aos sistemas de protecção. Protecção contra o "risco de velhice": que risco?", in *Sociologia*, 15. Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Caradec, V. (1998), "Les transitions biographiques, étapes du vieillissement", in *Prévenir*, 35, pp. 131-137.

- Caradec, V. (2004), *Sociologie de la Vieillesse et du Vieillissement*, Paris. Armand Colin.
- Carmo, Renato Miguel do & Sofia Santos (2011), “Capital Social e Práticas Associativas”, in Renato M. do Carmo (org.) *Entre as Cidades e a Serra. Mobilidades, Capital Social e Associativismo no Interior Algarvio*, pp. 87-114. Lisboa. Editora Mundos Sociais.
- CE, (2002), *La Réponse de l'Europe au Vieillissement de la Population Mondiale. Promouvoir le Progrès Économique et Social dans un Monde Vieillissant*. Bruxelles. Commission des Communautés Européennes. Disponível em: http://eurlex.europa.eu/smartapi/cgi/sga_doc?smartapi!celexplus!prod!DocNumber&lg=fr&type_doc=COMfinal&an_doc=2002&nu_doc=143
- Chatzitheochari, Stella and Sara Arber (2011), “Identifying the third agers: an analysis of british retirees’ leisure pursuits”, in *Sociological Research Online*, 16 (4), pp. 1-12.
- Cícero (2008), *De la Vieillesse – Caton l’Ancien*, trad. franc.. Les Belles Lettres. Paris.
- Cohen, S., & Syme, S. L. (1985). *Social Support and Health*. Orlando. FL: Academic Press.
- Coleman, James (1988), “Social Capital in the Creation of Human Capital”, in *The American Journal of Sociology*, Vol. 94, pp. S95-S120.
- Colletta, Nancy (1979), “Support systems after divorce: incidence and impact”, in *Journal of Marriage and the Family*, 41 (4), pp. 837-846.
- Cornwell, Benjamin; Laumann, Edward; Schumm, L. (2008), “The social connectedness of older adults: a national profile”, in *American Sociological Review*, 73, (2), pp. 185-203.
- Cumming, J.E. and Henry, W (1961), *Growing Old: The Process of Disengagement*. New York. Basic Books.
- Daniels, N., (1998), *Am I My Parents’ Keeper? – An Essay on Justice Between the Young and the Old*. Oxford University Press.
- Daniels, N., Kennedy, B., & Kawachi, I. (2000). *Is Inequality Bad for Our Health?* Boston. Beacon Press.
- Danielson, D., Grey Power, (2005) School Gate Mums and the Youth vote: age as a key factor in voter segmentation and engagement in the 2005 UK General Election, *Journal of Marketing Management*, (21), pp. 1179-1192.
- De Beauvoir, S., (1970) *La Vieillesse*. Ed. Gallimard. Paris.
- Delhey, J., & Newton, K. (2005). “Predicting cross-national levels of social trust: global pattern or Nordic exceptionalism?”, in *European Sociological Review*, 21, pp. 311-327.
- Dolan, P., Peasgood, T., & White, M. (2008). “Do we really know what makes us happy. A review of the economic literature on the factors associated with subjective well-being”, in *Journal of Economic Psychology*, 29, pp. 94-122.
- Elias, Norbert ([1982] 2001). *A Solidão dos Moribundos, seguido de “Envelhecer e morrer”*, trad. Plínio Dentzien, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Eurobarometer (2012), *Active Ageing*. Report. Special Eurobarometer 378. European Commission. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_378_en.pdf
- Eurostat (2012), *Active Ageing and Solidarity between Generations. A Statistical portrait of the European Union 2012*. European Commission. Disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-EP-11-001/EN/KS-EP-11-001-EN.PDF

- European Commission (2010), *EUROPE 2020. A strategy for smart, sustainable and inclusive growth*, Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:EN:PDF>.
- Fernandes, Ana Alexandre (2008), *Questões Demográficas : Demografia, e Sociologia da População*. Lisboa. Edições Colibri.
- Fernandes, Ana (2001), “Velhice, solidariedades familiares e política social: itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 36, pp. 39-52.
- Fernandes, Ana Alexandre (1997), *Velhice e Sociedade. Demografia, Família e Políticas Sociais em Portugal*. Lisboa. Celta.
- Fernández-Ballesteros, R. (1998), “Quality of life: Concept and assessment”, in J. G. Adair, D. Belanger & K. L. Dion (Eds.), *Advances in psychological science*. Hove. Psychology Press.
- Fernández-Ballesteros, R. (2002), Social Support and Quality of Life Among Older People in Spain. *Journal of Social Issues*, 58(4), 645-659.
- Fernández-Ballesteros, R., L. F. Garcia, D. Abarca, E. Blanc, A. Efklides, D. Moraitou, R. Kornfeld, A. J. Lerma, V. M. Mendoza-Numez, N. M. Mendoza-Ruvalcaba, T. Orosa, C. Paul & S. Patricia (2010). The concept of ‘ageing well’ in ten Latin American and European countries. *Ageing & Society*, 30, pp. 41-56.
- Ferraro, K. (1984), “Widowhood and Social Participation in Later Life: Isolation or Compensation?”, in *Research on Aging*, 6, pp. 451-568.
- Frederickson, Barbara; Carstensen, Laura (1990), “Choosing social partners: How old age and anticipated endings make people more selective”, in *Psychology and Aging*, 5 (3), pp. 335-347.
- Gerstel, Naomi; Riessman, Catherine; Rosenfeld, Sarah (1985), “Explaining the symptomatology of separated and divorced women and men: The role of material conditions and social networks”, in *Social Forces*, 64, pp. 84-101.
- Gibson, Hamilton B. Gibson (2000), *Loneliness in Later Life*. Londres. Macmillan Press.
- Gierveld, Jenny de Jong, & Havens, Betty (2004), “Cross-national comparisons of social isolation and loneliness: introduction and overview”, in *Canadian Journal on Aging / La Revue canadienne du vieillissement*, 23 (2), pp. 109-113.
- Ginn, J., (1993), “Grey power: age-based organisations’ response to structured inequalities”, in *Critical social policy*, 13 (38), pp. 23-47.
- Gray, Anne (2009), “The social capital of older people”, in *Ageing & Society*, 29, pp. 5-31.
- Groenou, Marjolein B. V., & Dorly J. H. Deeg (2010), “Formal and informal social participation of the ‘young-old’ in the The Netherlands in 1992 and 2002”, *Ageing & Society*, 30, pp. 445-465.
- Grundy, Emily; Holt, Gemma (2001), “The socioeconomic status of older adults: How should we measure it in studies of health inequalities?”, in *Journal of Epidemiology and Community Health*, 55, pp. 895-904.
- Hall-Elston, C., & Mullins, L. C. (1999). “Social relationships, emotional closeness, and loneliness among older meal program participants”, in *Social Behavior and Personality*, 27, pp. 503-517.

- Hank, Karsten and Stephanie Stuck (2007) *Volunteer Work, Informal Help and Care among the 50+ in Europe: Further Evidence for 'Linked' Productive Activities at Older Ages*, Working Paper 142-2007, Mannheim Research Institute for the Economics of Aging.
- Hank, K. & Stuck, S. (2008), "Volunteer Work, Informal Help and Care Among the 50+ in Europe: Further Evidence for "Linked" Productive Activities at Older Ages", in *Social Science Research*, 37, pp. 1280-1291.
- Hatch, L. & Bulcroft, K. (1992), "Contact with Friends in Later Life: Disentangling the Effects of Gender and Marital Status", in *Journal of Marriage and the Family*, 54, pp. 222-232.
- House James; Landis, Karl; Umberson, Debra (1988), "Social relationships and health", in *Science*, vol. 241, pp. 540-545.
- Hurlbert, Jeanne; S., & Acock, Alan (1990), "The effects of marital status on the form and composition of social networks", in *Social Science Quarterly*, vol. 71, pp. 163-74.
- Husserl, E., (1999), *The Essential Husserl: Basic Writings in Transcendental Phenomenology*, ed. by D. Welton. Bloomington. Indiana University Press.
- Hsu, H. C. (2006), "Exploring elderly people's perspectives on successful ageing in Taiwan", in *Ageing & Society*, 27(1), pp. 87-102.
- Irwin, S. (1996), "Age related distributive justice and claims on resources", in *British Journal. of Sociology.*, 7 (1), pp. 68-92.
- Irwin, S. (1999), "Later life, inequality and sociological theory", in *Ageing and Society*, 19, pp. 691-715 .
- Jensen, Howard (1958), "Sociological Aspects of Aging", in *Public Health Reports*, 37 (7), pp. 569-576.
- Judd, C. M., & McClelland, G. H. (2001). *Data analysis. A model-comparison approach*. Belmont: Wadsworth\Thomson Learning.
- Kahneman, D., & Krueger, A. B. (2006), "Developments in the Measurement of Subjective Well-Being", in *Journal of Economic Perspectives*, 20 (1) pp. 3-24.
- Keith, Pat (1986a), "Isolation of the unmarried in later life", in *Family Relations*, 35, pp. 389-395.
- Keith, Pat (1986b), "The social context and resources of the unmarried in old age", in *International Journal of Aging and Human Development*, 23, pp. 81-86.
- Knight, T., & Ricciardelli, L. A. (2003), "Successful ageing: perceptions of adults aged between 70 and 101 years", in *International Journal of Ageing Human Development*, 56 (3), pp. 223-246.
- Kohen, Janet (1983), "Old but not alone: Informal social supports among the elderly by marital status and sex", in *The Gerontologist*, 23, pp. 57-63.
- Kohli, M., Hank, K., & Künemund, H. (2009), "The social connectedness of older Europeans: patterns, dynamics and contexts", in *Journal of European Social Policy*, 19 (4), pp. 327-340.
- Krause, Neal (2001), "Social Support", in Binstok, Robert; George. Linda (eds.). *Handbook of Aging and the Social Sciences*, 5ª edição, California. Academic Press, pp. 272-294.
- LaCroix, Andrea; et al. (2004). "Older adults' views of "successful aging": How do they compare with researchers' definitions?", in *Journal of American Geriatrics Society*, 52 (2), pp. 211-216.

- Laumann, E. O., Nicolosi, A., & Glasser, D. B. (2005), "Sexual problems among women and men aged 40-80 years: prevalence and correlates identified in the Global Study of Sexual Attitudes and Behaviors", in *International Journal of Impotence Research*, 17, pp. 39-57.
- Leuschner, António (2009), "A doença da solidão", in Antunes, J. L. (org). *O Tempo da Vida*, Fórum Gulbenkian de Saúde sobre o Envelhecimento. Lisboa. Editora Principia, pp. 325-330.
- Li, Yunging (2007), "Recovering from spousal bereavement in later life: does volunteer participation play a role?", in *Journals of Gerontology – Social Sciences*, 62B, pp. S257-S266.
- Liberatos, Penny; Link, Bruce; Kelsey, Jennifer (1988), "The measurement of social class in epidemiology", in *Epidemiologic Reviews*, 10, pp. 87-121.
- Lima, M. L., Marques, S., Baptista, M. (2011), Idadismo na Europa: Uma abordagem psicossociológica com o foco no caso português. Relatório II. Disponível em: <http://www.i envelhecimento.ul.pt/images/Relatorios/relatorioidadismo2ieul.pdf>
- Lindau, S. T., Schumm, P., Laumann, E. O., Levinson, W., O'Muircheartaigh, C. A., & Waite, L. J. (2007), "A study of sexuality and health among older adults in the United States", in *The New England Journal of Medicine*, 357 (8), pp. 762-774.
- Litwin, H. (2000), "Activity, social networks and well-being: an empirical examination", in *Canadian Journal on Aging*, 19, pp.343-362.
- Lyberaki, Antigone; Tinios, Platon (2005), "Poverty and Social Exclusion: a New Approach to an Old Issue", in Börsch-Supan, Axel; et al. (coord.), *Health, Ageing and Retirement in Europe – First Results from the Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe*, Mannheim: MEA, pp. 302-309
- Marmot, M. (2007). "Introduction", in M. Marmot & R. Wilkinson (Eds.), *Social determinants of Health*. Oxford. Oxford University Press, pp. 1-5.
- Marin, Alexandra; Wellman, Barry (2010), "Social Network Analysis: An Introduction", in *Handbook of Social Network Analysis*, pp. 11-25.
- Marsden, Peter (1987), "Core discussion networks of Americans", in *American Sociological Review*, 52 (1), pp. 122- 313.
- Matsubayashi, K., Ishine, M., Wada, T., & Okumiya, K. (2006), "Older adults' view of 'successful ageing': comparison of older Japanese and Americans", in *Journal of American Geriatrics Society*, 54 (1), pp. 184-187.
- Mauritti, Rosário (2004), "Padrões de vida na velhice", in *Análise Social*, 171, pp. 339-363.
- McPherson, Miller; Smith-Lovin, Lynn; Brashears. Matthew (2006), "Social isolation in America", in *American Sociological Review*, 71 (3), pp. 363-375.
- Mendes, F. R. (2005). *A Conspiração Grisalha: Segurança Social, Competitividade e Gerações*. Oeiras. Celta.
- Mendes, F. R. (2011), *Segurança Social. O Futuro Hipotecado*. Lisboa. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Mendes, Maria Filomena e Isabel Tiago de Oliveira (2010), "A diferença de esperança de vida entre homens e mulheres : Portugal de 1940 a 2007", *Análise Social*, V. 45, nº 194.

- Moody, Harry R. (2006), *Aging. Concepts and Controversies*. California. Pine Fore Press.
- Morgan, Leslie, & Suzanne R. Kunkel (2007), *Aging, Society and the Life Course*. NewYork. Springer Publishing Company.
- Mullins, L. C., & Dugan, E. (1990). "The influence of depression, and family and friendship relations, on residents' loneliness in congregate housing", in *Gerontologist*, 30, pp. 377-384.
- Mullins, L. C., Smith, R., Colquitt, R., & Mushel, M. (1996). An examination of the effects of self-rated and objective indicators of health condition and economic condition on the loneliness of older people. *Journal of Applied Gerontology*, 15, 23-37.
- Musick, M. A., House, J. S., & Williams, D. R. (2004), "Attendance at Religious Services and Mortality in a National Sample", in *Journal of Health and Social Behavior*, 45, pp. 198-213.
- Naegele, G. (1999), *Active Strategies for an Ageing Workforce*. Rapport de la Conférence de Turku (Finlande), Fondation européenne pour l'amélioration des conditions de vie et de travail
- Nicolosi, A., Laumann, E. O., & Glasser, D. B. (2004), "Sexual behavior and sexual dysfunctions after age 40: the Global Study of Sexual Attitudes and Behaviors", in *Urology*, 64, pp. 991-997.
- Norris, F., & Kaniasty, K. (1996), "Received and perceived social support in times of stress: a test of the social support deterioration deterrence model", in *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, pp. 498-511.
- OCDE (1998), *Maintenir la Prospérité dans une Société Vieillissante*. Document de travail awp 3.2 f, OCDE. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/22/6/2428637.pdf>,
- OMS (2002), *Vieillir en Restant Actif: Cadre d'Orientation*, Genebra, OMS. Disponível em: http://whqlibdoc.who.int/hq/2002/WHO_NMH_NPH_02.8_fre.pdf
- Paillard-Borg, Stephanie, Hui-Xing Wang, Bengt Winbland, & Laura Fratiglioni (2009), "Pattern of participation in leisure activities among older people in relation to their health conditions and contextual factors: a survey in Swedish urban area", in *Ageing & Society*, 29, pp. 803-821.
- Paúl, C. (1994), "O papel das famílias na prestação de cuidados a crianças e idosos", in L. Almeida & I. Ribeiro (Eds.), *Família e Desenvolvimento*. Portalegre: APPORT, pp. 45-57.
- Paúl, C. (1997), *Lá Para o Fim da Vida. Idosos, Família e Meio Ambiente*. Coimbra. Almedina.
- Paúl, Constança (2005), "Envelhecimento activo e Redes de Suporte Social", in *Sociologia*, 15, pp. 275-287.
- Pestana, N. (2003), *Trabalhadores mais velhos: políticas públicas e práticas empresariais*, Coleção "Cadernos de emprego e relações de trabalho", Direcção - Geral do Emprego e das Relações de Trabalho/Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST)
- Perren, Kim, Sara Arber, & Kate Davidson (2003), "Men's affiliation in later life: the influence of social class and marital status on informal group membership", in *Ageing and Society*, 23, pp. 69-82.

- Peters, G., Hoty, D., Babchuck, N., Kaiser, M., & Iijima, Y. (1987), "Primary group support systems of the aged", in *Research on Aging*, 9, pp. 392-416.
- Phelan, E. A., Anderson, L. A., Lacroix, A.-Z., & Larson, E. B. (2004), "Older adults' views of 'successful ageing': how do they compare with researchers' definitions?", in *Journal of American Geriatric Society*, 52 (2), pp.211-216.
- Pichler, F., & Wallace, C. (2007), "Patterns of formal and informal social capital in Europe", in *European Sociological Review*, 23, pp. 423-435.
- Putnam, Robert (2000), *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York. Simon & Schuster.
- Rands, Marylyn (1988), "Changes in social networks following marital separation and divorce", in Milardo, Robert (ed.), *Families and Social Networks*, California: Sage Publications, pp. 127-146.
- Rowe, John; Kahn, Robert (1998). *Successful aging*. New York: Pantheon Books.
- Ryff, C. D. (1989), "In the eye of the beholder: views of psychological well-being among middle-aged and older adults", in *Psychology and Ageing*, 4 (2), pp. 195-210.
- Sarason, Barbara; Pierce, Gregory; Sarason, Irwin (1990) (eds.), *Social Support: An Interactional View*, New York: John Wiley & Sons.
- Schaefer, C., Coyne, J. C., & Lazarus, R. S. (1981), "The health-related functions of social support", in *Journal of Behavioral Medicine*, 4, pp. 381-406.
- Schafft, K. A. & Brown, D. L. (2003), "Social capital, social networks and social power", in *Social epistemology*, 1 (4), pp. 329-342.
- Shaw, Benjamin; *et al.* (2007), "Tracking changes in social relations throughout late life", in *The Journals of Gerontology*, Series B: Psychological Sciences and Social Sciences, 62 (2), pp. S90-99.
- Schover, L. R. (2000), "Sexual problems in chronic illness", in S. R. Leiblum & R. C. Rosen (Eds.), *Principles and practice of sex therapy*. New York. Guilford, pp. 398-422.
- Schreurs, K. M. G., & Ridder, D. T. D. (2000), "Integration of coping and social support perspectives: Implications for the study of adaptation to chronic diseases", in *Clinical Psychology Review*, 17, pp. 89-112.
- Schulz, Florian, & Daniela Grunow (2007), *Comparing Time Diary Data and Stylized Time Use Estimates*, Working Paper 2007-05, The Center for Research on Inequalities and the Life Course, Yale University.
- Silverstein, Merril, & Marti G. Parker (2002), "Leisure activities and quality of life among the oldest old in Sweden", in *Research on Aging*, 42, pp.528-547.
- Sirven, N., & Debrand, T. (2008), "Social participation and healthy ageing: an international comparison using SHARE data. *Soc Sci Med*, 67 (12), pp. 2017-2026.
- Straits, Bruce (2000), "Ego's Important Discussants or Significant People: An Experiment in Varying the Wording of Personal Network Name Generators", in *Social Networks*, 22, pp. 123-140.
- Tennstedt, S., & McKinlay, J. (1989). "Informal care for frail older persons", in M. Ory & K. Bond (Eds.), *Ageing and Health*. New York: Routledge, pp. 145-165.

- Tilburg, Theo (1998), "Losing and gaining in old age: changes in personal network size and social support in a four-year longitudinal study", in *Journal of Gerontology*, 53B (6), pp. S313-S323.
- Torres, A., Mendes, R., & Lapa, T. (2008), "Families in Europe", in *Portuguese Journal of Social Science*, 7 (1), pp. 49-84.
- Turner, B. J. (1989), "Ageing, status politics and sociological theory", in *British Journal of Sociology*, 40 (4), pp. 588-606.
- Turner, B. J. (1995), "Ageing and identity: some reflections on the somatisation of the self", in M. Featherstone & A. V. Wernick (eds.), *Images of Ageing: cultural representations of late life*, London. Routledge.
- Turner, B. J. (1999), "Ageing and generational conflicts: a reply to Sarah Inwin", in *British Journal of Sociology*, 49(2), pp. 299-304.
- Uchino, B. (2004), *Social Support & Physical Health. Understanding the Health Consequences of Relationships*. New Heaven. Yale University Press.
- Utz, Rebecca; Carr, Deborah; Nesse, Randolph; Wortman, Camille (2002), "The effect of widowhood on older adults' social participation: An evaluation of activity, disengagement and continuity theories", in *The Gerontologist*, 42, pp. 522-533.
- Veloso, Esmeraldina (2008), "A análise da política da terceira idade em Portugal, de 1976 a 2002", in *Actas do VI Congresso Português*. Mundos Sociais: Saberes e Práticas, Braga.
- Viegas, S. M. & C. A. Gomes (2007). *A Identidade na Velhice*. Lisboa. Editora Âmbar.
- Viriot-Durandal, J.-Ph. (2003), *Le Pouvoir Gris: Sociologie des Groupes de Retraités*. Paris. PUF.
- Von Faber, M., Van der Wield, A. B., Van Excel, E., Gussekloo, J., Lagaay, A. M., Van Dongen, E. V., Knook, D. L., Van Der Geest, S., & Westendorp, R. G. (2001), "Successful ageing in the oldest old", in *Archives of Internal Medicine*, 161 (22), pp. 2694-2700.
- Wahrendorf, Morten; Siegrist, Johannes; von dem Knesebeck, Olaf (2006), "Social productivity and well-being of older people – baseline results from the SHARE study", in *European Journal of Ageing*, 3, pp. 67-73.
- Walker, A. (2002), "A strategy for active ageing", in *International Social Security Review*, 55 (1), pp. 121-140.
- Walker, Kenneth; MacBride, Arlene; Vachon, Mary, (1977), "Social support networks and the crisis of bereavement", in *Social Science and Medicine*, 35, pp. 35-41.
- Wall, K.; Aboim, S.; Cunha, V. & Vasconcelos, P. (2001), "Families and informal support networks in Portugal: the reproduction of inequality", in *Journal of European Social Policy*, 11, pp. 213-233.
- Wellman, Barry & S. Berkowitz (eds.) (1988), "Structural Analysis: From Method and Metaphor to Theory and Substance", in *Social Structures a Network Approach*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 19-61.
- WHO (2002), *Active Ageing . A Policy Framework*. Geneva. World Health Organization. Disponível em http://whqlibdoc.who.int/hq/2002/who_nmh_nph_02.8.pdf

- WHO. (2007). *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems - ICD-10* (2nd ed.). Geneva. World Health Organization.
- Zaidi, Asghar, & Eszter Zolyomi (2011), *Active Ageing*, Research Note 6/2011, European Commission. Disponível em http://www.socialsituation.eu/research-notes/SSO_RN6_Active%20ageing_Final.pdf
- Ziersch, Anna, Katy Osborne, & Frand Baum (2011), "Local Community Participation: Who Participates and What Aspects of Neighbourhood Matter?", *Urban Policy and Research*, 29 (4), pp. 381-399.

ANEXO 1

Nota metodológica

Universo

O universo é constituído por todos os indivíduos, com 50 e mais anos, residentes em Portugal continental, exceptuando os indivíduos isolados, embarcados ou pertencentes ao corpo diplomático, num total de 1.761.852 indivíduos, de acordo com o Recenseamento Geral da População e Habitação (INE, 2001).

Construção da amostra

Um dos requisitos do projecto foi a construção de uma amostra aleatória, de forma a poder inferir os dados desta para o universo⁴³. O processo de amostragem seguiu um processo de estratificação e ocorreu em várias etapas: (1) selecção dos pontos de amostragem; (2) selecção dos pontos de partida; (3) selecção dos lares; e (4) selecção dos inquiridos.

(1) Foram seleccionados 100 pontos de amostragem, equivalentes a freguesias, proporcionais à distribuição da população em cada estrato de região e dimensão do lugar, como mostra o seguinte quadro.

⁴³ A amostra é representativa da população portuguesa não institucionalizada com mais de 50 anos, residente no continente.

Quadro 1: Pontos de amostragem, segundo região e dimensão do lugar

	Habitat				Total
	2.000 a 9.999	10.000 a 49.999	50.000 a 99.999 h	100.000 ou mais	
Norte	8	12	3	7	30
Centro	5	7		2	14
Lisboa e Vale do Tejo	10	12	4	18	44
Alentejo	5	3			8
Algarve	1	3			4
Total	29	37	7	27	100

(2) Em cada ponto de amostragem (freguesia) foram seleccionados três pontos de partida. Sempre que possível, os pontos de partida (ruas) foram seleccionados aleatoriamente de uma base de dados dos CTT.

Inicialmente, foram identificadas todas as ruas pertencentes à freguesia seleccionada. A cada rua foi atribuído um número entre 1 e o número total de ruas existentes e através de uma fórmula de Excel foram seleccionados três números aleatórios. Finalmente, foram seleccionadas as ruas com número igual aos seleccionados aleatoriamente através da fórmula de Excel.

(3) A selecção dos lares foi efectuada através do método de *random route*, iniciando-se este no ponto de partida (rua) referido no ponto anterior. Foi definido um intervalo de lares a contactar dependendo da dimensão do lugar: até 50 mil habitantes, de dois em dois lares e com 50 mil habitantes ou mais, de cinco em cinco lares. Em cada lar foram efectuadas até três tentativas de contacto com o intuito de efectuar uma entrevista; estes contactos foram realizados em diferentes períodos do dia (manhã, tarde e noite) e/ou em dias diferentes da semana, de modo a aumentar a probabilidade de efectuar uma entrevista.

(4) Em cada lar foi seleccionado o último indivíduo a fazer anos com idade igual ou superior a 50 anos.

Desenho da amostra

A amostra é constituída por mil indivíduos, distribuídos geograficamente por região e dimensão do lugar, como mostra o seguinte quadro:

Quadro 2: Distribuição da amostra, segundo região e dimensão do lugar

	Habitat				Total
	2.000 a 9.999	10.000 a 49.999	50.000 a 99.999 h	100.000 ou mais	
Norte	75	125	25	75	300
Centro	55	64	-	20	139
Lisboa e Vale do Tejo	101	123	46	176	446
Alentejo	55	25	-	-	80
Algarve	10	25	-	-	35
Total	296	362	71	271	1.000

Ponderador

De forma a controlar os erros que decorreram do processo de selecção dos inquiridos, foi construído um ponderador, com base no sexo e na idade, com

o objectivo de redimensionar a amostra à população. No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição segundo o sexo e a idade do universo, da amostra não ponderada e da amostra ponderada.

Quadro 3: Distribuição do universo, da amostra não ponderada e da amostra ponderada, segundo o sexo e idade (*percentagens*)

	Homens			Mulheres			Total		
	INE Censos 2001	Amostra não ponderada	Amostra ponderada	INE Censos 2001	Amostra não ponderada	Amostra ponderada	INE Censos 2001	Amostra não ponderada	Amostra ponderada
50-54	20,0	12,8	20,0	17,4	10,8	17,4	18,6	11,5	18,6
55-59	17,4	17,8	17,4	15,8	14,7	15,8	16,5	15,8	16,5
60-64	16,6	16,5	16,6	15,4	19,0	15,4	15,9	18,1	15,9
65-69	15,8	17,6	15,8	15,3	13,7	15,3	15,5	15,1	15,5
70-74	12,7	14,4	12,7	13,4	15,5	13,4	13,1	15,0	13,1
75-79	9,3	12,2	9,3	10,7	12,9	10,7	10,1	12,6	10,1
80-84	4,9	6,4	4,9	6,6	8,1	6,6	5,8	7,4	5,8
85-89	2,3	1,6	2,3	3,8	4,5	3,8	3,1	3,4	3,1
90-94	0,7	0,8	0,7	1,3	0,8	1,3	1,0	0,8	1,0
95-99	0,1	0,0	0,1	0,3	0,2	0,3	0,2	0,1	0,2
100+	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Trabalho de campo

O processo de recolha dos dados foi efectuado entre 4 de Maio e 14 de Setembro de 2011 pelas empresas Motivação (45% da amostra), Research Norte (35% da amostra) e Intercampus (20% da amostra), sendo a Motivação a responsável pela gestão do projecto.

No total foram efectuadas mil entrevistas, aplicadas face a face por 53 entrevistadores. Em média, cada entrevistador efectuou aproximadamente 18 entrevistas. No total foram contactados cerca de 5.500 lares e efectuados 9.600 contactos, o que indica que para realizar uma entrevista, em média, foram necessários 9,6 contactos. Relativamente aos lares em que foram efectuadas entrevistas válidas, na maioria dos casos, as entrevistas foram realizadas no primeiro contacto. No total, a taxa de resposta obtida no presente estudo foi de 26 por cento e a taxa de recusa de 15 por cento⁴⁴.

⁴⁴ Para a realização destes cálculos foram utilizados os critérios da *American Association for Public Opinion Research* que consideram que lares/indivíduos não elegíveis (lares em que se verificou que não existiam indivíduos que cumprissem os critérios da amostra) não devem ser considerados para efeitos de cálculos de taxa de recusa ou de resposta – 1501 indivíduos/ lares foram considerados não elegíveis. Também foram excluídos dos cálculos 175 indivíduos/lares sobre os quais não foi registada qualquer informação por parte do entrevistador.

Supervisão

De forma a garantir a qualidade da recolha de dados, as formações aos entrevistadores foram rigorosas e exaustivas, tanto no que diz respeito ao

instrumento de pesquisa como ao material de apoio à entrevista e aplicação do método de *random route*. No início da recolha de dados, os novos entrevistadores foram sempre acompanhados pelos supervisores do estudo de modo a esclarecer eventuais dúvidas e garantir que as instruções dadas durante a formação eram cumpridas, quer no que diz respeito ao questionário, quer relativamente ao *random route*.

Durante a realização do trabalho de campo foram efectuados três tipos de supervisão, sendo que no total, 43 por cento das entrevistas efectuadas foram sujeitas a supervisão: acompanhamento presencial (11%), supervisão pessoal (4%) e supervisão telefónica (30%)

Tratamento e análise dos dados

Previamente à gravação dos dados, os questionários foram validados pelos supervisores do estudo, no sentido de verificar a ausência de respostas ou incongruência da informação recolhida. As variáveis abertas foram codificadas e a codificação das profissões foi efectuada de acordo com a Classificação Portuguesa das Profissões de 2010, ao nível do Grupo Base (4 dígitos).

Os dados foram gravados numa base e analisados com recurso ao programa de análise estatística SPSS

ANEXO 2

Questionário

ICS/MOTIVAÇÃO: Processos de envelhecimento , usos do tempo, redes sociais e ocupações

LOCALIDADE	SÉRIE N°	LAR N°	Data	QUEST N°
NOME			Telefone	
Morada completa			ENTREVISTADOR	
Hora a que iniciou a entrevista			Hora a que terminou a entrevista	

Região		Habitat	
Norte	1	2.000 a 9.999 hab.	1
Centro	2	10.000 a 49.999 hab.	2
Lisboa e vale do Tejo	3	50.000 a 999.999 hab.	3
Alentejo	4	100.000 ou mais hab.	4
Algarve	5		

Supervisão telefónica _____./____/11 |__|__|
Validação _____./____/11 |__|__|
Supervisão pessoal _____./____/11 |__|__|
Codificação _____./____/11 |__|__|
Acompanhamento _____./____/11 |__|__|
Gravação _____./____/11 |__|__|

Questionário

Processos de envelhecimento: uso do tempo, redes sociais e ocupações

A Universidade de Lisboa está a realizar um estudo sobre o envelhecimento da população portuguesa. O principal objectivo é conhecer a situação dos cidadãos com mais de 50 anos, através do estudo das suas ocupações e das suas relações com os outros. Este conhecimento é extremamente importante para ajudar a definir políticas públicas que correspondam às necessidades da população sénior.

O estudo só terá validade se um número elevado de pessoas aceitar responder. Por isso, a sua colaboração é tão importante. Não há respostas certas ou erradas, são as suas opiniões que queremos conhecer. E quando não sentir vontade de responder a alguma pergunta, não tem de o fazer.

Desde já agradecemos o tempo que nos irá disponibilizar. O questionário é absolutamente anónimo e ninguém saberá que respondeu ao inquérito!

Antes de começar esta entrevista, necessito de fazer algumas perguntas sobre o/a senhor/a e as pessoas com quem mora.

A. Selecção do indivíduo e caracterização do agregado familiar

A1: Como se chama? (Não responde = 999) [1º NOME] → **TABELA 1 (Pág. 4)**

A2: Em que ano nasceu? (Não responde = 999) → **TABELA 1 (Pág. 4)**

A3: Contando consigo, quantas pessoas vivem em sua casa? (incluindo pessoas que não são da sua família; por exemplo, hóspedes, empregados, etc.)

Número de pessoas		PASSAR PARA A A5
Vive sozinho	777	PASSAR PARA A A4
(Não responde)	999	SE NÃO SABE O NÚMERO DE PESSOAS AVANÇAR PARA A5 E DEPOIS VOLTAR E PREENCHER O NÚMERO DE PESSOAS

A4: Há quanto tempo vive sozinho(a)?

Número de anos		PASSAR PAR A B1
(Não sabe)	888	PASSAR PAR A B1
(Não responde)	999	PASSAR PAR A B1

A5: Pode dizer-me o nome ou a primeira letra do nome das pessoas que vivem em sua casa? (Não sabe = 888; Não responde = 999) → **TABELA 1 (Pág. 4)**

[Um agregado familiar são todas as pessoas que vivem na mesma casa/ residência (utilizando a mesma porta de entrada), que partilham de um orçamento familiar comum e que tomam normalmente juntas as refeições. Excepções: Os inquilinos (pessoas que subalugam) não são considerados membros do agregado, mesmo que por vezes possam jantar com o(a) senhorio(a). Filhos que vivam em casa dos pais ou pais que vivam em casa dos filhos fazem parte do agregado familiar independentemente de partilharem um orçamento comum ou de tomarem juntos as refeições. Membros temporariamente ausentes do agregado familiar devem ser considerados como pertencentes ao agregado se não tiverem outra habitação, mantiverem laços económicos com o agregado ou se a ausência for inferior a um ano.]

A6: De acordo com este cartão [**CARTÃO 1 - AGREGADO**], pode-me dizer qual o laço familiar que têm consigo? → **TABELA 1 (Pág. 4)**

[Por “sogro(a)”, entende-se também o/a pai(mãe) de um(a) companheiro(a) co-residente; ex-sogros (por **exemplo, pais de companheiro(a) de relações conjugais anteriores devem ser classificados na categoria de “outros familiares”.**]

A7: Sexo. [**REGISTAR O SEXO**] → **TABELA 1 (Pág. 4)**

A8: Idade. (Não sabe = 888; Não responde = 999) → **TABELA 1 (Pág. 4)**

Pessoa	1 (inquirido(a))	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A1: Nome ou inicial do nome										
A2: Ano de nascimento										
A5: Pode dizer-me o nome ou a primeira letra do nome das pessoas que vivem em sua casa? (NÃO SABE = 888; NÃO RESPONDE = 999)										
A6: De acordo com este cartão [CARTÃO 1 - AGREGADO], pode-me dizer qual o laço familiar que tem consigo?										
<i>Marido/Companheiro</i>		1	1	1	1	1	1	1	1	1
<i>Esposa /Companheira</i>		2	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Filho/filha (incluindo enteados/adoptados, crianças acolhidas, filhos do companheiro(a))</i>		3	3	3	3	3	3	3	3	3
<i>Genro/nora</i>		4	4	4	4	4	4	4	4	4
<i>Pai/mãe/madrasta/padrasto</i>		5	5	5	5	5	5	5	5	5
<i>Sogro/sogra</i>		6	6	6	6	6	6	6	6	6
<i>Irmão/irmã</i>		7	7	7	7	7	7	7	7	7
<i>Neto/neta</i>		8	8	8	8	8	8	8	8	8
<i>Cunhado/cunhada</i>		9	9	9	9	9	9	9	9	9
<i>Outros familiares</i>		10	10	10	10	10	10	10	10	10
<i>Outros não familiares</i>		11	11	11	11	11	11	11	11	11
<i>(Não sabe)</i>		888	888	888	888	888	888	888	888	888
<i>(Não responde)</i>		999	999	999	999	999	999	999	999	999
A7: Registrar o Sexo										
<i>Masculino</i>		1	1	1	1	1	1	1	1	1
<i>Feminino</i>		2	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>(Não responde)</i>		999	999	999	999	999	999	999	999	999
A8: Idade										

B. Redes sociais e relações com os outros

A maioria das pessoas fala com, sobre os problemas do dia-a-dia ou sobre as preocupações que têm.

Pensando nos últimos 12 meses, recorde quem são as pessoas com quem falou sobre as coisas que considera importantes para si. Nestas pessoas pode incluir o(a) seu/sua marido/esposa, os filhos ou outros membros da sua família mas também amigos, vizinhos, ou outras pessoas conhecidas. Identifique cada pessoa pelo primeiro nome e a 1ª letra do apelido. **[DAR UM EXEMPLO SE FOREM MUITAS, REFIRA APENAS AS 8 PESSOAS MAIS IMPORTANTES.]**

B1: Pode então dizer-me o nome das pessoas com quem fala mais sobre coisas que considera **importantes para si?** → **TABELA 2 (Pág. 6)**

Com ninguém	77	
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A B3
(Não responde)	999	PASSAR PARA A B3

B2: Disse que não fala com ninguém sobre assuntos importantes ou que não tem ninguém que seja importante para si, qualquer que seja a razão. Em que medida está satisfeito(a) ou insatisfeito(a) com esta situação? **[CARTÃO 2 - SATISFAÇÃO]**

Muito satisfeito(a)	5
Satisfeito(a)	4
Nem satisfeito(a) nem insatisfeito(a)	3
Insatisfeito(a)	2
Muito insatisfeito(a)	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

PASSAR PARA A B12 (Pág. 9)

Em relação a cada uma das pessoas que mencionou em primeiro lugar, pode dizer-me...

TABELA 2

Pessoa	1	2	3	4	5	6	7	8
B1: Nome das pessoas com quem fala mais sobre coisas que são importantes para si	[→ B3]	[→ B3]	[→ B3]	[→ B3]	[→ B3]	[→ B3]	[→ B3]	[→ B3]
B3: Registrar o sexo [CODIFICAR O SEXO. PERGUNTAR APENAS EM CASO DE DÚVIDA]								
<i>Masculino</i>	1	1	1	1	1	1	1	1
<i>Feminino</i>	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>(Não responde)</i>	999	999	999	999	999	999	999	999
B4: qual a profissão do/a _____ [NOME DA PESSOA]? Caso este(a) seja desempregado(a), reformado(a) ou incapacitado(a), refira a última ocupação. (Não sabe = 888; Não responde = 999)								
B5: ... onde vive o/a _____ [NOME DA PESSOA]? [CARTÃO - 3]								
<i>No mesmo alojamento/casa</i>	1 [→ B10]	1 [→ B10]	1 [→ B10]	1 [→ B10]	1 [→ B10]	1 [→ B10]	1 [→ B10]	1 [→ B10]
<i>No mesmo edifício</i>	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Na vizinhança</i>	3	3	3	3	3	3	3	3
<i>Na mesma cidade/vila/aldeia</i>	4	4	4	4	4	4	4	4
<i>Noutro local, não muito distante (a menos de 1 hora de carro)</i>	5	5	5	5	5	5	5	5
<i>Noutro local mais distante, em Portugal</i>	6	6	6	6	6	6	6	6
<i>Noutro local mais distante, no estrangeiro</i>	7	7	7	7	7	7	7	7
<i>(Não sabe)</i>	888	888	888	888	888	888	888	888
<i>(Não responde)</i>	999	999	999	999	999	999	999	999

Pessoa	1	2	3	4	5	6	7	8
B6:... a idade do(a) _____ [NOME DA PESSOA]? [OU IDADE APROXIMADA] (Não sabe = 888; Não responde = 999)								
B7: ... que relação tem com o/a _____ [NOME DA PESSOA]? [CARTÃO 4 - RELAÇÃO]								
<i>Marido (mulher) / companheiro(a)</i>	1	1	1	1	1	1	1	1
<i>Pai/Mãe</i>	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Sogra/a</i>	3	3	3	3	3	3	3	3
<i>Padrasto/Madrasta</i>	4	4	4	4	4	4	4	4
<i>Irmã/Irmão</i>	5	5	5	5	5	5	5	5
<i>Filho(a)</i>	6	6	6	6	6	6	6	6
<i>Enteado(a) /filho(a) do seu (sua) companheiro actual</i>	7	7	7	7	7	7	7	7
<i>Genro/Nora</i>	8	8	8	8	8	8	8	8
<i>Neto(a)</i>	9	9	9	9	9	9	9	9
<i>Avô/avó</i>	10	10	10	10	10	10	10	10
<i>Tia/Tio</i>	11	11	11	11	11	11	11	11
<i>Sobrinho(a)</i>	12	12	12	12	12	12	12	12
<i>Cunhado(a)</i>	13	13	13	13	13	13	13	13
<i>Outro parente</i>	14	14	14	14	14	14	14	14
<i>Amigo(a)</i>	15	15	15	15	15	15	15	15
<i>(Ex) colega</i>	16	16	16	16	16	16	16	16
<i>Vizinho(a)</i>	17	17	17	17	17	17	17	17

Pessoa	1	2	3	4	5	6	7	8
<i>Ex-marido (Ex-mulher) /Ex-companheiro(a)</i>	18	18	18	18	18	18	18	18
<i>Padre ou outro clérigo</i>	19	19	19	19	19	19	19	19
<i>Terapeuta ou outro auxiliar profissional</i>	20	20	20	20	20	20	20	20
<i>Empregado(a) doméstico(a)/Prestador de cuidados de saúde ao domicílio</i>	21	21	21	21	21	21	21	21
<i>Nenhum destes [PERGUNTAR SE NECESSÁRIO: ENTÃO ESTA PESSOA É SEU (SUA) ...]</i>	22	22	22	22	22	22	22	22
<i>(Não sabe)</i>	888	888	888	888	888	888	888	888
<i>(Não responde)</i>	999	999	999	999	999	999	999	999
B8: ...há quantos anos se conhecem? [NÃO TEM DE SER OS ANOS EXACTOS; BASTA UMA APROXIMAÇÃO]								
<i>Desde sempre</i>	1	1	1	1	1	1	1	1
<i>Há mais de 20 anos</i>	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Entre 10 e 20 anos</i>	3	3	3	3	3	3	3	3
<i>Entre 5 e 10 anos</i>	4	4	4	4	4	4	4	4
<i>Há menos de 5 anos</i>	5	5	5	5	5	5	5	5
<i>(Não sabe)</i>	888	888	888	888	888	888	888	888
<i>(Não responde)</i>	999	999	999	999	999	999	999	999

Pessoa	1	2	3	4	5	6	7	8
B9: ... com que frequência contactou com o/a (nome da pessoa), por telefone, visita ou por correio, nos últimos doze meses? [QUALQUER TIPO DE CONTACTO, INCLUINDO POR EXEMPLO E-MAIL, SMS OU OUTROS MEIOS.] [CARTÃO 5 - FREQUÊNCIA]								
<i>Diariamente</i>	1	1	1	1	1	1	1	1
<i>2 a 5 vezes por semana</i>	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>1 vez por semana</i>	3	3	3	3	3	3	3	3
<i>1 a 3 vezes por mês</i>	4	4	4	4	4	4	4	4
<i>Menos de 1 vez por mês</i>	5	5	5	5	5	5	5	5
<i>Nunca</i>	6	6	6	6	6	6	6	6
<i>(Não sabe)</i>	888	888	888	888	888	888	888	888
<i>(Não responde)</i>	999	999	999	999	999	999	999	999
B10: ... qual o seu grau de satisfação com a relação que tem com o/a (nome da pessoa)? CARTÃO 6 - SATISFAÇÃO]								
<i>Muito satisfeito(a)</i>	5	5	5	5	5	5	5	5
<i>Satisfeito(a)</i>	4	4	4	4	4	4	4	4
<i>Nem satisfeito, nem insatisfeito (a)</i>	3	3	3	3	3	3	3	3
<i>Insatisfeito(a)</i>	2	2	2	2	2	2	2	2
<i>Muito insatisfeito (a)</i>	1	1	1	1	1	1	1	1
<i>(Não sabe)</i>	888	888	888	888	888	888	888	888
<i>(Não responde)</i>	999	999	999	999	999	999	999	999

B11: No próximo conjunto de perguntas, queremos saber com que frequência as pessoas que tem vindo a referir, **conversam** entre elas. Peço que escolha uma das respostas deste cartão. **[CARTÃO 7 - FREQUÊNCIA]** Depois de começarmos, verá que é não é difícil e até pode ser divertido.

Vamos começar com o/a **[NOME 1ª PESSOA]** e o/a **[NOME 2ª PESSOA]**. Com que frequência falam um(a) com o/a outro(a)? (**NÃO SABE = 888; NÃO RESPONDE = 999**)

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Diariamente 2. Duas a cinco vezes por semana 3. Uma vez por semana 4. Uma a três vezes por mês 5. Menos de uma vez por mês 6. Nunca |
|---|

TABELA 4

Pessoa		1	2	3	4	5	6	7	8
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									

Nas próximas perguntas continuaremos a falar sobre as relações com os outros. Pode continuar a mencionar as mesmas pessoas ou mencionar pessoas que até agora não foram referidas.

B12 Quanto tem que tomar uma decisão importante, costuma aconselhar-se com alguém?

Sim	1	
Não	2	PASSAR PARA A B16
(Não sabe)	888	
(Não responde)	999	

B13: Com quem costuma aconselhar-se? Indique, por favor o nome de 3 pessoas no máximo. (**NÃO SABE = 888; NÃO RESPONDE = 999**) →TABELA 5

B14: Que relação tem com o/a _____ [NOME DA PESSOA]?
(Não sabe = 888; Não responde = 999) [CARTÃO 8 - RELAÇÃO] →TABELA 5

TABELA 5

Pessoas	B13: Nome	B14: Relação
1 ^a		
2 ^a		
3 ^a		

B15: Nos últimos 12 meses, com que frequência se aconselhou com alguém para tomar uma decisão importante... muitas vezes, algumas vezes, raramente ou nunca?

Muitas vezes	4
Algumas vezes	3
Raramente	2
Nunca	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

B16: E nos últimos 12 meses, com que frequência lhe pediram conselho a si, por exemplo, para tomar uma decisão importante? Isso aconteceu muitas vezes, algumas vezes, raramente ou nunca?

Muitas vezes	4
Algumas vezes	3
Raramente	2
Nunca	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

B17: Quando sente necessidade de ser apoiado, por exemplo quando se sente triste ou só, pode contar com alguém?

Sim	1	
Não	2	PASSAR PARA A B20
(Não sabe)	888	
(Não responde)	999	

B18: E com quem pode contar nessas alturas? Indique, por favor o nome de 3 pessoas no máximo. (Não sabe = 888; Não responde = 999) → **TABELA 6**

B19: Que relação tem com o/a _____ **[NOME DA PESSOA]**?
(Não sabe = 888; Não responde = 999) **[CARTÃO 8 - RELAÇÃO]** → **TABELA 6**

TABELA 6

Pessoas	B18: Nome	B19: Relação
1^a		
2^a		
3^a		

B20: Nos últimos 12 meses, com que frequência sentiu a necessidade de ser apoiado emocionalmente... muitas vezes, algumas vezes, raramente ou nunca?

Muitas vezes	4
Algumas vezes	3
Raramente	2
Nunca	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

B21: E nos últimos 12 meses, com que frequência deu apoio a outras pessoas por se sentirem sós ou tristes? Isso aconteceu muitas vezes, algumas vezes, raramente ou nunca?

Muitas vezes	4
Algumas vezes	3
Raramente	2
Nunca	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

B22: Não considerando os apoios anteriormente referidos, alguém que não viva em sua casa ajudou-o/a, nos últimos 12 meses, nas tarefas domésticas (não contando com as empregadas domésticas)?

Sim	1	
Não	2	PASSAR PARA A B25
(Não sabe)	888	
(Não responde)	999	

B23: Quem o/a ajudou? Indique, por favor o nome de 3 pessoas no máximo. (NÃO SABE = 888; NÃO RESPONDE = 999) → TABELA 8

B24: Que relação tem com o/a _____ [NOME DA PESSOA]? [CARTÃO 8 - RELAÇÃO] (NÃO SABE = 888; NÃO RESPONDE = 999) → TABELA 8

TABELA 8

Pessoas	B26: Nome	B27: Relação
1^a		
2^a		
3^a		

B25: E a situação contrária também lhe aconteceu, isto é, não contando com o que faz no seu trabalho, nos últimos 12 meses, ajudou alguém que não viva em sua casa, na realização de tarefas domésticas, como limpar, fazer pequenas reparações ou ir às compras?

Sim	1	
Não	2	PASSAR PARA A B28
(Não sabe)	888	
(Não responde)	999	

B26: Que pessoas ajudou? Indique, por favor o nome de 3 pessoas no máximo. (NÃO SABE = 888; NÃO RESPONDE = 999) → TABELA 7

B27: Que relação tem com o/a _____ [NOME DA PESSOA]? [CARTÃO 8- RELAÇÃO] (NÃO SABE = 888; NÃO RESPONDE = 999) → TABELA 7

TABELA 7

Pessoas	B23: Nome	B24: Relação
1^a		
2^a		
3^a		

B28: Pode dizer-me se gostaria de ter mais ajuda/apoio por parte dos outros nas seguintes situações:

		Sim	Não	(Não sabe)	(Não responde)
A	Quando tem de tomar uma decisão importante.	1	2	888	999
B	Quando se sente só ou triste	1	2	888	999
C	Quando tem de fazer as tarefas domésticas.	1	2	888	999

As relações com as outras pessoas trazem, por vezes, problemas.

B29: Actualmente, tem más relações pessoais ou conflitos com algum familiar, vizinho, colegas...?

Sim	1	
Não	2	PASSAR PARA A B32
(Não sabe)	888	
(Não responde)	999	

B30: Quem são essas pessoas? Indique, por favor o nome de 3 pessoas no máximo. (**NÃO SABE = 888; NÃO RESPONDE = 999**) →TABELA 9

B31: Que relação tem com o/a _____ [NOME DA PESSOA]? [CARTÃO 8 - RELAÇÃO] (**NÃO SABE = 888; NÃO RESPONDE = 999**)→TABELA 9

TABELA 9

Pessoas	B30: Nome	B31: Relação
1^a		
2^a		
3^a		

B32: Actualmente, existem pessoas que lhe proporcionam alegria e felicidade?

Sim	1	
Não	2	PASSAR PARA A B45
(Não sabe)	888	
(Não responde)	999	

B33: Quem são essas pessoas? Indique, por favor o nome de 3 pessoas no máximo. (**NÃO SABE = 888; NÃO RESPONDE = 999**) →TABELA 10

B34: Que relação tem com o/a _____ [NOME DA PESSOA]? [CARTÃO 8- RELAÇÃO] (NÃO SABE = 888; NÃO RESPONDE = 999) →TABELA 10

TABELA 10

Pessoas	B33: Nome	B34: Relação
1 ^a		
2 ^a		
3 ^a		

B35: Pensando nos seus amigos e conhecidos, na sua família e nas outras pessoas com quem se relaciona diariamente, com quem costuma passar mais tempo? Indique, por favor o nome de 5 pessoas no máximo. →TABELA 11

Com ninguém	777	PASSAR PARA A B37
(Não sabe)	888	
(Não responde)	999	

B36: Que relação tem com o/a _____ [NOME DA PESSOA]? [CARTÃO 8 - RELAÇÃO] (NÃO SABE = 888; NÃO RESPONDE = 999) →TABELA 11

TABELA 11

Pessoas	B35: Nome	B36: Relação
1 ^a		
2 ^a		
3 ^a		
4 ^a		
5 ^a		

[Sobre relações de vizinhança]

B37: Vamos agora falar sobre relações de vizinhança. Dos seus vizinhos, quantos adultos consegue identificar pelo nome? **LER ALTO**

Nenhum	1
Alguns	2
Bastantes	3
Todos ou quase todos	4
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

B38: Pensando nos vizinhos com quem mais conversa, com que frequência o faz? **[CARTÃO 9 - FREQUÊNCIA]**

Diariamente	1
2 a 5 vezes por semana	2
1 vez por semana	3
1 a 3 vezes por mês	4
Menos de 1 vez por mês	5
Não falo com os meus vizinhos	6
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

B39: Há quantos anos vive neste local/zona/bairro?

Número de anos	
Há menos de um ano	777
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

C. Ocupações, actividades e lazer

Agora vamos falar de lazer - o que faz nos seus tempos livres (i.e. fora da actividade profissional e do trabalho doméstico).

C1: De uma forma geral, qual o grau de satisfação actual com as suas actividades de lazer? **CARTÃO 10 - SATISFAÇÃO]**

Muito Satisfeito	5
Satisfeito	4
Nem satisfeito, nem insatisfeito	3
Insatisfeito	2
Muito Insatisfeito	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

C2: Há entidades e organizações que promovem actividades orientadas para os reformados ou para a 3^a idade. Gostaria de saber se participa nas actividades promovidas por alguma destas entidades. **[CARTÃO 11 - ENTIDADES]**

Serviços da Câmara Municipal	1
Juntas de Freguesia	2
Igreja/Centros Paroquiais ou outros locais de culto	3
Colectividades Recreativas	4
Centros de Dia	5
Universidades Seniores	6
Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)	7
INATEL	8
Outra entidade	9
Nenhuma	777
(Não responde)	999

NO CASO O/A INQUIRIDO(A) INDICAR MAIS DE UMA ENTIDADE OU ORGANIZAÇÃO → PASSAR PARA A C3

NO CASO DE O/A INQUIRIDO(A) INDICAR APENAS UMA ENTIDADE OU ORGANIZAÇÃO → PASSAR PARA A C₄

NO CASO DE O/A INQUIRIDO(A) NÃO INDICAR NENHUMA ENTIDADE OU ORGANIZAÇÃO → PASSAR PARA A C₆

C₃: Das entidades e organizações que referiu, indique por favor aquela em que passa mais tempo. **[ACEITAR APENAS UMA ENTIDADE OU ORGANIZAÇÃO]**

Serviços da Câmara Municipal	1
Juntas de Freguesia	2
Igreja/Centros Paroquiais	3
Colectividades Recreativas	4
Centros de Dia	5
Universidades Seniores	6
Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)	7
INATEL	8
Outra entidade	9
(Não responde)	999

C₄: Diga-me, por favor, há quanto tempo participa nas actividades promovidas por esta entidade?

LER ALTO

Há menos de 1 ano	1
Entre 1 e 2 anos	2
Entre 3 e 5 anos	3
Mais de 5 anos	4
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

C5: Nos últimos 12 meses, com que frequência participou em actividades promovidas por esta entidade? [CARTÃO 12 - FREQUÊNCIA]

Diariamente	1
2 a 5 vezes por semana	2
1 vez por semana	3
1 a 3 vezes por mês	4
Menos de 1 vez por mês	5
Nunca	6
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

As próximas questões dizem respeito a associações a que uma pessoa pode pertencer.

C6: Diga-me por favor se é, se já foi ou nunca foi membro de alguma das seguintes associações?

		Sim, sou	Sim, já fui	Não	(Não sabe)	(Não responde)
a)	Clube desportivo	1	2	3	888	999
b)	Associação de actividades ao ar livre	1	2	3	888	999
c)	Sindicato/Associação profissional/Associação patronal	1	2	3	888	999
d)	Associação cultural	1	2	3	888	999
e)	Associação de consumidores	1	2	3	888	999
f)	Associação de defesa do património/ambiental	1	2	3	888	999
g)	Partido político	1	2	3	888	999
h)	Associação de pais/Comunidade educativa	1	2	3	888	999
i)	Associação de solidariedade social	1	2	3	888	999
J)	Associação de moradores	1	2	3	888	999

NO CASO O/A INQUIRIDO(A) INDICAR QUE É MEMBRO ACTUAL DE DUAS OU MAIS ASSOCIAÇÕES → PASSAR PARA A C7

NO CASO DE O/A INQUIRIDO(A) INDICAR QUE É MEMBRO ACTUAL DE UMA SÓ ASSOCIAÇÃO → PASSAR PARA A C8

NO CASO DE O/A INQUIRIDO(A) NÃO SER MEMBRO ACTUAL DE NENHUMA ASSOCIAÇÃO → PASSAR PARA A C12

C7: Das associações que referiu, indique por favor aquela em que passa mais tempo. **[ACEITAR APENAS UMA ASSOCIAÇÃO]**

a)	Clube desportivo	1
b)	Associação de actividades ao ar livre	2
c)	Sindicato/Associação profissional/Associação patronal	3
d)	Associação cultural	4
e)	Associação de consumidores	5
f)	Associação de defesa do património/ambiental	6
g)	Partido político	7
h)	Associação de pais/Comunidade educativa	8
i)	Associação de solidariedade social	9
j)	Associação de moradores	10
k)	(Não sabe)	888
L)	(Não responde)	999

C8: Em relação à **[ADEQUAR DE ACORDO COM A RESPOSTA ANTERIOR]** que referiu, nos últimos 12 meses, com que frequência participou em encontros, eventos ou reuniões? **[CARTÃO 13 - FREQUÊNCIA]**

Diariamente	1
2 a 5 vezes por semana	2
1 vez por semana	3
1 a 3 vezes por mês	4
Menos de 1 vez por mês	5
Nunca	6
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

C9: Desempenha alguma função, cargo ou realiza trabalho voluntário nesse(a) associação /clube /sindicato /partido?

Sim	1	
Não	2	PASSAR PARA A C12
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A C12
(Não responde)	999	PASSAR PARA A C12

C10: Há quanto tempo desempenha essa função, cargo ou realiza trabalho voluntário nesse(a) associação /clube /sindicato /partido? **LER ALTO**

Há menos de 1 ano	1
Entre 1 e 2 anos	2
Entre 3 e 5 anos	3
Mais de 5 anos	4
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

C11: Em média, quanto tempo ocupa nessa função ou a realizar trabalho voluntário nesse(a) associação /clube /sindicato /partido? [adequar]

REGISTAR DE ACORDO COM O QUE O ENTREVISTADO REFERIR - SE REFERIR HORAS REGISTA HORAS, SE DIAS REGISTA DIAS

		a)	b)
		Horas	Dias
a)	Dia		
b)	Semana		
c)	Mês		
d)	Ano		
e)	(Não sabe)	888	888
f)	(Não responde)	999	999

C12: Não contando com estas associações que temos vindo a falar, as pessoas também se juntam em grupos com outros objectivos, por exemplo, passear, jogar cartas, conversar ou ir ao café. Participa em grupos deste tipo?

Sim	1
Não	2
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

C13: Pensando no grupo de pessoas com quem convive mais, com que frequência se encontram? **[CARTÃO 13 - FREQUÊNCIA]**

Diariamente	1
2 a 5 vezes por semana	2
1 vez por semana	3
1 a 3 vezes por mês	4
Menos de 1 vez por mês	5
Nunca	6
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

Agora, gostaríamos de saber um pouco mais acerca das suas actividades de tempos livres.

C14: Excluindo o trabalho remunerado, durante os seus tempos livres costuma tomar conta de crianças, como os filhos de vizinhos, amigos ou conhecidos, ou de familiares, como netos e sobrinhos?

Sim	1	
Não	2	PASSAR PARA A C17
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A C17
(Não responde)	999	PASSAR PARA A C17

C15: Qual é a relação quem tem com essa(s) criança(s)? **[ESCOLHA MÚLTIPLA]**

Netos	1
Sobrinhos	2
Familiares de Amigos	3
Familiares de (Ex) ou colegas	4
Outra	5
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

C16: Quanto tempo passa, em média, a tomar conta de crianças? **[TOTAL DE HORAS DE TODAS AS CRIANÇAS] [ADEQUAR REGISTAR DE ACORDO COM O QUE O ENTREVISTADO REFERIR – SE REFERIR HORAS REGISTA HORAS, SE DIAS REGISTA DIAS]**

		a)	b)
		Horas	Dias
a)	Dia		
b)	Semana		
c)	Mês		
d)	Ano		
e)	(Não sabe)	888	888
f)	(Não responde)	999	999

C17: Excluindo o trabalho remunerado, actualmente, ajuda ou presta apoio a uma pessoa adulta nas suas actividades do dia-a-dia, devido à idade avançada ou a algum tipo de incapacidade?

Sim	1	
Não	2	PASSAR PARA A C22
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A C22
(Não responde)	999	PASSAR PARA A C22

C18: Indique-me, por favor, o nome dessa (s) pessoa (s) a quem presta apoio. **(NÃO SABE = 888; NÃO RESPONDE = 999) →TABELA 12**

C19: Qual é a relação que tem com o/a ____ [NOME DA PESSOA]? [CARTÃO 14 - RELAÇÃO] → TABELA 12

TABELA 12

Pessoas	C18: Nome	C19: Relação
1 ^a		
2 ^a		
3 ^a		

C20: Normalmente, quantos dias por semana ocupa a tratar desta (s) pessoa (s)?

Dias	
Menos de 1 vez por semana	77
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

C21: E por dia, normalmente durante quanto tempo? [ADEQUAR À RESPOSTA DO ENTREVISTADO]

a)	Horas	
b)	Minutos	
	(Não sabe)	888
	(Não responde)	999

C22: Excluindo o trabalho remunerado, nos últimos 12 meses, com que frequência realizou, cada uma das actividades desta lista? [EXCLUIR TRABALHO REMUNERADO E DE SUBSISTÊNCIA] [CARTÃO 15 - FREQUÊNCIA]

	Diariamente	2 a 5 vezes por semana	1 vez por semana	1-3 vezes por mês	Menos de 1 vez por mês	Nunca	(Não sabe)	(Não responde)
a) Tarefas domésticas? (limpar, cozinhar, arrumar)	1	Aproximadamente quantas horas?	2	3	4	5	6	999
b) Artesanato, trabalhos manuais, reparações caseiras?	1	Aproximadamente quantas horas?	2	3	4	5	6	999
c) Usar um computador nos tempos livres, por exemplo, para jogar ou comunicar?	1	Aproximadamente quantas horas?	2	3	4	5	6	999
d) Participar em eventos promovidos, como os que são realizados por partidos políticos, sindicatos ou movimentos cívicos?	1	Aproximadamente quantas horas?	2	3	4	5	6	999
e) Visitar amigos e conhecidos ou convidá-los para sua casa?	1	Aproximadamente quantas horas?	2	3	4	5	6	999
f) Palavras cruzadas ou quebra-cabeças?	1	Aproximadamente quantas horas?	2	3	4	5	6	999
g) Jardinagem ou cultivar uma horta?	1	Aproximadamente quantas horas?	2	3	4	5	6	999
h) Ver TV?	1	Aproximadamente quantas horas?	2	3	4	5	6	999

	Diariamente	2 a 5 vezes por semana	1 vez por semana	1-3 vezes por mês	Menos de 1 vez por mês	Nunca	(Não sabe)	(Não responde)
i) Ler?	1	2	3	4	5	6	888	999
	Aproximadamente quantas horas?							
j) Ouvir rádio?	1	2	3	4	5	6	888	999
	Aproximadamente quantas horas?							
k) Tratar, passear, fazer festas a um cão, um gato ou outro animal de estimação?	1	2	3	4	5	6	888	999
	Aproximadamente quantas horas?							
l) Ouvir música?	1	2	3	4	5	6	888	999
	Aproximadamente quantas horas?							

C23: Sem contar com ocasiões especiais tais como casamentos e funerais, com que frequência é que participa, actualmente, em serviços religiosos?

[CARTÃO 15a - FREQUÊNCIA]

Diariamente	1
2 a 5 vezes por semana	2
1 vez por semana	3
1 a 3 vezes por mês	4
Menos de 1 vez por mês	5
Nunca	6
Apenas em dias santos	77
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

C24: Aproximadamente, quantas horas passa fora de casa num sábado ou domingo, ou seja num dia de fim-de-semana?

Número de horas	
Não costumo sair	777
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

Agora, gostaríamos de saber quanto tempo dedica às seguintes actividades e se as realiza sozinho(a) ou acompanhado(a).

C25: Com que frequência.... **[CARTÃO 15 - FREQUÊNCIA]**

C26: E costuma realizar esta actividade sozinho(a) ou acompanhado(a)? E, neste último caso, com quem? **[RESPOSTA MÚLTIPLA]**

	1	2	3	4	5	6	7
C25: Com que frequência...	Passeia?	Pratica desporto (caminhadas, ciclismo, ginástica, natação)?	Realiza alguma actividade artística (pintar, dançar, tocar um instrumento)?	Costuma ir ao cinema, concertos, teatro, museus, galerias ou exposições de arte?	Vai a eventos desportivos?	Joga jogos de mesa (cartas, dominó, xadrez, puzzles)?	Costuma ir a cursos ou acções de formação por sua iniciativa?
<i>Diariamente</i>	1	1	1	1	1	1	1
<i>2 a 5 vezes por semana</i>	2	2	2	2	2	2	2
<i>1 vez por semana</i>	3	3	3	3	3	3	3
<i>1 a 3 vezes por mês</i>	4	4	4	4	4	4	4
<i>Menos de 1 vez por mês</i>	5	5	5	5	5	5	5
<i>Nunca</i>	6	6	6	6	6	6	6
<i>(Não sabe)</i>	888	888	888	888	888	888	888
<i>(Não responde)</i>	999	999	999	999	999	999	999
C26: Com quem?							
<i>Sozinho</i>	1	1	1	1	1	1	1
<i>Companheiro/a, marido/esposa</i>	2	2	2	2	2	2	2
<i>Familiares</i>	3	3	3	3	3	3	3
<i>Amigos</i>	4	4	4	4	4	4	4
<i>Pessoas de uma associação</i>	5	5	5	5	5	5	5
<i>Outras pessoas</i>	6	6	6	6	6	6	6
<i>(Não sabe)</i>	888	888	888	888	888	888	888
<i>(Não responde)</i>	999	999	999	999	999	999	999

D. Saúde, bem-estar e envelhecimento

D1: Como avalia a sua saúde? Diria que está...

LER ALTO

Muito boa	5
Boa	4
Razoável	3
Má	2
Muito má	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

D2: Gostaria de saber se tem alguma doença ou problema crónico de saúde diagnosticado por um médico (incluindo doenças físicas ou psíquicas)?

Sim	1	
Não	2	PASSAR PARA A D ₄
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A D ₄
(Não responde)	999	PASSAR PARA A D ₄

D3: Que doença ou problema crónico de saúde diagnosticado por um médico (incluindo doenças físicas ou psíquicas) tem? **[SE TIVER MAIS DO QUE UMA, DIZER QUAIS POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA PARA O INQUIRIDO]**

a)	Doença 1	
b)	Doença 2	
c)	Doença 3	
d)	(Não sabe)	888
e)	(Não responde)	999

D4: Precisa que alguém lhe preste cuidados de saúde?

Sim	1	
Não	2	PASSAR PARA A D7
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A D7
(Não responde)	999	PASSAR PARA A D7

D5: Quem são essas pessoas? Indique, por favor o nome de **3** pessoas no máximo. →TABELA 14

Não tenho ninguém	77
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

D6: Que relação tem com essa (s) pessoa (s)? [CARTÃO 16 - RELAÇÃO] (NÃO SABE = 888; NÃO RESPONDE = 999) →TABELA 14

TABELA 14

Pessoas	D5: Nome	D6: Relação
1^a		
2^a		
3^a		

D7: Na última semana, com que frequência lhe aconteceram as seguintes situações...

[CARTÃO 17]

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Muitas vezes	Não sabe	Não responde
a) Sentir-se deprimido(a)	1	2	3	4	888	999
b) Sentir dificuldades de concentração	1	2	3	4	888	999
c) Sentir dificuldades em adormecer	1	2	3	4	888	999
d) Sentir-se sozinho(a)	1	2	3	4	888	999
e) Sentir-se triste	1	2	3	4	888	999
f) Sentir dor física	1	2	3	4	888	999

Para algumas pessoas, a sexualidade é uma parte importante da vida e para outras não é de forma alguma importante

D8: Que importância o sexo tem na sua vida? É... **LER ALTO**

Muito importante	4	
Importante	3	
Pouco importante	2	
Nada importante	1	
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A D10
(Não responde)	999	PASSAR PARA A D10

D9: Teve relações sexuais nos últimos 3 meses?

Sim	1
Não	2
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

D10: Nas últimas 4 semanas, a sua saúde física ou psicológica dificultou a realização das actividades normais com a sua família ou amigos?

LER ALTO

Nada	1
Muito pouco	2
Um pouco	3
Muito	4
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

D11: Nas últimas 4 semanas, com que frequência abraçou, beijou ou acariciou o/a seu/sua companheiro(a), marido/esposa? [CARTÃO 19 - FREQUÊNCIA]

Diariamente	1
2 a 5 vezes por semana	2
1 vez por semana	3
1 a 3 vezes por mês	4
Menos de 1 vez por mês	5
Nunca	6
Não tenho companheiro(a), marido/esposa	77
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

D12: Nas últimas 4 semanas, com que frequência abraçou ou teve gestos afectuosos com uma pessoa adulta (excluindo o/a seu/sua companheiro/a, marido/esposa)? [CARTÃO 18- FREQUÊNCIA]

Diariamente	1
2 a 5 vezes por semana	2
1 vez por semana	3
1 a 3 vezes por mês	4
Menos de 1 vez por mês	5
Nunca	6
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

D13: Nas últimas 4 semanas, com que frequência deu mimos, abraçou ou teve gestos afectuosos com uma criança? [CARTÃO 18- FREQUÊNCIA]

Diariamente	1
2 a 5 vezes por semana	2
1 vez por semana	3
1 a 3 vezes por mês	4
Menos de 1 vez por mês	5
Nunca	6
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

D14: Considerando a sua vida em geral, diria que se sente feliz ou infeliz?
Diria que está... **LER ALTO**

Muito feliz	5
Feliz	4
Nem feliz nem infeliz	3
Infeliz	2
Muito infeliz	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

Toda a gente envelhece, mas o envelhecimento não significa o mesmo para todas as pessoas.

D15: As frases seguintes referem-se às mudanças que ocorrem à medida que as pessoas envelhecem. Indique-me, por favor, se concorda totalmente, concorda um pouco, discorda um pouco ou discorda totalmente de cada uma das seguintes frases.

[CARTÃO 19]

	Envelhecer significa...	Concordo totalmente	Concordo um pouco	Não concorda nem discorda	Discordo um pouco	Discordo totalmente	NS	NR
A	Sentir-se cada vez menos respeitado(a).	5	4	3	2	1	888	999
B	Sentir-se cada vez mais sozinho(a).	5	4	3	2	1	888	999
C	Saber melhor o que se quer	5	4	3	2	1	888	999
D	Continuar a fazer planos.	5	4	3	2	1	888	999
E	Aproveitar cada vez menos a vida.	5	4	3	2	1	888	999
F	Sentir que não se faz falta.	5	4	3	2	1	888	999
G	Ainda ser capaz de aprender coisas novas.	5	4	3	2	1	888	999
H	Ter mais tempo livre	5	4	3	2	1	888	999

E. Relações conjugais e familiares

Nesta parte vamos falar de relações conjugais e familiares.

E1: Pode-me dizer o estado civil **como** tem no seu cartão de identificação?
[CARTÃO 20 - ESTADO CIVIL]

Casado(a), a viver com o/a marido/esposa	1	PASSAR PARA A E10
Casado(a), a viver separado do/a marido/esposa	2	PASSAR PARA A E2
Divorciado(a)	3	PASSAR PARA A E2
Viúvo(a)	4	PASSAR PARA A E4
Solteiro(a)	5	PASSAR PARA A E3
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A E6
(Não responde)	999	PASSAR PARA A E6

E2: Há quanto tempo se separou/divorciou?

Anos		PASSAR PARA A E6
Menos de 1 ano	777	PASSAR PARA A E6
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A E6
(Não responde)	999	PASSAR PARA A E6

E3: Já viveu em casal?

Sim	1
Não	2
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

PASSAR PARA A E6

E4: Há quanto tempo está viúvo/a?

Anos	
Menos de 1 ano	777
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

E5: Teve a experiência de viver uma relação em casal que terminou por morte do(a) parceiro(a). Actualmente, com que frequência pensa nessa perda?

LER ALTO

Muito frequentemente	5
Frequentemente	4
Algumas vezes	3
Raramente	2
Nunca	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

E6: Vive actualmente em casal?

Sim	1	PASSAR PARA A E10
Não	2	
(Não sabe)	888	
(Não responde)	999	

E7: Gostaria de viver ou voltar a viver em casal? **LER ALTO**

Sim	1	
Sim, mas não agora	2	
Não	3	PASSAR PARA A E9
(Não sabe)	888	
(Não responde)	999	

E8: Acha provável viver ou voltar a viver em casal? **LER ALTO**

Muito provável	4
Provável	3
Pouco provável	2
Nada provável	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

E9: Se não viver ou não voltar a viver em casal, sentir-se-á só? **LER ALTO**

Sim, muito	1
Sim, um pouco	2
Não	3
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

PERGUNTAR A TODOS

E10: Vamos agora falar das suas relações familiares. Quantos filhos vivos tem?

Número de filhos vivos		
Não tenho filhos vivos	666	
Nunca tive filhos	777	PASSAR PARA A E12
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A E12
(Não responde)	999	PASSAR PARA A E12

E11: Quantos netos vivos tem?

Número de netos	
Não tenho netos vivos	666
Nunca tive netos	777
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

E12: Excluindo filhos e netos, indique-me, por favor, os outros familiares vivos com quem costuma estar ou com quem mantém regularmente contacto (qualquer tipo de contacto, telefónico, pessoal, Internet...)?

E12			E12.1
			Quantos?
a)	Pai/Mãe	1	
b)	Sogro/a	2	
c)	Padrasto/Madrasta	3	
d)	Irmã/Irmão	4	
e)	Enteado(a) /filho(a) do seu (sua) companheiro actual	6	
f)	Genro/Nora	7	
g)	Avô/avó	9	
h)	Tia/Tio	10	
i)	Sobrinho(a)	11	
j)	Cunhado(a)	12	
k)	Outro parente	13	
l)	(Não sabe)	888	
	(Não responde)	999	
	Nenhum	777	

F. Trabalho, reforma e inactividade

Vamos agora falar da sua situação face ao trabalho.

F1: Com que idade teve o seu primeiro emprego ou actividade profissional a tempo inteiro?

Idade		
Nunca trabalhou a tempo inteiro	77	PASSAR PARA A F5
(Não sabe)	888	
(Não responde)	999	

F2: Desde que começou a trabalhar, fez alguma interrupção por um período superior a 6 meses?

Sim	1	
Não	2	PASSAR PARA A F5
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A F5
(Não responde)	999	PASSAR PARA A F5

F3: No total, durante quantos anos interrompeu a sua vida profissional?

Anos	
Menos de 1	666
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F4: Por que interrompeu a sua vida profissional? **[RESPOSTA MÚLTIPLA]**
[CARTÃO 21 - INTERRUPÇÃO]

Licença de maternidade	1
Tratar da casa e cuidar dos filhos	2
Serviço militar	3
Continuar os estudos	4
Desemprego	5
Doença, internamento ou reabilitação	6
Outra razão	7
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F5: Qual é a sua actual situação profissional principal? [CARTÃO 22 - SITUAÇÃO PROFISSIONAL] RESPOSTA ÚNICA

Empregado(a) a tempo inteiro	1	PASSAR PARA A F22 (Pág. 39)
Empregado(a) a tempo parcial	2	PASSAR PARA A F22 (Pág. 39)
Empregado(a) menos que a tempo parcial (menos de 15 horas semanais)	3	PASSAR PARA A F22 (Pág. 39)
Trabalhador(a) familiar não remunerado	4	PASSAR PARA A F22 (Pág. 39)
Desempregado(a)	5	PASSAR PARA A F32 (Pág. 42)
Estudante/na escola/em formação profissional	6	PASSAR PARA A G1 (Pág. 47)
Reformado(a) ou pré-reformado(a) (excepto reformados(as) por invalidez)	7	PASSAR PARA A F6
Doméstico(a) /ocupa-se das tarefas do lar	8	PASSAR PARA A G1 (Pág. 47)
Incapacidade permanente (recebendo pensão ou não) Reforma por invalidez	9	PASSAR PARA A F41(Pág. 44)
Outra situação	10	PASSAR PARA A G1 (Pág. 47)
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A G1 (Pág. 47)
(Não responde)	999	PASSAR PARA A G1 (Pág. 47)

SE REFORMADO OU DESEMPREGADO E EMPREGADO, REGISTA-SE O REFORMADO OU DESEMPREGADO

REFORMADOS

F6: Disse-me que estava reformado.

Por vezes, os reformados continuam a trabalhar. No seu caso, continua a trabalhar ou trabalhou, mesmo que de forma ocasional, depois da reforma?

LER ALTO

Sim, de forma permanente	1	
Sim, de forma ocasional	2	
Não, mas já trabalhou depois da reforma	3	PASSAR PARA A F8
Nunca trabalhou depois da reforma	4	PASSAR PARA A F8
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A F8
(Não responde)	999	PASSAR PARA A F8

F7: Qual a principal razão para continuar a trabalhar?

[CARTÃO 23] RESPOSTA ÚNICA

Manter-se ocupado(a)	1
Gostar do que faz	2
Sentir-se ainda útil	3
O dinheiro da reforma não é suficiente	4
Ajudar a envelhecer bem	5
Aumentar a poupança	6
Outra	7
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

PASSAR PARA A F12 (pág.36)

F8: Gostaria de voltar a trabalhar?

Sim	1	
Não	2	Passar para a F12
(Não sabe)	888	Passar para a F12
(Não responde)	999	Passar para a F12

F9: Qual a principal razão por que gostaria de voltar a trabalhar?

[CARTÃO 23] RESPOSTA ÚNICA

Manter-se ocupado(a)	1
Fazer uma coisa que gosta	2
Sentir-se ainda útil	3
O dinheiro da reforma não é suficiente	4
Ajudar a envelhecer bem	5
Aumentar a poupança	6
Outra	7
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F10: Actualmente, pensa que encontrar um novo emprego seria? **LER ALTO**

Muito difícil	1	
Difícil	2	
Um pouco Difícil	3	
Nada difícil	4	PASSAR PARA A F12
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A F12
(Não responde)	999	PASSAR PARA A F12

F11: Qual o principal motivo porque seria... **[DE ACORDO COM A RESPOSTA ANTERIOR]** encontrar um novo emprego?

LER ALTO / RESPOSTA UNICA

Por causa da saúde	1
Por causa da idade	2
Por causa do desemprego elevado	3
Por causa das habilitações insuficientes	4
Outro	5
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F12: Com que idade se reformou?

Idade	
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F13: No total, quantos anos trabalhou antes de se reformar?

Anos	
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F14: Por que razões se reformou? [RESPOSTA MÚLTIPLA] [CARTÃO 24 - RAZÕES - REFORMA]

Atingi a idade da reforma	1
Queria reformar-me logo que fosse possível	2
Era difícil conciliar o trabalho doméstico com uma actividade profissional a tempo inteiro	3
O meu/minha companheiro(a)/ marido/esposa estava reformado(a)	4
Queria ter mais tempo livre	5
Necessitava de cuidar de uma pessoa doente ou incapacitada	6
Por razões familiares	7
Por razões de saúde/incapacidade	8
Por questões relacionadas com a empresa onde trabalhava	9
Fiquei desempregado(a)	10
Outra	11
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F15: Qual era a sua situação profissional antes de se reformar? [CARTÃO 25 - SITUAÇÃO PROFISSIONAL]

Empregado(a) a tempo inteiro	1
Empregado(a) a tempo parcial	2
Empregado(a) menos que a tempo parcial (menos de 15 horas semanais)	3
Trabalhador(a) familiar não remunerado	4
Desempregado(a)	5
Estudante/na escola/em formação profissional	6
Pré-reformado(a)	7
Incapacidade permanente (recebendo pensão ou não)	8
Outra situação	9
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F16: Reformou-se exactamente na altura que queria ou teria preferido reformar-se mais cedo ou mais tarde?

Reformou-se na altura que queria	1
Teria preferido continuar a trabalhar	2
Teria preferido reformar-se mais cedo	3
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F17: Pensando na actividade profissional antes de se reformar, qual era a sua satisfação em relação ao trabalho? [**CARTÃO 26 - SATISFAÇÃO**]

Muito satisfeito	5
Satisfeito	4
Nem satisfeito, nem insatisfeito	3
Insatisfeito	2
Muito Insatisfeito	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F18: A passagem para a reforma foi... **LER ALTO**

Muito difícil	1
Difícil	2
Um pouco difícil	3
Nada difícil	4
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F19: Com que frequência actualmente pensa nisso... **LER ALTO**

Muitas vezes	4
Algumas vezes	3
Raramente	2
Nunca	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F20: Comparando a sua vida antes e depois da reforma, acha que agora vive...

LER ALTO

Muito melhor	5
Um pouco melhor	4
Na mesma	3
Um pouco pior	2
Muito pior	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F21: Não contando com os fins-de-semana, quantos dias por semana passa sem sair de casa?

Dias	
Nenhum	777
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

PASSAR PARA A G1 (pág. 47)

EMPREGADOS

F22: Referiu que se encontra a trabalhar. No total, sem contar os períodos de desemprego, há quantos anos trabalha?

Anos	
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F23: Pensando no seu trabalho actual, em que medida está satisfeito ou insatisfeito relativamente aos seguintes aspectos: **[CARTÃO 26 - SATISFAÇÃO]**

	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Não sabe	Não responde
O seu ordenado/salário?	1	2	3	2	5	888	999
O tipo de trabalho que realiza?	1	2	3	2	5	888	999

F24: Acha que a sua situação profissional no futuro, será... **LER ALTO**

Muito melhor	5
Um pouco melhor	4
Na mesma	3
Um pouco pior	2
Muito pior	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F25: Acha que o risco de ficar desempregado(a) num futuro próximo é...

LER ALTO

Muito provável	4
Provável	3
Pouco provável	2
Nada provável	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F26: Gostaria de saber se pensa muito, um pouco ou não pensa na vida depois da reforma?

Muito	1
Um pouco	2
Não pensa	3
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F27: Com que idade pensa reformar-se?

Anos	
Não pensa reformar-se	777
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F28: Acha que a sua vida depois da reforma será... **LER ALTO**

Muito melhor	5
Um pouco melhor	4
A mesma	3
Um pouco pior	2
Muito pior	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F29: Gostaria de continuar a trabalhar depois de se reformar?

Sim	1	
Não	2	PASSAR PARA A G1
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A G1
(Não responde)	999	PASSAR PARA A G1

F30: Qual a principal razão para continuar a trabalhar?

[CARTÃO 23] RESPOSTA ÚNICA

Manter-se ocupado(a)	1
Gostar do que faz	2
Sentir-se ainda útil	3
O dinheiro da reforma não é suficiente	4
Ajudar a envelhecer bem	5
Aumentar a poupança	6
Outra	7
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

PASSAR PARA A G1 (pág. 47)

DESEMPREGADOS

F31: Disse-me que estava desempregado. Há quanto anos está desempregado(a)?

Anos	
Menos de 1 ano	66
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F32: No total, sem contar os períodos de desemprego, quantos anos trabalhou?

Anos	
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F33: Actualmente, pensa que é difícil encontrar um novo emprego? **LER ALTO**

Muito difícil	1	
Difícil	2	
Um pouco difícil	3	
Nada difícil	4	PASSAR PARA A F35
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A F35
(Não responde)	999	PASSAR PARA A F35

F34: Por que motivo é ... [ADEQUAR DE ACORDO COM A RESPOSTA ANTERIOR] encontrar um novo emprego? **LER ALTO - RESPOSTA ÚNICA**

Por causa da saúde	1
Por causa da idade	2
Por causa do desemprego elevado	3
Por causa das habilitações insuficientes	4
Outro	5
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F35: Acha que a sua situação profissional, no futuro será... **LER ALTO**

Muito melhor	5
Um pouco melhor	4
A mesma	3
Um pouco pior	2
Muito pior	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F36: Gostaria de saber se pensa muito, um pouco ou não pensa na vida depois da reforma?

Muito	1
Um pouco	2
Não penso	3
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F37: Com que idade pensa reformar-se?

Anos	
Não pensa reformar-se	777
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F28: Acha que a sua vida depois da reforma será? **LER ALTO**

Muito melhor	5
Um pouco melhor	4
A mesma	3
Um pouco pior	2
Muito pior	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F39: Gostaria de continuar a trabalhar depois de se reformar?

Sim	1	
Não	2	PASSAR PARA A G1
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A G1
(Não responde)	999	PASSAR PARA A G1

F40: Qual a principal razão para continuar a trabalhar, depois de ser reformar?
[CARTÃO 23 - RESPOSTA ÚNICA]

Manter-se ocupado(a)	1
Gostar do que faz	2
Sinto-me ainda útil	3
O dinheiro da reforma não é suficiente	4
Ajudar a envelhecer bem	5
Aumentar a poupança	6
Outra	7
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

PASSAR PARA A G1 (pág. 47)

INCAPACIDADE /REFORMA POR INVALIDEZ

F41: Diga-me, por favor desde quando começou a receber uma pensão de invalidez?

Ano	
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F42: E desde quando deixou de exercer uma actividade profissional a tempo inteiro?

Ano		
Nunca exerceu uma actividade a tempo inteiro	777	PASSAR PARA A G1
(Não sabe)	888	
(Não responde)	999	

F43: Pensa voltar a trabalhar logo que possível ou no futuro?

Sim, logo que possível	1	
Sim, mais tarde	2	
Não	3	PASSAR PARA A G1
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A G1
(Não responde)	999	PASSAR PARA A G1

F44: Actualmente, pensa que seria difícil encontrar um novo emprego?

Muito difícil	1	
Difícil	2	
Um pouco Difícil	3	
Nada difícil	4	PASSAR PARA A F46
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A F46
(Não responde)	999	PASSAR PARA A F46

F45: Por que motivo seria ... **[ADEQUAR DE ACORDO COM A RESPOSTA ANTERIOR]** encontrar um novo emprego?

LER ALTO - RESPOSTA ÚNICA

Por causa da saúde	1
Por causa da idade	2
Por causa do desemprego elevado	3
Por causa das habilitações insuficientes	4
Outro	5
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F46: No futuro, acha que a sua situação profissional será? **LER ALTO**

Muito melhor	5
Um pouco melhor	4
Na mesma	3
Um pouco pior	2
Muito pior	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F47: Gostaria de saber se pensa muito, um pouco ou não pensa na vida depois da reforma?

Muito	1
Um pouco	2
Não penso	3
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F48: Com que idade pensa entrar na reforma?

Idade	
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F49: Acha que a sua vida depois da reforma será? **LER ALTO**

Muito melhor	5
Um pouco melhor	4
A mesma	3
Um pouco pior	2
Muito pior	1
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

F50: Gostaria de continuar a trabalhar depois de se reformar?

Sim	1	
Não	2	PASSAR PARA A G1
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A G1
(Não responde)	999	PASSAR PARA A G1

F51: Qual a principal razão para continuar a trabalhar?

[CARTÃO 23 - RESPOSTA UNICA]

Manter-se ocupado(a)	1
Gostar do que faz	2
Sinto-me ainda útil	3
O dinheiro da reforma não é suficiente	4
Ajudar a envelhecer bem	5
Aumentar a poupança	6
Outra	7
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

G. Caracterização sociodemográfica do inquirido e do cônjuge

G1: Antes de terminar, vou colocar-lhe mais algumas questões sobre a escolaridade, a situação perante o trabalho, a nacionalidade e as condições económicas do seu agregado familiar. Se vive em casal ou é viúvo(a), vou pedir que refira as mesmas coisas em relação ao seu/sua companheiro(a), marido/esposa.

[FAZER QUESTÕES DO COMPANHEIRO, APENAS SE FOR COMPANHEIRO(A), ESPOSO(A) ACTUAL OU ESTE TIVER FALECIDO]

Começo então por lhe perguntar qual é ou era a situação profissional principal do(a) seu/sua companheiro(a), marido/esposa? **[CARTÃO 27 - SITUAÇÃO PROFISSIONAL]**

Empregado(a) a tempo inteiro	1
Empregado(a) a tempo parcial	2
Empregado(a) menos que a tempo parcial (menos de 15 horas semanais)	3
Trabalhador(a) familiar não remunerado	4
Desempregado(a)	5
Estudante/na escola/em formação profissional	6
Reformado(a) ou pré-reformado(a) (excepto reformados(as) por invalidez)	7
Doméstico(a)/ocupa-se das tarefas do lar	8
Incapacidade permanente (recebendo pensão ou não) incluindo reformados por invalidez	9
Outra situação	10
Não tem companheiro(a), marido/esposa [SE NÃO TEM COMPANHEIRO ESPOSO(A) - SALTA AS QUESTÕES DO CONJUGE (G3;G5;G7;G9;G11)	11
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

G2: Falando agora de si, qual é ou era a sua ocupação/actividade profissional? Caso esteja desempregado(a), reformado(a) ou incapacitado(a), refira a última ocupação.

G3: Qual é ou era a ocupação/actividade profissional do/a seu/sua companheiro(a), marido/esposa? Caso esteja desempregado(a), reformado(a), incapacitado(a) ou tenha falecido, refira a última ocupação.

	G2: Próprio	G3: Companheiro(a), marido/ esposa
CNP - Classificação Nacional das Profissões – 4 dígitos REGISTAR A PROFISSÃO O MAIS DETALHADAMENTE POSSÍVEL INCLUINDO O SECTOR DE ACTIVIDADE	_ _ _ _	_ _ _ _
Nunca exerceu uma actividade a tempo inteiro	777	777
(Não sabe)	888	888
(Não responde)	999	999

G4: Qual o sector em que trabalha / trabalhava? Caso esteja desempregado(a), reformado(a) ou incapacitado(a), refira o sector da última ocupação.

EM CASOS DE DUAS SITUAÇÕES LABORAIS REGISTRAR A PRINCIPAL

G5: Qual o sector em que o/a seu/sua companheiro(a), marido/esposa trabalha / trabalhava? Caso esteja desempregado(a), reformado(a), incapacitado(a) ou tenha falecido(a), refira o sector da última ocupação.

EM CASOS DE DUAS SITUAÇÕES LABORAIS REGISTRAR A PRINCIPAL

	G4: Próprio	G5: Companheiro(a), marido/esposa
Trabalha no Estado (Administração Pública central e local/entidades públicas autónomas)	1	1
Trabalha numa empresa pública (ou empresas de capital maioritariamente público)	2	2
Trabalha por conta de outrem no sector privado (não trabalha no Estado nem numa empresa pública e também não trabalha por conta própria)	3	3
Trabalhador por conta própria	4	4
Doméstica - nunca trabalhou	777	777
(Não sabe)	888	888
(Não responde)	999	999

G6: Qual o seu grau de escolaridade completo?

[CARTÃO 28 - ESCOLARIDADE]

G7: E do seu/sua companheiro(a), marido/esposa?
[CARTÃO 28- ESCOLARIDADE]

	G6: Próprio	G7: Companheiro(a), marido/esposa
Não sabe ler nem escrever	1	1
Sabe ler e escrever /1º ciclo do ensino Básico (até 4ª classe)	2	2
2º ciclo do Ensino básico (5º e 6º anos / ciclo preparatório)	3	3
3º ciclo do ensino básico (9º ano / 5º ano dos liceus, curso geral do liceu / antigas escolas técnicas)	4	4
Secundário (12º ano / 7º ano dos liceus / escolas técnicas)	5	5
Superior	6	6
Outros.	Quais? _____	Quais? _____
(Não sabe)	888	888
(Não responde)	999	999

G8: Qual é a sua nacionalidade?

G9: E qual a nacionalidade do seu/sua companheiro(a), marido/esposa?

	G8: Próprio		G9: Companheiro(a), marido/esposa	
Nacionalidade portuguesa	1	PASSAR PARA A G12	1	PASSAR PARA A G12
Nacionalidade portuguesa e outra.	2	PASSAR PARA A G12	2	PASSAR PARA A G12
Outra nacionalidade.	Qual?		Qual?	
(Não sabe)	888	PASSAR PARA A G12	888	PASSAR PARA A G12
(Não responde)	999	PASSAR PARA A G12	999	PASSAR PARA A G12

G10: Há quanto tempo vive em Portugal?

G11: Há quanto tempo o/a seu/sua companheiro(a), marido/esposa vive/viveu em Portugal?

	G10: Próprio	G11: Companheiro(a), marido/esposa
Menos de um ano	1	1
Entre 1-5 anos	2	2
Entre 6-10 anos	3	3
Entre 11-20 anos	4	4
Mais de 20 anos	5	5
(Não sabe)	888	888
(Não responde)	999	999

Por último, vou falar das condições económicas do seu agregado familiar.

G12: Algumas pessoas consideram que a sociedade portuguesa está dividida em classes sociais. Das seguintes classes, em qual delas é que o sr/a sra se incluiria? **LER ALTO**

Classe Baixa	1
Classe média baixa	2
Classe média	3
Classe média alta	4
Classe alta	5
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

G13: Qual foi a sua principal fonte de rendimento nos últimos 12 meses?

[CARTÃO 29 RESPOSTA ÚNICA]

Trabalho	1
Reforma/Pensão	2
Subsídio de desemprego	3
Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional	4
Rendimento social de inserção	5
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	6
Rendimento da propriedade ou da empresa	7
Apoio social	8
A cargo da família	9
Outra	10
(Não sabe)	888
(Não responde)	999

G14: Pode dizer-me, por favor, qual é a letra que corresponde ao seu escalão de rendimento individual? **[MÉDIO, MENSAL, LÍQUIDO, EM EUROS]**
[CARTÃO 30 - RENDIMENTOS]

G15: E qual a letra que corresponde ao seu escalão de rendimento do seu agregado familiar? **[MÉDIO, MENSAL, LÍQUIDO, EM EUROS]** **[CARTÃO 30 - RENDIMENTOS]**

	G14-Rendimento próprio	G15-Rendimento Agregado familiar
A	1	1
B	2	2
C	3	3
D	4	4
E	5	5
F	6	6
G	7	7
(Não sabe)	888	888
(Não responde)	999	999

A entrevista terminou. Agradecemos a sua colaboração!

H. Módulo Entrevistador

H1: O/a inquirido(a) pediu esclarecimentos sobre alguma pergunta?

Nunca	1
Quase nunca	2
De vez em quando	3
Algumas vezes	4
Muitas vezes	5

H2: Sentiu da parte do(a) inquirido(a) relutância a responder a algumas perguntas?

Nunca	1
Quase nunca	2
De vez em quando	3
Algumas vezes	4
Muitas vezes	5

H3: Sentiu que o/a inquirido(a) tentou responder o melhor possível às perguntas?

Nunca	1
Quase nunca	2
De vez em quando	3
Algumas vezes	4
Muitas vezes	5

H4: No geral, sentiu que o/a inquirido(a) compreendeu as perguntas?

Nunca	1
Quase nunca	2
De vez em quando	3
Algumas vezes	4
Muitas vezes	5

H5: Estava mais alguém presente, que interferisse na entrevista?

Sim	1	
Não	2	PASSAR PARA A H7

H6: Quem?

Cônjuge/companheiro(a)	1
Filho(a) (incluindo enteados e adotados)	2
Pais/sogros/madrasta/padrasto	3
Outro familiar	4
Não familiar	5

H7: Qual o número de andares da habitação/edifício?

--	--

H8: A habitação/edifício tem elevador?

Sim	1
Não	2

H9: Qual a antiguidade habitação/edifício?

Moderna (anos 80 a presente)	1
Antiga	2
Histórica (séc. XIX ou anterior)	5

H10: Se tiver comentários adicionais sobre o decorrer da entrevista, por favor, escreva.

--

ÍNDICE DE QUADROS

28	Quadro 1.2 Composição e dimensão familiares
32	Quadro 1.3 Composição e dimensão familiares (%)
36	Quadro 1.4 Solidão e isolamentos social segundo o quadro de vida (%)
39	Quadro 1.5 Expectativa de viver ou voltar a viver em casal segundo a idade e o estado civil
41	Quadro 1.6 A vivência da viuvez segundo a sua duração
44	Quadro 1.7 Situação perante o trabalho segundo o sexo
45	Quadro 1.8 Idade com que começou a trabalhar e tempo de interrupção da vida profissional segundo o sexo e a idade
48	Quadro 1.9 Razões de interrupção do trabalho segundo o sexo e a idade
51	Quadro 1.10 Situação perante o trabalho
52	Quadro 1.11 Razões para se reformar e situação profissional antes da reforma segundo o sexo
54	Quadro 1.12. O trabalho após a reforma segundo o sexo
57	Quadro 1.13. A transição para a reforma segundo o sexo
63	Quadro 1.14 Reformados por incapacidade
66	Quadro 1.15 Caracterização social e duração média da trajectória profissional
71	Quadro 1.16 Satisfação, Risco de desemprego e expectativa profissionais
78	Quadro 1.17 Reforma, trabalho e expectativas em relação ao futuro
80	Quadro 1.18 Duração do desemprego e da trajectória profissional
83	Quadro 1.19 Expectativas profissionais segundo o sexo
86	Quadro 1.20 Desemprego, reforma e expectativas em relação ao futuro
92	Quadro 2.1 Pessoas com quem os inquiridos falam sobre assuntos importantes
93	Quadro 2.2 Grau de satisfação com a ausência de relações interpessoais
94	Quadro 2.3 Redes interpessoais segundo indicadores sociodemográficos (médias)
95	Quadro 2.4 Dimensão das redes interpessoais
99	Quadro 2.5 Composição e membros das redes interpessoais
104	Quadro 2.6 Frequência de contacto entre os inquiridos e os membros das redes interpessoais
109	Quadro 2.7 Contactos entre os membros das redes interpessoais
114	Quadro síntese 2.8 Perfis sociais das redes interpessoais
115	Quadro 2.9 Tipologia das redes interpessoais
115	Quadro 2.10 Elementos adicionais de caracterização da tipologia (médias)
120	Quadro 2.11 Apoio emocional por motivos de tristeza ou solidão
123	Quadro 2.12 Necessidade de receber mais apoio por motivos de tristeza ou solidão (<i>n</i> e % verticais)
125	Quadro 2.13 Apoio emocional por motivos de alegria ou felicidade
128	Quadro 2.14 Apoio instrumental na realização das tarefas domésticas
131	Quadro 2.15 Necessidade de receber mais apoio instrumental
133	Quadro 2.16 Apoio de aconselhamento nas decisões importantes
136	Quadro 2.17 Necessidade de receber mais apoio de aconselhamento

137	Quadro 2.18	Caracterização das relações de apoio social
139	Quadro 2.19	Quantidade de vizinhos identificados pelo nome
139	Quadro 2.20	Frequência com que os inquiridos conversam com os vizinhos
140	Quadro 2.21	Conhecimento e frequência de contacto entre os inquiridos e os vizinhos, segundo a tipologia das redes interpessoais (médias)
140	Quadro 2.22	Conhecimento e frequência de contacto entre os inquiridos e os vizinhos, segundo os anos de residência no mesmo local (médias)
150	Quadro 3.1	Pertença associativa por sexo
152	Quadro 3.2	Pertença associativa por idade
154	Quadro 3.3	Pertença associativa por escolaridade
156	Quadro 3.4	Pertença associativa por estado civil
158	Quadro 3.5	Pertença associativa por situação profissional
160	Quadro 3.6	Associação onde passa mais tempo por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional
161	Quadro 3.7	Frequência de participação na associação onde passa mais tempo por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional
162	Quadro 3.8	Desempenho de cargo na associação onde passa mais tempo por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional
164	Quadro 3.9	Há quanto tempo desempenha cargo na associação onde passa mais tempo, por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional
166	Quadro 3.10	Participação em entidades e organizações com actividades orientadas para a 3ª idade, por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional
169	Quadro 3.11	Entidade ou organização onde passa mais tempo
170	Quadro 3.12	Frequência de participação nas actividades orientadas para a 3ª idade das entidades ou organizações onde passa mais tempo, por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional
171	Quadro 3.13	Participação em grupos informais por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional
172	Quadro 3.14	Participação em grupos informais por dimensão e composição da rede pessoal
173	Quadro 3.15	Frequência de convívio por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional
174	Quadro 3.16	Frequência de convívio por dimensão e composição da rede pessoal
175	Quadro 3.17	Prestação de cuidados a crianças por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional
176	Quadro 3.18	Prestação de cuidados a crianças por dimensão e composição da rede pessoal
177	Quadro 3.19	Relação com as crianças a quem presta cuidados
178	Quadro 3.20	Tempo dedicado à prestação de cuidados a crianças por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional

-
- 179 **Quadro 3.21** Tempo dedicado à prestação de cuidados a crianças por sexo por dimensão e composição da rede pessoal
- 180 **Quadro 3.22** Prestação de cuidados a pessoas adultas por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional
- 181 **Quadro 3.23** Prestação de cuidados a pessoas adultas por dimensão e composição da rede pessoal
- 181 **Quadro 3.24** Relação com as pessoas adultas a quem presta cuidados
- 182 **Quadro 3.25** Tempo dedicado à prestação de cuidados a adultos por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional
- 183 **Quadro 3.26** Tempo dedicado à prestação de cuidados adultos por dimensão e composição da rede pessoal
- 190 **Quadro 4.1** Frequência de realização de actividades por sexo
- 195 **Quadro 4.2** Frequência de realização de actividades por idade
- 200 **Quadro 4.3** Frequência de realização de actividades por escolaridade
- 205 **Quadro 4.4** Frequência de realização de actividades por estado civil
- 210 **Quadro 4.5** Frequência de realização de actividades por situação profissional
- 217 **Quadro 4.6** Satisfação com as actividades de lazer por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional
- 218 **Quadro 4.7** Sair de casa durante o fim-de-semana por sexo, idade, escolaridade, estado civil e situação na profissão
- 220 **Quadro 4.8** Número médio de horas que passa fora de casa num dia de fim-de-semana por sexo, idade, estado civil, escolaridade e situação profissional
- 222 **Quadro 4.9** Número de actividades praticadas com mais frequência dentro e fora de casa
- 225 **Quadro 4.10** Análise de componentes principais das actividades de tempos livres
- 227 **Quadro 4.11** Prática de actividades individuais e colectivas diversificadas
- 230 **Quadro 4.12** Prática de actividades individuais e colectivas diversificadas
- 233 **Quadro 4.13** Preditores do Índice de prática de actividades individuais e colectivas diversificadas (regressão linear)²³
- 234 **Quadro 4.14** Preditores do Índice de prática de actividades individuais e colectivas diversificadas dos homens (regressão linear)
- 235 **Quadro 4.15** Preditores do Índice de prática de actividades individuais e colectivas diversificadas das mulheres (regressão linear)
- 242 **Quadro 5.1** Estado de saúde subjectivo
- 243 **Quadro 5.2** Estado de saúde subjectivo por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional (média)
- 244 **Quadro 5.3** Existência de doença ou problema crónico de saúde diagnosticado por um médico (incluindo doenças físicas ou psíquicas)

-
- 245 **Quadro 5.4** Existência de doença ou problema crónico de saúde diagnosticado por um médico (incluindo doenças crónicas ou psíquicas) por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional
- 246 **Quadro 5.5** Tipo de doença crónica²⁷
- 246 **Quadro 5.6** Dificuldade em realizar actividades normais com a família ou amigos devido a problemas de saúde físicos ou psicológicos (nas últimas quatro semanas)
- 247 **Quadro 5.7** Necessidade de ter alguém que preste cuidados de saúde
- 248 **Quadro 5.8** Necessidade de ter alguém que preste cuidados de saúde por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional
- 249 **Quadro 5.9** Pessoas que prestam cuidados de saúde (resposta múltipla)
- 249 **Quadro 5.10** Frequência de indicadores de pró-morbilidade
- 250 **Quadro 5.11** Índice de pró-morbilidade
- 250 **Quadro 5.12** Pró-morbilidade por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional (média)
- 253 **Quadro 5.13** Preditores da avaliação subjectiva do estado de saúde (regressão linear)
- 254 **Quadro 5.14** Preditores da avaliação subjectiva do estado de saúde dos homens (regressão linear)
- 255 **Quadro 5.15** Preditores da avaliação subjectiva do estado de saúde das mulheres (regressão linear)
- 257 **Quadro 5.16** Sentimento de felicidade
- 258 **Quadro 5.17** Sentimento de felicidade por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional (média)
- 259 **Quadro 5.18** Frequência com que abraçou, beijou ou acariciou o/a seu/sua companheiro(a), marido/esposa nas últimas quatro semanas
- 260 **Quadro 5.19** Frequência com que abraçou, beijou ou acariciou o/a seu/sua companheiro(a), marido/esposa nas últimas quatro semanas por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional (média)
- 261 **Quadro 5.20** Frequência com que abraçou ou teve gestos afectuosos com uma pessoa adulta (excluindo o/a seu/sua companheiro/a, marido/esposa) nas últimas quatro semanas
- 261 **Quadro 5.21** Frequência com que abraçou ou teve gestos afectuosos com uma pessoa adulta (excluindo o/a seu/sua companheiro/a, marido/esposa) nas últimas quatro semanas por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional (média)
- 262 **Quadro 5.22** Frequência com que deu mimos, abraçou ou teve gestos afectuosos com uma criança nas últimas quatro semanas
- 263 **Quadro 5.23** Frequência com que deu mimos, abraçou ou teve gestos afectuosos com uma criança nas últimas quatro semanas por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional (média)

263	Quadro 5.24 Importância que a sexualidade assume na vida dos inquiridos
264	Quadro 5.25 Importância que a sexualidade assume na vida dos inquiridos por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional (média)
265	Quadro 5.26 Prática de relações sexuais nos últimos três meses
265	Quadro 5.27 Prática de relações sexuais nos últimos três meses por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional
266	Quadro 5.28 Qualidade da habitação
266	Quadro 5.29 Estado de conservação da habitação
267	Quadro 5.30 Estado de conservação da habitação por idade, género, escolaridade e ocupação socioprofissional
268	Quadro 5.31 Representações do envelhecimento
269	Quadro 5.32 Índice valorativo genérico da representação do envelhecimento (média)
271	Quadro 5.33 Preditores do sentimento de felicidade (regressão linear)
275	Quadro 5.34 Preditores do sentimento de felicidade nos homens (regressão linear)
276	Quadro 5.35 Preditores do sentimento de felicidade nas mulheres (regressão linear)

